UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LUIS CESAR YANZER PORTELA

O *STATUS* E ESCOPO TRANSCENDENTAL DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

CAMPINAS
2019

LUIS CESAR YANZER PORTELA

O *STATUS* E ESCOPO TRANSCENDENTAL DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: PROF. DR. DANIEL OMAR PEREZ

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO LUIS CESAR YANZER PORTELA,
E ORIENTADA PELO PROF. DR. DANIEL OMAR PEREZ.

CAMPINAS
2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P832s

Portela, Luis Cesar Yanzer, 1964-
O status e escopo transcendental da *Crítica da razão pura* / Luis Cesar Yanzer Portela. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Daniel Omar Perez.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804 - Crítica da razão pura. 2. Filosofia alemã. 3. Ontologia. I. Perez, Daniel Omar, 1968-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The transcendental status and scope of the *Critique of pure reason*
Palavras-chave em inglês:
Philosophy german
Ontology
Área de concentração: Filosofia
Titulação: Doutor em Filosofia
Banca examinadora:
Daniel Omar Perez [Orientador]
Suze de Oliveira Piza
Jorge Vanderlei Costa da Conceição
Antonio Florentino Neto
Fábio César Scherer
Data de defesa: 30-09-2019
Programa de Pós-Graduação: Filosofia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: 0000-0002-9891-9626
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6506237147824218

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de setembro de 2019, considerou o candidato Luis Cesar Yanzer Portela aprovado.

Prof. Dr. Daniel Omar Perez

Profa. Dra. Suze de Oliveira Pizza

Prof. Dr. Antonio Florentino Neto

Prof. Dr. Jorge Vanderlei Costa da Conceição

Prof. Dr. Fábio César Scherer

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/ Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para meu grande amigo e interlocutor, Juan Adolfo Bonaccini (*In Memoriam*).

Para minha esposa, Carla Luciane Bordignon.

Para meu filho, Lucas Souza Portela.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo Daniel Omar Perez, pelo afeto, interlocução e primorosa orientação.

Ao prof. Dr. Olavo Pimenta Calabria, e à professora Dra. Suzi de Oliveira Pizza pelas observações e questionamentos efetuados durante a Banca de qualificação e que me auxiliaram a aprimorar a pesquisa e a repensar e dar um novo formato expositivo à tese.

Ao Prof. Dr. Antonio Florentino Neto; ao Prof. Dr. Jorge Vanderlei Costa da Conceição e ao Prof. Dr. Fábio César Scherer, pela disponibilidade de participarem da Banca Examinadora.

Aos meus colegas e amigos orientandos do prof. Daniel, com quem mantive excelentes e, por vezes, calorosas discussões sobre a filosofia kantiana e aprendi muito, principalmente o "arguto" Luhan Galvão Alves, o "ousado" José Henrique Alexandre de Azevedo e o "prudente" André Renato de Oliveira.

Ao meu pai João Portela e à minha mãe Ana Francisca Yanzer Portela, pelo amor, educação e apoio que me dedicam.

À UNIOESTE, pela liberação para cursar Doutorado.

À Capes. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (Fundação Araucária), que, por meio do Programa de Apoio à Capacitação Docente das Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná - Doutorado (Acordo Capes/FA), chamada 13/2014 e convênio 163/2015, apoiou a realização desse trabalho.

... no que concerne à Metafísica, parece que estamos tomados de perplexidade na investigação das verdades metafísicas. Ostenta-se agora uma espécie de *indiferentismo* em face dessa ciência, pois parece ter-se tornado ponto de honra falar com desprezo das investigações metafísicas, como se passasse de meras bizantinices. E, no entanto, a Metafísica é a autêntica, a verdadeira Filosofia! (Log IX: 39)

RESUMO

Esta tese sustenta que a *Crítica da Razão Pura* tem um *status* geral e um específico. Seu *status* geral é o de uma metafísica concebida como crítica transcendental e visa à execução de um duplo escopo geral – a avaliação das faculdades da razão pura, no que concerne às suas fontes, limites e extensão; a propedêutica ao sistema da razão pura, composto por várias ciências metafísicas – e um escopo específico. A execução do duplo escopo geral é visada por todas as seções da obra. O escopo específico é a elaboração de uma teoria acerca dos objetos em geral da intuição sensível, por sua vez visada pela *Estética transcendental* e pela *Analítica transcendental.* A tese sustenta que a execução do escopo específico concede à obra o *status* de filosofia transcendental concebida como ontologia. Sustenta-se que essa ontologia, contudo, não é integralmente apresentada, na *Crítica da Razão Pura*, e deverá ser completada e reexposta por ocasião da elaboração do sistema da razão pura, como uma das ciências metafísicas que constituem a Metafísica da Natureza. Para alcançar esse objetivo, em primeiro plano, as interpretações mais significativas a respeito do debate sobre o status da *Crítica da Razão Pura* são avaliadas; em segundo plano, a tese se decide por uma posição e, por fim, demonstra a hipótese desde a própria obra kantiana.

Palavras-Chave: Kant, Immanuel, 1722-1804 - Crítica da Razão Pura; Filosofia transcendental; Crítica transcendental; Ontologia; Sistema da razão pura; Metafísica da natureza.

ABSTRACT

This thesis sustains that the Critique of Pure Reason has a general *status* and a specific one. Its general *status* is that of metaphysics conceived as transcendental critique and is intended for the execution of a twofold general scope - the evaluation of the faculties of pure reason as to their source, limits and extent; propaedeutic to the system of pure reason, composed of various metaphysical sciences - and a specific scope. The execution of the double general scope is targeted through all the sections of the work. The specific scope is the elaboration of a theory about the general objects of sensible intuition, therefore targeted at by *Transcendental Aesthetics* and *Transcendental Analytics*. The thesis holds that the execution of the specific scope grants to the work the status of transcendental philosophy conceived as ontology. It is sustained that this ontology, however, is not fully presented in the *Critique of Pure Reason*, and must be completed and restated in the occasion of the elaboration of the system of pure reason, as one of the metaphysical sciences that constitute the Metaphysics of Nature. To achieve this goal, in the foreground, the most significant interpretations about the debate around the *status* of the *Critique of Pure Reason are* evaluated; in the background, the thesis decides for a position and, finally, demonstrates the hypothesis from the Kantian work itself.

Keywords: Kant, Immanuel, 1722-1804 - Critique of Pure Reason; Transcendental philosophy; Transcendental critique; Ontology; System of pure reason; Metaphysics of nature.

Nota sobre as citações, as traduções e as abreviaturas

Todas as citações das obras de Immanuel Kant são feitas conforme a edição da Academia – *Akademie-Ausgabe* (*Kant´s Gesammelte Schriften*, 29 vol. Berlin: Walter de Gruyter [e antecessoras], 1900–). Referenciamos a *Crítica da Razão Pura (KrV),* como de praxe, usando A para a primeira edição (1781) e B para a segunda (1787), seguidas das correspondentes paginações. As referências às demais obras são feitas conforme abreviação estipulada pela *Kant-Forschungsstelle der Johannes Gutenberg-Universität Mainz*, sem qualquer prefixo tal como AA, ou AK, seguida do volume da edição e do número de página da Academia. Ex. MAN IV: 09. Citamos todas as obras pelas traduções existentes em língua portuguesa que constam no item da tese denominado Referências Bibliográficas. Empreendemos as traduções das cartas (*Briefe*) e de todas as citações de obras estrangeiras de outros autores que não têm traduções para a língua portuguesa. Abaixo segue a lista das abreviaturas das obras de Kant utilizadas na tese.

BR *Briefe*
FM *Welches sind die wirklichen Fortschritte, die Metaphysik seit Leibnitzens und Wolf's Zeiten in Deutschland gemacht hat?*
GMS *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*
KpV *Kritik der praktischen Vernunft*
KrV *Kritik der reinen Vernunft (zu zitieren nach Originalpaginierung A/B)*
KU *Kritik der Urteilskraft*
Log *Logik*
MAN *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften*
Prol *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*
V-Met-L2/Pölitz *Kant Metaphysik L 2 (Pölitz, Original)*
ÜE *Über eine Entdeckung, nach der alle neue Kritik der reinen Vernunft durch eine ältere entbehrlich gemacht werden soll*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 DAS DISTINTAS INTERPRETAÇÕES DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* 29
1.1. Apresentação das distintas intepretações da *Crítica da Razão Pura* 29
1.2. Das constatações e questionamentos 30
1.3. Caracterizações gerais das propostas interpretativas 32
1.4. Das insuficiências das caracterizações das interpretações e de uma proposta para sua superação 34
1.5. Escolha de significativo representante de cada uma das diversas propostas: Caracterização da proposta 35
1.6. Posição dos intérpretes frente a constatações e questionamentos expostos em 1.2 ..41
1.6.1. Da primeira constatação 42
1.6.1.1. Do primeiro questionamento e suas respostas 42
1.6.1.2. Do segundo questionamento e suas respostas 42
1.6.1.3. Do Terceiro questionamento e suas respostas 49
1.6.2. Da segunda constatação e dos questionamentos que suscita 53
1.6.2.1. Do primeiro questionamento e suas respostas 54
1.6.2.2. Do segundo questionamento e suas respostas 55
1.6.3. Da terceira constatação e dos questionamentos que suscita 62
1.6.3.1. Do primeiro questionamento e suas respostas 62
1.6.3.2. Do segundo questionamento e suas respostas 63
1.6.4. Do questionamento metodológico originado pelos questionamentos suscitados pelas constatações 67
1.7. Resultados obtidos 71
1.8. Apresentação da hipótese da Tese 74
2. APRESENTAÇÃO DE UM ARGUMENTO PARCIAL PARA A DETERMINAÇÃO DOS *STATUS* E DOS ESCOPOS GERAIS DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* 77
2.1. Das passagens em que é dito que a *Crítica da Razão Pura* é uma obra de metafísica 78
2.2. Em busca do significado do *status* metafísico da *Crítica da Razão Pura* 89
2.3. Do enigma do *status* e escopo da metafísica como ciência na *Crítica da Razão Pura* 91
2.4. Da "ideia" de uma ciência especial denominada *Crítica da Razão Pura* 92
2.4.1. O primeiro passo: a "ideia" de uma ciência especial e a "ideia" de um sistema da razão pura 94
2.4.2. O segundo passo: a "ideia" de uma ciência especial como crítica transcendental e a "ideia" de uma filosofia transcendental 96
2.4.3. O terceiro passo: *Crítica da Razão Pura* e "ideia" da Filosofia transcendental como analítica 101
2.4.4. Decorrências da exposição do item VII da *Introdução* 107
2.5. Da solução provisória do enigma do *status* e escopo da metafísica como ciência na *Crítica da Razão Pura* 117
3. DA IMPOSSIBILIDADE DE A METAFÍSICA DOS COSTUMES SER CONSIDERADA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL 121
3.1. Apresentação dos motivos e critérios para que o sistema da moralidade não tenha *status* de filosofia transcendental 122

3.2. Do primeiro motivo e critério para que o sistema da moralidade não tenha o status de filosofia transcendental I 128
3.3. Do segundo motivo e dos dois critérios para que o sistema da moralidade não tenha o status de filosofia transcendental 132
3.4. Das conclusões alcançadas e suas implicações para a revisão da solução ofertada ao enigma exposto no segundo capítulo 138
4. DA IMPOSSIBILIDADE DE AS CIÊNCIAS QUE PERTENCEM À METAFÍSICA DA NATUREZA, EXCETO A ONTOLOGIA, TEREM O *STATUS* DE FILOSOFIA TRANSCENDENTAL 141
4.1. Da impossibilidade de as ciências da fisiologia imanente serem filosofias transcendentais 141
4.2. Da impossibilidade de considerar a Cosmologia Racional e a Teologia Racional como filosofias transcendentais 148
4.3. Da ontologia como filosofia transcendental 167
5. DA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL COMO ONTOLOGIA SER PROPEDÊUTICA A SI MESMA: UM CONTRASSENSO? 170
5.1. Da ambiguidade das definições de filosofia transcendental como ontologia na seção da *Arquitetônica da razão pura* e *nos Progressos* 171
5.2. A Filosofia transcendental como Ontologia na *Crítica da Razão Pura* e na primeira parte da Metafísica da Natureza: um contrassenso aparente 185
5.2.1. Da identificação de elementos que podem dissolver o contrassenso 186
5.2.2. Das declarações de Kant na *Analítica dos conceitos* 187
5.2.3. Das declarações de Kant da *Analítica dos princípios* 197
5.2.4. Das declarações de Kant na *Doutrina transcendental do método* 203
5.2.5. A parte analítica e sintética do sistema da filosofia transcendental nos *Prolegômenos* 213
5.3. Da dissolução do contrassenso apontado no final do item 5.1 218
CONCLUSÃO 224
REFERÊNCIAS 233

INTRODUÇÃO

No ano de 1781 vem a lume a *Crítica da Razão Pura*, escrita por Immanuel Kant. Após sua publicação, essa obra recebe uma série de apreciações, exames e julgamentos, alguns deles irascíveis, visando detratá-la em sua totalidade, outros mais moderados, repreendendo-lhe algum aspecto, procedimento argumentativo ou metodológico, no todo ou em parte.

Afora essas condenações, muitos leitores dirigem-se a Kant, pública ou privadamente, solicitando-lhe esclarecimentos acerca de declarações, argumentos, etc., que lhes pareciam obscuros ou, simplesmente, contradizerem aquilo que encontravam na própria *Crítica*. Assim sendo, Kant, visando evitar mal-entendidos, resolve publicar, no ano de 1783, uma obra de esclarecimento, mais concisa, diferente quanto ao método sintético usado na confecção da *Crítica da Razão Pura*[1] – supõe, de fato, que o método analítico poderia auxiliar quanto àquelas dúvidas e mal-entendidos: trata-se dos *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*[2]. A obra, porém, não alcança o resultado esperado e as solicitações de esclarecimentos acerca da *Crítica da Razão Pura* continuam, assim como, ao parecer de Kant, os juízos errôneos e, mesmo, os comentários eivados de má-fé[3].

É assim que resolve revisá-la, ampliá-la e republicá-la. Em 1787, vem a público uma segunda edição da *Crítica da Razão Pura*. Dela, consta um novo prefácio, reformulam-se partes da *Introdução*, frases e parágrafos da *Estética transcendental* e elabora-se a apresentação de uma divisão entre exposição metafísica e transcendental tanto dos conceitos de espaço quanto de tempo; dá-se, ainda, uma ampla substituição da seção da *Dedução transcendental das Categorias*, uma nova formulação dos princípios do Juízo, o acréscimo de uma conclusão à *Analítica dos princípios* (a "Refutação do idealismo"), a exclusão e acréscimos de alguns parágrafos da seção denominada "Do fundamento da distinção de todos

[1] Neste trabalho, nos orientamos pelas obras de Kant publicadas em alemão pela Academia de Berlim, mas as citamos no português. A *Crítica da Razão Pura* é referida e citada segundo a tradução feita por Valerio Rohden. Quando tivemos algumas dúvidas sobre termos ou passagens específicas, consultamos a tradução de Fernando Costa Mattos. Quando referenciamos a *Crítica da Razão Pura* somente mencionando a primeira Edição, por exemplo, KrV A 10, nos utilizamos da tradução de Fernando Costa Mattos.

[2] No caso desta obra, consultamos a versão em português de José Oscar de Almeida Marques e a publicada na coleção dos Pensadores por Tânia Maria Bernkopf. Daqui para frente essa obra sempre será referida somente como *Prolegômenos*.

[3] Heidegger, 1975, p. 56 nos informa que a primeira crítica de Kant teve 2000 citações durante a vida do autor. Esse índice de citações é extremamente significativo, mostrando o interesse do público especializado pelo livro em questão.

os objetos em geral em *phaenomena* e *noumena*" e a reformulação da seção denominada "Dos paralogismos da Razão pura".

A comoção e as reformulações que foram observadas ainda durante a vida do autor, porém**,** mal dão ideia da relevância da *Crítica da Razão Pura* para a compreensão dos rumos do pensamento filosófico ocidental. Uma das raízes dessa repercussão é a amplitude temática recoberta pela obra. Ao longo da *Crítica*, Kant trata de vários temas e problemas considerados pertinentes a áreas diferentes e específicas da filosofia, tais como:

a) Teoria do conhecimento: origem, limites e extensão do conhecimento; diferença entre conhecimento empírico, *a priori*, sintético, racional por conceitos, racional por construção de conceitos, conhecimento transcendental; distinção entre intuição pura e empírica, formas da intuição, sua relevância para o conhecimento; diferenciação da natureza dos conceitos: empíricos, puros ou categorias, conceitos matemáticos, conceitos de reflexão e conceitos como ideias e suas respectivas funções cognitivas;
b) Lógica: diferenciação entre juízos analíticos, sintéticos *a priori*, sintéticos *a posteriori* e seus princípios; caracterização do âmbito de competência da Lógica formal como lógica do pensamento puro sem consideração da origem de objetos, seus limites e extensão; estabelecimento de uma Lógica transcendental que leve em consideração a origem dos objetos, seus limites e extensão; configuração dos conceitos e juízos que são de sua competência; diferença entre conceitos puros de objetos e princípios na forma de juízos sintéticos *a priori*;
c) Filosofia da linguagem: considerações sobre o estatuto dos conceitos puros, seus significados e referências; estabelecimento dos juízos que portam sentido, significado e referência para poderem ser ditos objetivos e científicos porquanto portam a verdade, etc.;
d) Metafísica: crítica à ontologia racionalista concebida como ciência acerca dos entes enquanto entes e suas propriedades fundamentais; crítica às metafísicas especiais que se arvoravam em expor cientificamente, ou assim versar sobre a existência de Deus, a imortalidade da alma, o início e a totalidade do mundo; diferença entre coisas em si mesmas e fenômenos; incognoscibilidade das coisas em si mesmas; sentido crítico de ontologia como filosofia transcendental; *status* da Metafísica da Natureza em sentido crítico e suas subdivisões; *status* da Metafísica dos Costumes em sentido crítico; definição e caracterização geral da metafísica

crítica como conhecimento racional por conceitos; uma nova concepção de ontologia concebida como filosofia transcendental;

e) Epistemologia ou filosofia da ciência: justificação da matemática em geral, da aritmética e geometria como ciência; justificação do conhecimento matemático como conhecimento por construção de conceitos; fundamentos da ciência físico-matemática da natureza; impossibilidade de uma psicologia como ciência, divisão entre psicologia empírica e psicologia racional;

f) Psicologia: natureza das faculdades cognitivas da mente, de suas atividades e produtos cognitivos; representações conscientes e inconscientes; natureza da percepção, consciência e autoconsciência.

Mesmo quando nessa sua primeira obra crítica Kant trata de temas e problemas que já pertenciam a alguma área do conhecimento filosófico e já haviam sido abordados por outros autores, concede-lhes perspectiva completamente inovadora: o caráter transcendental, ponto em torno do qual estabelece sua concepção renovada de filosofia. Evidencia-se também que boa parte das investigações naquelas áreas do conhecimento, após a edição da *Crítica da Razão Pura*, acabará por remeter aos aportes inovadores que esta concedeu a seus temas, problemas e soluções. Essa remissão ocorre de duas formas: ou como aceitação e aprofundamento do abordado por Kant, ou como rejeição e contraposição. Talvez não seja exagerado, por fim, dizer que a *Crítica da Razão Pura* estabelece, a par de tudo isso, um *novo* espectro de temas.

Além de tudo que se mencionou até aqui, talvez a prova maior da relevância dessa obra se encontre no fato de que é tendo por horizonte o empreendimento transcendental kantiano que surge grande parte das correntes filosóficas florescidas no século XX: a Fenomenologia, o Positivismo Racional, o Positivismo Lógico, a Escola de Frankfurt, a Filosofia Analítica[4].

[4] Apenas para dar alguns exemplos específicos, podemos mencionar alguns casos das referidas escolas. No caso da fenomenologia, o próprio Husserl reformula a filosofia a partir das suas leituras explícitas de Descartes e Kant. Um claro exemplo dessa operação pode ser contatado no tratado de Husserl (1956) "Kant und die Idee der Transzendentalphilosophie". Heidegger (1986) mostra a relevância de Kant na própria obra fundamental, *Sein und Zeit*, prometendo uma segunda parte em que trataria de Aristóteles, Descartes e Kant para avançar no seu programa. Mesmo que essa segunda parte nunca tenha sido realizada, Heidegger abordou em vários momentos a obra de Kant. No positivismo racional, Karl Popper retoma Kant e sua crítica como objeto de questionamento acerca da teoria da verdade. No positivismo lógico, Carnap e seu entorno, a partir do projeto da análise lógica da linguagem, abordam Kant em sentido crítico. Na escola de Frankfurt, quase todos os seus membros escreveram de diferentes formas sobre Kant, a *Crítica da Razão Pura* e o projeto de esclarecimento. No caso da filosofia analítica, o filósofo Strawson, é decisivo para mostrar a influência do clássico nessa escola. Para além disso, vale destacar dois livros que mostram a relação entre Kant e a filosofia analítica. Um é o de Coffa (1991). O outro é o

Pode-se, todavia, perguntar se a *Crítica da Razão Pura*, justamente na medida em que aborda questões pertinentes a várias áreas da filosofia, é obra fragmentária, agregado de investigações, como um manual ou enciclopédia de saberes ou se seu procedimento investigativo pertence a uma área exclusiva, identificada à filosofia transcendental[5].

Pergunta-se ainda se a *Crítica da Razão Pura* é obra de uma área específica da filosofia ocupada com questões e problemas de sua alçada, mas, devido à profundidade e extensão de seu escopo, ocupa-se de temas e problemas de outras áreas da filosofia, pois o empreendimento transcendental incidiria em um tratamento inovador para estas. Em assim sendo, talvez a *Crítica* tenha a peculiaridade de ocupar-se com temas e questões pertinentes a tais campos para utilizá-los como meios, não somente na resolução de das questões de sua alçada, mas para o estabelecimento de princípios transcendentais atinentes a elas mesmas e outras áreas da filosofia.

Outra possibilidade seria a de pensar, como caso extremo, que a *Crítica da Razão Pura* é exclusivamente uma obra de filosofia transcendental devido ao seu caráter investigativo ser transcendental, sem que essa filosofia transcendental possa ser identificada com qualquer área específica da filosofia. Neste último caso, seu peculiar *status* de filosofia transcendental residirá precisamente em implementar um empreendimento investigativo peculiar, dito transcendental, que estabelece os princípios fundamentais doravante apostos a várias áreas da filosofia, propiciando-lhe meios para conceber transcendentalmente seus objetos.

Estendendo ainda mais a especulação, poderia ser a *Crítica da Razão Pura* uma obra de filosofia transcendental restrita a estabelecer os princípios que fundamentam a validez de uma estrita e determinada área da filosofia, consistindo sua remissão a temas pertinentes a outras áreas da filosofia um mero subsídio para seu propósito final.

Essas possibilidades reúnem-se em assumirem a postura transcendental kantiana como inovadoramente decisiva. A partir daqui, surgem algumas perguntas:

1. Quais as características definidoras de um empreendimento investigativo transcendental?

Hanna (2001). Já Loparic (2000), afirma que a partir de Kant é que foi possível tanto o projeto de Heidegger, quanto o de Carnap.

[5] O tema do processo investigativo e, especialmente, de escrita das obras de Kant foi objeto de análise por vários pesquisadores. Vaihinger (1881), por exemplo, propôs a hipótese da colcha de retalhos (patchwork), assumida por Kemp Smith (2003) e, criticada por Paton (1936).

2. O empreendimento investigativo transcendental executado na *Crítica da Razão Pura,* que lhe concede o status de uma filosofia transcendental, vincula-se a execução de um ou mais escopos realizados em todas as seções da obra, ou a de algum escopo específico realizado exclusivamente em algumas de suas seções?
3. Em que sentido a *Crítica da Razão Pura* empreende uma investigação que tem *status* Filosofia transcendental?
4. Quais as características definidoras de uma filosofia transcendental?
5. Por que a *Crítica da Razão Pura* é uma de filosofia transcendental?
6. A *Crítica da Razão Pura* é uma obra de filosofia transcendental porque realiza todas as pretensões que competem a uma filosofia transcendental, ou porque realiza uma ou outra de suas pretensões? Ela realiza as peculiares pretensões que lhe competem em todas ou em algumas seções da obra e, em sendo o caso, quais e de que modo? Ao realizar as pretensões que lhe competem enquanto filosofia transcendental, ela esgota toda a completude necessária à filosofia transcendental, ou somente a necessária para a apresentação dos principais elementos envolvidos em uma de suas pretensões?

Buscar responder a essa série de questionamentos é o propósito desta tese.

É de se notar que, atentos à história da recepção e dos estudos e comentários da *Crítica da Razão Pura*, advertimos que a identificação do escopo e do *status*[6] transcendental da obra consiste em uma das questões mais controversas entre estudiosos. Encontram-se na *Kant-Literatur* variadas e díspares interpretações a respeito. Diz-se, por exemplo, ser obra de: a) *Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza*. Tal é o caso de Cohen (2001)[7], Wildelband (1951), Cassirer (1986), Vuillemin (1954), Philonenko (1989, 1996); b) *Teoria do Conhecimento*: Russerl (1997), Bennett (1966), Allison (1983) e Guyer (1987, 2006), Dicker (2004); c) *Psicologia Transcendental*: Kitcher (1990), Brook (1994), Waxman (2013); d) *Semântica Transcendental*: Butts (1969), Loparic (2000), Hanna (2004), Perez (2008); e) *Metafísica da Experiência*: Paton (1936) e Strawson (1966); f) *Ontologia*: Heidegger (1996), Martin (1963), Chenet (2004), Americks (1992 e 2003), Longuenesse (1993) e Bonaccini (2013 e 2016).

---

[6] Escopo tem, aqui, o sentido de intento; *status*, porém, pode dizer respeito à repercussão, que envolve uma interpretação do escopo, estabelecida como dominante, ou ao aspecto principal de que se reveste o escopo, necessariamente. A recepção da obra deve ser determinada por esse segundo sentido de *status*, que será, nesta Tese, o sustentado.

[7] As datas utilizadas aqui e na sequência que dizem respeito às obras dos autores nem sempre são referidas mediante a menção do ano da publicação em língua original, algumas são mediante o ano de publicação da tradução que usamos e que constam nas Referências Bibliográficas.

Ademais, ao voltarmos nosso olhar para a obra de alguns dos significativos representantes dessas mencionadas interpretações – (Cohen (2001); Allison (1983); Kitcher (1995); Loparic (2000); Strawson (1966); Heidegger (1996)[8] – em que cada um sustenta uma particular e diferencial concepção acerca do *status* e escopo que atribuem à *Crítica da Razão Pura*, vinculando-os a distintas áreas do conhecimento – pudemos constatar que uns ou outros:

a) atribuem à obra kantiana um *status* e um escopo geral vinculados ao realizado em toda a *Doutrina transcendental dos elementos*, sem identificar aqueles concernentes à da filosofia transcendental. Contudo, concedem-lhe um *status* específico de filosofia transcendental devido ao escopo específico executado nas seções da *Estética transcendental e* da *Analítica transcendental*; Assim sendo, vinculam tal *status* específico a uma peculiar área do conhecimento.

b) atribuem *um único status* transcendental à investigação de competência da filosofia transcendental, identificada com um peculiar tipo de investigação pertinente a uma determinada área do conhecimento;

c) afirmam que o *status e o escopo* da *Crítica da Razão Pura* pertinente à área do conhecimento da metafísica e, assim, buscam sustentar que a especificidade da obra kantiana é o de uma metafísica que deve ser compreendida como filosofia transcendental. Alguns dos proponentes desse tipo de interpretação, contudo, divergem tanto quanto ao *status* e ao escopo metafísico e transcendental que devem ser concedidos à obra, mesmo no caso de considerarem que esses devem ser atribuídos às mesmas seções da obra;

d) entendem que o *status* e o escopo da *Crítica da Razão Pura* não são pertinentes à área do conhecimento da metafísica e, assim, buscam sustentar que a especificidade da obra kantiana vincula-se a outra área do conhecimento e, ainda, que seu *status* e escopo são de uma filosofia transcendental, na medida em que esse tipo de investigação é uma modalidade daquela. Alguns dos proponentes desse tipo de interpretação, contudo, divergem tanto a respeito da área geral ao qual se vinculam

[8] No primeiro capítulo da tese, nos ocupamos em: a) justificar a escolha de cada um desses representantes das interpretações acima; b) ofertar uma apresentação mais precisa e circunspecta da posição de cada um, bem como elementos da obra kantiana a que dão atenção, mediante a citação de passagens ínsitas em sua obra, para sustentarem sua concepção acerca do *status* e escopo que concedem à *Crítica da Razão Pura*. Nosso propósito, por ora, é somente apontar a existência das diferentes concepções acerca do *status* e escopo que cada um atribui a *Crítica da Razão Pura* e chamar a atenção para a diferença dos elementos que cada um mobiliza para tanto e, independente da comprovação que fazemos no capítulo primeiro, podem ser atestadas ou rememoradas por quem já leu tais obras, motivo pelo qual nos abstemos, neste momento, de utilizarmos o recurso a citações de passagens que corroborem as afirmações que efetuamos.

o *status* e o escopo que devem ser atribuídos à obra, quanto a respeito da especificidade do *status* e do escopo de filosofia transcendental que devem ser atribuídos à obra. Alguns concordam também a respeito de quais seções da obra devem ser identificadas como lhe concedendo o *status* de filosofia transcendental e qual é seu escopo;

e) não atribuem à obra o *status* e o escopo de uma metafísica, mas, por vezes, se referem – *en passant* – a que a *Crítica da Razão Pura* seja obra de metafísica, ou aborde temas vinculados a esta área, ainda que de modo não bem especificado, sem se aterem em explorar o que isso implica para suas propostas interpretativas, nem para uma adequada compreensão do *status* e escopo da obra. Já um dos proponentes de uma interpretação não metafísica acerca do *status* e escopo da obra kantiana, Loparic, menciona passagens em que Kant lhe concede *status* e escopo geral de metafísica, e um específico de filosofia transcendental como ontologia, realizada na seção da *Estética transcendental e Analítica transcendental*;

f) mencionam passagens de Kant em que ele afirma que a *Crítica da Razão Pura* não pode ser entendida ainda como filosofia transcendental, mas somente crítica transcendental enquanto propedêutica à filosofia transcendental que deve ser exposta num sistema futuro, prometendo elaborá-la após ter empreendido o trabalho crítico pertinente à avaliação das faculdades da razão pura quanto às suas fontes, limites e extensão. Alguns mencionam tais passagens, contudo, não se detendo a ofertar-lhe uma interpretação seja acerca do que isso implica à determinação do escopo e do *status* que devem ser concedidos à obra como filosofia transcendental, seja acerca de qual sua relação com outras afirmações de Kant em que atribui à sua própria obra o *status* de uma filosofia transcendental, ou, ainda, seja acerca de qual é a específica natureza dessa filosofia transcendental que Kant se propõe a expor após o trabalho crítico;

g) desdenham afirmações de Kant ínsitas em sua obra acerca do *status* e escopo metafísico que o próprio autor atribui à *Crítica da Razão Pura* e seu escopo propedêutico a um sistema de metafísica futura ao qual seria assegurado o *status* não dogmático de ciência;

h) não mencionam passagens das obras de Kant em que este concede à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma obra de filosofia transcendental concebida como ontologia, ao empreendimento que executa nas seções da *Estética transcendental e Analítica transcendental*; outros não as ignoram, mas acabam por identificar duas

definições apresentadas por Kant: uma exposta nos *Progressos da Metafísica* e outra na seção da *Crítica da Razão Pura* denominada *Arquitetônica da razão pura*. Nesta última, a filosofia transcendental como ontologia é apresentada como primeira parte da Metafísica da Natureza da qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica. A primeira dessas definições considera que a investigação pertinente às seções *da Estética transcendental e* da *Analítica transcendental* é relacionada à filosofia transcendental concebida como ontologia. Já a segunda, considera que a investigação da filosofia transcendental concebida como ontologia pertence à investigação a ser executada em uma das divisões da Metafísica da Natureza a qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, e que deve ser efetivada após a investigação pertinente a essa última.

Quanto a esse último ponto, constatamos, que devido a Kant caracterizar tais definições de modo idêntico alguns intérpretes acabam considerando que elas se referem exclusivamente ao realizado na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental*, implicando isso o seguinte aparente contrassenso: se a filosofia transcendental/ontologia é executada nessas seções, e esta é propedêutica à Metafísica da Natureza, a qual contém como sua primeira parte a filosofia transcendental/ontologia aí exposta, então a filosofia transcendental/ontologia é uma propedêutica de si mesma e deveria, consequentemente, ser transposta tal qual é exposta na *Estética transcendental* e *Analítica transcendental* para a primeira parte da Metafísica da Natureza, de que é propedêutica. Contudo, constatamos que, se tais intérpretes evitam tal contrassenso, considerando que as duas definições kantianas remetem ao executado exclusivamente na *Crítica da Razão Pura*, não é isso que Kant efetivamente faz.

De todas essas constatações, podemos identificar os seguintes elementos:

a) existem distintas intepretações acerca da *Crítica da Razão Pura* no que se refere a seu *status* e escopo;
b) cada um mobiliza diferentes elementos encontrados na obra kantiana para a consideração que concedem ao *status* e ao escopo que devem ser atribuídos à *Crítica da Razão Pura*;
c) algumas dessas interpretações revelam a ocorrência de diversos elementos ínsitos na obra de Kant que se apresentam como parecendo contrassensos.

Devido a tais elementos, podemos extrair as seguintes constatações:

a) Uma das questões, e talvez a principal, que tem dado margem a que diferentes comentadores venham a sustentar diferentes concepções acerca do *status* e escopo

da *Crítica da Razão Pura* parece ser o fato de encontrarem no texto kantiano um conjunto de passagens que estão em desacordo entre si;

b) dado haver uma série de contrassensos – entre um conjunto e outro – na própria obra kantiana, os comentadores, na maioria das vezes, em vez de confrontá-los os evitam com o intuito de seguir uma linha interpretativa que ofereça coerência ao projeto filosófico kantiano;

c) agora, independente do mérito que deve ser atribuído a cada um desses especialistas da obra kantiana e da contribuição que cada qual tem ofertado para a compreensão e o esclarecimento de vários temas, conceitos e conteúdos específicos ínsitos na obra kantiana a partir do estabelecimento que cada qual faz ao atribuir-lhe diferencial *status* e escopo, e mais, sem entrar no mérito de qual é a melhor interpretação dentre as ofertadas, o que se constata é que o tema do *status* e escopo da *Crítica da Razão Pura* tem implicado ampla controvérsia entre os comentadores e encontra-se em estado de "problema aberto", possibilitando que se seja tomado por objeto de uma investigação *não comprometida já desde o início* com o propósito de identificá-los como os melhores meios para ofertar uma leitura e compreensão coerente e detalhada de vários conceitos e conteúdos específicos ínsitos em algumas ou várias seções da obra, trabalho esse, ademais, reconhecidamente meritório, mas com o propósito mais módico e prévio a este, a saber, *restrito exclusivamente* à busca da identificação do *status* e escopo da obra, atento àquilo que ressalta à vista quando voltamos para a obra dos comentaristas e que se apresenta como um "sintoma", a saber – que existe na obra de Kant uma série de elementos, conceitos, declarações que incidem na determinação do *status* e escopo da obra e ele, com esse fim, mobiliza, mas que se mostram por vezes estar em desacordo com outros que também mobiliza implicando contrassenso.

Atento a essa última exigência, este trabalho módico deve, contudo, enfrentar a tarefa de desvendar os vários enigmas implicados na trama dos conceitos que Kant mobiliza em vários momentos de sua obra para, assim, alcançar por último uma interpretação acerca do *status* e escopo da obra, bem como a tarefa de revelar um sentido não contraditório ao maior número possível de elementos identificados e privilegiados diferentemente por distintos comentaristas, e que são encontrados na obra de Kant como parecendo estar em desacordo com outros ou conduzindo a contrassenso.

Essa tarefa, exigida para uma investigação que se ocupe *estrita e exclusivamente* em desvendar o escopo e o *status* que Kant atribui à sua obra, não é um princípio, uma

máxima subjetiva que o investigador pode assumir ou não para a conduta de sua pesquisa. A exigência dessa tarefa também não é algo que se pode desprezar ao se deparar no texto de Kant com vários conceitos e definições em conflito. Essa tarefa não deve ser substituída pela utilização de um expediente mais simples que, por exemplo, consista em ignorá-los ou meramente apontá-los, sem enfrentá-los, como se estivessem contidos na obra por um desleixo ou algo parecido, ou devido a que essa obra trata-se de um "patchwork". A exigência dessa tarefa, ademais, não deve ser desprezada porque não fora cumprida pelos comentaristas citados quando cada qual atribuiu um escopo ou *status* diferente à obra, e isso simplesmente porque, quando apresentam sua concepção sobre estes, não estão de fato estritamente ocupados com o mesmo interesse que deve ser aquele do investigador que deve se ocupar estritamente em indagar pelo *status* e escopo da obra.

Na obra kantiana, encontramos várias passagens em que, ao se referir seja ao método de exposição usado *na Crítica da Razão Pura*, seja ao método de investigação peculiar ao tipo de empreendimento que aí executa, seja aos meios utilizados para atingir o propósito último de sua obra, o autor dá indicativos de por que tais elementos constam em sua obra. Em sendo assim, é em atenção a tais passagens que o pesquisador, ocupado com a estrita investigação de buscar compreender o *status* e o escopo da obra, deve extrair os elementos que devem guiar sua tarefa e conduta investigativa se quiser desvendar a trama enigmática de conceitos. Cito Kant:

> Ninguém tenta estabelecer uma ciência sem que lhe subjaza uma ideia. Só que na elaboração de uma tal ciência, o esquema, e até mesmo a definição que dá logo de início a tal ciência, corresponde muito raramente à sua ideia; pois esta última se encontra na razão como um germe no qual todas as partes estão ocultas, ainda muito pouco desenvolvidas e mal reconhecíveis a uma observação microscópica[9].

> Em suas tentativas transcendentais, pois, a razão não poderá encarar com tanta confiança o caminho a trilhar, como se o trajeto já percorrido venha a conduzir tão diretamente ao alvo; também não poderá contar com as premissas que lhe subjazem tão corajosamente que não se tornem necessários frequentes retrospectos e cuidados para examinar se não se manifestam na progressão das inferências, erros não percebidos nos princípios e que imponham ou a maior determinação dos mesmos ou a sua completa alteração[10].

> Na filosofia não se deve imitar a matemática no que tange a iniciar com as definições, a não ser que assim se proceda a título de mera tentativa. Com

[9] KrV A 834 / B 862.
[10] KrV A 735 / B 763.

> efeito, como as definições são análises de conceitos dados, estes últimos as precedem ainda que de modo tão somente confuso; além disso a exposição incompleta precede a completa de tal forma que, a partir de algumas notas obtidas mediante uma análise ainda incompleta, podemos inferir muitas coisas antes de atingirmos a exposição completa, ou seja, a definição. Numa palavra, na filosofia a definição, enquanto uma clareza apropriada, deve antes concluir do que começar o nosso labor[11].

Assim, considerando que o tema do *status* e do escopo transcendental da *Crítica da Razão Pura* e da filosofia transcendental conduz ao centro do propósito visado por Kant com sua obra, sendo um dos que implica maior controvérsia entre os comentadores, em estado de "problema aberto" e guiado pelo estrito propósito e tarefa acima estabelecidos, propomo-nos, nesta tese, torná-lo objeto de investigação. A proposta que visamos expor, sustentar e demonstrar é a seguinte:

1) A *Crítica da Razão Pura* é tem um *status* geral e um específico. Ambos são de metafisica científica;
2) o *status* geral da *Crítica da Razão Pura* é o de uma metafísica científica especial concebida como crítica transcendental, que visa à execução de um duplo escopo geral, um avaliatório e outro propedêutico. Seu escopo avaliatório consiste em proceder a avaliação das faculdades da razão pura, quanto as suas fontes, limites e extensão, em vista do estabelecimento dos princípios da síntese pura em toda sua extensão. Seu escopo propedêutico visa preparar as condições para a elaboração do sistema da razão pura, que se projeta em duas ciências gerais, a saber, a Metafísica da Natureza (que se constitui em um conjunto de ciências, cada uma com escopo peculiar) e a Metafísica dos Costumes. A *Crítica da Razão Pura* procede prioritariamente à realização de seu escopo propedêutico em relação à Metafísica da Natureza. A execução de seu duplo escopo geral é visada por todas as seções da obra;
3) o status específico da *Crítica da Razão Pura* é de uma filosofia transcendental concebida como ontologia; e seu escopo específico visa a elaboração e efetiva apresentação de uma teoria acerca dos objetos em geral que podem vir a ser dados, conhecidos e constituídos na intuição sensível, consistindo-se assim na efetivação de um sistema de conceitos e princípios sintéticos *a priori acerca dos objetos em geral de intuição sensível.* Esse escopo específico é realizado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, concomitante a execução que a

[11] KrV A 729 / B 758.

Crítica da Razão Pura empreende de seu escopo geral no que concerne às faculdades da sensibilidade e do entendimento;

4) a filosofia transcendental concebida como ontologia, exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, entretanto, não é apresentada em sua integralidade, dado que ao executar a tarefa da elaboração do sistema de conceitos a priori e princípios que permitem compreender a síntese a priori em toda a sua extensão, e assim os princípios sintéticos a priori acerca dos objetos em geral da intuição sensível, negligencia, para tal propósito: a definição dos conceitos puros do entendimento, as categorias, os predicamentos; a derivação a partir das categorias de outros conceitos do entendimento, os predicáveis; o recenseamento completo de tais de conceitos; e, a apresentação de suas definições;
5) a filosofia transcendental concebida como ontologia efetuada na *Crítica da Razão pura*, é propedêutica a um sistema integral de filosofia transcendental igualmente assim compreendida, que deverá ser elaborado por ocasião da execução do sistema da razão pura. A filosofia transcendental exposta na *Crítica da Razão Pura* será, pois, propedêutica à filosofia transcendental tomada como uma das ciências em que será subdividida a Metafísica da Natureza, por sua vez um dos ramos do sistema da razão pura. Esse sistema da filosofia transcendental concebida como ontologia deverá, para ser elaborado integralmente, cumprir duas tarefas. Sua primeira tarefa consiste em apresentar as definições (exposições) das categorias, dos predicamentos já hauridos pela investigação empreendida na *Crítica da Razão Pura*; derivar das categorias os predicáveis, em atenção ao modo por que a *Crítica da Razão Pura* mostrou como isso deverá ser feito; o recenseamento completo dos predicáveis; por fim, a apresentação de suas definições. Sua segunda tarefa consiste em reapresentar o substancialmente realizado pela filosofia transcendental concebida como ontologia tal como exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* da *Crítica da Razão Pura*;
6) a realização de sua primeira tarefa concede ao sistema da filosofia transcendental concebida como ontologia sua completude analítica, e a realização da segunda tarefa lhe concede sua completude sintética, ofertando-lhe assim o *status* de *philosophia definitiva.*

Antes de passarmos à apresentação de como procedemos em cada capítulo, fazem-se úteis as seguintes advertências.

A primeira é quase simplória e visa evitar já de início qualquer mal-entendido que possa ocasionar a alguém não afeito às lides kantianas. Ao procurarmos identificar o *status* e o escopo metafísicos e transcendentais da *Crítica da Razão Pura*, não é nosso propósito sustentar que Kant, com sua obra, visa reeditar um tipo de metafísica tradicional dogmática em uma nova roupagem; pelo contrário, consiste em deixar transparecer que ele está a ofertar uma nova concepção de metafísica e de ontologia em moldes nunca imaginados por aquelas – não tendo nada a ver com uma ontologia do ente enquanto ente, ou com uma metafísica transcendente – com proficuidade para investigações contemporâneas em vários campos hoje considerados pertinentes a uma investigação na área da metafísica.

A segunda, é que o tipo de metafísica e ontologia que sustentamos que Kant atribui à sua obra se encontra em muitos e vários aspectos compatíveis de serem aceitos por muitas das interpretações que lhe têm concedido outro *status* à obra.

A terceira, é que, dado o estrito propósito desta tese, busca-se aqui somente demonstrar que se *pode* identificar na *Crítica da Razão Pura* seus diferentes *status* transcendentais e metafísicos e seus distintos escopos, sem qualquer intenção de mostrar detalhadamente *como* esses são efetivados em cada uma das seções da obra, ficando tal trabalho para futura apresentação.

A quarta, é que, seguindo a tarefa já acima estabelecida como pertinente a uma investigação ocupada estritamente com a identificação dos *status* e escopo que Kant propõe para sua obra, nos ocuparemos em apresentar nossa tese de modo dinâmico, implicando isso a tentativa de captar e desvendar o enigma que se esconde no texto kantiano por trás da intrincada rede de conceitos, definições e declarações feitas por Kant e que parecem estar em desacordo com outras, conduzindo-o a equívocos e contrassensos, mesmo que para isso a elegância expositiva do texto tenha que ser sacrificada. Evita-se aqui um tipo de exposição estática, sequencial e aditiva, que daria elegância ao texto, não porque esse não seja legítimo e recomendável em geral, mas porque não é legítimo e recomendável para esse tipo específico de investigação que aqui nos propomos.

Para lograr os propósitos desta investigação, a tese se divide em cinco capítulos. O propósito geral do primeiro capítulo consiste na demarcação do estado da questão e na apresentação de nossa proposta. Em vista disso, de início apresentam-se as mais instigantes interpretações do escopo e *status* geral da *Crítica da Razão Pura*. Em segundo lugar, extraem-se desse panorama algumas constatações e alguns questionamentos. Em terceiro lugar, busca-se efetuar uma caracterização geral de cada uma das propostas interpretativas identificadas. Em quarto lugar, busca-se identificar as funções positivas pertinentes a tal tipo de

caracterização geral, bem como se aponta para seu limite. A especificação de tal limite nos conduzirá, como estratégia de superação, à escolha de um representante significativo de cada uma das propostas. Em quinto lugar, procede-se à escolha de significativos representantes, mediante o critério da ampla repercussão e adesão que tais propostas implicam, apresentando-se uma caracterização de cada uma delas. Em sexto lugar, investiga-se como cada um desses representantes se posiciona frente a cada uma das constatações e questionamentos, tendo como critério a utilização de citações de passagens, e respectivas análises, extraídas da obra onde cada um expõe sua peculiar proposta. Em sétimo lugar, apresentam-se os resultados obtidos. Por fim, apresenta-se uma hipótese interpretativa cujo mérito pretende ser visualizado. Para sermos mais explícitos, declaramos que a *hipótese* é a seguinte: há uma interpretação da *Crítica da Razão Pura* que evita incorrer em contradições, contrassensos e incoerências, a saber, lendo-a como possuindo *status* e escopos gerais *e simultaneamente* escopo e *status* específico, ambos vinculados a uma área determinada da filosofia – a metafísica – sendo tais *status* metafísicos ambos transcendentais, porém metafísico-transcendentais em sentidos distintos.

No segundo capítulo, apresenta-se um argumento inicial provisório, mas possível, que permite *identificar* o escopo e o *status* geral da *Crítica da Razão Pura*. O argumento será constituído pelos seguintes passos. O primeiro consiste em apresentar uma série de passagens, encontradas em várias obras de Kant, nas quais o filósofo refere-se ao *status* metafísico da *Crítica da Razão Pura*. Assumindo que tais passagens são evidências textuais, o segundo passo consiste em indagar se Kant também concebe a *Crítica* inicialmente como ciência, dado que isso parece não ser o caso, pois que em várias de suas obras encontramos passagens (as quais oportunamente citamos) em que se afirma como propedêutica a uma metafísica *futura* que *deve tornar-se* ciência. O terceiro passo consiste em demonstrar que Kant atribui tanto à *Crítica da Razão Pura* quanto à metafísica que depois deveria ser elaborada o *status* de ciência sistemática. Por sua vez, o quarto passo é a elaboração de um problema, sob a forma de enigma: como pode a *Crítica da Razão Pura* ser considerada metafísica científica e sistemática e ser, ao mesmo tempo, propedêutica de uma metafísica que deve se constituir como científica e sistemática? O quinto passo consiste na busca de solução do enigma. Nessa busca, apresentamos e analisamos passagens da obra de Kant em que atribui à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma ciência especial como crítica transcendental, e buscamos estabelecer qual é o sentido de tal *status* e qual é o escopo que visa. Após isso, apresentamos e analisamos passagens em que Kant atribui à *Crítica da Razão Pura* o escopo de ser

propedêutica a um sistema da razão pura, que deverá se constituir em um sistema de ciências metafísicas a ser elaborado no futuro do ponto de vista crítico.

O objetivo geral do terceiro capítulo reside em mostrar que a resolução ofertada ao "enigma" apresentado no segundo capítulo deve ser posta em dúvida e, assim, revista, uma vez que identificamos, na própria *Crítica da Razão Pura*, alguns motivos que excluem a possibilidade de que a Metafísica dos Costumes pertença ao sistema da filosofia transcendental, embora não excluam sua pertença ao sistema da razão pura. Ademais, mostramos que os critérios utilizados para justificar tal exclusão remetem ao âmbito investigativo da filosofia transcendental empreendida nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental.*

No quarto capítulo, nos ocupamos em demonstrar que, exceto a ontologia, nenhuma das demais ciências que Kant atribuir pertencer ao âmbito do sistema da razão pura, ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, e que são pertinentes a uma Metafísica da Natureza, podem ser consideradas como tendo o *status* de uma filosofia transcendental.

No quinto capítulo, inicialmente nos ocupamos em mostrar que, na *Crítica da Razão Pura*, encontramos uma passagem em que Kant oferta uma definição de filosofia transcendental e identifica a Ontologia e, nos *Progressos*, encontramos outra passagem em que ele faz o mesmo, caracterizando ambas de modo semelhante, mas, na primeira dessas passagens, atribui tal ontologia, concebida como filosofia transcendental, a *um ramo* da Metafísica da Natureza, que, por sua parte, pertence ao sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, e, na outra passagem, afirma que essa ontologia é exposta na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental*. Isso ocasiona um contrassenso, pois a filosofia transcendental concebida como ontologia, na medida em que é definida nas duas passagens de modo semelhante, mas em uma considerada como devendo ser executada após a *Crítica da Razão Pura*, como um ramo da Metafísica da Natureza, da qual aquela é propedêutica, e na outra como executada na própria *Crítica da Razão Pura*, implica que a filosofia transcendental concebida como ontologia deva ser considerada como uma propedêutica a si mesma. A partir daqui, nos encaminhamos a demonstrar que Kant evita tal contrassenso ao considerar que a ontologia apresentada nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental* é exposta exclusivamente, de modo sintético diferente da que será exposta enquanto ramo da Metafísica da Natureza a ser executada no sistema da razão pura, e que esta última oferta uma completude analítica àquela, constituindo-se um sistema integral de filosofia transcendental elaborado tanto do ponto de

vista analítico quanto sintético, o que não tem sido percebido por um conjunto de comentaristas da *Crítica da Razão Pura* que a concebem como tendo *status* de uma ontologia.

Na Conclusão, apresentamos um argumento que permite revisar a solução ofertada no segundo capítulo ao enigma lá suscitado – como conciliar as afirmações de Kant de que a *Crítica da Razão Pura* é uma metafísica científica e propedêutica a uma metafísica científica. Para revisar e solucionar tal enigma, utilizamos vários dos elementos obtidos nas análises efetuadas nos subsequentes capítulos justificando assim a proposta da Tese, de que a *Crítica* tem o *status* geral de uma metafísica concebida como crítica transcendental que visa à realização de um duplo escopo geral, um avaliativo e outro propedêutico, e, por outro, a consecução de um escopo específico que consiste em executar uma filosofia transcendental como ontologia nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental,* apesar de incompleta, sendo, contudo esta propedêutica ao sistema integral de filosofia transcendental concebida como ontologia a ser elaborado por ocasião da execução do sistema da razão pura.

1 DAS DISTINTAS INTERPRETAÇÕES DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

O propósito geral deste capítulo consiste na demarcação do "estado da arte" e na apresentação da nossa proposta. Para alcançar esse objetivo, primeiro, extraem-se desse panorama algumas constatações e alguns questionamentos. Em segundo lugar, busca-se efetuar uma caracterização geral de cada uma das propostas interpretativas identificadas. Em terceiro lugar, busca-se identificar as funções positivas pertinentes a tal tipo de caracterização, bem como aponta-se para as suas insuficiências. A especificação de tais insuficiências nos conduzirá, como estratégia de superação, à escolha de um representante significativo de cada uma das propostas. Em quarto lugar, apresentam-se os resultados obtidos que competem às diferenças existentes entre os intérpretes quanto a vários tópicos pertinentes à identificação do *status* e do escopo da *Crítica da Razão Pura*.

1.1. Apresentação das distintas intepretações da *Crítica da Razão Pura*

É um fato conhecido que, desde a publicação da *Crítica da Razão Pura,* seu *status* e escopo têm sido objeto de várias interpretações. Dentre as mais instigantes e com amplo leque de adesão, se encontram as que sustentam que a *Crítica da Razão Pura* é:

a) *Metodologia ou Teoria do conhecimento da ciência matemática da natureza.* Cohen (2001)[12], Wildelband (1951), Cassirer (1986, 1993), Vuillemin (1954), Philonenko (1989, 1996), são clássicos exemplos de comentaristas que sustentam tal interpretação;

b) *Teoria do Conhecimento*. Tal interpretação é sustentada, dentre outros, por Russerl (1997), Bennett (1966), Guyer (1987, 2006), Dicker (2004) e Allison (1983);

c) *Psicologia Transcendental*. Alguns dos defensores dessa interpretação são Brook (1994), Waxman (2013) e Patricia Kitcher (1995);

d) *Semântica Transcendental*. Hogrebe (1974), Schönrich (1981), Loparic (2000), Hanna (2004) e Perez (2008) são alguns dos comentaristas e estudiosos que preconizam tal interpretação;

e) *Metafísica da Experiência*. Por exemplo, Paton (1936) e Strawson (1966);

[12] As datas utilizadas aqui e na sequência que dizem respeito às obras dos autores nem sempre são referidas mediante a menção do ano da publicação em língua original, algumas são referidas mediante o ano de publicação da tradução que consta no final da tese nas Referências Bibliográficas. Vale ressaltar que, durante a tese, sempre que nos remetermos a obras publicadas em outras línguas que não o português, mesmo as originais de Kant, buscamos utilizar como referência obras traduzidas para o português por reconhecidos competentes tradutores avalizados pela comunidade acadêmica nacional.

f) *Ontologia*. Por exemplo, Heidegger (1996), Martin (1963), Americks (2003), Chenet (2004) e Bonaccini (2016).

1.2. Das constatações e questionamentos

Uma visão panorâmica sobre essas interpretações nos permite vislumbrar que cada uma delas considera que o empreendimento global da obra está vinculado a uma específica área do conhecimento; que as interpretações (a) e (b) o vinculam à epistemologia, mas cada qual se diferencia ao atribuí-lo a uma de suas subáreas; que as interpretações (c) e (d) o vinculam a duas outras diferentes áreas do conhecimento, respectivamente, à Psicologia e à Semântica filosófica e cada qual a uma de suas possíveis subáreas, demarcadas cada qual pela adjetivação de serem *transcendentais*; que as últimas interpretações (e) e (f) o vinculam à metafísica e cada qual a uma de suas subáreas possíveis: a ontologia e a metafísica da experiência.

Um vislumbre sobre tal panorama nos conduz de imediato a algumas constatações e alguns questionamentos.

A primeira constatação é de que o fato de cada proposta, ao vincular o *status* global da obra a uma área específica do conhecimento e a uma de suas subáreas possíveis, parece por si só descartar a possibilidade de que cada uma esteja a usar diferentes rubricas para demarcarem o mesmo *status* e para se referirem ao mesmo escopo da obra que as outras lhe atribuem.

Essa constatação conduz a alguns questionamentos:

a) como cada proposta concebe o escopo e o *status* que atribuem à obra? Qual caracterização lhes concede?
b) cada qual das diferentes interpretações apresentadas, ao atribuírem cada qual um *status* peculiar à obra, o fazem em referência à execução de um escopo geral e global realizado em todas as suas seções da obra ou a somente algumas?
c) cada qual das diferentes propostas apregoa que a obra possui um único *status* e escopo, o qual se vincula à área específica que sustenta ser o caso? Ou cada qual admite que a obra possui mais de um, que podem ser vinculados a diferentes áreas da filosofia?

Uma segunda constatação é a ocorrência de que duas propostas interpretativas sustentam explicitamente, em suas rubricas, que o *status* da obra se vincula a uma área do

conhecimento denominada “metafísica” (e) e (f) e a de que outras quatro não o fazem (a); (b); (c) e (d).

Tal constatação conduz aos seguintes questionamentos:

a) o fato de interpretações que sustentam o *status* e o escopo da obra como sendo vinculados a uma das possíveis *subáreas da metafísica* implica:

i) que excluam que essa obra possa executar qualquer outro escopo que não seja exclusivamente da alçada dessa área, ou,

ii) é o caso de que admitam que execute, mas mediante a restrição de que este não seja considerado o primordial?

Se for o caso de (i), são apresentadas razões para que tal exclusão ocorra? Quais? Se for o caso de (ii), quais são os escopos subsidiários? Como são caraterizados? Tais *status* e escopos distintos são identificados com o realizado em seções distintas da obra?

b) o fato de interpretações que sustentam serem o *status* e o escopo da obra vinculados a uma das possíveis subáreas *não pertinente à da metafísica* implica:

1) na exclusão de que essa obra possa executar quaisquer outros que sejam exclusivamente da alçada da metafísica, ou,

2) que possam admitir que o execute, mas mediante a restrição de que este não seja o primordial?

Se for o caso de (1), são apresentadas razões para que tal exclusão ocorra? Quais? Se for o de (2), quais são esses escopos? Como são caraterizados?

Uma terceira constatação é de que:

Duas propostas interpretativas (c) e (d) mencionam explicitamente em suas rubricas que o *status* que atribuem à obra é o de uma subárea de alguma área específica do conhecimento caracterizada pelo seu peculiar *status* “transcendental”; e 2) que as outras quatro (a); (b); (e) e (f) não mencionam.

Tal constatação conduz aos seguintes questionamentos:

a) Propostas referidas em (1) identificam o *status* transcendental que sustentam como sendo o de uma obra de filosofia transcendental? Se sim, como e em que sentido? Esse *status* é atribuído ao empreendimento realizado em todas as seções da obra ou a alguma de suas seções?

b) Propostas que não fazem referência em suas rubricas ao *status* que atribuem à obra ser transcendental (a); (b); (e) e (f) estão a negar que o *status* que atribuem à obra tenha tal peculiaridade? A falta de referência em suas rubricas ao *status* transcendental conduz a que ignorem ou desprezem que a obra tenha peculiar *status*

transcendental? Se tal não é o caso, qual é o *status* transcendental que cada qual atribui à obra kantiana?

Essas três constatações acima mencionadas e os respectivos questionamentos a que dão origem nos remetem a um questionamento metodológico:

Cada uma dessas interpretações, para evitar ser considerada artificiosa, se apoia em que tipo de critério hermenêutico? É esse critério o apelo a evidências textuais? E, se for o caso, tais evidências são declarações expressas de Kant sobre o escopo e o *status* da obra, ou o uso constante de um determinado idioma, ou um determinado procedimento investigativo identificado na obra? Ou o critério utilizado é a identificação de uma problemática prioritariamente abordada na obra, que, mesmo não expressamente declarada por Kant como tematizada, é considerada como a que de fato tematiza? Ou esse critério se constitui em demonstrar os pressupostos não declarados por Kant da problemática que declara estar a tematizar? Havendo algum desses critérios, como é caracterizado?

1.3. Caracterizações gerais das propostas interpretativas

A proposta que sustenta que a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma *Teoria do conhecimento da ciência matemática da natureza* consiste em afirmar que o escopo principal da obra é o de uma teoria do conhecimento tanto da ciência matemática quanto da ciência matemática da natureza (Física). Tal proposta sustenta que a *Crítica da Razão Pura* parte da existência de uma ciência matemática e da natureza fundada em princípios *a priori* e busca analisar, conhecer, determinar as condições *a priori* que torna possível tanto o conhecimento *a priori* da matemática quanto o da física-matemática newtoniana. Em procedendo assim, considera que o escopo da obra é demonstrar que a obtenção do conhecimento dos objetos e dos eventos, assim como a atribuição de leis à natureza, é dependente das condições e dos métodos *a priori* que tornam possíveis juízos sintéticos *a priori* que são os princípios fundamentais, tanto dos princípios da ciência matemática, quanto dos princípios e das leis da ciência da ciência matemática da natureza, e assim dos objetos de um ponto de vista científico. Tais métodos são entendidos como as condições *a priori* que tornam essas ciências possíveis, quais sejam, intuições puras *a priori* e conceitos puros envolvidos em seus juízos. A implicação maior desse tipo de interpretação é a de que a *Crítica da Razão Pura*, ao estabelecer os princípios que fundamentam uma ciência física e matemática da natureza, ocupa-se, tanto em demonstrar o modo como podemos ter uma compreensão científica da determinação das leis que regem a experiência científica da

natureza como um conjunto de objetos, quanto da demonstração das condições constitutivas do objeto de um ponto de vista científico.

Em linhas gerais, podemos dizer que a proposta que sustenta a *Crítica da Razão Pura* ser uma obra de *Teoria do conhecimento em geral* consiste em afirmar que o escopo da obra é uma investigação sobre a natureza, as condições e limites do conhecimento humano. De modo que o seu propósito geral consiste em descortinar as condições *a priori* necessárias e universais sob as quais o conhecimento é possível; como essas condições operam na produção do conhecimento e qual o produto cognitivo que tais condições podem gerar, sendo este último identificado com os objetos empíricos ordinários.

A proposta de que a *Crítica da Razão Pura* é uma obra de *Psicologia Transcendental*, em linhas gerais, consiste em sustentar que o escopo geral da obra é empreender uma investigação das diversas faculdades da mente envolvidas no processo do conhecimento. Em sendo assim, o propósito geral da investigação impetrada na obra é considerado como consistindo em: compreender quais as características a mente deve ter para produzir conhecimentos; demonstrar que diferentes faculdades da mente desenvolvem determinadas tarefas cognitivas; mostrar o desempenho de tais tarefas, o ato, o processo e o produto cognitivo que cada qual executa, se é determinado por certos elementos, aspectos, características *a priori* originados e oriundos de tais faculdades; Investigar se o conjunto cooperativo dos elementos originários *a priori* de tais faculdades cognitivas é o que determina que a mente tenha a experiência cognitiva de objetos ou estados de coisas e quais elementos são considerados representações mentais objetivas.

A proposta que compreende ser a *Crítica da Razão Pura* uma obra de *semântica transcendental*, em linhas gerais, pode ser caraterizada por sustentar que a razão é um aparelho de formular e resolver problemas, e que seu funcionamento depende, basicamente, de uma teoria do significado dos conceitos e das proposições explicitada na tarefa, declarada por Kant em KrV B 19: *como são possíveis juízos sintéticos a priori?* Sendo assim, a solução desse problema é alcançada mediante uma semântica *a priori* de tipo transcendental, o que significa dizer uma teoria *a priori* acerca do sentido e referência dos conceitos não lógicos envolvidos em tais juízos e uma teoria acerca da verdade destes últimos. Nesse sentido, o escopo maior da obra é estabelecer as condições para que conceitos e juízos admitam sentido, significado e referência no domínio dos objetos empíricos e matemáticos.

A proposta de que a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma obra de *ontologia* consiste, em geral, em sustentar que o escopo da obra não é o de uma teoria acerca do ente enquanto ente como coisa em si compreendida em suas determinações essenciais, na qual se

parte do ente em geral e se busca descortinar mediante a lógica o conhecimento de seus predicados constitutivos essenciais e suas modalidades de ser, mas a fundação e exposição de uma ontologia em sentido renovado perante a tradição como uma teoria acerca dos objetos em geral que podem ser conhecidos, constituídos e dados em uma intuição sensível. A tarefa da ontologia kantiana não tem nada a ver com objetos já dados, mas com os conceitos e princípios *a priori* que permitem pensar objetos em geral em referência às condições *a priori* que possibilitam a determinação de uma eventual doação de objetos sensíveis, integrando-as como momentos da própria constituição da objetualidade do objeto. Em assim sendo, sua tarefa é estabelecer as condições do pensamento de objetos em geral e demonstrar como estas determinam as condições *a priori* sensíveis da eventual doação de objetos, estabelecendo assim o sentido de seu ser[13].

A proposta que afirma ser a *Crítica da Razão Pura* uma *Metafísica da Experiência em geral* consiste em sustentar que o escopo da obra versa sobre as características ou estruturas universais e necessárias que estão implícitas em toda e qualquer concepção coerente que possamos formar da experiência.

1.4. Das insuficiências das caracterizações das interpretações e de uma proposta para sua superação

As caracterizações que apresentamos acima têm a função positiva de identificar os elementos gerais que concedem identidade e peculiaridade a cada uma das propostas, tornando evidentes as diferenças que há entre elas. Contudo, dada a generalidade de cada uma devem ser consideradas como insuficientes para fornecer uma compreensão acerca de todas as constatações que a ocorrência de distintas interpretações suscitou, bem como para ofertar todos os elementos necessários para a obtenção de respostas positivas a todos os questionamentos a que deram origem. Por tal motivo, no passo a seguir, abordamos um representante de cada uma das interpretações. O critério de escolha do representante é o da repercussão no interior dos estudos kantianos e a adesão de outros pesquisadores a cada linha interpretativa.

[13] Uma caracterização semelhante da ontologia kantiana é feita por Benoist (1996, p. 142-3), apesar de ele, na sequência de seu texto, buscar demonstrar que a ontologia kantiana deve ser compreendida em outro sentido.

1.5. Escolha de significativo representante de cada uma das diversas propostas: Caracterização da proposta

Escolhemos Herman Cohen como o representante da proposta conhecida por sustentar que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é de uma *Teoria do Conhecimento da ciência matemática da Natureza*. No ano de 1871, vem a lume a primeira edição da obra denominada *Kants Theorie der Erfahrung*. No ano de 1885, o autor republica essa obra, com quase o triplo do tamanho da anterior, ofertando-lhe novos fundamentos. Em 1918 novamente a republica, aportando novas alterações frente à anterior e lhe acrescenta um Posfácio[14]. Nessa terceira edição de sua obra, Cohen sustenta que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma Teoria do conhecimento ocupada não "meramente sobre o conhecimento em geral – termo sob o qual cada um pode bem entender o que queira – mas sobre esse conhecimento que é ciência matemática da natureza"[15]. Segundo Cohen, a *Crítica da Razão Pura* parte do sólido "*fato da ciência fundada por Newton no sistema dos princípios*"[16]. Partindo do fato de que os princípios dessa ciência são expressos na modalidade de juízos sintéticos *a priori* e que é esse caráter de seus princípios que confere à ciência newtoniana o *status* de ser um sistema de conhecimentos *a priori* necessários, universais e objetivos e, assim, lhe concede o título de uma ciência da experiência físico-matemática da natureza, é escopo da obra kantiana investigar as condições *a priori* que validam e justificam tais princípios.

Nesse sentido, a investigação transcendental da *Crítica da Razão Pura* visa, retrospectivamente, examinar e analisar os métodos, tanto da matemática, quanto os da física-matemática newtoniana, com o propósito de fundamentar seus juízos sintéticos *a priori* e o conhecimento de seus objetos. Assim, a operação da investigação transcendental visa inicialmente o exame e análise de suas condições *a priori*, as quais são identificadas, por Cohen, como métodos *a priori,* e que são o espaço e o tempo como intuições puras e as categorias[17]. Posteriormente, a investigação transcendental deve avançar na demonstração das suas inter-relações, com o propósito de encontrar um princípio que lhes conceda unidade e justifique suas funções metodológicas no domínio dos juízos sintéticos *a priori* e na determinação científica dos objetos. Tal princípio será identificado como o princípio supremo

[14] Para uma detalhada explicação dessas alterações, ver Dufour, 2001, p.5-27.
[15] A partir de agora, sempre que referenciarmos essa obra, apesar nos utilizarmos da tradução francesa, que consta referida no final da tese, nos referiremos à obra como KTE3, seguida da paginação, que é estabelecido como o modo universal de citação da obra e que consta na tradução francesa.
[16] KTE3 79.
[17] "As formas do pensamento, como as formas da intuição, não são coisas materiais ou coisas espirituais, mas métodos, meios e vias para efetivar o conceito de 'objeto'". KTE3 745.

de todos os juízos sintéticos *a priori*, o qual oferta a "pauta" para a elaboração do sistema dos princípios *[Grundsatz]*[18]– expostos na *Analítica dos princípios a* – que são os fundamentos transcendentais que justificam os princípios e juízos sintéticos *a priori* que estão no fundamento tanto da matemática quanto da ciência matemática da natureza e, assim, determinam, tanto as leis da natureza, quanto o conhecimento científico dos objetos.

O representante da proposta conhecida por sustentar que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma *Teoria do conhecimento em geral* escolhido por nós é Henry E. Alisson. No ano de 1983, Allison publica a obra denominada *Kant´s Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense*. O autor defende que o modo adequado para compreendermos o idealismo transcendental e, com isso, a "doutrina segundo a qual só podemos conhecer as coisas como aparecem e não como são em si"[19] consiste em abordá-lo como "inseparável dos pontos de vistas kantianos sobre "natureza, condições e limites do conhecimento[20]". Para demonstrar que é tal o caso, Allison sustenta haver uma concepção kantiana que, "apesar de só estar implícita na *Crítica da Razão Pura*, é a chave autêntica para a compreensão completa do idealismo transcendental e, com ele, da filosofia de Kant"[21], na medida em que "o idealismo transcendental não é, no fundo, mais que a consequência lógica de sua aceitação"[22]. Tal concepção é a de "condição epistêmica". Segundo Allison, a tese kantiana de que nossos conhecimentos se limitam ao das aparências é uma "tese epistemológica sobre a dependência do conhecimento de certas condições *a priori* que refletem a estrutura do aparato cognitivo humano".[23] Contudo, isso não significa dizer que tais condições *a priori* determinam o modo como os objetos nos "aparecem" em sentido empírico[24]. Não se trata de condições psicológicas que determinam o modo como um sujeito individual adquire ou expressa seus conteúdos mentais privados. Tais condições são *a priori* e epistemológicas porque "expressam as condições universais e necessárias pelas quais a mente humana é capaz de reconhecer algo como objeto em geral"[25]; "são condições necessárias e suficientes para determinar o que "conta" como objeto; isto é, o que pode ser representado como objeto"[26]; condições que "definem o próprio significado de *objeto"*[27] como objeto de

[18] "Se a fundação dos princípios *[Prinzip]* científicos é certamente realizada por Newton, a fundação dos Princípios *[Grundsatz]* filosóficos (da ciência) é em troca realizado por Kant". KTE3 35.
[19] Allison, 1992, p. 39.
[20] Allison, 1992, p. 30.
[21] Allison, 1992, p. 30.
[22] Allison, 1992, p. 40.
[23] Allison, 1992, p. 39.
[24] Allison, 1992, p. 39.
[25] Allison, 1992, p. 39.
[26] Allison, 1992, p. 64.
[27] Allison, 1992, p. 64.

uma experiência possível, como podemos conhecer objetos empíricos e seus estados objetivos.

Nessa perspectiva, Allison define condições epistêmicas como "aquela condição necessária para a representação de um objeto ou estado objetivo"[28], a qual "também poder-se-ia denominar de condições objetivantes, pois em virtude de tais condições nossas representações têm realidades objetivas"[29]. Em sendo assim, sustenta-se que o idealismo transcendental de Kant é fundado nessa concepção de condições epistêmicas e que a reflexão transcendental empreendida na *Crítica da Razão Pura* tem por escopo a investigação das estruturas do aparato cognitivo humano que são condições universais e necessárias da possibilidade do conhecimento do que pode ser *contado como objeto* para a mente humana. Assim, Allison encontra na concepção de condição epistêmica um dispositivo que permite dar coerência e sustentação à interpretação de que a *Crítica da Razão Pura* é uma *Teoria do conhecimento em geral*. A partir daí, é possível interpretar o idealismo transcendental evitando atribuir-lhe concepções subjetivistas ou fenomenalistas, na maioria das vezes subjacentes às propostas interpretativas de outros proponentes que também a consideram uma Teoria do conhecimento em geral.

Escolhemos Patricia Kitcher como representante da proposta conhecida por sustentar que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma *Psicologia Transcendental*. Em 1990, Kitcher publica o livro *Kant's Transcendental Psychology.* Kitcher afirma que "o projeto argumentativo central da *Crítica* é o exame das faculdades cognitivas – sensibilidade, entendimento, imaginação, e razão – para determinar quais os aspectos de nosso conhecimento derivam delas, em vez de a partir dos objetos[30]". A obra tem uma finalidade epistêmica, qual seja investigar as condições que tornam possível validar e justificar o conhecimento empírico. Contudo, sua proposta é de que Kant executa tal tarefa na modalidade de uma psicologia transcendental ocupada em examinar, mediante o recurso a um procedimento transcendental, as faculdades mentais, para descobrir nessas a origem de condições *a priori* que tornam o conhecimento e a experiência possíveis.

Seu argumento central é que Kant usa o método transcendental para empreender uma dupla estratégia psicológica analítica: uma, que consiste na análise de faculdades empíricas, em vista de inferir a realidade dessas condições psicológicas a partir da consideração das indisputáveis tarefas cognitivas realizadas pelas faculdades mentais; e outra,

[28] Allison, 1992, p. 40.
[29] Allison, 1992, p. 40.
[30] Kitcher, 1990, p. 13.

que consiste numa análise epistêmica, ocupada em especificar as condições, os elementos psicológicos *a priori* necessários e suficientes que tornam o conhecimento possível. Kitcher acaba por sustentar que qualquer interpretação da *Crítica da Razão Pura* que ignore a psicologia transcendental dessa obra conduz a dois resultados que não lhe fazem justiça, quais sejam: a) proporcionam uma inadequada compreensão histórica da proposta kantiana; e b) desprezam a importância de vários elementos psicológicos ínsitos na proposta kantiana que não só até então têm se mostrado verdadeiros e atuais, mas também desprezam outros que podem contribuir para o desenvolvimento atual dos estudos empreendidos pela filosofia cognitiva da mente, principalmente o funcionalismo.

O representante da proposta conhecida por sustentar que a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma *Semântica Transcendental* escolhido por nós é Zeljko Loparic. No ano de 2000, Loparic publica no Brasil *A Semântica Transcendental de Kant*. A tese sustentada por Loparic é que a *Crítica da Razão Pura* "deve ser interpretada como teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão"[31] e que "a solubilidade desses problemas (...) é fundamentada numa semântica *a priori* dos conceitos puros da razão"[32].

Para demonstrar que tal fundamentação é o caso, Loparic sustenta: a) que a *Crítica da Razão Pura* se propõe a apresentar uma teoria acerca de como é possível que a razão solucione os problemas que a si mesmo coloca devido à sua natureza; b) que o primeiro problema que a obra kantiana identifica como a razão se impondo a resolver diz respeito a como são possíveis Juízos sintéticos *a priori*; c) que tal solução é alcançada na seção da *Analítica transcendental*, em atenção aos resultados já alcançados na seção da *Estética transcendental*; d) que tal solução consiste em demonstrar que "uma proposição sintética é possível se, em primeiro lugar, todos os seus conceitos não lógicos tiverem referentes em um domínio de objetos sensíveis e, segundo, se sua forma lógica for preenchível ou satisfazível em um domínio de formas sensíveis"[33], o que é feito mediante uma teoria *a priori* da referência, do significado e da verdade; e) "que a teoria kantiana da referência (e significado) [se fundamenta] no conceito de construção, e que sua teoria da verdade [repousa] na doutrina dos princípios *a priori* do entendimento"[34]; f) que ambas, "tomadas conjuntamente, constituem uma teoria da estrutura dos domínios de entidades sensíveis (puras ou empíricas) nos quais as proposições sintéticas podem ser preenchíveis e satisfeitas"[35]; g) que toda esta

[31] Loparic, 2000, p. XIII.
[32] Loparic, 2000, p. XIII.
[33] Loparic, 2000, p. 5.
[34] Loparic, 2000, p. 5.
[35] Loparic, 2000, p. 5.

teoria é uma semântica transcendental, isto é, uma "teoria *a priori* da interpretabilidade das representações discursivas que compõem proposições sintéticas sobre representações intuitivas"[36]; e h) que toda essa teoria "consiste em assegurar de forma *a priori* a possibilidade do conhecimento sobre objetos empíricos e matemáticos"[37].

Ato contínuo, Loparic se ocupa em demonstrar que *Crítica da Razão Pura,* "interpretada como 'teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão'", também tem por propósito encontrar solução para outros tipos de problemas impostos pela natureza da Razão e se originam no postulado de que se deve buscar "encontrar, para o conhecimento condicionado obtido pelo entendimento, o incondicionado pelo qual sua unidade é levada a completar-se (B 364)[38]". Demostrar que esse problema tem solubilidade é o segundo propósito da *Crítica da Razão Pura*. Isso é feito na seção da *Dialética transcendental* mediante o estabelecimento de que as ideias regulativas da razão, consideradas "um sistema de construtos de pensamento (ficções) e máximas heurísticas"[39], operam como "princípios regulativos do uso sistemático do entendimento no campo da experiência". Isto é, como princípios metodológicos que "servem para organizar, de maneira sistemática, a pesquisa empírica dirigida pelos princípios do entendimento[40]", estipulando assim uma "metodologia *a priori* da pesquisa empírica sobre a natureza em geral[41]".

Escolhemos Martin Heidegger como representante da proposta conhecida por sustentar que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma *Ontologia,* concebida como filosofia transcendental. Em 1929, Heidegger publica o livro *Kant und das Problem der Metaphysik.* Neste livro, Heidegger sustenta que Kant concebe a *Crítica da Razão Pura* como uma obra que não só se ocupa em problematizar radicalmente a própria possibilidade da elaboração de toda e qualquer metafísica possível, mas se ocup*a*, *priori*tariamente, em apresentar a fundamentação e consumação da única ontologia possível a ser constituída mediante um conhecimento racional puro que leve em consideração a essência da finitude do homem e do conhecimento, acabando tal fundamentação por se constituir em instância de decisão acerca de toda e qualquer possível elaboração de uma metafísica especial interessada no conhecimento de um tipo específico de ente.

Segundo Heidegger, a ontologia kantiana exposta na *Crítica da Razão Pura* se ocupa da análise da estrutura da transcendência da razão pura finita em vista do

[36] Loparic, 2000, p. 5-6.
[37] Loparic, 2000, p. 75.
[38] Loparic, 2000, p. 273.
[39] Loparic, 2000, p. 7.
[40] Loparic, 2000, p.115.

estabelecimento da revelação da estrutura que possibilita o prévio conhecimento do ser do ente como condição para o seu manifestar enquanto tal. Na perspectiva heideggeriana, Kant teria partido de dois pressupostos para estabelecer a fundação da ontologia como filosofia transcendental. O primeiro é que o conhecimento do ente só é possível mediante uma prévia compreensão de seu ser, de modo que ela determina como o ente pode ser conhecido como tal. O outro pressuposto do qual Kant teria partido é o de que a essência do homem é a de um ser finito, que existe em meio ao que já é um ente não criado por ele, tendo para com ele uma atitude cognitiva finita que consiste em uma intuição receptiva e pensante. Partindo desses pressupostos, Kant procuraria fundamentar a ontologia como uma investigação da estrutura prévia da razão pura finita que permite a compreensão prévia do ser como condição do manifestar do ente, isto é, da transcendência em direção ao ente.

A investigação dessas estruturas consistiria na investigação das formas *a priori* da intuição e do pensamento isoladas em vista da busca da origem de sua unidade sintética pura. Assim, o conhecimento ontológico transcendental se ocupa, prioritariamente, com a estrutura dessa síntese pura como condição da compreensão prévia do ser que deve abrir o horizonte mediante o qual o ente possa se manifestar enquanto tal. Nesses termos, segundo Heidegger, é na imaginação pura que Kant encontra a possibilidade da ocorrência dessa síntese pura, a qual propicia, mediante esquematismo, o conhecimento prévio de ser que deve possibilitar o conhecimento do ente como tal que a razão pura finita compreende como manifesto. Assim, é a síntese pura que estabelece o horizonte necessário à compreensão prévia do ser como o horizonte da objetualidade, que permite o manifestar do ente em si mesmo como objeto da experiência.

Segundo Heidegger, para Kant a "Ontologia não é senão a revelação explícita do conjunto sistemático do conhecimento puro enquanto este forma a transcendência[42]". É nessa perspectiva que Heidegger interpreta que Kant "quer substituir o 'orgulhoso nome de ontologia' pelo de filosofia transcendental, isto é, pelo de uma revelação da transcendência[43]", tendo Kant razão quanto a isso. Segundo Heidegger, ao Kant compreender a ontologia como "estrutura necessária da essência da finitude, a expressão 'ontologia' receberia pela primeira vez sua essência legítima, justificando-se, por sua vez, seu uso"[44]. Para Heidegger, é nesse

[41] Loparic, 2000, p. 13.
[42] Heidegger, 1996, p. 110.
[43] Heidegger, 1996, p. 110.
[44] Heidegger, 1996, p. 110-11.

sentido que Kant usa a expressão filosofia transcendental como ontologia na *Crítica da Razão Pura* em B 873 e o emprega nos *Progressos da Metafísica*[45].

Escolhemos Peter Strawson como representante da proposta conhecida por sustentar que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma *Metafísica da Experiência*. Strawson publica em 1968 *Bounds of Sense. An Essay on Kant`s Critique Pure Reason*. Neste livro, afirma que a *Crítica da Razão Pura* é uma obra que visa um duplo propósito: estabelecer uma genuína metafísica científica, na forma de uma metafísica da experiência, uma metafísica positiva; e impugnar a possibilidade de uma metafísica transcendente. Nesse sentido, Strawson declara que a tarefa metafísica positiva de que Kant se ocupa na *Crítica da Razão Pura* é a de estabelecer os limites mediante os quais podemos conceber inteligivelmente a estrutura geral possível da experiência, motivo pelo qual tal ocupação corresponde ao estudo do "conjunto de ideias que forma um limitado sistema de todo o nosso pensamento sobre o mundo e a experiência do mundo"[46], isto é, a "investigação da estrutura que fixa as ideias e os princípios cujo uso e aplicação são essenciais para o conhecimento empírico e os quais estão implícitos em toda concepção coerente que nós podemos formar da experiência"[47]. Segundo Strawson, a *Crítica da Razão Pura*, ao se ocupar "com um estudo fecundo deste tipo, merecerá plenamente o título de metafísica. Será, como sempre tem sido dito, que é a metafísica o mais geral e fundamental dos estudos"[48]. Ademais, "seu método não será empírico, mas *a priori*, não porque, como a metafísica transcendente tende a ocupar-se com um reino de objetos inacessíveis, mas porque se interessa pela estrutura conceitual que se pressupõe a toda a investigação empírica"[49].

1.6. Posição dos intérpretes frente a constatações e questionamentos expostos em 1.2

Em se tratando agora de dar prosseguimento ao empreendimento descrito no item 1.4, uma observação aqui se faz pertinente antes de sua execução. Na sequência, buscamos retomar as constatações e os questionamentos apresentados no item 1.2, visando apresentar-lhes respostas segundo elementos recorrentes nas obras de cada um dos representantes de cada uma das diversas propostas nominados no item 1.5. Com esses propósitos em vista,

[45] Heidegger, 1996, p. 111.
[46] Strawson, 1975, p.11.
[47] Strawson, 1975, p.15.
[48] Strawson, 1975, p.16.
[49] Strawson, 1975, p.16.

reapresentamos cada uma das constatações e questionamentos com uma nova redação adaptadas a perspectivas de cada um desses representantes das propostas.

1.6.1. Da primeira constatação

A primeira constatação é de que o fato de cada um dos representantes de uma peculiar proposta interpretativas, ao vincular o *status* global da obra a uma área específica do conhecimento e a uma de suas subáreas possíveis, como exposto na caracterização apresentada no item 1.5 por si só descartar a possibilidade de que cada uma esteja a usar diferentes rubricas para demarcarem o mesmo *status* e para se referirem ao mesmo escopo da obra que os outros lhe atribuem.

Tal constatação conduz aos seguintes questionamentos:

1.6.1.1. Do primeiro questionamento e suas respostas

Como, em que termos, cada um dos representantes das propostas interpretativas expostas acima concebe o escopo e o *status* que atribuem à *Crítica da Razão Pura*? Qual caracterização cada qual lhe concede?

Dado que a resposta a tal questionamento já foi ofertada no momento em que procedemos acima à apresentação da caraterização geral da proposta interpretativa de cada um dos representantes das versões já acima mencionadas, e que ofertar-lhes aqui uma resposta seria redundante, passaremos a apresentação do segundo questionamento e a oferta de sua resposta.

1.6.1.2. Do segundo questionamento e suas respostas

Cada um dos representantes das diferentes interpretações, ao atribuírem um *status* peculiar à obra, fá-lo em referência à execução de um escopo geral e global realizado em todas as seções da obra ou a somente algumas?

Hermann Cohen, ao atribuir à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma teoria do conhecimento da ciência matemática da natureza, restringe-o ao escopo que tem seu acabamento na seção da *Analítica dos princípios*, pois é nessa parte onde ele considera que Kant apresenta os princípios filosóficos fundamentais que explicitam as condições constitutivas dos objetos do ponto de vista científico e os princípios filosóficos que legitimam

as leis e objetos da ciência newtoniana e, consequentemente, também da matemática, enquanto ela é um pressuposto daquela, considerando assim que, "se a fundação dos princípios *[Prinzip]* científicos é certamente realizada por Newton, a fundação dos Princípios *[Grundsatz]* filosóficos (da ciência matemática da natureza) é em troca realizada por Kant"[50].

Em sendo assim, a questão que se impõe inicialmente é saber se Cohen restringe sua proposta à investigação executada nessas seções da *Crítica da Razão Pura*. Tal não é o caso, pois Cohen também se ocupa com propor uma interpretação acerca da seção da *Dialética transcendental*. Porém, é de se notar que não apresenta nenhuma investigação sobre a seção da *Doutrina transcendental do método*.

A pretensão de Cohen, ao se ocupar com a *Dialética transcendental* não é demostrar como a razão cai em ilusões ao se arriscar com os conceitos do entendimento a conhecer as coisas em si, os objetos suprassensíveis, ultrapassando todas as fronteiras do conhecimento possível alcançado pela ciência matemática da natureza. Sua pretensão é demonstrar que Kant, nessa seção, atribui uma função positiva à coisa em si, o que implica concebê-la como conceito limite.

Não é nossa intenção aqui discorrer sobre como Cohen chega à concepção de que, para Kant, a coisa em si se apresenta como um conceito limite, nem dar explicações sobre sua concepção de coisa em si como conceito limite. Para nosso propósito, basta apontarmos que Cohen concebe que o escopo positivo da seção da *Dialética transcendental* é estabelecer que a *coisa em si* (*das Ding an sich*) deve ser considerada um conceito limite, como uma ideia regulativa que expressa a totalidade e a completude do conhecimento científico que nunca é experimentado, direcionando assim o entendimento a, por um lado, buscar o progresso incessante do conhecimento matemático mecânico dos fenômenos da natureza em busca de seu acabamento e, por outro lado, regulando a busca do conhecimento pertencente ao âmbito da ciência descritiva da natureza, a qual se ocupa do conhecimento dos organismos e das formas naturais. Frente a isso, a questão que nos interessa aqui é saber se Cohen, ao atribuir esse escopo à *Dialética transcendental* atribui algum novo *status* à obra kantiana, seja referente estritamente à investigação ofertada nessa seção, ou algum *status* mais geral que possa ser atribuído a toda a obra e venha a suplantar o seu concedido inicial *status* de uma Teoria do conhecimento da ciência matemática da natureza.

No último parágrafo de sua obra, Cohen, a partir da peculiar interpretação que concede a finalidade da investigação que Kant realiza na *Dialética transcendental,* aventa

[50] KTE3 35.

conferir à obra kantiana um *status* mais geral que parece suplantar o status que lhe atribui de ser uma Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza. Cohen afirma que:

> É verdadeiro que se pode, a partir de um ponto de vista comparativo, fazer da coisa em si o conceito supremo do pensamento, cujas particularizações seriam os conceitos fundamentais do pensamento científico no seu conjunto. De início a coisa em si poderia ser pensada como o problema geral, cuja interpretação, no que concerne aos problemas particulares, constitui o conteúdo da crítica. No final das contas, se poderia, a partir de tal concepção, denominar a filosofia em geral, a título de teoria dos "limites da razão pura", a teoria da coisa em si. Na realidade, a característica das significações da coisa em si, a título de lei mecânica da natureza e dos princípios sintéticos, mas também a título de Ideia final regulativa, eis o conteúdo preciso da filosofia crítica[51].

Contudo, que seja isso o que de fato Cohen sustenta, é dúbio. Essa passagem dá azo a três interpretações: a) uma, que Cohen atribui à obra kantiana um único *status* geral como "Teoria dos limites da Razão Pura"; b) outra, que concede à obra kantiana um *status* geral como "Teoria dos limites da Razão Pura" e outro, mais específico, considerando-a "Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza", sendo o último subalterno ao primeiro; c) outra, que concede à obra dois *status* gerais: um como Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza, devido ao escopo executado na *Estética transcendental* e na primeira parte da *Lógica Transcendental*; e outro como "Teoria dos limites da Razão Pura", atribuído ao realizado na *Dialética transcendental*.

Apesar de Cohen nessa passagem dar a entender que atribui à *Crítica da Razão Pura* um único status geral, o de ser uma "Teoria dos limites da Razão Pura", dado o fato de que durante sua obra insistentemente afirma ter esta o *status* de uma "Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza", parece mais adequado se considerar que ele concede dois *status* e dois escopos à obra kantiana. Já no que se refere à *priori*dade de um *status* sobre o outro e ao grau de sua generalidade e especificidade, parece mais adequado se concluir que Cohen concede à *Crítica da Razão Pura* o *status* geral de "Teoria do conhecimento da ciência matemática da natureza" e, também, lhe concede o *status* específico de "Teoria dos Limites da Razão Pura", e isso porque, segundo seu modo de abordagem, a questão dos limites da razão pura em referência ao problema da coisa em si, e da relação das ideias da razão pura para com ele, só surge e tem sentido na medida em que visa inicialmente resolver um problema que é posto pelo *faktum* da ciência matemática da natureza.

[51] KTE3 782.

Allison, na caracterização que fizemos no ponto 1.5, concede à *Crítica da Razão Pura* o *status* de obra de Teoria do conhecimento. Isso está fundado na sua concepção de que o tema do idealismo transcendental de Kant está estreitamente vinculado ao fato de que não se pode compreendê-lo como "inseparável dos pontos de vista kantianos sobre "natureza, condições e limites do conhecimento"[52] e da noção de "condição epistêmica" que, "apesar de só estar implícita na *Crítica da Razão Pura*, é a chave autêntica para a compreensão completa do idealismo transcendental e, com ele, da filosofia de Kant"[53].

Na sua obra de 1983, Allison se ocupa da seção da *Dialética transcendental* exclusivamente com o propósito de demostrar que as Antinomias da razão pura são um expediente que reforça a tese kantiana sobre o idealismo transcendental exposto e fundamentado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*[54]. Dado isso, não se identifica nessa obra nenhuma observação substancial acerca da atribuição de um escopo específico a seção da *Dialética transcendental* que possa conceder-lhe *status* diferencial ao executado nas seções da *Estética transcendental* e *Analítica transcendental*, o que permite inferir que considera a *Crítica da Razão Pura* como sendo uma obra que tem um *status* geral de Teoria do Conhecimento em geral acerca dos objetos de que podem ser dados a conhecer em uma experiência empírica desdobrado em dois registros. Um em vista da *sustentação* e *efetivação* da tese do idealismo transcendental, que é o empreendimento executado nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental* e, outro, como seu prolongamento, em vista da *confirmação* da tese se do idealismo transcendental, que é o empreendimento executado na seção da *Dialética da Razão Pura.*

Patricia Kitcher, ao atribuir à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma psicologia transcendental, define o escopo da obra kantiana como sendo o exame das faculdades cognitivas da sensibilidade, entendimento, imaginação e razão – para determinar quais os aspectos de nosso conhecimento derivam delas, em vez de a partir dos objetos"[55].

Mediante tal afirmação, percebe-se que Kitcher estabelece um único escopo à obra em sua totalidade, como se o exame demorado de cada uma das faculdades nos conduzisse irremediavelmente à afirmação inevitável de que se trataria de uma investigação psicológica. No entanto, sua investigação se restringe em demostrar *que* e *como* nas seções

---

[52] Allison, 1992, p. 29.
[53] Allison, 1992, p. 30.
[54] Diferentemente do que fará na segunda edição do seu livro *Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense* Revised, Expanded, do ano de 2004, em que busca demonstrar, além disso, que as ideias da razão como princípios regulativos têm uma função positiva na determinação do conhecimento, com propósito distinto do das condições epistêmicas, já que não desempenham a mesma função que essas.
[55] Kitcher, 1990, p. 13.

Estética transcendental e da *Analítica transcendental* Kant ocupa-se de modo relevante com o exame das faculdades, respectivamente, das faculdades da sensibilidade, da imaginação e do entendimento no desempenho de determinadas tarefas cognitivas e mediante quais elementos e processos, não se ocupando em demonstrar *que* e *como*, na seção da *Dialética transcendental*, a faculdade da razão desempenha tarefas cognitivas, mediante quais elementos e quais processos. Assim, percebe-se que a proposta de Kitcher não só não se ocupa com a faculdade da razão pura, das ideias aí originadas e sua função no desempenho de tarefas cognitivas, mas também não se ocupa em demonstrar o vínculo da psicologia transcendental que atribui à obra de Kant com as observações que este faz de modo relevante na *Doutrina do Método*, principalmente na seção da *Arquitetônica da razão pura*, tanto acerca do *status*, quanto do escopo que atribui à sua própria obra.

Heidegger, ao propor em sua obra *Kant e o problema da metafísica* que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma ontologia, não o atribui a todo escopo visado pela obra em sua integralidade, mas ao escopo estritamente visado e executado na seção da *Estética transcendental* até a subseção da *Analítica transcendental* denominada *Esquematismo do Entendimento*. Ademais, é de se notar que Heidegger não se ocupa, nessa sua obra de Kant, de qualquer outra seção que não as mencionadas.

Strawson atribui ser o *status* da *Crítica da Razão Pura* o de uma metafísica da experiência por ser seu escopo "a investigação da estrutura que fixa as ideias e os princípios cujo uso e aplicação são essenciais para o conhecimento empírico, e os quais estão implícitos em toda a concepção coerente que possamos formar da experiência."[56]

Em estabelecendo tal escopo geral à *Crítica da Razão Pura,* Strawson busca demonstrar que sua tarefa deve ser não só investigar e identificar as ideias e os princípios essenciais, necessários e *a priori* para o conhecimento empírico, mas também demostrar que, para que tais condições sejam aplicadas em proposições que ofertem o conhecimento de objetos empíricos na experiência, esses conceitos devem estar vinculados a uma intuição possível. Em sendo assim, parece que o *status* que Strawson atribui à *Crítica da Razão Pura* como o de uma metafísica da experiência é devido à realização de tal escopo nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*. Contudo, Strawson, após abordar tais seções em sua obra, dedica-se a abordar a seção da *Dialética transcendental*. A questão que surge consequentemente é, a saber, se tal seção oferta outro *status* à obra e desenvolve outro escopo, ou, se desenvolvendo outro escopo, esse pode ser considerado como mais uma tarefa

[56] Strawson, 1975, p. 15.

pertinente à Metafísica da Experiência, que atribui ser o *status* que deve ser atribuído a *Crítica da Razão Pura*.

Strawson, ao enunciar na *Introdução* de sua obra a tarefa da seção da *Dialética transcendental*, afirma:

> A ideia principal da Dialética consiste em expor a ilusão metafísica; um instrumento principal dessa exposição é o princípio da significatividade. Adianta Kant, como observei anteriormente, uma segunda tese dizendo que certas ideias para as quais não se pode especificar nenhuma condição empírica de aplicação e que são, portanto, origem da ilusão, se as tomamos em reação a objetos de um possível conhecimento, contudo, podem ter, quando se as aplica de um modo diferente, que Kant chama regulativo, utilidade e inclusive uma função necessária na extensão do conhecimento empírico[57].

Na passagem acima, importa chamar a atenção de que Strawson, apesar de afirmar que Kant não reconhece nas ideias da razão pura nenhuma condição de aplicação a objetos da experiência, considera sim que Kant lhes atribui o estatuto de princípios regulativos e um uso necessário para a extensão do conhecimento empírico.

Tendo assim reconhecido Strawson que Kant admite que, tanto os conceitos do entendimento, quanto as ideias têm um uso para o conhecimento empírico, apesar de serem seus sentidos muito diferentes, parece ser lícito desenvolver-se a seguinte linha de raciocínio: para estabelecerem-se esses diferentes usos desempenhados pelos conceitos do entendimento e pelas ideias regulativas, no que refere ao conhecimento empírico, é necessário empreender-se uma investigação e uma demonstração de quais são as condições diferenciais de sua aplicação e uso, ou seja, uma: "investigação da estrutura que fixa as ideias e os princípios cujo uso e aplicação são essenciais para o conhecimento empírico, e que estão implícitos em toda a concepção coerente que possamos formar da experiência"[58].

Agora, assim é de inferir-se que tal investigação deve ser feita em dois registros. Nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, o registro é a investigação que busca demostrar *que* e *como* os conceitos e princípios do entendimento são, mediante determinadas condições de aplicação, essenciais para o conhecimento empírico e que estes estão implícitos em toda concepção que possamos formar da experiência. Já na *Dialética transcendental*, o registro é a investigação que busca demostrar *que* e *como* as ideias da razão pura, são mediante determinadas condições de aplicação diferentes daquelas do

[57] Strawson, 1975, p. 29.
[58] Strawson, 1975, p. 15.

entendimento, essenciais como princípios regulativos para a expansão do conhecimento empírico, já adquirido pelo entendimento. Em sendo assim, pode se inferir que essas duas investigações são dois modos de especificação do escopo geral da *Crítica da Razão Pura* concebida como portando um único *status*: o de Metafísica da Experiência.

Contudo, tal linha de raciocínio não é absolutamente apropriada, e isso porque Strawson somente concede a *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma Metafísica da Experiência ao escopo desempenhado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, como podemos notar na seguinte passagem:

> Com o final da *Analítica transcendental* chega-se ao final da metafísica da experiência positiva ou construtiva kantiana. Fica já completa a exposição dessa estrutura necessária de ideias fundamentais que constituem o marco de nosso conhecimento sobre o mundo[59].

A partir dessa afirmação taxativa de Strawson acerca de que o *status* de *Crítica da Razão Pura* como metafísica da experiência é ofertado pelo escopo executado até a seção da *Analítica transcendental* e de seu reconhecimento do papel positivo que as ideias da razão pura desempenham na expansão do conhecimento empírico, podemos perceber que ele reconhece um escopo positivo a essa seção, mas que deixa indefinido seu *status*, já que não encontramos em sua obra qualquer referência acerca de a que área do conhecimento pertenceria tal investigação.

Loparic atribui um *status* geral à *Crítica da Razão Pura* como "teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão" devido a dois escopos que encontra na obra kantiana. O primeiro consiste na resolução do problema de *como são possíveis Juízos sintéticos a priori*, ofertada na seção da *Analítica transcendental*, em atenção aos resultados alcançados na seção da *Estética transcendental*, via os procedimentos que demostra ser peculiar a um tipo de semântica que denomina transcendental. O segundo escopo que atribui à *Crítica da Razão Pura,* visado e executado na *Dialética transcendental*, consiste na identificação de outros tipos de problemas que se impõem naturalmente à razão e que surgem do postulado lógico de buscar "encontrar, para o conhecimento condicionado obtido pelo entendimento, o incondicionado pelo qual sua unidade é levada a completar-se" (B 364)[60] e da demonstração de que suas soluções são possíveis mediante as funções que as ideias da razão desempenham como princípios regulativos com caráter heurístico, isto é, como instrumentos metodológicos que dirigem e coordenam as operações do entendimento na busca do

[59] Strawson, 1975, p.139.

conhecimento empírico, e operam como "regras metodológicas *a priori* para a pesquisa empírica da natureza". Escopo esse que Loparic entende conferir à investigação executada na seção da *Dialética transcendental* o *status* de uma "metodologia *a priori* da pesquisa empírica sobre a natureza em geral"[61].

1.6.1.3. Do Terceiro questionamento e suas respostas

Cada um dos representantes das diferentes propostas apregoa que a obra possui um único *status* e escopo, o qual se vincula à área específica que sustenta ser o caso? Ou cada um admite que a obra possua vários *status* e escopos, que podem ser vinculados a diferentes áreas da filosofia?

Se é claro que Cohen atribuía à primeira parte da *Crítica da Razão Pura* seu vínculo à área da Epistemologia, ou Teoria do Conhecimento das ciências naturais, já o vínculo da "teoria dos limites da razão pura" a quaisquer áreas do conhecimento não é identificado. Contudo, com certeza, podemos afirmar que Cohen não concede a nenhum desses *status* o vínculo seja à área da Psicologia ou à da Ontologia.

Cohen, em vários momentos de sua obra, é taxativo acerca de que as interpretações que atribuem à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma psicologia estão a deturpá-la. Algumas dessas passagens são as seguintes:

> A crítica não é o exame dos poderes do conhecimento – isso que poderia talvez igualmente ser conhecido como psicologia –, mas o exame, de um ponto de vista objetivo, da ciência da razão pura, a título de ciência pura[62].

> Os interesses psicológicos deturpam estes pensadores [Fries e Herbart] munidos de um grande saber da crítica. Em lugar de perceberem o valor distintivo da filosofia na descoberta e exame dos motivos pertencentes à ciência - em lugar de se aterem à consistência da ciência e de examinar suas condições, querem traçar um catálogo dos processos espirituais que intervêm no conhecimento – procuram em tal tarefa o trabalho filosófico e enchem novamente a metafísica de invenções que lhes são próprias, em lugar de partir sem prejuízos dos fundamentos da ciência e reconhecer na característica crítica deles...[63].

Em outra passagem, ao se referir ao modo como Kant descobre as categorias, Cohen impugna de uma só tacada, tanto o modo como a psicologia, quanto a ontologia o

---

[60] Loparic, 2000, p. 272.
[61] Loparic, 2000, p. 13.
[62] KTE3 733.
[63] KTE3 737.

fazem, vedando assim que a obra kantiana seja concebida como tendo o *status* tanto de uma psicologia quanto de uma ontologia.

> ... nós precisamos, antes de tudo, estabelecer o método que torna possível essa investigação. Existem dois métodos permitidos de ordenar os conceitos fundamentais do conhecimento. O primeiro busca em relação a isto que se chama "o Ente", distinguir os conceitos principais que lhe são decisivos; o segundo tenta fixar, na análise dos processos da consciência, os elementos importantes. O primeiro tipo, metafísico, remonta a Aristóteles, que introduziu o termo "categoria"; o segundo, psicológico, pertence à filosofia moderna nas suas orientações mais diversas... É preciso rejeitar estes dois tipos de dedução categorial[64].
>
> O conceito de Ente não pode ser o princípio dos conceitos fundamentais do conhecimento... Se, todavia, deixamos de lado o conceito de ente e buscamos, a partir de um exame da consciência, compreender quais são as configurações fundamentais, que são as fontes do espaço e do tempo, somos lançados sobre um oceano sem dispor de nenhum compasso[65].

No caso de Allison, como já vimos, ele concede à obra Kantiana um único *status*, o de Teoria do conhecimento. Na medida em que Allison atribui tal *status* em função do escopo da obra kantiana ser a sustentação do idealismo transcendental e na medida em que este é fundamentado na noção de condição epistêmica, ele se ocupa em demonstrar que tal idealismo não é nem ontológico nem psicológico e, assim, que o *status* de teoria do conhecimento que possui a *Crítica da Razão Pura* não é de cunho psicológico ou ontológico. O expediente que usa para impugnar essas últimas compreensões do empreendimento da obra kantiana é diferenciar condições epistemológicas de condições psicológicas e ontológicas, demostrando que o próprio Kant se posiciona contrário à legitimidade destas últimas. Assim, por condição psicológica, Allison entende:

> Um mecanismo ou aspecto do aparato cognitivo humano ao qual se apela a fim de proporcionar uma descrição genética de uma crença ou explicação empírica de por que nós percebemos as coisas de uma determinada maneira. Isso pode ser entendido como incluindo o psicológico ou reduzindo-se a fatores psicológicos[66].

Allison oferta, como exemplo de condições psicológicas, "os costumes ou os hábitos, tal como são usados por Hume em sua explicação da causalidade"[67]. Demostrando que condições psicológicas tanto conduzem à aquisição de crenças como as regram, Allison

---

[64] KTE3 312-3.
[65] KTE3 313.
[66] Allison, 1992, p. 41.

passa a mostrar que Kant, por vezes, na *Crítica da Razão Pura*, apela a fatores psicológicos desse naipe "para explicar as origens de nossas crenças e percepções e inclusive nosso conhecimento na 'ordem do tempo' *(der Zeit nach)*"[68].

Caracterizado condições psicológicas, ofertado exemplo e demonstrado que Kant faz uso delas em sua obra, Allison se atém a explicar que tal uso não é relevante para seus propósitos, dado que não as concebe como tendo validez objetiva, ou seja, não são condições necessárias para a representação de como objetos contam para nós, condições sem as quais não teríamos representação de objeto, ou seja, não dizem respeito à *questio juris*, mas à *questio facti*. Ademais, motivo de reprimenda de Kant a Hume que o acusa de atribuir ilicitamente às condições psicológicas o caráter de condições objetivantes, confundido assim *questio fact*i com *questio juris*. Em assim justificando que tais condições psicológicas não possuem validez objetiva e que Kant impugna sua legitimidade, Allison parece querer provar que toda compreensão do idealismo transcendental de Kant que lhe atribui apelar a condições psicológicas, estados subjetivos ou representações mentais está equivocada, dado que seria impugnada pelo próprio Kant.

Passo contínuo, Allison define condições ontológicas como "condições de possibilidade do ser das coisas", isto é, "como condição de possibilidade das coisas como são em si mesmas"[69], tendo existência independente das condições do agente do conhecimento. Os exemplos que oferta de condições ontológicas são as concepções de espaço absoluto e de tempo absoluto sustentados por Newton. Na sequência, Allison busca demonstrar que Kant considera inconsistente e o absurda a concepção de Newton sobre o espaço e tempo absolutos citando a passagem em que Kant afirma que ele concebe "dois seres eternos subsistentes por si *(für sich bestehende)* que existem (embora não exista nada real) só para conter em si todo o real" (KrV A 39 / B 56)[70]. Ademais, Allison busca demostrar que Kant, ao atribuir a Newton uma concepção ontológica de espaço e tempo, acusa-o de se comprometer com a consequência de que estas, sendo condições da existência das coisas em si, devem ser também condições da existência do próprio Deus. Em assim Allison provando que Kant impugna as condições ontológicas, buscar provar que o idealismo transcendental kantiano não pode ser concebido como ontológico, nem que sua teoria do conhecimento tenha tal viés.

Como já vimos, Kitcher atribui um único *status* e escopo à obra kantiana, apesar de não se ocupar, em seu livro, em demonstrar como Kant implementa-o em sua

---

[67] Allison, 1992, p. 41.
[68] Allison, 1992, p. 41.
[69] Allison, 1992, p. 42.

integralidade. Em sendo assim, a questão que se impõe é saber se o *status* e o escopo que Kitcher atribui à obra de Kant têm vínculo estreito com as investigações feitas em outras áreas do conhecimento, ou se atribui à obra algum outro *status* ou escopo vinculado à outra área do conhecimento que não seja a psicologia transcendental.

Kitcher procura justificar que a psicologia transcendental kantiana opera tarefas similares às que operam a psicologia empírica, mas não as mesmas, dado, por um lado, que considera ser função da primeira orientar as tarefas da última e, por outro, considera que a psicologia transcendental é também uma epistemologia e um ramo da filosofia, dado que na investigação que faz das faculdades, em vista da descoberta de seus elementos *a priori* contributivos a determinadas tarefas cognitivas, seu interesse é estritamente epistemológico e filosófico, como podemos notar na passagem a seguir:

> A psicologia transcendental é um tipo de psicologia e tem marcantes afinidades com a psicologia empírica: ela produz assunções empíricas sobre as capacidades cognitivas; ela tem a mesma matéria por base; poder orientar a pesquisa empírica. Por outro lado, na tentativa de determinar o que a mente deve contribuir para que as várias tarefas cognitivas sejam possíveis, suas preocupações são epistemológicas e suas especificações são abstratas ficando longe do trabalho paradigmaticamente empírico. Por isso, ela também é epistemologia e um ramo da filosofia[71].

Em assim identificando psicologia transcendental e epistemologia e atribuindo-a a um ramo da filosofia, Kitcher considera que não se precisa fazer uma disjunção entre psicologia transcendental e epistemologia, dado que considera que tal disjunção é apenas uma "tendência de colocar os estudos sob uma disciplina ou outra; mas na realidade eles podem pertencer a ambas"[72].

No entanto, apesar disso Kitcher sustenta que é mais apropriado atribuir à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma psicologia transcendental do que o de uma epistemologia. O motivo que apresenta é basicamente o seguinte: o escopo transcendental da *Crítica da Razão Pura* está voltado bem mais para a investigação e demonstração de *que* e *como* diferentes faculdades contribuem cada qual com específicos elementos, que lhe são originários *a priori*, para o desempenho de diversas tarefas cognitivas, do que voltado à demonstração de que determinadas condições epistêmicas são necessárias para a representação de objetos de uma

---

[70] Allison, 1992, p. 42.
[71] Kitcher, 1990, p. 26.
[72] Kitcher, 1990, p. 26.

experiência possível, que é geralmente a alegação central de quem sustenta ser a *Crítica da Razão Pura* uma epistemologia[73].

Já Heidegger só visualiza um único *status* e escopo à obra kantiana, que é o de uma ontologia, exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* e, nesta última, somente até a seção do *Esquematismo transcendental*. Em assim delimitando sua proposta sobre essa obra kantiana, Heidegger se exime de tecer quaisquer comentários sobre as outras divisões e seções da obra.

Strawson, como já vimos, atribui à *Crítica da Razão Pura* o *status* e uma metafísica da experiência devido à realização do escopo que é executado estritamente nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, mas reconhece que a investigação pertinente à seção da *Dialética transcendental* visa outro escopo. Contudo, não liga a execução desse escopo a nenhuma área do conhecimento.

Loparic, como interpretamos, atribui um *status* geral e dois *status* específicos à *Crítica da Razão Pura*. Seu status geral é o de uma "teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão". Já seus *status* específicos são o de uma Semântica transcendental, vinculado ao escopo que executa nas seções da *Estética transcendental e na Analítica transcendental*, e o de uma Metodologia *a priori* da pesquisa empírica sobre a natureza, devido ao escopo que executa na *Dialética transcendental.* Em sendo assim, podemos dizer que o primeiro se encontra vinculado à área da Lógica e da Filosofia da Linguagem, enquanto o segundo se encontra vinculado à Heurística, como ramo da Epistemologia.

1.6.2. Da segunda constatação e dos questionamentos que suscita

Uma segunda constatação é a ocorrência de que dois representantes de duas propostas interpretativas sustentam explicitamente que o *status* da obra se vincula à área do conhecimento denominada "metafísica" (Heidegger; Strawson), e a de que outros quatro não o fazem (Cohen; Loparic; Allison; Kitcher).

Tal constatação conduz aos seguintes questionamentos:

[73] Sobre isso, ver Kitcher, 1992, p. 26 e seguintes. Além desse argumento, que nos parece o motivo principal que a conduz a atribuir o status da obra kantiana ao de uma psicologia transcendental e não o de uma epistemologia, ela agrega outros. Estes basicamente têm por propósito demostrar a contribuição que uma leitura psicológica da obra de Kant pode ofertar a várias modalidades de discussões contemporâneas feitas em diversas áreas da filosofia.

1.6.2.1. Do primeiro questionamento e suas respostas

O fato de os representantes das interpretações que sustentam ser o *status* e escopo da obra vinculados a uma das possíveis subáreas da metafísica (Heidegger) e (Strawson) implica: i) que excluam que essa obra possa executar quaisquer outros escopos que não sejam exclusivamente da alçada dessa área; ou, ii) é o caso de que admitam que execute, mas mediante a restrição de que este não seja considerado o primordial? Se for o caso de (i), são apresentadas razões para que tal exclusão ocorra? Quais? Se for o caso de (ii), quais são os escopos subsidiários? Como são caraterizados? Tais *status* e escopos distintos são identificados com o realizado em seções distintas da obra?

Strawson, apesar de considerar que a efetivação do escopo da *Crítica da Razão Pura* se efetiva mediante o critério da significabilidade, tal como expresso na caracterização que apresentamos de sua proposta no ponto 1.6 deste capítulo e, ademais, reivindicar que o escopo da obra visa investigar as estruturas dos conceitos e princípios e suas condições de aplicabilidade para o fornecimento do conhecimento empírico, em nenhum momento de sua obra atribui explicitamente tal escopo seja à filosofia da linguagem, seja à teoria do conhecimento, mas unicamente à área da metafísica.

Ademais, é de ressaltar que ele considera que a obra kantiana está impregnada do que chama de psicologia transcendental, principalmente no que se refere à tese kantiana acerca do idealismo transcendental. Contudo, ele busca demonstrar que, apesar de várias investigações realizadas por Kant em sua obra pertencerem ao âmbito da psicologia, estas não são relevantes para a identificação do argumento central que permite demarcar qual é o genuíno escopo que Kant atribuíra à sua obra.

Pela sua parte, Heidegger, restrito à atribuição do *status* e escopo da obra kantiana ao âmbito da ontologia, se opõe a toda interpretação que conceba o *status* da *Crítica da Razão Pura* como atinente a outra área que não a da metafísica. Em assim fazendo, opõe-se a toda interpretação da *Crítica da Razão Pura* que lhe conceda o *status* de uma teoria do conhecimento ou uma teoria da experiência[74].

Sua negação dessas possibilidades interpretativas pode ser visualizada na seguinte passagem:

> Aqueles que interpretam a *Crítica da Razão Pura* como uma "teoria da experiência" e, mais ainda, como uma teoria das ciências positivas, desconhecem por completo a intenção desta obra. A *Crítica da Razão Pura*

[74] Interpretações estas que Heidegger atribui a Cohen, aos membros da escola de Marburg e a outros, como Riedel. Ver Heidegger, 1996, p. 208 e seguintes em que constam as *Conferências de Davos.*

> não tem nada a ver com a "teoria do conhecimento". Se a deixássemos passar por uma teoria do conhecimento, haveríamos que dizer que a *Crítica da Razão Pura* não é, de nenhum modo, uma teoria do conhecimento ôntico da "experiência", mas do conhecimento ontológico. Porém nem essa interpretação, que por sua vez está já bastante distante da interpretação da Estética e da Analítica transcendental comumente aceita, acerta com o essencial, a saber, o fato de que a ontologia, como *metaphysica generalis* – isto é, como peça fundamental da metafísica inteira – se há fundamentado e pela primeira vez se há elevado, precisamente aqui, à sua própria esfera[75].

1.6.2.2. Do segundo questionamento e suas respostas

O fato de os representantes das interpretações que sustentam ser o *status* e o escopo da obra vinculados a uma das possíveis subáreas não pertinentes à da metafísica (Cohen Loparic, Allison, Kitcher) implica: 1) na exclusão de que essa obra possa executar quaisquer escopo metafísico ou mesmo tenha alguns *status* metafísico?

Cohen, em determinado momento de sua obra, reconhece de modo direto que a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma metafísica. Essa identificação é atribuída ao fato de essa obra ter posto e resolvido a questão acerca de como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*, como se observa na seguinte passagem: "Para Kant, todas as questões da metafísica encontram nessa questão [como juízos sintéticos *a priori* são possíveis] sua "credencial" e seu centro de gravidade. Até ele, a metafísica é uma arte, é com ele que se torna uma ciência[76].

Apesar de, nessa passagem, Cohen atribuir à obra kantiana o *status* de uma metafísica, em nenhum outro momento de *Kant´s Theorie der Erfahrung* encontramos outra referência a tal *status*, nem a citação de sua parte de alguma das passagens da *Crítica da Razão Pura* em que Kant atribui tal *status* à sua própria obra.

Já tal não é o caso quando escrevera anos antes seu *Kommmentar zur Immanuel Kants Kritik der Reinen Vernunft*, no ano de 1907. Nessa obra[77], ao ater-se a comentar passagem do segundo Prefácio (KrV B XIX), Cohen reconhece que Kant concede à sua obra o *status* de metafísica devido ao empreendimento que executa nas seções que vão da *Estética transcendental* à *Analítica dos princípios* e afirma que nessas seções é exposta a primeira parte da metafísica kantiana. Em assim o reconhecendo, interpreta tal *status* como o de uma metafísica da matemática e da física, ou, em termos abreviados, uma metafísica da Experiência. A passagem em que isso se dá é a seguinte: "Assim a *primeira* parte da metafísica [da *Crítica da Razão Pura*] exposta devém a metafísica da matemática e da física

[75] Heidegger, 1996 pp. 24-25.
[76] KTE3 732.

e, pois, a metafísica da experiência"[78]. É de se notar que esse *status* metafísico que concede à obra kantiana nos *Kommmentar* não ecoa em nenhum momento na reedição de *Kant´s Theorie der Erfahrung*, de 1917.

No caso de Allison, apesar de impugnar que o idealismo transcendental de Kant é um idealismo ontológico porque ele não consiste no estabelecimento das condições de possibilidade das coisas em si mesmas independentes do sujeito do conhecimento e sustentar que a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma Teoria do Conhecimento, em vários momentos se refere a que a obra kantiana tem por escopo tratar de questões pertinentes à metafísica e à ontologia. Em sua obra, também encontramos passagens que dão a entender que considera que seu *status* também seja o de uma metafísica. Vejamos algumas situações em que isso ocorre. Ao se referir à diferença entre validade objetiva e realidade objetiva, Allison afirma: "a noção de realidade objetiva possui um sentido ontológico. Afirmar que um conceito tem realidade objetiva equivale a afirmar que se refere ou é aplicável a um objeto real"[79].

Em outra passagem Allison explicitamente reconhece que Kant concede *status* metafisico à sua obra e, por outro, reconhece a legitimidade da interpretação heideggeriana, que lhe concede o *status* de uma ontologia, assim como também a legitimidade da interpretação de Paton, que lhe concede o *status* de uma metafísica da experiência. Tal passagem se encontra no contexto da interpretação que faz da seção do esquematismo transcendental. Inicialmente, Allison enuncia a tarefa do esquematismo nos seguintes termos: A tarefa oficial assignada ao "Esquematismo" é explicar como as categorias, que têm sua origem na natureza do entendimento humano, podem aplicar-se ao que é sensivelmente dado à mente, isto é, aos fenômenos[80].

Após tal passagem, agrega que:

> Kant afirma que o "Esquematismo" cumpre sua tarefa ao proporcionar as "condições sensíveis unicamente sob as quais podem ser empregados os conceitos puros do entendimento" (A 136/ B 175). [...] Especificar estas condições é especificar o que se tem sustentado a respeito do mundo dos fenômenos (a soma de todas as aparências) quando se afirma que a elas se aplicam as categorias particulares[81].

---

[77] Cohen, 2007, p. 49.
[78] Cohen, 2007, p. 49.
[79] Allison, 1992, p. 221.
[80] Allison, 1992, p. 274.
[81] Allison, 1992, p. 274.

Imediatamente após tal afirmação, passa a se referir ao que mencionamos acima e que visamos chamar atenção:

> Portanto, a determinação destas condições é uma parte integral do que Kant chama "primeira parte da metafísica" (BXVIII), e Paton, "metafísica da experiência", a saber, um corpo de proposições sintéticas *a priori* ("Princípios do entendimento puro") nos quais as afirmações das categorias se referem ao mundo fenomênico. Com efeito, suposta essa concepção de metafísica, inclusive se pode subscrever a frase de Heidegger de que "a doutrina do esquematismo dos conceitos puros do entendimento é a etapa decisiva no estabelecimento dos fundamentos da *metaphysica generalis"* [82].

O que tais passagens indicam é que Allison, apesar de sustentar que a *Crítica da Razão Pur*a tem o *status* de uma teoria do conhecimento, admite que ela possa ser concebida como tendo um *status* metafísico e ontológico devido ao escopo executado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental,* que constituem a "primeira parte da metafísica" em que ela se constitui. Contudo, mesmo tal sendo o caso, o que também percebemos é que Allison não se detém a especificar qual seja tal *status* metafísico da obra kantiana, nem o que isso implica para sua interpretação da *Crítica da Razão Pura* como uma Teoria do Conhecimento.

Por outro lado, Kitcher, ao atribuir à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma Psicologia transcendental e ao considerar essa última como um ramo da filosofia, não lhe atribui detidamente *status* ou escopo de uma obra de metafísica, apesar de considerar que, mediante apelo à psicologia transcendental, Kant concede, na *Analítica dos princípios*, o *status* estritamente metafísico a um dos principais de seus princípios, como podemos constatar na seguinte passagem: o "princípio defendido pelo apelo à psicologia transcendental mais famoso, 'Todas as mudanças têm lugar em conformidade com a lei da conexão de causa e efeito' não são lógicos, mas metafísicos".[83]

Loparic, apesar de interpretar a *Crítica da Razão Pura* como "uma teoria da solubilidade de problemas necessários da razão pura" e conceder dois *status* especiais à *Crítica da Razão Pura*, um como Semântica transcendental, vinculado ao escopo que executa nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, e outro como Metodologia *a priori* da pesquisa empírica sobre a natureza, devido ao escopo que executa na *Dialética transcendental*, não nega que Kant concebera sua obra como tendo o *status* de uma metafísica, em moldes muito diferentes ao que a tradição metafísica clássica lhe concederá.

---

[82] Allison, 1992, p. 275.
[83] Kitcher, 1990, p. 25.

Loparic reconhece que Kant entende vários momentos sua obra como metafísica e, também, como uma propedêutica a um sistema de metafísica, mas distinto de como a metafísica tradicional o fizera. Sua intenção, contudo, não é insistir nesse ponto. Seu propósito é bem outro, demonstrar que o projeto kantiano da *Crítica da Razão Pura* está intrinsecamente vinculado ao propósito de resolução de problemas com interesse científico e, assim, comprometido com inovadoras e peculiares modalidades de solução, tanto do ponto de vista lógico-semântico-filosófico, quanto epistêmico-hermenêutico.

Abaixo apresentamos e comentamos algumas poucas, mas já suficientes passagens da obra de Loparic em que ele assume que Kant concede *status* e escopo metafísico à *Crítica da Razão Pura*, bem como algumas em que ele manifesta que a própria modalidade de *status* e dos escopos que propõe para interpretar a *Crítica da Razão Pura* têm peculiar natureza metafísica. Loparic começa o primeiro capítulo assim: "A fim de delinear os objetivos e o plano da presente pesquisa, examinarei, brevemente, a estrutura do sistema kantiano da filosofia pura, tal como apresentado na primeira Crítica"[84].

Com esses propósitos em vista, passa a apresentar a estrutura do sistema de filosofia de Kant, tal como exposto na *Arquitetônica da razão pura,* como um sistema de metafísica. Dado que a "breve exposição" que Loparic faz envolve mais de duas páginas e está intercalada por comentários interpretativos, por um lado, não reproduziremos todas essas páginas nem mencionaremos as interpretações que dá a cada elemento da estrutura do sistema de Kant que está expondo. Mas, por outro lado, nos ateremos a apresentar sequencialmente somente todos os elementos que destaca serem componentes da estrutura do sistema kantiano.

> O sistema de conhecimentos filosóficos puros [para Kant] tem duas partes, a crítica e a metafísica. A *crítica* é a parte propedêutica que "estuda a capacidade da Razão com respeito a todos os conhecimentos puros", isto é, "tudo aquilo que jamais[85] pode ser conhecido *a priori*" (A 841/B 869). Trata-se de uma ciência transcendental que não visa à ampliação dos nossos conhecimentos *a priori* e sim à avaliação de nossa capacidade cognitiva como tal...[86].
>
> A metafísica, por outro lado, é apresentação *(Darstellung)* do sistema completo de conhecimentos puros *a priori*. Este "sistema da razão pura" tem uma parte teórica, denominada "metafísica da natureza", e uma parte prática, chamada "metafísica dos costumes"[87].

[84] Loparic, 2000, p. 9.
[85] Ressaltamos que "jamais" é um lapso de redação, pois não se encontra no texto kantiano.
[86] Loparic, 2000, p. 10.
[87] Loparic, 2000, p. 10.

> A metafísica da natureza, tomada no sentido restrito, excluindo a metafísica dos costumes, compreende duas disciplinas: a filosofia transcendental e a fisiologia. Esta última se divide em física racional e psicologia racional, estuda "a *natureza,* isto é, o conjunto dos objetos *dados aos sentidos (*A 845/B 873)... A filosofia transcendental, por sua vez, estuda "o *entendimento* e a própria razão como sistema de todos os conceitos e princípios *a priori* que se referem a objetos em geral", sem assumir "objetos que *sejam dados [die gegeben waren]"* (A 845/B 873). Por esse motivo, a filosofia transcendental é identificada, por Kant, como ontologia (B 873)[88].
>
> Kant distingue, como acabamos de ver, a crítica da metafísica. Entretanto ele admite que o nome "metafísica" também pode "ser dado a toda filosofia pura, inclusive à crítica" (B 869). [...] A crítica deve ser vista como sendo, de direito, uma disciplina metafísica[89].

Fica claro, nessas passagens, que Loparic, no que compete à *Crítica da Razão Pura*: a) é ciente que Kant lhe atribui o *status* de uma metafísica; b) considera que ela uma ciência transcendental com escopo avaliatório; c) considera que ela tem um escopo propedêutico; e d) considera que ela é propedêutica a um sistema da razão pura. No que compete a esse sistema, Loparic é ciente de que Kant: a) considera-o um sistema de metafísicas composto de uma parte teórica e uma prática; b) que a parte teórica é dividida em uma metafísica denominada filosofia transcendental/ontologia e outra, chamada fisiologia; c) que esta última é composta por uma física racional e uma psicologia racional; e d) que a parte prática é uma Metafísica dos Costumes.

Na apresentação que Loparic faz dos membros componentes da estrutura do sistema de Kant, efetua algumas observações relevantes para a execução de seu propósito, que consiste em, a partir dessa apresentação resumida da estrutura do sistema de Kant, delinear os objetivos e o plano de sua pesquisa, ou seja, da interpretação que ofertará na sequência em seu livro dedicado à filosofia kantiana. Dada a relevância que essas têm para os propósitos de nossa tese, passo a inicialmente reproduzir novamente a passagem em que Loparic apresenta a definição de Kant de ontologia na seção da *Arquitetônica da razão pura* e as subsequentes passagens em que se atém para tecer seus comentários.

> A filosofia transcendental, por sua vez, estuda "o *entendimento* e a própria razão como sistema de todos os conceitos e princípios *a priori* que se referem a objetos em geral", sem assumir "objetos que *sejam dados [die gegeben waren]"* (B 873). Por esse motivo, a filosofia transcendental é identificada, por Kant, como *ontologia* (B 873). Trata-se, na realidade, da versão crítica da ontologia geral, definida, por oposição à ontologia tradicional, como aquela ciência que, sendo parte da metafísica, constitui um

[88] Loparic, 2000, p. 10-1.
[89] Loparic, 2000, p. 12.

> sistema de todos os conceitos do entendimento e de princípios, mas tão somente na medida em que estes se dirigem aos [*geben auf*] objetos que podem ser dados aos sentidos e, portanto, certificados [*belegt*] pela experiência. Ela não toca no suprassensível, que não obstante é o fim último da metafísica e pertence, portanto, a esta apenas como propedêutica, como átrio ou vestíbulo da metafísica propriamente dita e se chama "filosofia transcendental", pois contém as condições e primeiros elementos de todo o nosso conhecimento *a priori* (1804, A 10-11).
>
> Esse texto tardio faz eco da bem conhecida afirmação da primeira *Crítica* de que o entendimento "jamais pode ultrapassar os limites da sensibilidade, dentro dos quais unicamente os objetos podem ser-nos dados" e que os seus princípios (entre eles, o da causalidade) são "meramente princípios da exposição dos fenômenos" em conceitos, devendo a orgulhosa ontologia, "a qual se arroga o direito de fornecer em uma doutrina sistemática de conhecimentos sintéticos sobre coisa em geral", ceder seu lugar à modesta "analítica do entendimento puro" (B 303). Com essa afirmação, Kant está querendo dizer – *essa é uma das principais teses que defenderei ao longo deste trabalho* – que a ontologia geral deve ser concebida, doravante, como uma semântica *a priori* do discurso objetivamente válido sobre a natureza[90].

Inicialmente e em atenção à passagem citada da *Arquitetônica da razão pura* em que Kant apresenta sua definição de ontologia/filosofia transcendental, Loparic deixa claro que a ontologia que Kant se propõe a estabelecer não tem o mesmo escopo que tinha a ontologia tradicional e que tal ontologia é uma a ontologia crítica. Na sequência, Loparic cita uma das passagens dos *Progressos da Metafísica*, em que Kant define novamente ontologia. Seu o propósito é demonstrar a natureza crítica da ontologia de Kant. Se atentarmos a essa passagem, veremos que nela Kant, ao caracterizar a sua ontologia, não se refere a que esta deva estudar o entendimento e também a razão, mas só o entendimento como um sistema de conceitos e princípios, e específica que tal estudo somente deve ser feito com o propósito de mostrar que eles "se dirigem aos objetos que podem ser dados aos sentidos e certificados pela experiência".

Na sequência, Loparic explica que essa tarefa, atribuída por Kant à sua ontologia, em um escrito tardio, remete ao que o próprio Kant executara na *Crítica da Razão Pura*, ao empreender uma "analítica do entendimento puro" na qual demonstra que o entendimento "jamais pode ultrapassar os limites da sensibilidade, dentro dos quais unicamente os objetos podem ser-nos dados[91]"; "que os seus princípios (entre eles, o da causalidade) são meramente princípios da exposição dos fenômenos[92]" e que a execução dessa tarefa mais modesta deve substituir a da "orgulhosa ontologia" tradicional que pretendia "fornecer em uma doutrina

[90] Loparic, 2000, p. 11.
[91] Loparic, 2000, p. 11.
[92] Loparic, 2000, p. 11.

sistemática de conhecimentos sintéticos sobre coisa em geral"[93]. No que respeita a esse ponto, Loparic enuncia que será propósito de sua pesquisa demonstrar nos capítulos subsequentes de sua obra que esta tarefa da ontologia kantiana no que se refere à "analítica do entendimento", "deve ser concebida, doravante, como uma semântica *a priori* do discurso objetivamente válido sobre a natureza[94]".

Na sequência de seu texto Loparic, compreendendo que a ontologia kantiana é desenvolvida na *Crítica da Razão Pura* por Kant e já tendo exposto que esta, no que refere à "analítica do entendimento", será demonstrada por ele se constituir em uma semântica transcendental, retorna o olhar para a definição kantiana de metafísica geral da natureza, em sua concepção integral, como também incluindo um estudo dos conceitos e princípios da razão pura, e não só do entendimento, fazendo a seguinte observação:

> Cabe insistir, contudo, sobre a distinção entre a teoria crítica do entendimento e a da razão. Enquanto a primeira assegura que os seus princípios do entendimento têm aplicação objetiva como regras da exposição de fenômenos (isto é, conforme tentarei demonstrar, como regras da semântica *a priori* dos juízos sintéticos sobre a natureza), a segunda mostra que a razão fica restrita a fornecer princípios gerais de sistematização dos juízos que expõem os fenômenos. Esses princípios, que são a parte central da metafísica geral da natureza, serão reformulados por Kant (essa interpretação será desenvolvida posteriormente) como regras de pesquisa empírica no domínio de objetos dados na experiência[95].

Com essa observação, Loparic busca, por um lado, esclarecer que Kant concebe a metafísica geral da natureza, como dividida em duas partes, uma filosofia transcendental/ontologia como teoria crítica do entendimento e outra como fisiologia da razão pura como teoria da razão, e, por outro lado, traçar em linhas gerais o modo como entende deva ser interpretada cada uma dessas tarefas executadas por Kant em sua obra.

Feitas tais reflexões, Loparic esclarece que o projeto interpretativo que apresentará em seu livro não se restringe a conceder uma interpretação peculiar à *Crítica da Razão Pura*, concebida por Kant como filosofia transcendental/ ontologia, mas visa também ofertar uma interpretação peculiar à concepção kantiana de fisiologia.

> Em resumo, o sistema kantiano de filosofia teórica, tomado no sentido restrito, consiste em duas partes: a filosofia transcendental ou ontologia geral e a fisiologia. No presente trabalho, os dois componentes centrais da primeira parte – a teoria crítica dos princípios do entendimento e a teoria

[93] Loparic, 2000, p. 11.
[94] Loparic, 2000, p. 11.
[95] Loparic, 2000, p. 12.

> crítica dos princípios metafísicos da razão especulativa – serão interpretados como semântica *a priori* dos juízos sintéticos em geral e como metodologia *a priori* da pesquisa empírica sobre a natureza em geral, respectivamente. A segunda parte, que compreende a física e a psicologia racionais, isto é, as ontologias especiais da natureza física e psíquica, será explanada como consistindo em dois conjuntos de regras de pesquisa, específicas a um ou a outro desses dois domínios[96].

Na apresentação aqui feita sobre a exposição que Loparic faz da estrutura do sistema de filosofia kantiana e de sua proposta interpretativa a cerca dela, pode-se extrair a conclusão de que, no que compete à *Crítica da Razão Pura*, ele assume explicitamente que esta tem escopos e *status* metafísicos diferenciais. Um realizado na *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*, interpretando-os, contudo, como "uma teoria da solubilidade de problemas" e de "semântica transcendental"; E outro, na *Dialética transcendental*, interpretando-os como uma "metodologia *a priori* da pesquisa sobre a natureza em geral". No projeto de Loparic, essas duas possibilidades são compatíveis.

1.6.3. Da terceira constatação e dos questionamentos que suscita

Uma terceira constatação é a ocorrência de que:

Dois representantes de propostas interpretativas (Kitcher e Loparic) mencionam explicitamente, em suas rubricas, que o *status* que atribuem à obra é o de uma subárea de alguma área específica do conhecimento caracterizada pelo seu peculiar *status* "transcendental"; e 2) outros quatro representantes de propostas interpretativas (Cohen; Allison; Heidegger e Strawson) não mencionam.

Tal constatação conduz aos seguintes questionamentos:

1.6.3.1. Do primeiro questionamento e suas respostas

Propostas interpretativas referidas em (1) identificam o *status* transcendental que sustentam como sendo o de uma obra de filosofia transcendental?

Kitcher, em atribuindo à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma psicologia transcendental, em nenhum momento de sua interpretação se refere a que ela seja uma filosofia transcendental, ou busca mostrar identidade ou diferença entre uma e outra. Para fundamentar sua interpretação de que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma psicologia transcendental, devido a que seu escopo é investigar as diversas faculdades

[96] Loparic, 2000, p. 30

envolvidas no conhecimento, buscando encontrar nelas elementos originários *a priori* que determinam as distintas tarefas cognitivas, fundamenta tal pretensão mediante a seguinte citação da obra de Kant: "Denomino transcendental todo conhecimento que não se preocupa tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos, na medida em que deve ser possível *a priori* [KrV. A11-12 / B 25, (*tradução alterada*)][97].

A essa citação da *Crítica da Razão Pura*, em que Kant define conhecimento transcendental, segue-se imediatamente após o ponto final a seguinte afirmação: "um *sistema* de tais conceitos denominar-se-ia *filosofia transcendental*[98]". Dado que Kant denomina a filosofia transcendental mediante a definição de conhecimento transcendental e que Kitcher denomina a Psicologia transcendental também mediante a referência à mesma definição de conhecimento transcendental, a omissão de Kitcher da tematização dessa relação entre o significado de "filosofia transcendental" e o de "conhecimento transcendental" deixa-nos frente ao seguinte questionamento: considera ela que o *status Crítica da Razão Pura* é o de uma Psicologia transcendental concebida como filosofia transcendental? Ou concebe haver uma diferença entre uma e outra? Devido a que na obra de Kitcher ela não tematiza a relação apontada, não é possível encontrar uma resposta a tal questionamento, o que nos conduz a pôr um grão de sal na atribuição que Kitcher concede ao *status* da *Crítica da Razão Pura*.

Como ficou evidenciado no ponto anterior, Loparic compreende que o *status* da *Crítica da Razão Pura* como filosofia transcendental é o de uma semântica transcendental executada nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental*.

1.6.3.2. Do segundo questionamento e suas respostas

Propostas interpretativas que não fazem referência em suas rubricas ao *status* que atribuem à obra ser transcendental (Cohen; Allison; Heidegger e Strawson) estão a negar que o *status* que atribuem à obra tenha tal peculiaridade? A falta de referência em suas rubricas ao *status* transcendental conduz a que ignorem ou desprezem que a obra tenha peculiar *status* transcendental?

Toda a proposta sustentada por Cohen acerca de que o *status* da *Crítica da Razão Pura* é o de uma Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza - (a) fundamentada na tese de que Kant parte do sólido "*fato da ciência fundada por Newton no*

[97] Kitcher, 1990, p. 14.
[98] KrV B 25.

sistema dos princípios"[99]; b) que a partir de tal fato Kant busca, mediante a investigação transcendental, examinar e analisar, retrospectivamente, os métodos a priori que tornam possível tanto a matemática quanto a física-matemática newtoniana, tendo em vista conceder-lhes a fundamentação de seus juízos sintéticos *a priori* e do conhecimento de seus objetos, empreendendo o exame e análise isolados, das condições *a priori*, dos métodos *a priori*, espaço e tempo como intuições puras e categorias[100]; e c) que a demonstração das inter-relações entre tais métodos justifica a existência de um princípio que lhes concede unificação e unidade, e fundamenta as suas funções no domínio dos juízos sintéticos *a priori* e na determinação científica dos objetos - é baseada na interpretação que concede à passagem da *Crítica da Razão Pura* em que Kant define conhecimento transcendental, e que reza o seguinte: "Denomino *transcendental* todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos na medida em que este deve ser possível *a priori"*[101].

Em linhas gerais, a interpretação de Cohen dessa passagem é a de que há um conhecimento *a priori*, que é o conhecimento obtido pela Matemática e também pela Ciência matemática da natureza a respeito de seus respectivos objetos. O conhecimento transcendental, que é o que a *Crítica da Razão Pura* visa alcançar, não é o conhecimento dos objetos dessas ciências, mas dos métodos, dos modos *a priori* que elas usam para fundamentar a aquisição de conhecimentos *a priori* de seus objetos. Contudo, apesar de Cohen fundamentar toda a sua interpretação acerca da *Crítica da Razão Pura* na interpretação que concede a definição de conhecimento transcendental ofertada por Kant na passagem acima, ele não tece nenhuma consideração acerca do vínculo que Kant propõe entre conhecimento transcendental e filosofia transcendental. Na verdade, na obra de Cohen só encontramos uma referência explícita em que ele faz menção a que a *Crítica da Razão Pura* é uma obra de filosofia transcendental. Essa referência é feita com o propósito de atribuir não só à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma filosofia transcendental, mas às três Críticas, as quais ele concebe como compondo o sistema da filosofia transcendental.

> A filosofia transcendental é, segundo seu conceito, uma sistemática... Com efeito, na sua extensão, os conceitos limites pertencem às ideias. [...] A unidade metodológica dos conceitos críticos fundamentais em seu conjunto, as categorias e as ideias, exigem o sistema... É na trindade das críticas que se

[99] KTE3 79.
[100] As formas do pensamento, como as formas da intuição, não são coisas materiais ou coisas espirituais, mas métodos, meios e vias para efetivar o conceito de "objeto". (KTE3 755).
[101] KrV B 25.

> encontra o sistema. A *Crítica da Razão Pura* é 'a propedêutica', pois ela constitui a fundação do método – mas ela é o método do sistema[102].

Em sendo assim, devemos concluir que, apesar de Cohen não tematizar a relação entre conhecimento transcendental e filosofia transcendental e considerar que o *status* da obra kantiana é o de uma Metodologia da ciência matemática da natureza, ele considera que tal *status* é o de uma filosofia transcendental.

Já Allison em nenhum momento de sua obra se detém em explicar a definição que Kant oferece de filosofia transcendental, ou a de conhecimento transcendental, expressão esta implicada em sua definição e de importância para se compreender o escopo e o *status* que o próprio Kant atribui à sua própria obra. No entanto, apesar disso, em vários momentos se refere a essa obra como tendo o *status* de uma filosofia transcendental.

Heidegger estabelece que o *status* e o escopo da *Crítica da Razão Pura* são o de uma ontologia e que esta deve ser concebida como filosofia transcendental pelo que executa nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*. Em sendo assim, Heidegger considera que "Kant reduz o problema da possibilidade da ontologia à pergunta: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? A interpretação do problema assim formulado explica o porquê de a fundamentação da metafísica se realizar na forma de uma *Crítica da Razão Pura*"[103]. Na sequência esclarece que, "no problema dos juízos sintéticos *a priori*", há uma síntese pura *a priori* aí implicada, sendo o escopo da ontologia "esclarecer a possibilidade desta síntese *a priori*"[104].

Heidegger compreende que "Kant chama transcendental a investigação que concerne à essência dessa síntese" e que esta determinará as condições de compreensão prévia do ser do ente, tornado assim possível a compreensão do ente como objeto possível. Em assim compreendendo, interpreta que o escopo dessa investigação está expresso na definição que Kant oferta, em B 25, de conhecimento transcendental, o qual será, a partir desse momento, considerado por Heidegger como conhecimento ontológico. Nesse sentido, Heidegger inicialmente cita Kant e depois tece sua interpretação.

> Denomino transcendental todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto dos objetos como de nosso modo de conhecê-los, enquanto este deve ser possível *a priori*"[105]. O conhecimento transcendental não investiga o ente mesmo, mas a possibilidade da compreensão prévia do ser, o que quer dizer,

---

[102] KTE3 732.
[103] Heidegger, 1996, p. 22.
[104] Heidegger, 1996, p. 23.
[105] KrV B 25.

> a constituição ontológica do ser do ente. Esta se refere a ultrapassar a razão pura (transcendência) para o ente, de tal modo que pela primeira vez a experiência pode ajustar-se ao ente como a um objeto possível[106].

Desse modo, "perguntar-se pela possibilidade, isto é, pela essência dessa transcendência da compreensão prévia do ser equivale a um filosofar transcendental. Por isso Kant usa a expressão "filosofia transcendental..."[107]. A partir dessa compreensão, Heidegger contudo apesar de considerar que a *Crítica da Razão Pura*[108] deve ser considerada uma ontologia e assim uma filosofia transcendental, considera que "ela não representa um 'sistema' de filosofia transcendental, mas melhor dito [deve ser entendida como] um tratado de método[109]", devendo "traçar o esboço de um inteiro sistema de metafísica[110]".

Compreendendo que a *Crítica da Razão Pura* é uma ontologia concebida como filosofia transcendental e que ela deve ser uma propedêutica a um sistema de metafísica ao qual deverá traçar o plano, alguns problemas aqui se impõem.

O primeiro é: dado que Heidegger concede que a ontologia concebida como filosofia transcendental é executada da seção da *Estética transcendental* até a seção do *Esquematismo Transcendental,* e que ela tem, por um de seus escopos, ser propedêutica ao sistema de metafísica ao qual traça o esboço, é de se esperar que Heidegger mostre como ele é apresentado nessas seções da obra; contudo, isso é algo que não faz.

O segundo problema é ocasionado pela afirmação, de Heidegger, de que a ontologia, como filosofia transcendental expressa na *Crítica da Razão Pura*, é um tratado de método e não um "sistema de filosofia transcendental", pois, em sendo assim, parece que está a afirmar que o sistema integral da metafísica que a *Crítica da Razão Pura* deve traçar o plano é um sistema de filosofia transcendental e, assim, tal sistema deve ser um sistema de ontologias, algo que também em seu livro não demonstra ser o caso.

Ademais, Heidegger, em sua obra[111], iguala duas definições de Kant de Filosofia transcendental concebida como ontologia, uma encontrada nos *Progressos da Metafísica,* e outra, na seção da *Arquitetônica da razão pura* (KrV A 817/B 845), sendo que, no primeiro caso, como veremos mais à frente na tese, Kant fá-lo ao se referir à investigação realizada nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental* da *Crítica da Razão Pura* e, no outro, ao se referir à investigação pertinente a somente um dos ramos da metafísica a que

---

[106] Heidegger, 1996, p. 24.
[107] Heidegger, 1996, p. 24.
[108] Heidegger, 1996, p. 24.
[109] Heidegger, 1992, p. 24
[110] Heidegger, 1992, p. 24.

ela é propedêutica. Algo que está em descompasso com o que Heidegger parece sugerir. Além do que, no momento em Heidegger iguala as duas definições, está a sustentar um contrassenso, pois que em sendo assim a filosofia transcendental exposta na *Crítica da Razão Pura* se configura como sendo a mesma que deve ser exposta como a primeira parte da Metafisica da Natureza a que deve ser propedêutica, sendo assim ela propedêutica a si mesma, algo para que também ele não atenta.

Pelo lado de Strawson, em momento nenhum de *Bounds of Sense* explicitamente há referência à *Crítica da Razão Pura* como sendo uma obra de filosofia transcendental. Em apenas um momento Strawson cita uma passagem da *Crítica da Razão Pura* em que o próprio Kant se refere à sua obra como filosofia transcendental[112]. Em dois momentos se refere à *Crítica da Razão Pura como crítica transcendental*[113]. E em um momento, quando busca estabelecer que a *Crítica da Razão Pura é* uma obra de metafísica, se refere a que Kant denomina a investigação que faz de "transcendental", para diferenciá-la de uma de cunho "transcendente", momento em que ressalva que tal uso não é coerente:

> Um estudo fecundo desse tipo, então, merecerá plenamente o título de metafísica. Será como sempre se tem dito que a metafísica é o mais geral e fundamental dos estudos; seu método, ademais, não será empírico, ou *a priori* porque, como a metafísica transcendente pretende haver-se com o reino de objetos inacessíveis a experiência, senão porque se interessa pela estrutura conceptual que se pressupõe a toda investigação empírica. A esse tipo de investigação por vezes Kant denomina de "transcendental" como distinto de "transcendente", embora não seja de modo algum consistente seu uso de tal expressão[114].

1.6.4. Do questionamento metodológico originado pelos questionamentos suscitados pelas constatações

Essas três constatações acima mencionadas e os respectivos questionamentos a que dão origem nos remetem a um questionamento metodológico:

Cada uma destas interpretações, para evitar ser considerada artificiosa, se apoia em que tipo de critério hermenêutico para sustentar ser o escopo e o *status* da obra o que defendem? É esse critério o apelo a evidências textuais? E, se for o caso, tais evidências são declarações expressas de Kant sobre o escopo e o *status* da obra, ou o uso constante de um determinado idioma, ou um determinado procedimento investigativo identificado na obra? Ou

---

[111] Heidegger, 1994, p. 111.
[112] Strawson, 1975, p. 225.
[113] Strawson, 1975, p. 33 e p. 197.

o critério utilizado é a identificação de uma problemática prioritariamente abordada na obra, que, mesmo não expressamente declarada por Kant como tematizada, é considerada como a que de fato tematiza? Ou esse critério se constitui em demonstrar os pressupostos não declarados por Kant da problemática que declara estar a tematizar? Ou há outro critério? Havendo algum desses critérios, como é caracterizado? ao que faz apelo?

Cohen é explícito quanto à utilização de dois critérios diretivos de sua proposta interpretativa acerca da *Crítica da Razão Pura.*

O primeiro critério, que podemos chamar de histórico-filológico, é o da reconstrução do Kant histórico mediante uma rigorosa referência à letra do texto kantiano. Segundo Cohen, sua interpretação visa:

> apresentar novamente o Kant histórico, defendendo-o na sua própria figura..." e isso porque "eu me apercebi então, de uma maneira mais precisa e mais clara, que os contraditores não tinham compreendido o Kant que aparece autenticamente nos textos – que sua concepção poderia ser contradita mediante simples citações[115].

O segundo critério é uma complementaridade do anterior, dado que, segundo ele, "a questão histórica [...] não pode ser separada do problema no qual ela encontra sua fonte"[116]. Esse segundo critério é o sistematicidade, isto é, a exigência de reconstruir a *Crítica da Razão Pura* a partir de um escopo, visado pela obra, que permeie todas as questões que aborda. Segundo Cohen: "Para compreender a letra do texto de Kant, é inevitável examinar cada uma das diferentes concepções que este texto torna possível relativamente a seu valor para a teoria do conhecimento: uma postura sistemática é inevitável[117]".

Apresentando mediante o critério de sistematicidade que sua reconstrução da obra será a partir da perspectiva da Teoria do conhecimento, e parece que em resposta a outros proponentes de leitura "concorrentes" também sistemáticas, Cohen revela, contudo, que sua leitura será personalizada, dado que "não se pode pronunciar nenhum juízo sobre Kant sem trazer a cada linha o mundo que se tem na própria cabeça"[118].

Allison não faz referência explícita a algum critério que determine sua proposta. Contudo, suas afirmações de que a noção de condição epistêmica "é central para a totalidade

---

[114] Strawson, 1975, p. 16.
[115] KTE3 34.
[116] KTE3 34.
[117] KTE3 XXI.
[118] KTE3 35.

da empresa de Kant", [apesar do] "fato de que ele nunca a tenha abordado explicitamente[119]" e seu reconhecimento de que considera que tal noção "só está implícita na KrV"[120] revelam que está a utilizar um critério interpretativo que mereceria ser justificado, o que não faz.

Na obra de Kitcher, não encontramos qualquer menção a algum critério que utilize para fundamentar sua proposta.

Heidegger, no *Prólogo* à segunda edição, em resposta a acusações que recebera de que sua proposta era arbitrária, expõe que ela não é feita do ponto de um historiador que busca retratar a fidelidade do texto do autor, mas que o critério diretivo de sua proposta é o de "um diálogo de pensamento entre pensadores[121]".

Já no *Prólogo* à quarta edição de sua obra, Heidegger assume que sua proposta é orientada pelos interesses de sua própria filosofia, dado que a interpretação que apresenta é feita "no horizonte do interrogante de o *Ser e Tempo*", impondo assim ao texto de Kant "uma problemática que lhe era alheia"[122]. Percebe-se, assim, que o critério hermenêutico que Heidegger manifesta usar é o de um "diálogo de pensamento entre pensadores". Contudo, nem por isso tal critério exime sua proposta de ser arbitrária e violentar a obra autoral de Kant.

Strawson, na *Introdução* de *Bounds of Sense*, deixa claro alguns dos critérios que orientam sua proposta sobre a *Crítica da Razão Pura.*

O primeiro critério é "apresentar uma interpretação clara, ordenada e unificada do sistema de pensamento que contém a *crítica*, porém me afirmando firmemente no texto tal e como este nos aparece"[123].

Contudo, para que tal critério [que podemos denominar de "critério de coerência analítica, unificação e sistematização", apesar de Strawson não ofertar-lhe nenhuma designação] seja usado, afirma Strawson, é pré-requisito reconhecer-se que a obra de Kant, "mesmo para aqueles que a leram e releram... [causa] a sensação de que é uma mescla de vários insights e confusões", significando isso que a estrutura do argumento que Kant busca apresentar e defender em sua obra é mesclada com a abordagem de temas que lhe estão correlacionados, mas não são indispensáveis para a compreensão do escopo primordial da obra. Mediante tal reconhecimento, Strawson enuncia outro critério que utiliza para sua interpretação e consiste em, por vezes excluir e por vezes ofertar reformulações a alguns

[119] Allison, 1992, p. 40.
[120] Allison, 1992, p. 30.
[121] Heidegger, 1996, p. 10.
[122] Heidegger, 1996, p. 8.
[123] Strawson, 1975, p. 9.

daqueles temas e problemas abordados por Kant, mas que não são centrais, pois só estão correlacionados com os genuínos elementos que utiliza para a construção lógica de seu argumento, por exemplo, e principalmente, os que dizem respeito a temáticas psicológicas. Tal critério, usado por Strawson, podemos denominar, por nossa conta e risco, já que o próprio não o faz, de "critério de assepsia argumentativa".

Tais critérios utilizados por Strawson se deixam entrever na seguinte passagem:

> Tenho tratado de mostrar como grandes partes da estrutura podem separar-se uma das outras, porém mostrando também, ao mesmo tempo, de que modo estão concebidas como inter-relacionadas dentro do sistema. Tenho tentado dar razões concludentes para rechaçar totalmente algumas partes. Finalmente, tenho tentado indicar, embora nada mais que indicar, como os argumentos e conclusões de outras podem modificar-se e reconstruir-se de modo tal que acabem sendo mais aceitáveis. Com o fim de alcançar tais objetivos, tenho relegado a segundo plano algumas das características da obra, especialmente muito que diz respeito ao detalhe arquitetônico, assim como à psicologia transcendental[124].

Loparic, na *Introdução* de *Semântica Transcendental de Kant*, mediante um olhar retrospectivo à sua própria obra, se ocupa inicialmente em esclarecer que a proposta que oferta sobre a *Crítica da Razão Pura* não é elaborada seja a partir da atitude de um historiador da filosofia, interessado em apresentar uma reconstrução da obra da *Crítica da Razão Pura*, discutindo os comentários que os estudiosos da obra kantiana têm historicamente lhe concedido, ou aprender a partir dos comentaristas sobre o pensamento de Kant. Ademais, esclarece que sua atitude para com a obra de Kant é uma proposta que não intenciona ofertar-lhe mais um comentário que venha a se somar aos já existentes. Em negando tais atitudes, Loparic revela que a atitude que o conduziu a apresentar sua proposta de reconstrução da filosofia kantiana, exposta na *Crítica da Razão Pura*, é a de um filósofo da ciência interessado em demonstrar que a obra kantiana se ocupa com temas e problemas fulcrais que podem auxiliar na compreensão e resolução de problemas enfrentados ainda contemporaneamente pela filosofia da ciência. Cito Loparic:

> Desde o começo, eu não queria aprender sobre Kant a partir de outros, mas sim a partir de Kant e de outros sobre a solução de problemas científicos. Meu objetivo, ao abordar Kant..., não era histórico, mas conceitual. [125]
> Minha atitude diante da obra de Kant nunca foi a de um comentador. Tudo o que eu realmente quis foi aprender sobre formas de abordar a ciência como uma atividade de solução de problemas. Meus interesses permaneceram

[124] Strawson, 1975, p. 11.
[125] Loparic, 2000, p. 8.

> sempre os de um filósofo da ciência que se esforça em escapar da crise presente de seu ofício, buscando ajuda no passado[126].

Tendo isso em vista, Loparic busca demonstrar que sua proposta consiste em "reconstruir a filosofia especulativa de Kant como uma teria da resolução científica de problemas[127]" e que a "solubilidade destes problemas é fundamentada numa teoria semântica *a priori* dos conceitos puros da razão"[128].

Em sendo assim, pode se inferir que o critério que orienta sua proposta reconstrutiva da filosofia de Kant é o "conceitual engajado", tanto do ponto de vista "regressivo" quanto "progressivo". É conceitualmente engajado de modo "regressivo" na medida em que se volta para a filosofia de Kant para reconstruí-la a partir de uma problemática e perspectiva orientada pela filosofia contemporânea da ciência, assim focalizando os escopos da *Crítica da Razão Pura* na solubilidade de problemas ofertados por uma semântica e por uma heurística; e, por outro lado, é "projetivo", dado que é orientado para: a) a demonstração de que o modo como Kant aborda o tema da solubilidade dos problemas em sua obra vincula-se a uma peculiar teoria semântica e heurística que desenvolve, e que é profícua para solucionar vários tipos de problemas postos pela filosofia contemporânea da ciência; b) a demonstração da proficuidade da obra kantiana para se pensar a crise que atribui ter assolado a filosofia da ciência contemporânea, no que diz respeito ao uso de suas estratégias para ofertar solubilidade a problemas científicos.

1.7. Resultados obtidos

As constatações e questionamentos a que chegamos ao início do capítulo, mediante o vislumbre da mera existência de diferentes propostas interpretativas quanto ao *status* e ao escopo da *Crítica da Razão Pura*, nos conduziram a retomá-los da perspectiva dos representantes mais significativos da versão interpretativa mais difundida de cada uma. Os resultados obtidos desses questionamentos são que existe:

a) Diferentes propostas interpretativas que compartilham a posição de atribuir a *Crítica da Razão Pura* a execução de um único escopo geral, que lhe concede o status de uma filosofia transcendental, mas que divergem quanto a qual área do conhecimento filosófico este é vinculado;

---

[126] Loparic, 2000, p. 8.
[127] Loparic, 2000, p. XIII.
[128] Loparic, 2000, p. XIII.

b) distintas interpretações que se assemelham ao atribuírem mais de um escopo e status à *Crítica da Razão Pura*, atribuindo exclusivamente a um destes *status* o de uma filosofia transcendental, divergindo, contudo, acerca de qual seja a área do conhecimento a que ele se encontra vinculado;

c) uma interpretação que concede que a *Crítica da Razão Pura* têm um escopo e status geral e mais de um escopo e status específicos, sendo cada qual vinculado a diferentes áreas do conhecimento, e que exclusivamente um destes status específicos é o de uma filosofia transcendental;

d) interpretações que divergem quanto a área do conhecimento que está vinculado o *status* de filosofia transcendental que deve ser concedido à *Crítica da Razão Pura e quanto as seções da obra em que é executado o escopo que lhe concede o status de filosofia transcendental*. Havendo assim interpretações que atribuem o *status* de filosofia transcendental à obra devido ao: a) somente ao executado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*; e b) executado nas seções da *Estética transcendental, da Analítica transcendental* e na *Dialética transcendental*;

e) diferentes tipos de interpretações que na defesa do escopo e do *status* da filosofia transcendental que atribuem à obra acabam por identificar duas definições de filosofia transcendental: uma exposta por Kant nos *Progressos da Metafísica* e outra na seção da *Crítica da Razão Pura* denominada *Arquitetônica da razão pura* em que a filosofia transcendental é apresentada como primeira parte da Metafísica da Natureza à qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica e consideram que ambas remetem ao executado nas seções da *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*, sem aperceberem-se de que isto parece ocasionar o seguinte contrassenso: se a filosofia transcendental é executada nas seções da *Crítica da Razão Pura* denominadas *Estética transcendental* e *Analítica transcendental* e esta é propedêutica à Metafísica da Natureza, a qual, contém, como sua primeira parte, a filosofia transcendental ali exposta nos mesmos termos, então a filosofia transcendental é uma propedêutica a si mesma e esta deveria – tal e qual é realizada na *Crítica da Razão Pura* – ser transposta para a primeira parte da Metafísica da Natureza, à qual é propedêutica;

f) algumas intepretações que não reconhecem serem os escopos e os *status* da *Crítica da Razão Pura* pertinentes à área da metafísica, mas admitem que ela tem um *status* transcendental e escopos vinculados a outra área da filosofia, mas que fazem referências *en passant* ao fato de que ela é uma obra de metafísica, ou que lhe

atribuem tratar de temas metafísicos e especificamente pertinentes à tal, sem se preocuparem em explorar o que isso implica para suas interpretações, ou para uma adequada compreensão do *status* da própria *Crítica da Razão Pura*. Tal é o caso específico de Allison, Kitcher e Cohen;

g) especificamente, as propostas de Loparic e de Heidegger têm o mérito de reconhecer que a *Crítica da Razão Pura* é uma obra de metafísica e de filosofia transcendental concebida como ontologia. A proposta de Loparic tem um diferencial frente às outras propostas interpretativas: por um lado, busca estabelecer um escopo geral à obra e dois específicos à obra kantiana; por outro lado, atenta às relevantes passagens da *Crítica da Razão Pura* na seção da *Arquitetônica da razão pura* em que Kant apresenta o sistema completo de sua filosofia concebendo-a como metafísica, apesar de conceder-lhe peculiar interpretação;

h) três diferentes propostas interpretativas que se baseiam na mesma passagem da *Crítica da Razão Pura*, na qual Kant define conhecimento transcendental (KrV.B25), todas atribuindo-lhe importância fundamental para a determinação do *status* e escopo da obra, mas cada qual lhe concede interpretação distinta e extrai daí escopos e *status* e escopos distintos à *Crítica da Razão Pura;*

i) distintas interpretações que compartilham a postura de atribuir um único status e escopo geral à obra *Crítica da Razão Pura*, apesar de cada qual o conceberem de modo distinto, confinando-os, contudo, à investigação executada nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*. Tal é o caso de Allison, Kitcher e Heidegger. Quanto este ponto é de destacar-se exemplarmente a interpretação metafísica e ontológica de Heidegger acerca da *Crítica da Razão* pura, que concebe que ela possui o status uma filosofia transcendental concebida como ontologia em sua totalidade, na qual se percebe que ela:

1) Acaba por fazer uma interpretação que contradiz o que se propõem, pois sustenta que o *status* da *Crítica da Razão Pura* deve ser concebido *em seu todo* como o de uma metafísica e de uma filosofia transcendental, mas *unicamente* se atém a demonstrar como a filosofia transcendental concebida como ontologia, no sentido em que interpreta, é executada nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, não demonstrando qual é o escopo metafísico das outras seções da obra.

2) sustenta que a *Crítica da Razão Pura* concebida como filosofia transcendental/ontologia é propedêutica ao um sistema de metafísica que deve ser

executado após ela, mas não demonstra como isso ocorre.

1.8. Apresentação da hipótese da Tese

Demonstrado que:

a) há várias interpretações da *Crítica da Razão Pura*, algumas, notadamente, sustentando haver um escopo geral da obra *e* um escopo especial (como filosofia transcendental), outras, haver um único escopo e *status* transcendental da obra;

b) há divergência entre proponentes dessas distintas propostas interpretativas acerca: i) da área da filosofia a que se vincula o escopo e *status* transcendental da *Crítica da Razão Pura*; ii) da(s) seção (seções) em que a obra se revela uma filosofia transcendental; iii) de como se deve interpretar o caráter do empreendimento transcendental (conhecimento transcendental) que Kant atribui à sua obra; iv) de se a obra tem um *status* e escopo metafisico

c) cada qual dos proponentes de distintas propostas interpretativas ressalta haver, na *Crítica da Razão Pura*, alguns elementos que lhes permitem identificar seu escopo e *status*;

d) os elementos que diferentes intérpretes identificam na obra kantiana para lhe atribuírem *status* e escopo não são coincidentes;

e) alguns dos elementos apresentados por alguns intérpretes como ínsitos na obra de que Kant e que lhes propiciam atribuir *status* e escopo à *Crítica da Razão Pura* parecem estar em flagrante oposição e incompatibilidade com os que outros intérpretes também encontram, ocasionando assim que haja equivocidade e contrassenso em alguns dos próprios elementos que Kant mobiliza para atribuir escopo e *status* à sua obra;

f) alguns intérpretes concedem fundamental importância à definição ofertada por Kant em KrV B 25 para a compreensão do *status* e escopo da *Crítica da Razão Pura*, mas lhe concedem cada qual uma interpretação diametralmente oposta às outras e dela extraem concepção distintas de atribuição de *status* e escopo à *Crítica da Razão Pura*.

Propomos sustentar a seguinte hipótese, já presentada apresentada na Introdução:

1) A *Crítica da Razão Pura* é tem um *status* geral e um específico. Ambos são de metafisica científica;

2) o *status* geral da *Crítica da Razão Pura* é o de uma metafísica científica especial concebida como crítica transcendental, que visa à execução de um duplo escopo geral, um avaliatório e outro propedêutico. Seu escopo avaliatório consiste em proceder a avaliação das faculdades da razão pura, quanto as suas fontes, limites e extensão, em vista do estabelecimento dos princípios da síntese pura em toda sua extensão. Seu escopo propedêutico visa preparar as condições para a elaboração do sistema da razão pura, que se projeta em duas ciências gerais, a saber, a Metafísica da Natureza (que se constitui em um conjunto de ciências, cada uma com escopo peculiar) e a Metafísica dos Costumes. A *Crítica da Razão Pura* procede prioritariamente à realização de seu escopo propedêutico em relação à Metafísica da Natureza. A execução de seu duplo escopo geral é visada por todas as seções da obra;
3) o status específico da *Crítica da Razão Pura* é de uma filosofia transcendental concebida como ontologia; e seu escopo específico visa a elaboração e efetiva apresentação de uma teoria acerca dos objetos em geral que podem vir a ser dados, conhecidos e constituídos na intuição sensível, consistindo-se assim na efetivação de um sistema de conceitos e princípios sintéticos *a priori acerca dos objetos em geral de intuição sensível.* Esse escopo específico é realizado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, concomitante a execução que a *Crítica da Razão Pura* empreende de seu escopo geral no que concerne às faculdades da sensibilidade e do entendimento;
4) a filosofia transcendental concebida como ontologia, exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, entretanto, não é apresentada em sua integralidade, dado que ao executar a tarefa da elaboração do sistema de conceitos a priori e princípios que permitem compreender a síntese a priori em toda a sua extensão, e assim os princípios sintéticos a priori acerca dos objetos em geral da intuição sensível, negligencia, para tal propósito: a definição dos conceitos puros do entendimento, as categorias, os predicamentos; a derivação a partir das categorias de outros conceitos do entendimento, os predicáveis; o recenseamento completo de tais de conceitos; e, a apresentação de suas definições;
5) a filosofia transcendental concebida como ontologia efetuada na *Crítica da Razão pura*, é propedêutica a um sistema integral de filosofia transcendental igualmente assim compreendida, que deverá ser elaborado por ocasião da execução do sistema da razão pura. A filosofia transcendental exposta na *Crítica da Razão Pura* será,

pois, propedêutica à filosofia transcendental tomada como uma das ciências em que será subdividida a Metafísica da Natureza, por sua vez um dos ramos do sistema da razão pura. Esse sistema da filosofia transcendental concebida como ontologia deverá, para ser elaborado integralmente, cumprir duas tarefas. Sua primeira tarefa consiste em apresentar as definições (exposições) das categorias, dos predicamentos já hauridos pela investigação empreendida na *Crítica da Razão Pura*; derivar das categorias os predicáveis, em atenção ao modo por que a *Crítica da Razão Pura* mostrou como isso deverá ser feito; o recenseamento completo dos predicáveis; por fim, a apresentação de suas definições. Sua segunda tarefa consiste em reapresentar o substancialmente realizado pela filosofia transcendental concebida como ontologia tal como exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* da *Crítica da Razão Pura*;

6) a realização de sua primeira tarefa concede ao sistema da filosofia transcendental concebida como ontologia sua completude analítica, e a realização da segunda tarefa lhe concede sua completude sintética, ofertando-lhe assim o *status* de *philosophia definitiva.*

Para realizar a comprovação dessa hipótese buscaremos: identificar o conjunto das passagens em que Kant manifestamente faz declarações acerca dos *status* e escopos transcendentais de sua obra; demostrar que algumas destas passagens contém ambiguidade; e, a partir daí, proceder a uma dupla análise: a destas passagens, e, a dos elementos que integram tal concepção. Com isso visa-se construir uma cadeia de argumentos que permita dar coerência à propositura kantiana.

Assim, faz-se conveniente ressaltar que a presente tese busca comprovar a hipótese interpretativa que propõe desde a própria obra kantiana, sem compromisso com qualquer proposta já estabelecida por algum comentador. De modo que, nos momentos em que abordamos propostas que sustentam *status* e escopos distintos do que propomos ser o caso, nosso propósito é exclusivamente chamar a atenção para a dificuldade implicada no próprio texto kantiano, e que dá margem a distintas interpretações acerca dos *status* e escopos transcendentais que atribui à *Crítica da Razão Pura*.

2. APRESENTAÇÃO DE UM ARGUMENTO PARCIAL PARA A DETERMINAÇÃO DOS *STATUS* E DOS ESCOPOS GERAIS DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

O propósito deste capítulo é apresentar um argumento inicial possível e, nesse sentido, provisório e sujeito à revisão, que permite *identificar* os escopos e *status* geral da *Crítica da Razão Pura*. O argumento constitui-se de alguns passos. O *primeiro* passo consiste em apresentar uma série de passagens, encontradas em várias obras de Kant, nas quais o filósofo refere-se ao *status* metafísico da *Crítica da Razão Pura*. Assumindo que tais passagens são evidências textuais, o *segundo* passo consiste em indagar se Kant também concebe a *Crítica* como ciência, dado que isto parece não ser o caso, pois que em várias de suas obras encontramos passagens (as quais citaremos) em que a afirma como propedêutica a uma metafísica *futura* que *deve tornar-se* ciência. O *terceiro* passo consiste em demonstrar que Kant atribui, tanto à *Crítica da Razão da Razão Pura* quanto à metafísica à que é propedêutica, o *status* de ciência sistemática. O *quarto* passo é a elaboração de um problema, sob a forma de enigma: como pode a *Crítica da Razão Pura* ser considerada metafísica científica e sistemática e ser, ao mesmo tempo, propedêutica a uma metafísica que deve se constituir como científica e sistemática? O *quinto* passo consiste na busca de solução do enigma. Para alcançarmos tal solução:

a) Apresenta-se e analisa-se passagens da obra de Kant em que atribui à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma ciência especial como crítica transcendental, e procura-se estabelecer qual é o sentido de tal *status* e qual é o escopo a que visa;
b) apresenta-se e analisa-se passagens em que Kant atribui à *Crítica da Razão Pura* o escopo de ser propedêutica a um sistema da razão pura, e também a filosofia transcendental a ser elaborada no futuro e sob prescrição crítica. Nesse momento m investiga-se se esse duplo escopo propedêutico atribuído à *Crítica da Razão Pura* pode ser identificado. Isto é, se o sistema da razão pura, que é apresentado como um sistema composto de dois ramos gerais, a Metafísica da Natureza e a Metafísica dos Costumes, compreendida como um sistema de moralidade, e a filosofia transcendental podem ser considerados idênticos. Para resolver tal questão, socorre-se à posição de vários comentaristas de Kant;
c) dada a imprecisão dos comentaristas quanto a uma justificativa dessa identificação e a aparente razoabilidade dessa identificação, busca-se em encontrar nos textos kantianos elementos que validem tal identificação. Após análise de algumas

passagens do texto de Kant, mostra-se que há passagens em seus textos que parecem validar a identificação feita pelos comentaristas;

d) feito isso e com as análises obtidas anteriormente acerca do *status* especial atribuído à *Crítica da Razão Pura* como o de uma crítica transcendental, chega-se à seguinte resolução do enigma anteriormente apresentado, que consiste na atribuição de *status* metafísicos e científicos distintos a essas duas ciências. Por um lado, a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de metafísica especial concebida como crítica transcendental com o duplo escopo avaliativo e propedêutico; e, por outro, o sistema da razão pura, a que seria propedêutica, deve ser compreendido como composto de duas ciências doutrinais (Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes), tendo cada uma o *status* de filosofia transcendental. Por último, aponta-se a para uma possível inconsistência desse argumento, devido a encontrar-se, na *Crítica da Razão Pura*, passagens em que Kant exclui que a Metafísica dos Costumes possa ser considerada como filosófica transcendental.

2.1. Das passagens em que é dito que a *Crítica da Razão Pura* é uma obra de metafísica

Dado (1) como mostramos no capítulo anterior não haver consenso entre os comentaristas da *Crítica da Razão Pura* acerca do *status* e escopo geral desta obra; (2) que alguns consideram seu *status* como o de uma metafísica e outros, não; (3) que mesmo aqueles que não consideram que possua *status* metafísico acabam por referir-se a ela como obra de metafísica; então inicialmente nos ocupamos em demonstrar haver em algumas obras de Kant várias passagens que indicam que ele atribui a essa obra o *status* de uma metafísica.

Na *Crítica da Razão Pura*, de fato, encontramos duas relevantes passagens.

A primeira consta no "Prefácio" à segunda edição dessa obra. Essa passagem é precedida pelo seguinte contexto.

Kant indaga e demostra os motivos que conduziram a Lógica, a Matemática e a Física, como "conhecimentos pertencentes ao domínio da razão"[129], a percorrerem o caminho seguro que lhes franqueara o *status* de ciência. No que concerne à Lógica, demonstra que obteve sucesso porquanto "expõe detalhadamente e prova rigorosamente nada mais que as regras formais de todo pensamento"[130]. No que compete a Matemática e a Física, em que a

[129] KrV B VII.
[130] KrV BVIII-IX.

razão não se ocupa somente de si mesma, mas também com objetos, demonstra como cada qual trilhara o seguro caminho da ciência devido a uma revolução na maneira de pensar e ao peculiar procedimento racional que utilizaram para "determinar os seus objetos *a priori*, a primeira de modo inteiramente puro, a segunda de modo pelo menos em parte puro, mas tomando ainda como medida outras fontes do conhecimento que não a razão" [131]. Com efeito, o procedimento utilizado por ambas, Matemática e Física, pressupõe o conhecimento racional e de seus elementos constituintes como que regulando o conhecimento e a determinação dos objetos e das leis que os regem, em vez de propriedades já encontradas neles mesmos. O conhecimento almejado, adquirido e proporcionado pela ciência da matemática e pela física não se deixa regular passivamente por seus respectivos objetos, procurando as leis e princípios de seu comparecimento possível para a investigação e comportamento no campo aberto pela teoria.

O propósito de Kant é, porém, diagnosticar o estado de coisas quanto à metafísica, a qual "não teve até agora", escreve, "destino tão favorável que lhe permitisse encetar o caminho seguro de uma ciência, não obstante ser mais antiga que todas as demais"[132]. É precisamente a atribuição a ela de um caráter substancialista o que obsta assumir os avanços próprios a uma ciência. A metafísica se mostra, para Kant, como não científica, porquanto, diferentemente do que se dá na Matemática e na Física, partia da suposição do conhecimento como registro passivo em que: "todo o nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos". A noção de constituição a priori de objetos que podem ser dados e conhecidos em uma experiência possível mediante conceitos e princípios, regras, permanecia inteiramente estranha à Metafísica.

Resta óbvio que cabe à Metafísica empreender uma viravolta, por analogia aos procedimentos propriamente científicos. É o que ficará conhecido por "revolução no modo de pensar", uma das expressões mais claramente associadas ao propósito da *Crítica da Razão Pura*.

Assim, dado que até então diversos filósofos fracassaram na tentativa de "mediante conceitos estabelecer algo a priori sobre objetos na pressuposição de que o conhecimento deveria se regular pelos objetos, e espelhando-se na revolução da forma de pensar que conduzira a matemática e física a angariar o status de ciência, Kant aventa a possibilidade de empreender uma renovada tentativa de conceder à Metafísica o status de ciência.

---

[131] KrV B X.
[132] KrV B XIV.

Essa tentativa é anunciada assim:

> Tente-se ver uma vez se não progredimos melhor nas tarefas da Metafísica admitindo que os objetos têm que se regular pelo nosso conhecimento, o que concorda melhor com a requerida possiblidade de um conhecimento a priori dos objetos que deve estabelecer algo sobre os mesmos antes de nos serem dados[133].

Em sendo assim diz Kant:

> Na Metafísica pode-se então tentar algo similar [ao modo como procedera Copérnico em relação a explicação do movimento celeste] no que diz respeito *a intuição* dos objetos. Se a intuição tivesse que se regular pelos objetos não vejo como poderia saber algo a respeito da última; se porém o objeto (como objeto dos sentidos) se regula pela nossa faculdade de intuição, posso então representar-me muito bem essa possiblidade[134].

Contudo, dirá Kant:

> Como não posso deter-me nessas intuições caso devam tornar-se conhecimentos, mas preciso referi-las como representações a algo como objeto e determinar este através daquelas, posso então, ou aceitar que os *conceitos* através dos quis realizo essa determinação também se regulam pelo objeto, e então me encontro no mesmo embaraço quanto ao modo como posso saber algo a priori a respeito, ou então supor que os objetos ou, o que é o mesmo, a experiência unicamente na qual são conhecidos (como objetos dados) se regula por esses conceitos[135].

Exposto assim, tal propósito, porém, pareceria reduzir-se a prelinear o caminho para que a Metafísica fosse elevada ao *status* de ciência, e não propriamente já a sua consecução. E seria assim, não se referisse Kant ao propriamente *executado* em algumas das seções da *Crítica da razão pura* como comprovação do êxito em conduzir a metafísica ao *status* de ciência.

> Esta tentativa alcança o êxito desejado e promete à Metafísica o caminho seguro de uma ciência na sua primeira parte, dado que ela realmente se ocupa com conceitos *a priori* cujos objetos correspondentes podem ser dados adequadamente na experiência. Após esta mudança na maneira de pensar, pode-se com efeito explicar muito bem a possibilidade de um conhecimento *a priori* e, mais ainda, dotar de provas satisfatórias as leis que subjazem *a priori* à natureza enquanto conjunto de objetos da experiência...[136].

---

[133] KrV B XVI.
[134] KrV B XVII.
[135] KrV B XVII.
[136] KrV B XIX.

De fato, se as afirmações de Kant fossem interrompidas neste ponto, restariam dúvidas quanto à execução mesma do projetado, já na *Crítica*. Porém, segue-se a indicação de que as subdivisões da obra ocuparam-se com a elaboração concreta da "nova" metafísica, a ponto de confundirem-se obra e propósito.

> Entretanto, na primeira parte da Metafísica esta dedução da nossa faculdade de conhecer *a priori* conduz a um resultado aparentemente muito prejudicial ao fim inteiro da mesma e do qual se ocupa a sua segunda parte, a saber, que com esta faculdade jamais podemos ultrapassar os limites da experiência possível. (...) após ter sido negado à razão especulativa todo o progresso neste campo do suprassensível, agora nos resta ainda ver se no seu conhecimento prático não se encontram dados para determinar aquele conceito transcendente do incondicionado e se, deste modo, de acordo com o desejo da metafísica, conseguimos elevar-nos acima dos limites da experiência possível com o nosso conhecimento possível *a priori*, mas apenas do ponto de vista prático[137].

A metafísica, pois, subdivide-se conforme as seguintes seções da *Crítica da Razão Pura*: a) *Estética transcendental* e *Analítica transcendental*, tematizam as condições *a priori* mediante as quais objetos podem ser dados, concebidos e constituídos em uma experiência possível, isto é, se ocupam em conhecer as formas da intuição, os conceitos a priori, e sua intrínseca colaboração na composição de um sistema de princípios, que, sob a configuração de juízos sintéticos a priori, exprimem como se dá a unidade de um múltiplo da intuição, na forma de objetos em geral de intuição sensível, e assim instituem as "leis gerais que subjazem à natureza, como conjunto dos objetos da experiência"; b) *Dialética transcendental* mostra o fracasso da tentativa da razão em mediante conceitos puros do entendimento ultrapassar os limites da experiência com o propósito de conhecer objetos suprassensíveis; Contudo, não só isso! Por um lado, conduz ao necessário uso regulativo das ideias de incondicionado em função da ampliação do conhecimento empírico angariado pelo entendimento, e, por outro lado, prepara as condições para que a *Doutrina transcendental do método*, mais propriamente na seção do *Cânon da razão pura*, demonstre haver um conhecimento prático, voltado para a moral, no qual se encontram elementos que permitem determinar os conceitos transcendentes de incondicionado, com propósito prático. Em sendo assim, devemos concluir que tanto as seções da *Estética transcendental* e a da *Analítica transcendental* da *Crítica da Razão Pura*, quanto as seções da *Dialética transcendental* e do *Cânon da razão pura*, já se configuram para Kant em ser a efetiva realização da uma Metafísica alçada ao status de ciência.

---

[137] KrV B XIX.

Uma leitura igualmente ligeira de outra passagem poderia levar à afirmação de que a *Crítica da Razão Pura* não tem status metafísico porque se constitui como uma propedêutica ao sistema da razão pura, esse sim composto por ciências metafisicas. Afirmamos tratar-se de leitura apressada, pois a mesma passagem – da seção denominada *Arquitetônica da razão pura* – em que isso é afirmado indica o caráter metafísico da própria *Crítica da Razão Pura***,** aqui defendido:

> A filosofia da razão pura ou é uma propedêutica (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori*, e denomina-se crítica, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*. Este último nome, contudo, também pode ser dado a toda a filosofia pura incluindo a *crítica*, a fim de abarcar tanto a investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido *a priori* quanto também a exposição daquilo que perfaz um sistema de conhecimentos filosóficos puros desta espécie, porém distinto de todo uso empírico e de todo o uso matemático da razão[138].

Se na *Crítica da Razão Pura* é possível encontrar passagens caracterizando-a, explicitamente, como a efetivação de uma metafísica, esse é também o caso dos *Prolegômenos*, que movimentam-se por dois eixos, o da afirmação de juízos sintéticos *a priori* e o da diferença entre entendimento comum e entendimento especulativo:

> [...] a metafísica tem a ver propriamente com proposições sintéticas *a priori*, e apenas estas constituem seu fim... A produção do conhecimento *a priori*, tanto a partir da intuição quanto dos conceitos, e por fim também das proposições sintéticas *a priori*, especificamente no conhecimento filosófico, constitui o conteúdo essencial da metafísica[139].

Em outra passagem, mencionam-se as distinções relativas ao entendimento:

> E o que é, então, o entendimento comum? Ele é o poder do conhecimento e do uso de regras em concreto, em oposição ao entendimento especulativo, que é um poder do conhecimento das regras em abstrato (...) o entendimento comum não tem, pois, outra utilidade senão na medida em que pode ver suas regras (apesar de elas lhe serem inerentes realmente *a priori*) confirmadas na experiência; por conseguinte, discerni-las *a priori* e independente da experiência compete ao entendimento especulativo, e está totalmente fora da perspectiva do entendimento comum. Porém a metafísica só tem de se preocupar com a última espécie de conhecimento.[140] [...] A metafísica tem a

[138] KrV A 841 / B 869.
[139] Prol IV: 274.
[140] Prol IV: 369-370.

> ver não só com os conceitos da natureza, que encontram sempre sua aplicação na experiência, mas também com conceitos do entendimento puro, que nunca são fornecidos em qualquer experiência possível[141].

Claramente a caracterização que Kant oferta de metafísica aparece, acima, matizada por expressões tais como "ter a ver", "preocupar-se com" e "conteúdo essencial". Ora, se "a metafísica "tem a ver" propriamente com proposições sintéticas *a priori* e apenas estas constituem seu fim", e sua pergunta central é "como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?" sem dúvida essa é a preocupação principal da *Crítica da Razão Pura*. A *Estética transcendental*, a *Analítica dos conceitos* e a *Analítica dos princípios* tratam de como conhecimentos *a priori* podem ser produzidos a partir de intuições e conceitos puros, em proposições sintéticas *a priori*, e é isso que, constituindo o essencial da *Crítica da Razão Pura*, Kant caracteriza como o conteúdo essencial da metafísica.

Tarefa crítica concomitante é investigar a faculdade do entendimento, capacidade de fornecer regras *a priori*, ao que se procede na *Dedução metafísica*, na *Dedução transcendental* e na seção da *Analítica dos princípios*. O entendimento especulativo é capacidade de conhecer regras em abstrato, discernindo-as *a priori*, e é à metafísica que cabe essa tarefa que é executada estritamente na *Crítica da Razão Pura*. A obra "tem a ver" com "os conceitos do entendimento puro que não são fornecidos em nenhuma experiência possível", o que se elabora pela prova da origem *a priori* dos conceitos do entendimento e exposição das condições *a priori* de sua aplicabilidade à objetos de uma experiência possível.

Os *Prolegômenos*, assim, parecem conter passagens que chancelam a interpretação aqui defendida: a metafísica é "tarefa", "preocupação" e "tem a ver" com o que a *Crítica da Razão Pura* realiza.

Na obra *Os Progressos da Metafísica – acerca da pergunta da Academia Real de Ciências de Berlim: "quais são os verdadeiros progressos que a Metafísica realizou na Alemanha, desde os tempos de Leibniz e de Wolff?[142]",* porém, encontramos outro procedimento. A identificação se elabora, ali, como conexão entre *metafísica*, *filosofia transcendental* e a *Crítica da Razão Pura*.

---

[141] Prol IV: 327.

[142] Neste trabalho, nos orientamos pelas obras de Kant publicadas em alemão pela Academia de Berlim, mas as citamos no português. Nesse caso, a obra, *Welches sind die wirklichen Fortschritte, die Metaphysik seit Leibnitzens und Wolf's Zeiten in Deutschland gemacht hat,* é citada segundo a tradução feita por Artur Morão. Daqui para frente nos referiremos a ela somente como *Progressos*.

> A ontologia é a ciência (enquanto parte da metafísica) que constitui um sistema de todos os conceitos do entendimento e dos princípios, mas só na medida em que se referem a objetos que podem ser dados aos sentidos e, portanto, justificados pela experiência. Ela não toca no suprassensível que, no entanto, é o fim último da metafísica; insere-se nessa somente como propedêutica, como o vestíbulo ou a antecâmara da metafísica propriamente dita; e chama-se filosofia transcendental, porque contém as condições e os primeiros elementos de todo o nosso *conhecimento a priori*[143].
>
> A filosofia transcendental, isto é, a doutrina da possibilidade de todo o conhecimento *a priori* em geral, que é a *Crítica da Razão Pura*, cujos elementos foram agora integralmente expostos, tem por fim a fundação *(Gründung)* de uma metafísica... [144].
>
> ... a definição de metafísica segundo o propósito que contém o fundamento na busca de uma tal ciência seria, pois, esta: é uma ciência que permite avançar do conhecimento do sensível para o do suprassensível. (...) Mas por ser isto impossível mediante princípios empíricos do conhecimento, a metafísica conterá princípios *a priori*; a matemática também os tem. (...) pelo que a metafísica se distinguirá dela por se caracterizar como uma ciência filosófica que é um conjunto do conhecimento racional *por conceitos a priori* (sem a construção dos mesmos). Finalmente uma vez que para a extensão do conhecimento *além* das fronteiras do sensível, exige-se primeiro um conhecimento completo de todos os princípios *a priori*, que se aplicam também ao sensível, a metafísica deve ser definida como o sistema de todo o conhecimento puro das coisas por meio de conceitos, na medida em que busca esclarecer-se não tanto sobre seu fim como bem antes sobre os meios para alcançar um conhecimento em geral mediante princípios *a priori*; isto é, tem de esclarecer-se sobre a mera forma de seu próprio proceder[145].

A terceira passagem é decisiva. Kant define metafísica por referência a uma finalidade idealizada, a saber, avançar do conhecimento sensível ao do suprassensível. Na sequência estabelece que a metafisica é uma ciência filosófica que se caracteriza por ser "o conjunto do conhecimento racional *por conceitos a priori*". Posteriormente, afirma que antes de tenta-se empreender uma ampliação do conhecimento em relação ao suprassensível é necessário empreender-se um conhecimento de "todos os princípios a priori que se aplicam ao sensível". Em vista disso, Kant agora reapresenta uma definição de metafisica: ela é o "sistema de todos os conceitos puros das coisas por meio de conceitos", implicando isso que para tanto ela deve "esclarecer-se sobre os meios para alcançar um conhecimento em geral sobre as coisas partir de princípios a priori". Tal tarefa pertinente à metafísica, diz Kant, na segunda citação acima, é realizada pela filosofia transcendental, que é a própria *Crítica da Razão Pura*. Na primeira passagem Kant, por um lado, identifica a filosofia transcendental a ontologia, e, por outro lado, específica o seu escopo, restringindo-o aquilo que é consabido o

[143] FM XX: 10-11.
[144] FM XX: 43.

que realiza em um momento essencial da integral investigação empreendida na *Crítica da Razão Pura,* isto é, nas seções da *Analítica dos conceitos*, *Analítica dos princípios*, em atenção ao já realizado na seção da *Estética transcendental*. Em sendo assim, é de concluir-se que Kant, nos *Progressos* sustenta que a *Crítica da Razão Pura* tem o status de uma metafísica que se configura em ser uma filosofia transcendental concebida como ontologia na mediada em que realizar o escopo pertinente às seções da *Estética transcendental*, da *Analítica dos conceitos*, e, da *Analítica dos princípios*.

Na *Lógica* (*Jäsche*)[146], por sua vez, a "Metafísica" é identificada à resolução, operada pela *Crítica da Razão Pura*, de determinadas questões que conduzem a que obra mesma deva ser nomeada como tal:

> O domínio da filosofia neste sentido cosmopolita deixa-se reduzir às seguintes questões:
> 1. o que posso saber?
> 2. o que devo fazer?
> 3. o que me é lícito esperar?
> 4. o que é o homem?
> À primeira questão responde a *Metafísica*; à segunda a *Moral*; à terceira a *Religião*; e à quarta a *Antropologia*[147].
>
> Na lógica não vemos como surgem as representações, mas unicamente como as mesmas concordam com a forma lógica. A rigor a Lógica não pode de modo algum tratar das meras representações e de sua possibilidade. Isso, ela deixa ao encargo da Metafísica[148].
>
> O conceito empírico origina-se dos sentidos pela comparação dos objetos da experiência e recebe mediante o entendimento meramente a forma da universalidade. A realidade destes conceitos baseia-se na experiência efetiva, donde são hauridos quanto ao conteúdo. Mas se há ou não conceitos puros do entendimento (*conceptus puri*) que enquanto tais se originam, independentemente de toda a experiência, única e exclusivamente do entendimento é uma questão que a Metafísica tem de investigar[149].
>
> A origem dos conceitos quanto à sua matéria- segundo a qual um conceito é ou empírico, ou arbitrário, ou intelectual é examinada na Metafísica[150].

A pergunta inicial da primeira passagem citada – "o que posso saber?" – que Kant atribui a Metafísica resolver, equivale a pergunta que no *Cânon da razão pura* ele afirma ter a

---

[145] FM XX: 159-60.
[146] Neste trabalho, nos orientamos pelas obras de Kant publicadas em alemão pela Academia de Berlim, mas as citamos no português. Nesse caso, a obra original de título *Immanuel Kants Logik ein Handbuch zu Vorlesungen* é citada segundo a tradução feita por Guido Antônio de Almeida.
[147] Log IX: 25.
[148] Log IX: 41.
[149] Log IX: 141.
[150] Log IX: 145.

Crítica da Razão Pura resolvido, tendo caráter "especulativo". Salta à vista a conexão entre a pergunta pelos limites do saber e a tarefa da Metafísica. Ora, é essa tarefa que, no seu alcance e limites, em suas regras e sentido, a *Crítica da Razão Pura* teria resolvido:

> Todo o interesse de minha razão (tanto o especulativo quanto o prático) concentra-se nas três seguintes perguntas:
> 1. Que posso saber?
> 2. Que devo fazer?
> 3. Que me é permitido esperar?
> A primeira pergunta é puramente especulativa. Esgotamos (como me ufano) todas as respostas possíveis à mesma. (...) quando se trata do saber, pelo menos o seguinte ficou certo e decidido: com respeito àquelas duas questões, jamais poderemos saber algo[151].

Assim, aquilo de que se trata e resolve na "Metafísica", cujo *locus* de resolução é a *Crítica da Razão Pura*, encontra-se referido, ademais, nas demais passagens.

Na *Lógica*, conforme a segunda passagem, o que se toma como tarefa da "Metafísica" ("como surgem as representações" e sua "possibilidade"), tomado em relação ao que é visado pela *Crítica da Razão Pura*, ao "avaliar a razão pura, suas fontes e limites"[152], bem como a descoberta da origem e possibilidade das representações, conduz à conclusão de que Kant atribui a *Crítica da Razão Pura* o status de uma obra de Metafísica, na medida em que é ela que aborda e resolve aquilo que pertence estritamente á tarefa Metafísica tematizar. Assim, a investigação feita nessa obra pertence à "Metafísica" da faculdade pura da razão. É tarefa dessa Metafísica, a decomposição e avaliação integral da própria razão pura, em função da descoberta das fontes dos princípios que a regem e que possibilitam seu limite ou extensão, como faculdade de princípios para todos os conhecimentos *a priori.* A referência às fontes deve ser referida a todas as faculdades que constituem a razão pura, sensibilidade, entendimento e a razão. Tais representações devem ser avaliadas quanto a possiblidade de dar origem à representação de objetos. É em vista disso que Kant, na *Crítica da Razão Pura*[153], apresenta uma classificação de representações que abrange tanto as cognitivas e objetivas – intuições e conceitos –, como às que não tem esse caráter, como as ideias.

Se, ademais, cabe à Metafísica decidir "se há ou não conceitos puros do entendimento e que enquanto tais se originam inteiramente independentes de toda a

---

[151] KrV A 804 / B 832-3.
[152] KrV B 25.
[153] KrV A 319-8 / B 376-7. A classificação kantiana dos tipos de representação tem sido objeto de distintas interpretações. Para uma interpretação do ponto de vista de uma teoria do conhecimento ver: Almeida, 1997, pp. 56-8. Em chave semântica ver: Loparic, 2000, pp.136-8. Já em perspectiva ontológica ver: Heidegger, 1996, pp.54-7.

experiência"[154], claramente isso concerne, como tarefa, à *Crítica da Razão Pura* que é executada na *"Analítica dos conceitos*", na medida em que é esta sua seção a encarregada de proceder a "*decomposição* da própria *faculdade do entendimento,* para investigar a possibilidade dos conceitos a prior mediante a sua procura unicamente no entendimento, como lugar do seu nascimento, e a análise do uso puro do entendimento em geral"[155]. Já, também, a última citação da *Lógica* segue o mesmo caminho, indicando que a "origem material dos conceitos empíricos, artificiais e intelectuais", função da "Metafísica", é realizada na *Crítica da Razão Pura.* A origem dos conceitos intelectuais é tema da *Analítica dos conceitos*. Na *Dedução transcendental* Kant demostra que a materialidade dos conceitos intelectuais, os conceitos puros do entendimento, se dá ao reunirem sob si o diverso das intuições sensíveis, porquanto constituem-se como regras da possibilidade de conhecimento de objetos. A *Estética transcendental*, já demonstra a origem arbitrária e material de conceitos como os matemáticos[156], que procedem de sua apresentação numa intuição pura. Na seção "*A Disciplina da razão em seu uso dogmático"* o assunto é retomado: se "o conhecimento filosófico é o conhecimento racional a partir de conceitos: o conhecimento matemático é o conhecimento a partir da construção de conceitos"[157], então um conceito matemático se liga à sua definição, e será construído em uma intuição pura que lhe confere materialidade, e realidade objetiva[158]. Já a fixação da origem material dos conceitos empíricos, porém, é realizada na *Crítica da Razão Pura* nos vários momentos em que vigora a tarefa de estabelecer a diferença entre intuições, conceitos, e juízos sintéticos, *a priori* e *a posteriori*.

Pode-se reforçar a argumentação mediante a indicação seguinte. Kant oferece explicação da origem dos conceitos e juízos empíricos na *Introdução* [159]: conceitos puros dados *a priori* apontam para a existência de juízos sintéticos *a priori* na física e na metafísica. Conceitos arbitrários a priori apontam para a existência de Juízos sintéticos na matemática. No § 13 da *Analítica dos conceitos*, por sua vez, a origem material dos conceitos empíricos é aludida comparativamente à origem dos conceitos intelectuais, os conceitos puros do entendimento[160].

---

[154] Log. IX: 141.
[155] KrV A 66 / B 91. Cf. KrV A 85 B / 118 ss.; KrV A 91 / B 124ss.
[156] Cf. Log IX: 159, na qual os conceitos matemáticos são considerados conceitos arbitrariamente construídos.
[157] KrV A 713 / B 741 ss.
[158] Para uma detalhada explicação acerca desse ponto, ver: Freuler, 1992, p. 97-110.
[159] KrV B 1- A 10 / B 14.
[160] Cf. KrV B 116, A 91 / B 124.

Em *A polemica sobre a Crítica da razão pura* (*Resposta a Eberhard*)[161] Kant, buscando demostrar que "tudo o que da *Crítica* cai em suas mãos [Herbart], previamente torce e desfigura, para fazer aparecer, por um momento, sob uma falsa luz[162]", afirma:

> Na pag. 218 [Herbart] me atribui a afirmação: "exceto os juízos da matemática [106], só seriam sintéticos os juízos da experiência", enquanto que a *Crítica* (primeira ed. pp.158 a 235) oferece a representação de um sistema completo de princípios metafísicos, e precisamente *sintéticos*, e prova-os mediante demonstrações *a priori*. Minha afirmação foi: que esses princípios, no entanto, são apenas princípios da *possiblidade da experiência*; ele a converte em "eles são apenas *juízos de experiência*"; e, portanto, do que eu chamo fundamento da experiência, ele faz uma consequência dela[163].

Kant, com propósito similar, mais a frente afirma:

> O mesmo ocorre com o exemplo aduzido na p. 325, em que deve ser observado ao mesmo tempo um exemplo de sua exatidão ao fazer referência a proposições da *Crítica*, quando diz: "Não vejo como se pretende negar a metafísica todos os juízos sintéticos". Porém a Crítica, longe de fazer isso, antes (como já indicado acima) erigiu um sistema inteiro e, de fato, [um sistema completo] de tais juízos, como princípios verdadeiros; só que mostrou, ao mesmo tempo, que, juntos, apenas afirmam a unidade sintética de o múltiplo da intuição (como condição de possibilidade experiência) e, portanto, são aplicáveis apenas a objetos, na medida em que possam ser dados na intuição[164].

Nessas duas passagens podemos observar que Kant assevera que a *Crítica da Razão Pura* oferta um sistema integral de princípios metafísicos, que tem a forma de juízos sintéticos a priori, e que são *princípios da possibilidade da experiência*. Já na segunda passagem podemos também notar que Kant retruca a afirmação que Herbart lhe imputa de negar que a metafisica se constituísse em possuir juízos sintéticos mediante a afirmação que a própria *Crítica da Razão Pura* não só prova a legitimidade de princípios metafísicos sintéticos, mas já se expõe um sistema integral de princípios metafísicos. Frente ao que, é de concluir-se que Kant considera que a *Crítica da Razão Pura* já possui o *status* de uma metafísica.

---

[161] Neste trabalho, nos orientamos pelas obras de Kant publicadas em alemão pela Academia de Berlim, mas as citamos no português. Nesse caso, a obra, *Über eine Entdeckung, nach der alle neue Kritik der reinen Vernunft durch eine ältere entbehrlich gemacht werden soll,* é citada partir da tradução feita para o espanhol por Mario Caimi, e que vertemos para o português. Daqui para frente nos referiremos a ela somente como *Resposta a Eberhard.*

[162] ÜE VIII: 235.
[163] ÜE VIII: 233.
[164] ÜE VIII: 235.

Entretanto, diante de todo o exposto, permanece aberta a atribuição do *status* metafísico à *Crítica da Razão Pura*, o que pareceria estranho. O ponto é, a nosso ver, que, se a *Crítica da Razão Pura* deve ser compreendida como obra de metafísica, a natureza do *status* que se lhe atribui é ela mesma incerta e exige investigação.

2.2. Em busca do significado do *status* metafísico da *Crítica da Razão Pura*

Para além da mera constatação geral de que a *Crítica da Razão Pura* tem o status de uma metafísica, um problema se põe: é legítimo considerá-la como ciência, em sendo metafísica? Efetivamente, nas obras acima mencionadas confirmamos ao menos indicação em sentido forte do status metafísico da *Crítica da Razão Pura*, todavia outras passagens, em algumas das obras que mencionamos, concebem a obra como *propedêutica* a uma metafísica futura que deverá ser alçada ao *status* de ciência. Se este é o caso, ali mesmo onde confirmamos o *status* metafísico da obra, sua natureza hermenêutica dispõe talvez não se tratar, ainda, de uma metafísica 'científica'. Se podemos ler, nos *Prolegômenos*, que "a *Crítica* e só ela, contém em si o plano inteiro bem verificado e provado, e mesmo todos os meios de realização, de acordo com os quais a metafísica pode tornar-se uma ciência"[165], na *Crítica da Razão Pura*, também podemos ver que Kant faz afirmações no mesmo sentido[166]:

> O objetivo desta *Crítica da Razão Pura* especulativa consiste naquela tentativa de transformar o procedimento tradicional da Metafísica... É um tratado de método e não um sistema da ciência mesma; não obstante ela traça todo o seu contorno, tanto em relação a seus limites como também a toda a sua estrutura interna[167].
>
> ... a Crítica é antes a instituição provisória necessária para promover uma Metafísica fundamental como ciência, a qual precisa ser desenvolvida de modo necessariamente dogmático e segundo a exigência do rigor sistemático[168].

Nos *Progressos*, a clareza é ainda maior:

---

[165] Prol IV: 355.
[166] A essa passagens citadas poderíamos acrescentar outras. Elas são expostas aqui só como exemplo das várias afirmações que Kant faz com o mesmo teor. Verneaux, 1967, p. 37 chama a atenção a que na *Crítica da razão Pura*: "Kant repete até vinte e cinco vezes que a crítica é uma propedêutica necessária, mas também que ela é apenas uma propedêutica".
[167] KrV B XXII-III.
[168] KrV B XXXVI.

> ... a metafísica é aqui unicamente a Ideia de uma ciência como sistema, que pode e deve construir-se após a realização plena da *Crítica da Razão Pura*, de que já se tem presentemente os materiais e o plano de construção[169].

As passagens citadas indicam o caráter de âmbito dos "materiais", de instituição provisória e de "tratado de método" propedêutico designadas à metafísica como ciência, o que alteraria nossa primeira aproximação ao traço metafísico da *Crítica da Razão Pura*. Uma propedêutica não é, e o nome o diz, efetivação e expressão. Todavia, se Kant atribui à *Crítica da Razão Pura* o papel de propedêutica, no sentido apontado, o julgamento não se esgota aí, pois a *Crítica da Razão Pura* não *é já* uma ciência metafísica idêntica à metafísica que deve preparar e que deve ser elaborada na forma de sistema de ciências metafísicas (cf. KrV A 841 / B 869) – pois seu *status* não é assim elucidado. A possibilidade ela mesma de que a *Crítica da Razão Pura* seja obra de metafísica e, como tal, ciência sistemática não é negada. Do mesmo modo, não fica demonstrado que a obra não possa já se constituir como uma metafísica que seja um *sistema científico*, exposto de acordo com o rigor sistemático e de modo dogmático. De todo modo, não podemos nos conformar com essa falta de rigor quanto à questão. Uma retomada dos textos kantianos parece mais que conveniente, em especial no que toca à sistematicidade, ao caráter científico, e de sistema da *Crítica da Razão Pura*. O centro dessa busca repousa em que a ciência é, em Kant, definida como sistema de conhecimentos[170]. Ora, que a *Crítica da Razão Pura* deva ser ela mesma ciência, um sistema de conhecimentos, e sistemática é afirmado por Kant:

> De *tudo* isto resulta a ideia de uma ciência especial que *pode denominar-se uma Crítica da Razão Pura* (...) podemos encarar uma ciência da simples avaliação da razão pura, das suas fontes e seus limites como a propedêutica ao sistema da razão pura...[171].
>
> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todos os conhecimentos puros *a priori* e denomina-se *crítica*, ou constitui em segundo lugar o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro quanto o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*. Este último nome, contudo, também pode ser dado a toda filosofia pura, inclusive à *crítica*, a fim de abarcar tanto a investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido *a priori* quanto

[169] FM XX: 149.
[170] Cf. KrV A 832 / B 860 e Log. IX: 72. Nessa última Kant define "ciência (Wissenschaft) [dizendo-a ser]... a suma de um conhecimento enquanto sistema", e esclarece que: "Ela se opõe ao conhecimento *comum*, isto é, à suma de um conhecimento enquanto *mero agregado*. O sistema repousa sobre um ideia de todo a qual precede as partes; no conhecimento comum , ao contrário, ou no mero agregado de conhecimentos, as partes precedem o todo".
[171] KrV B 24-5. Cf. A XII e B XXII.

> também à exposição daquilo que perfaz um sistema de conhecimentos filosóficos puros desta espécie, porém distinto de todo o uso empírico e de todo o uso matemático da razão[172].

> No que diz respeito à segunda edição (...) Não encontrei nada para mudar nas próprias proposições e argumentos, bem como na forma e completude do plano (...) Este sistema afirmar-se-á na sua imutabilidade, como espero, também no futuro. A tal confiança me autoriza não uma presunção, mas apenas a evidência que a experimentação da igualdade do resultado produz, seja partindo desde os mínimos elementos até o todo da razão pura, ou seja, retornando desde o todo (...) até cada uma das partes, enquanto que a tentativa de modificar o mínimo detalhe ocasiona logo contradições, não só do sistema, mas da razão humana em geral[173].

Nos *Prolegômenos,* Kant é ainda mais claro:

> aquela *Crítica*, enquanto ciência, deve erigir-se de modo sistemático e completo até os mínimos detalhes, antes de se pensar em permitir que surja a metafísica ou ter disso a mais remota esperança[174].

> Pois a razão pura é uma esfera tão isolada, tão completamente conexa em si, que não é possível tocar qualquer uma das suas partes sem que se atinja todas as outras, e nada se pode intentar sem antes ter determinado a cada parte o seu lugar e sua influência sobre as outras; porque nada, a não ser ela, poderia corrigir interiormente nosso juízo; a validade e o uso de cada parte depende da validade que mantém com as outras na própria razão, e, como acontece na estrutura de um corpo organizado, a finalidade de cada um dos membros só pode ser deduzida do conceito completo do todo. Por isso, pode-se afirmar de tal crítica que ela nunca será digna de confiança se não estiver *integralmente acabada* até os mínimos elementos da razão pura, e que na esfera deste poder, ou se deve determinar e constituir *tudo* ou então *nada*[175].

A longa sequência de passagens tem, aqui, sua necessidade. Elas permitem eixo duplo de consideração e clareza. Em primeiro lugar, deixam ver que a *Crítica da Razão Pura* é ciência, sistema, obra sistemática e completa. Em segundo lugar, na segunda passagem o próprio Kant lhe atribui *status* metafísico. Mais uma vez, a clareza vai de encontro ao estado aberto ou polêmico da caracterização do *status* da *Crítica da Razão Pura*. A dificuldade deve, ela também, ser reiterada, para melhor enfrentamento.

2.3. Do enigma do *status* e escopo da metafísica como ciência na *Crítica da Razão Pura*

[172] KrV A 841/ B 869.
[173] KrV B XXXVII-XXXVIII. Cf. A XII-XIV, A XIX-XX.
[174] Prol IV: 261.

Em algumas passagens de suas obras, Kant afirma que a *Crítica da Razão Pura* configura-se *já* pelo status de metafísica científica e obra sistemática; em outras, afirma que [ela] é propedêutica a uma metafísica futura cujo status será o de uma ciência, como sistema de conhecimentos apresentado sob a forma que daí decorre. A dificuldade pode, então, ser assim formulada: em que sentido essa obra *já* se caracteriza pelo *status* de metafísica científica, na medida em que é propedêutica a uma metafísica futura que deve ser alçada ao *status* de ciência?

Se levarmos a sério o enigma encontrado na obra de Kant, isto é, se não o considerarmos como a expressão de mais uma das possíveis inconsistências que podemos acrescentar ao rol das que muitos comentaristas têm tentado demonstrar existir entre muitas das afirmações que podem ser encontradas em sua obra, podemos dizer que esse enigma, que podemos denominar "o enigma do *status* e escopo da metafísica como ciência na *Crítica da Razão Pura*", parece o anúncio do genuíno problema que deve ser enfrentado por uma proposta que se disponha a sustentar que o projeto da *Crítica da Razão Pura* está fundamentalmente engajado com a demonstração de que e como a metafísica pode adquirir o *status* de uma ciência. Perguntamos, agora, se podemos já, a partir das passagens das obras de Kant, vislumbrar elementos para começar uma investigação que vise esclarecer a questão.

É evidente não estarmos, todavia, em condições de justificar, de modo cabal, a natureza do *status* metafísico da *Crítica da Razão Pura*, no sentido apontado. Para Kant, é legítimo designar "metafísica" a crítica e o sistema: a *Crítica da Razão Pura*, de índole propedêutica, tanto quanto o sistema da razão pura, de metafísica enquanto ciência. A crítica seria a metafísica em sua parte propedêutica, aparentemente; o sistema da razão pura seria a metafísica já completa, portanto com *status* de ciência. Ou, dito de outro modo: a *Crítica da Razão Pura* seria uma ciência especial, sistema de conhecimentos; ela seria propedêutica ao inteiro sistema da razão pura.

Como confirmação dessa hipótese, é mister distinguir, de um lado, uma ciência filosófica especial como sistema e, de outro, um sistema de ciências. O *status* metafísico e escopos da *Crítica da Razão Pura*, em seu esclarecimento, passam, pois, pelo enfrentamento da dificuldade da caracterização dessa obra como ciência.

2.4. Da "ideia" de uma ciência especial denominada *Crítica da Razão Pura*

---

[175] Prol IV: 263.

Encontramos um primeiro elemento, que parece se apresentar como podendo subsidiar a construção da solução de tal enigma, no item VII da *Introdução* à *Crítica da Razão Pura*. Esse item tem um título já por si sugestivo: "*Ideia e divisão de uma ciência especial sob o nome de Crítica da Razão Pura"* [176]. Esse título deixa transparecer que a denominação *Crítica da Razão Pura* não deverá ser atribuída a uma ciência qualquer, mas a uma que tenha um *status especial*.

Nesse item, Kant busca estabelecer a "ideia" de uma ciência especial denominada *Crítica da Razão Pura,* demonstrando, por um lado, como essa "ideia" se origina, por outro, qual é a "ideia" de seu *status* e escopos e, por fim, quais deverão ser as divisões gerais necessárias à sua concretização. Como buscaremos demonstrar, nesse item da *Introdução* Kant estabelece a "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* como uma ciência especial mediante três passos. No primeiro, o faz em contraste à "ideia" de um sistema da razão pura como doutrina, ou seja, como um sistema de ciências filosóficas doutrinais; no segundo, o faz em contraste à "ideia" de uma filosofia transcendental como uma ciência que é uma doutrina e deve conter, tanto o conhecimento analítico *a priori,* quanto o sintético *a priori*; e no terceiro, em contraste com a filosofia transcendental do ponto de vista analítico.

Dado que a finalidade desse item da *Introdução* tem por finalidade estabelecer a "ideia" do *status* e dos escopos da *Crítica da Razão Pura* por contraste à "ideia" de uma ciência como doutrina à qual deve ser propedêutica, e mais, que o enigma que nos trouxe até aqui concerne ao *status* e escopos metafísicos da *Crítica da Razão Pura* como uma ciência em contraste a outro tipo de ciência metafísica à que é propedêutica, tal item da *Introdução* se apresenta como um momento privilegiado para compreendermos alguns dos elementos que estão implicados no mencionado enigma e, assim, nos aproximarmos de uma possível solução, motivo pelo qual reconstruímos interpretativamente tal item na sequência em que Kant o desenvolve.

A abordagem que damos a tal item é tripla. Num primeiro momento, nos atemos a reconstruir o exposto por Kant na sua integralidade e na sequência que o expõe, com o propósito de evidenciar *que* e *como* Kant chega, e também apresenta, à "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* mediante três passos, mobilizando em cada um diferentes elementos. Num segundo momento, nos atemos a extrair da reconstrução feita algumas constatações, tanto a respeito do *status* e escopo implicados na "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura*, quanto a respeito do *status* da doutrina que deve preparar e lhe suceder. Esses dois momentos serão

[176] KrV B 24.

meios para a abordagem que efetuamos em um terceiro momento e consiste na apresentação e demonstração de que alguns dos elementos mobilizados por Kant em um passo, quando relacionados com outros mobilizados em outro para o estabelecimento da "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura,* não são muito precisos, dando margem a alguns questionamentos e, assim, a diferentes possibilidades interpretativas, tanto acerca de seu *status* e escopos, quanto, e principalmente, acerca da doutrina, que é um de seus escopos. Nosso interesse com toda essa exposição e abordagem é puramente instrumental. Ela nos fornece subsídios para, posteriormente, construirmos um primeiro e provisório argumento que aparentemente se apresenta como possível de solucionar o enigma acima exposto.

2.4.1. O primeiro passo: a "ideia" de uma ciência especial e a "ideia" de um sistema da razão pura

O primeiro passo que Kant dá para chegar à "ideia" de uma ciência especial é por contraste à "ideia" de um sistema da razão pura. Nesse item o que primeiro Kant faz é estabelecer a "ideia" de um sistema de razão pura. O processo de que Kant se vale para chegar a essa "ideia" pode ser reconstruído da seguinte forma: Kant parte da asserção de que "a razão é a faculdade que fornece os *princípios* do conhecimento *a priori*"[177]. Dessa asserção infere que "a razão pura deveria então conter os princípios para conhecer algo absolutamente *a priori*"[178]. A partir disso estabelece que: a) "um conjunto daqueles princípios segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos e realizados seria um *órganon* da razão pura"[179]; b) "a aplicação detalhada [exaustiva[180]] de tal *órganon* proporcionaria o sistema da razão pura [um conjunto de ciências filosóficas]"[181]; c) o sistema de razão pura seria exposto na forma de "*doutrina*" e visaria à "ampliação da razão"[182]. Do que se conclui que a "ideia" de um sistema da razão pura é a de um sistema de ciências doutrinais que abrange todos os conhecimentos puros *a priori* acerca de tudo aquilo que pode ser conhecido de modo absolutamente *a priori* mediante o estabelecimento do conjunto de princípios *a priori* fornecidos pela razão pura. Estabelecida assim a "ideia" de um sistema da

[177] KrV B 24.
[178] KrV B 24.
[179] KrV B 24-5.
[180] Na tradução da *Crítica da Razão Pura* que estamos usando, de Rohden e Moosburger, a palavra "detalhada" é a tradução de "usführliche". Já Fernando Costa Mattos, em sua tradução da C*rítica da Razão Pura*, a traduz por "exaustiva".
[181] KrV B 25. O uso do termo "ciência" atribuído ao sistema da razão pura não aparece na passagem referida, mas é utilizado de acordo com KrV A 841 / B 869.
[182] KrV B 25.

razão pura como ciência doutrinal, Kant, por contraste, chega à "ideia" de uma ciência especial denominada *Crítica da Razão Pura.*

O processo de que Kant se vale para chegar à "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* como ciência especial pode ser reconstruído do seguinte modo: Em primeiro lugar, Kant constata que a "ideia" de um sistema da razão pura é a de um sistema de conhecimentos da razão pura na medida em que ele deve ser a decorrência da existência de um órganon da razão pura, isto é, de um "conjunto dos princípios *a priori* segundo os quais todos os conhecimentos *a priori* podem ser adquiridos e efetivados" e de "sua aplicação detalhada" a todos os âmbitos aos quais a razão busca se estender em conhecimentos *a priori*. Posteriormente, constata a grandiosidade e audácia da pretensão de um projeto filosófico que, partindo da "ideia" de um sistema da razão pura, se disponha já desde o início a se dedicar a implementá-lo, pois, para tanto, dever-se-ia ter certeza de que a razão pode ampliar o seu conhecimento *a priori* e em que casos.

Nas palavras de Kant, empreender irrefletidamente um sistema da razão pura é "pedir muito "(...) dado que ainda é incerto se também aqui e em que casos chega a ser possível uma ampliação de nossos conhecimentos"[183]. Tal incerteza conduz à "ideia" de uma ciência que seja prévia a tal empreendimento e deve decidir acerca de sua viabilidade. A "ideia" dessa ciência é de que ela deve ter por escopo inicial avaliar a constituição da razão, medir sua potencialidade para originar princípios *a priori* que demarquem os âmbitos gerais a respeito dos quais a razão pode conhecer de modo *a priori* e, em assim os delimitando, decidir acerca do estabelecimento de um órganon da razão pura que possa vir a viabilizar a totalidade do sistema da razão pura. Segundo Kant, a "ideia" de uma ciência desse tipo é a de uma "ciência da simples avaliação da razão pura, das suas fontes e seus limites, como propedêutica ao sistema da razão pura"[184]. Assim, a "ideia" de uma ciência desse tipo, com esse duplo escopo (avaliatório e propedêutico), por contraste com a "ideia" de um sistema da razão pura como um sistema de ciências doutrinais, apresenta-se como a de uma ciência *especial* e "teria que se denominar *Crítica da Razão Pura*"[185].

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* como ciência especial deverá proceder, sistematicamente, a uma investigação acerca de: a) que faculdades são constitutivas da razão pura (em sentido amplo); b) como tais faculdades podem ser fontes de princípios *a priori*; c) quais e de que espécie são os princípios *a priori*

[183] KrV B 25.
[184] KrV B 25.
[185] KrV B 25.

fundamentais que se originam nessas fontes, e a que âmbitos podem propiciar conhecimentos *a priori* e sob quais limites; d) se e como, a partir dessa prévia demarcação dos âmbitos gerais e seus casos, a razão pura pode preparar um órganon, um conjunto de princípios puros *a priori* que amplie o conhecimento *a priori* da razão acerca desses casos. Tal órganon deverá, posteriormente ao estabelecimento da *Crítica da Razão Pura*, ser exaustivamente apresentado, desenvolvido e aplicado, dando origem ao futuro sistema da razão pura, a ser exposto na forma de doutrina. Em sendo assim, a "ideia" de:

> Uma tal ciência teria que se denominar não uma *doutrina*, mas somente *Crítica da Razão Pura*, e sua utilidade seria apenas negativa com respeito à especulação, servindo não para a ampliação, mas apenas para a purificação de nossa razão e para mantê-la livre de erros, o que já seria um ganho notável[186].

2.4.2. O segundo passo: a "ideia" de uma ciência especial como crítica transcendental e a "ideia" de uma filosofia transcendental

Estabelecida acima por contraste à "ideia" de um sistema da razão pura a "ideia" de uma ciência especial como *Crítica da Razão Pura* nos termos já expostos, Kant passa a dar o segundo passo. Após a última passagem acima citada, passa abruptamente a fornecer uma caracterização de conhecimento transcendental e de filosofia transcendental: "Denomino *transcendental* todo conhecimento em geral que se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos na medida em que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de tais conceitos denominar-se-ia filosofia transcendental"[187]. A partir daqui, Kant coloca a "ideia" de uma filosofia transcendental como a de um sistema dos conceitos que operam como modos de conhecer *a priori* objetos[188].

Na sequência, semelhantemente ao que dissera no passo anterior a respeito da implementação da "ideia" de um sistema da razão pura, quando apontara para a magnitude intrínseca à execução de uma investigação que se ativesse já desde o início a efetivar a "ideia"

---

[186] KrV B 25.

[187] A expressão "um sistema de tais conceitos", apresentada acima, parece não fazer muito sentido, pois na oração anterior Kant não faz nenhuma menção a "conceitos", mas a "modo de conhecer". Há de se observar que essa caracterização de conhecimento transcendental é uma modificação feita por Kant da que apresentara na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, na qual constava em vez de da expressão "modos de conhecer objetos", a expressão "conceitos *a priori* de objetos em geral". Na primeira edição após a primeira oração em que apresentara a caracterização de conhecimento transcendental, seguia-se a segunda oração apresentada acima e que é mantida sem alteração na segunda edição. Assim, percebe-se que Kant, na segunda edição, substitui na primeira oração a expressão "conceitos *a priori* de objetos", que constava na primeira edição, pela expressão "modos de conhecer objetos", mas não opera a mesma substituição na segunda oração.

[188] KrV B 25.

de tal sistema, Kant afirma que ocupar-se já desde o início com a investigação pertinente ao âmbito de competência da "ideia" de uma filosofia transcendental é um projeto excessivo, ambicioso. Em suas palavras: "Para um início essa filosofia [transcendental] é ainda demasiada[189]", pois que sua "ideia" envolve "um âmbito demasiado vasto" de conhecimentos, e isso pelo seguinte motivo: "tal ciência teria que conter completamente tanto o conhecimento analítico quanto o sintético *a priori*"[190]. Frente à "ideia" de uma filosofia transcendental, Kant propõe a "ideia" de uma investigação anterior e mais restrita, que consiste em buscar "compreender os princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão, que é o que constitui a razão de nosso trabalho" [191] e, para tanto, "somente impulsionar a análise na medida em que é imprescindivelmente necessária"[192] para esse propósito anteriormente enunciado.

Aqui é de se ressaltar que: a) quando Kant afirma que o objetivo da obra é tratar dos princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão, está fazendo uma referência implícita à que se ocupa dos juízos sintéticos *a priori*; logo, uma formulação equivale à outra. Assim, entendemos o item VI da *Introdução* onde se afirma que "uma grande quantidade de investigações pode ser submetida à fórmula de um único problema" [193]; b) o motivo que Kant oferta para que a crítica transcendental não seja já considerada uma filosofia transcendental se refere ao fato de, no processo da análise dos elementos que permitem compreender em toda a sua extensão os princípios da síntese *a priori*, somente se ocupará de uma análise (desses elementos) quanto ao estritamente necessário para a execução desse propósito. Uma análise mais completa deve ser realizada posteriormente pela filosofia transcendental, que desenvolverá um conhecimento analítico integral de tais elementos.

Assim, em contraste à "ideia" de uma ciência que tem o *status* de uma filosofia transcendental ao se ocupar com a investigação mais ampla acima mencionada, essa investigação mais restrita será apresentada como pertencente à "ideia" de uma ciência que tem o *status* de uma crítica transcendental. A essa "ideia" de uma crítica transcendental, Kant se dedica a ofertar inicialmente dois esclarecimentos gerais. O primeiro é que executar a investigação acima mencionada pertinente à "ideia" de uma crítica transcendental constitui a tarefa da própria obra *Crítica da Razão Pura*. O segundo é que, na sequência dos parágrafos que se seguem, sua exposição terá por propósito ocupar-se em prestar uma série de outros esclarecimentos a respeito da natureza dessa investigação que pertence à execução de uma

[189] KrV B 25.
[190] KrV B 25.
[191] KrV B 25.
[192] KrV B 25.
[193] KrV B 19.

crítica transcendental.

O primeiro dessa série de esclarecimentos é que a "ideia" de uma crítica transcendental, ocupada com a investigação acima mencionada e que deve ser executada na *Crítica da Razão Pura,* não deve por si só ter o *status* de uma doutrina, dado que essa ultima deve se ocupar com a ampliação dos conhecimentos *a priori* que podem ser alcançados mediante princípios *a priori* oriundos da razão pura. De modo que uma crítica transcendental deve ser estabelecida previamente a um possível estabelecimento de uma doutrina, tendo que se ocupar com a correção dos conhecimentos *a priori*, isto é, com a avaliação e o estabelecimento das condições elementares que propiciam os princípios *a priori* da síntese *a priori* em toda a sua extensão, ou seja, com os modos *a priori* que propiciam princípios *a priori* para o conhecimento *a priori*; com a avaliação e fornecimento dos critérios que devem permitir medir e decidir sobre o valor ou desvalor de *todos* os conhecimentos *a priori*. Assim, segundo Kant, a tal investigação:

> Não podemos denominá-la propriamente uma doutrina, mas somente crítica transcendental, pois tem como propósito não a ampliação dos próprios conhecimentos, mas apenas a sua retificação, devendo fornecer a pedra de toque que decide sobre o valor ou desvalor de todos os conhecimentos *a priori*[194].

O segundo esclarecimento é que, atendendo aos critérios de correção e validade dos conhecimentos *a priori*:

> Na medida do possível, por conseguinte, tal crítica é a preparação para um órganon e, se este não tiver êxito, pelo menos para um cânon dos conhecimentos *a priori*, segundo o qual talvez possa algum dia ser apresentado tanto analítica quanto sinteticamente o sistema completo da filosofia da razão pura, consista esse quer na ampliação quer na mera limitação de seu conhecimento[195].

Nessa passagem, Kant aponta para duas possibilidades: a de a *Crítica da Razão Pura* poder preparar ou um órganon ou um cânon dos conhecimentos *a priori*. Tanto a possibilidade de preparação de um quanto de outro é a condição para um possível estabelecimento de um sistema completo da filosofia da razão pura, tanto do ponto de vista analítico, quanto sintético, e do ponto de vista ampliativo e limitativo dos conhecimentos *a priori* da razão pura. Assim, na medida em que a *Crítica da Razão Pura,* ao avaliar as

[194] KrV B 26.
[195] KrV B 26.

faculdades da razão pura, conseguir mediante elas preparar um órganon, isto é, "um conjunto daqueles princípios segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos e realizados", estará possibilitando as condições para a elaboração do sistema da razão pura que ampliará os conhecimentos da razão pura, e na medida em que, mediante a análise que faz das faculdades da razão pura, encontre algumas faculdades que não possibilitam preparar um órganon da razão pura, deverá ater-se somete a preparar o seu cânon, isto é, o "conjunto dos princípios *a priori* do uso correto de certas faculdades do conhecimento *a priori"* [196]. De modo que, executando tais preparações, o sistema da filosofia da razão pura possa futuramente vir a ser estabelecido em sua integralidade, tanto pela *Crítica da Razão Pura,* quanto pelo sistema da razão pura. Esse sistema será constituído por um conjunto de filosofias (a da natureza e dos costumes e suas subdivisões) ampliativas do conhecimento *a priori* da razão pura, propiciadas pela aplicação detalhada, exaustiva, do órganon que aquela preparou e, neste caso, por um conjunto de ciências doutrinais (Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes) que visam à aquisição e à ampliação dos conhecimentos *a priori* possíveis pela razão pura.

Desse modo, se a *Crítica da Razão Pura* puder preparar um órganon, então sua aplicação detalhada fornecerá a possibilidade de futura elaboração de um sistema da razão pura que consistirá de um conjunto de filosofias (da natureza e dos costumes) que ampliarão o conhecimento *a priori*. No entanto, se somente puder preparar um cânon, o sistema da filosofia da razão pura a ser executado futuramente não se constituirá da *Crítica da Razão Pura* e de um sistema da razão pura, na medida em que este é constituído por ciências ampliativas, mas somente pela própria da *Crítica da Razão Pura* e de mais uma ou mais filosofias (nomeadamente, as críticas) que somente terão por ocupação definir os limites dos conhecimentos *a priori*[197] possíveis por certas faculdades do conhecimento *a priori*, ou seja, ele será composto por um sistema de filosofia críticas (em princípio as Críticas da razão pura, prática e do juízo) e assim canônicas.

Agora, se a *Crítica da Razão Pura* puder preparar, tanto um órganon, quanto um cânon, é de supor-se que a integralidade do sistema da filosofia da razão pura deverá

---

[196] KrV A 796 / B 824.

[197] Kemp Smith, 2003, p. 72, em seu comentário sobre Kant, sustenta que essas duas possibilidades aventadas por Kant são divergentes e é "impossível reduzir essas divergências a uma única visão consistente". Ademais, afirma que a ideia de "crítica", "órganon" e "sistema" "é um bom exemplo do método patchwork de Kant de remendar o manuscrito antigo na composição da Crítica. Parece não haver maneira de explicar suas contradições desconcertantes, salvo aceitando a conclusão de Vaihinger (em *Entwickelungsgeschichte der Aantischen Erkenntnistheorie,* p. 113) de que consistem em três considerações, escritas em momentos diferentes e representando diferentes fases no desenvolvimento das visões de Kant".

futuramente ser composto, tanto pela *Crítica da Razão Pura*, quanto por outras ciências filosóficas que serão canônicas e críticas (as três críticas), e também por outro conjunto de ciências filosóficas (Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes com suas possíveis subdivisões), que, pertencentes ao sistema da razão pura, serão ampliativas e, assim, doutrinais. Nas palavras de Kant:

> Na medida do possível, por conseguinte, tal crítica é a preparação para um órganon e, se este não tiver êxito, pelo menos para um cânon dos conhecimentos *a priori*, segundo o qual talvez possa algum dia ser apresentado tanto analítica quanto sinteticamente o sistema completo da filosofia da razão pura, consista esse quer na ampliação quer na mera limitação de seu conhecimento[198].

O terceiro esclarecimento tem por propósito apresentar um motivo, tanto para a possibilidade de que a *Crítica da Razão Pura* seja já a preparação de um órganon, ou de um cânon dos conhecimentos *a priori* da razão pura, que deverão propiciar a realização do integral sistema da filosofia da razão pura, quanto para a possibilidade de que tal sistema não seja muito extenso. Ao expor tal motivo, Kant alerta que ele é uma antecipação de resultados que serão alcançados no decorrer da investigação que será executada na *Crítica da Razão Pura*. Esse motivo é que na medida em que a investigação pertinente à crítica transcendental se ocupa não com "a natureza das coisas", mas com o "entendimento que julga sobre a natureza das coisas"[199], e isso no tocante ao propósito de analisá-lo, avaliá-lo, quanto à sua capacidade de fornecer conhecimentos *a priori*, uma tal investigação deverá – já se pode antecipar – encontrar e revelar haver na natureza do próprio entendimento uma provisão de princípios *a priori* não muito extensa, que, quando julgados corretamente quanto a seu valor, deverão propiciar a possibilidade de efetuação de um conjunto de conhecimentos *a priori* que também não deverá ser muito extenso e poderá ser levado a termo mediante a construção e exposição de um sistema completo da filosofia da razão pura, o qual, consequentemente, também não deverá ser de extensão muito grande.

> Pois que isso seja possível [o empreendimento descrito na passagem anterior] e inclusive que tal sistema não possa ser de um grande âmbito para que se tenha esperança de levá-lo completamente a termo pode-se julgar antecipadamente pelo fato do objeto não consistir aqui na natureza das coisas, que é inesgotável, mas no entendimento, que julga sobre a natureza das coisas, e este também, por sua vez, só no tocante ao conhecimento *a priori*. Uma vez que não precisamos procurá-la fora de nós, esta provisão do

[198] KrV B 26.
[199] KrV B 26.

> entendimento não nos pode permanecer oculta e é, segundo todas as conjecturas, suficientemente pequena para ser abarcada, julgada conforme o seu valor ou desvalor e submetida a uma avaliação correta[200].

2.4.3. O terceiro passo: *Crítica da Razão Pura* e "ideia" da Filosofia transcendental como analítica

Feitos tais esclarecimentos acerca da "ideia" de uma crítica transcendental e de seu escopo propedêutico a um órganon ou cânon, e mais, de que tanto a efetuação da "ideia" da primeira quanto da "ideia" de um deles tornará viável o estabelecimento de um "sistema completo da filosofia da razão pura", Kant se dedicará a prestar algumas elucidações acerca do escopo propedêutico da crítica transcendental à filosofia transcendental, concentrando-se em apontar para fundamental diferença que há entre o tipo de análise conceitual desempenhada na crítica transcendental e o tipo de análise que é pertinente à filosofia transcendental à qual a primeira deve ser propedêutica.

Visando tal propósito, Kant estipula que a filosofia transcendental se apresenta para a *Crítica da Razão Pura* como a "ideia" de uma ciência que tem a forma de um edifício composto por peças e, tendo por horizonte tal "ideia", ela tem por escopo estabelecer o completo conjunto dos princípios fundamentados, válidos, demarcados cada um em sua peculiar função, mas interconectados com os outros, mediante os quais devem lhe propiciar determinar o plano completo e seguro de todas as partes que devem compor o edifício da ciência que é a filosofia transcendental. Plano esse que, por suposto, em sendo executado em sua integralidade após a *Crítica da Razão Pura*, deveria possibilitar a efetivação da apresentação integral do edifício da filosofia transcendental. Segundo Kant:

> A filosofia transcendental é a ideia de uma ciência para a qual a *Crítica da Razão Pura* deverá projetar o plano completo, arquitetonicamente, isto é, a partir de princípios, com plena garantia da completude e segurança de todas as partes que perfazem este edifício[201].

Nessa passagem, alguns fatores parecem estar explícitos e outros podem ser trazidos à luz porque parecem estar aí implícitos, quais sejam:

a) a filosofia transcendental é a "ideia" de uma ciência a ser edificada;

b) a "ideia" dessa ciência é a de um edifício composto de partes, de peças;

c) a "ideia" de uma filosofia transcendental, por um lado, se apresenta como um

---

[200] KrV B 26-7.

horizonte prévio à própria crítica transcendental condicionando a necessidade de que esta execute seu escopo avaliatório como condição para projeção do plano de efetuação da "ideia" da filosofia transcendental, mas, por outro, essa última adquire seu próprio *status* de possível efetivação, na própria *Crítica da Razão Pura* que lhe é propedêutica no momento em que ela, executando seu escopo avaliatório, estabelece os princípios propedêuticos para elaboração do plano que conduza à possibilidade de execução efetiva e integral daquela;

d) a *Crítica da Razão Pura*, como obra, deve estabelecer – mediante uma avaliação crítica da faculdade da razão pura, em sentido amplo, a descoberta de princípios *a priori* para a aquisição de conhecimentos *a priori* – um conjunto composto por um número limitado de princípios e esses, na sua totalidade, devem projetar a "ideia" de uma filosofia transcendental como uma ciência que tem a forma de um edifício completo;

e) algum ou alguns princípios estabelecidos pela *Crítica da Razão Pura* devem propiciar a projeção de uma das partes que devem compor essa ciência transcendental a ser edificada e, ainda, alguns princípios estabelecidos pela *Crítica da Razão Pura* devem propiciar a projeção de outra das partes que deve compor essa ciência transcendental a ser edificada, e assim por diante, até que todo conjunto limitado de todos os princípios estabelecidos pela *Crítica da Razão Pura* propiciem todas as partes que devem compor a totalidade da ciência que é a filosofia transcendental a ser edificada;

f) dado que diferentes princípios estabelecidos pela *Crítica da Razão Pura* devem propiciar o plano para cada parte de que é composta a ciência da filosofia transcendental cada uma destas partes deve ser diferente das outras, mas devem ter em comum o fato de serem partes do todo que é a ciência da filosofia transcendental.

Dito que "a filosofia transcendental é a "ideia de uma ciência para a qual a Crítica deverá preparar o plano arquitetonicamente...", Kant faz outras duas afirmações. A primeira é que "a filosofia transcendental é o sistema de todos os princípios da razão pura"[202]. A segunda é: "Que esta própria Crítica já não se denomina filosofia transcendental repousa simplesmente no fato de que, para ser um sistema completo, precisaria conter também uma análise detalhada

[201] KrV A 13 / B 27.
[202] KrV A 13 / B 27.

de todo o nosso conhecimento *a priori*"[203].

A primeira afirmação é extremamente forte – e tem que ser compreendida no contexto em que é afirmada. Fora de contexto, essa afirmação parece implicar que qualquer princípio da razão pura deve ser um princípio da filosofia transcendental. Lida no contexto parece indicar unicamente que filosofia transcendental a ser desenvolvida em sua integralidade, após a crítica transcendental, deve comportar também os princípios estabelecidos por essa, concedendo-lhes um tratamento detalhado. O que virtualmente não impede que a crítica transcendental, ao proceder à sua avaliação das faculdades da razão em vista da descoberta dos princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão, descubra princípios *a priori* da razão que não tenham nada a ver com tal finalidade e, assim, não possam contribuir para o plano de edificação da filosofia transcendental em toda a sua integralidade, caso em que obviamente pertenceriam ao conjunto dos princípios da razão pura, mas não ao conjunto dos princípios da filosofia transcendental. Podendo tal ser o caso, deve-se considerar haver, por um lado, o conjunto da totalidade dos princípios da razão pura que engloba dois outros subconjuntos: um composto por todos os princípios *a priori* da razão pura que não são transcendentais, pois não tem nada a ver com a síntese *a priori*, e, por outro lado, outro conjunto composto de todos os princípios da razão pura que têm a ver com a síntese *a priori*, os quais são transcendentais[204].

Em sendo assim, dado o contexto em que Kant faz a afirmação de que todos os princípios *a priori* da razão pura devem pertencer à filosofia transcendental, o que parece estar a querer reforçar é que os próprios princípios estabelecidos pela *Crítica da Razão Pura* que permitem a elaboração do plano para o posterior estabelecimento do edifício da filosofia transcendental não devem ser excluídos dessa quando exposta em sua integralidade.

Que tal seja o caso parece já apontar a segunda afirmação acima mencionada. Nela Kant retoma o motivo já apresentado no ponto 2 utilizado para que a *Crítica da Razão Pura* não possa ser já denominada uma filosofia transcendental, mas crítica transcendental. Lá foi dito que uma filosofia transcendental deveria conter por inteiro, tanto o conhecimento sintético, quanto o conhecimento analítico e que, diferente dessa, a crítica transcendental já deveria estabelecer um parcial conhecimento analítico, e isso na medida em que deveria se ocupar com a análise dos conceitos, dos modos de conhecer *a priori* objetos somente na exata

[203] KrV A 14 / B 28.

[204] No capítulo IV, retomamos esse tema e nos ocupamos em demonstrar haver princípios da razão pura que são transcendentais e outros não transcendentais. Que os princípios transcendentais são metafísico-ontológicos e dão origem ao conhecimento a priori pertinente à filosofia transcendental concebida como ontologia. Que os princípios metafísicos não transcendentais dão origem ao conhecimento a priori pertinente a algumas filosofias

medida em que isso fosse necessário para a compreensão dos princípios da síntese em toda a sua extensão.

Aqui, na segunda passagem acima citada, esse motivo é retomado e recebe adicional explicação. Aqui o motivo que Kant apresenta é que a *Crítica da Razão Pura* não pode já ser denominada de filosofia transcendental, porque não é já o seu sistema completo e, para sê-lo, ela também deveria conter "uma análise detalhada de todo o conhecimento humano *a priori*". Aqui também tal afirmação é forte e tem que ser compreendida, tanto em referência ao que lhe antecede, quanto ao que lhe sucede.

A análise detalhada de todo conhecimento humano *a priori,* que compete ao sistema da filosofia transcendental executar, não é a de todo e qualquer conhecimento humano *a priori* indeterminado. Tal análise deve consistir:

a) na análise parcial do conhecimento humano *a priori* já executada pela crítica transcendental no que concerne aos conceitos *a priori* que conduzem aos princípios da síntese *a priori*;

b) numa complementar análise do conhecimento humano *a priori* já executado parcialmente pela crítica transcendental a ser feita posterior a ela e que consistem em: i) analisar minuciosamente os conceitos *a priori* já analisados parcialmente na crítica transcendental; ii) derivar mediante análise desses conceitos primitivos *a priori*, todos os outros conceitos *a priori*; e a ii) análise exaustiva destes últimos.

Isso tende a ficar claro ao atentarmos as subsequentes considerações de Kant que visam esclarecer, por um lado, acerca de que tipo de análise do conhecimento *a priori* compete a *Crítica da Razão Pura* realizar; por outro lado, acerca de que tipo de análise deve se eximir, deixando-o a cargo da filosofia transcendental que lhe deve suceder.

Com esse propósito, o primeiro que Kant precisa é que, por um lado, a *Crítica da Razão Pura* para alcançar o conhecimento sintético que lhe é peculiar deve já efetuar um conhecimento analítico que consista na enumeração completa de todos os conceitos primitivos que o constituem e, por outro lado, na análise parcial de todos esses conceitos primitivos, eximindo-se assim de uma análise exaustiva, detalhada de tais conceitos, e da extração destes de conceitos derivados, tal como podemos observar na seguinte passagem:

> Ora, é verdade que nossa Crítica tem que pôr diante dos olhos também uma enumeração completa de todos os conceitos primitivos que perfazem o referido conhecimento puro. Só que é dada à Crítica abster-se da análise detalhada desses mesmos conceitos, bem como da completa recensão dos daí

---

metafísicas que não têm o *status* de filosofia transcendental.

> derivados, em parte porque esse desdobramento não seria conveniente na medida em que não apresenta a dificuldade encontrada na síntese, em vista da qual propriamente existe a Crítica inteira, em parte porque contraria a unidade do plano ocupar-se com a completude de uma tal análise e derivação, da qual bem se poderia estar dispensado no que tange ao nosso propósito[205].

Ofertadas as razões pelas quais a *Crítica da Razão Pura* pode se eximir da análise detalhada dos conceitos puros primitivos que constituem os princípios que conduzem ao conhecimento sintético *a priori* puro e da exposição do processo pelo qual se dá a derivação de outros conceitos daqueles, assim como da análise desses conceitos derivados, Kant afirma que tal tarefa deverá ficar a cargo da filosofia transcendental que deve ser efetuada após a *Crítica da Razão Pura* sob a condição de que esta última já tenha estabelecido os conceitos primitivos "como princípios detalhados da síntese e que nada falte com respeito a esse propósito essencial[206]".

Mostrados esses motivos pelos quais a *Crítica da Razão Pura* não se denomina uma filosofia transcendental, Kant extrai a conclusão de que

> à *Crítica da Razão Pura* pertence, portanto, tudo o que perfaz a filosofia transcendental, e ela é a ideia completa da filosofia transcendental, mas não ainda esta ciência mesma, pois a Crítica avança na análise apenas até o ponto exigindo na avaliação completa do conhecimento sintético *a priori*[207].

Kant, após ter estabelecido, mediante o processo acima descrito, a "ideia" de uma ciência especial denominada *Crítica da Razão Pura* e tendo insistido que não deveria ser ainda denominada uma filosofia transcendental, passa a tecer algumas considerações gerais acerca da "ideia" de suas divisões gerais.

A primeira consideração é "que, na divisão de tal ciência, é preciso ter presente que nela não deve entrar nenhum conceito contendo algo empírico, e que o conhecimento *a priori* seja inteiramente puro"[208]. Na sequência, tal motivo é usado para excluir a filosofia moral do âmbito da filosofia transcendental, e isso porque:

> embora os princípios supremos e os conceitos fundamentais da moralidade sejam conhecimentos *a priori*, não pertencem à filosofia transcendental porque na verdade não tomam como fundamento de seus preceitos os conceitos do prazer, dos desejos, das inclinações, etc., que são todos de

[205] KrV A 14 / B 28.
[206] KrV A 14 / B 28.
[207] KrV A 14 / B 28.
[208] KrV A 14 / B 28.

> origem empírica; todavia, na composição do sistema da moralidade pura, tem que necessariamente introduzir no conceito de dever aqueles últimos conceitos, seja como obstáculos a serem vencidos, ou seja, como estímulo que não deve ser transformado em motivos[209].

Excluída assim a moralidade pura das divisões da *Crítica da Razão Pura* mediante o fato de que essa não pode pertencer à filosofia transcendental, Kant afirma que "a filosofia transcendental é, portanto, uma sabedoria mundana da razão meramente especulativa"[210].

Ato contínuo Kant passa a apresentar a "ideia" das divisões gerais da *Crítica da Razão Pura* em uma *Doutrina dos elementos* e *Doutrina do método* da razão pura e, em assim fazendo, tece três considerações. A primeira é que "cada uma dessas partes principais teria sua divisão cujas razões ainda não podem, todavia, ser expostas aqui"[211]. A segunda é a bem conhecida e polêmica consideração kantiana de que "há dois troncos do conhecimento que talvez brotem de uma raiz comum[212], mas desconhecida a nós, a saber, sensibilidade e entendimento: pela primeira são-nos dados objetos, mas pelo segundo são pensados"[213]. A terceira consideração de Kant, e que encerra a *Introdução*, é feita em vista de preparar o leitor para a primeira e próxima seção de sua obra e consiste na afirmação de que a doutrina da sensibilidade deve pertencer à primeira parte da *Doutrina dos elementos* e que, na medida em análise feita nessa seção, demonstrar que a faculdade da sensibilidade contém *representações a priori* que se constituem em condições para que os objetos sejam dados deve pertencer à filosofia transcendental.

> Ora, na medida em que a sensibilidade contivesse representações *a priori*, as quais perfazem a condição sob a qual nos são dados objetos, pertenceria à filosofia transcendental. A doutrina dos sentidos teria que pertencer à primeira parte da ciência dos elementos, pois as condições unicamente sob as quais são dados objetos ao conhecimento humano precedem aquelas sob as quais são pensados[214].

---

[209] KrV A 14-5 / B 28-9.
[210] KrV A 14 / B 28.
[211] KrV A 15 / B 29.
[212] Kant, como podemos notar, não é taxativo em afirmar haver uma raiz comum da qual brotem a sensibilidade e o entendimento, mas somente aventa tal poder ser o caso. Contudo, alguns intérpretes e comentaristas buscarão demonstrar, por um lado, que Kant, no desenvolvimento da investigação empreendida no interior de sua obra, acaba por sustentar que tanto a sensibilidade quanto o entendimento de fato brotam de uma raiz comum, qual seja a imaginação, e, por outro lado, que é somente tomando isso como uma assunção que se pode compreender adequadamente a teoria kantiana exposta nas seções da *Estética Transcendental* e *Analítica transcendental*. Um dos principais intérpretes de Kant que sustentam tal posição é Heidegger em sua obra *Kant und das Problem der Metaphysik.*
[213] KrV A 15 / B 29.
[214] KrV A 15-16 / B 29-30.

Dado por concluída a exposição que nos propomos a fazer dos passos que Kant dera no item VII da *Introdução* para o estabelecimento da "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura*, apresentamos na sequência algumas decorrências de tal exposição.

2.4.4. Decorrências da exposição do item VII da *Introdução*

Como podemos notar, Kant concede à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma ciência especial como crítica transcendental e, ademais, em todos os passos lhe concede um duplo escopo: um avaliatório e outro propedêutico. No que se refere ao escopo avaliatório, podemos constatar que Kant entende a "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* como ciência especial denominada crítica transcendental, como a "avaliação da razão pura das suas fontes e limites"[215], ou seja, a) uma avaliação da faculdade da razão pura no que se refere às suas distintas faculdades como fontes de princípios *a priori*; b) na avaliação da potencialidade de a razão pura estabelecer conceitos e princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão; c) uma análise das condições da síntese *a priori* em toda a sua extensão, que estabeleça as condições *a priori* para o conhecimento *a priori* de objetos; d) uma análise dos conceitos primitivos oriundos da razão pura no estritamente necessário para o estabelecimento dos princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão; e) a análise desses conceitos primitivos deve conduzir aos princípios da síntese *a priori* em toda sua extensão e, assim, a resposta à questão como são possíveis Juízos sintéticos *a priori*; f) na análise dos princípios e dos critérios de correção que demarcam os âmbitos, os casos e os limites acerca dos quais a razão pura pode ter conhecimento *a priori*; g) na avaliação da razão pura e do entendimento quanto à potencialidade de estabelecer um cânon ou órganon da razão pura.

O escopo propedêutico pertinente a "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* como uma ciência especial denominada crítica transcendental tal como apresentado nesse item VII da *Introdução* consiste em: a) preparar, na medida do possível, um órganon que propiciará, quando desenvolvido detalhadamente, o sistema da razão pura como um sistema doutrinal e ampliativo de conhecimentos *a priori* da razão pura, ou preparar um cânon da razão pura como um conjunto de princípios *a priori* do uso correto de certas faculdades do conhecimento *a priori,* isto é, expor um sistema de princípios voltado ao mero estabelecimento do limite do uso de tais faculdades; b) estabelecer a totalidade dos princípios fundamentais que propiciam

[215] KrV B 25.

a elaboração efetiva de um sistema integral da filosofia transcendental tanto do ponto de vista sintético quanto analítico; c) estabelecer os conceitos *a priori* primitivos que possibilitam os princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão e o conhecimento analítico que comete a filosofia transcendental, qual seja, a análise detalhada dos conceitos *a priori* primitivos já mencionados, a extração desses por derivação de outros conceitos *a priori* e sua consequente análise exaustiva; d) estabelecer as condições para o estabelecimento do integral sistema da filosofia transcendental, tanto do ponto de vista da execução do conhecimento sintético, quanto analítico; e) estabelecer as condições para a elaboração de um sistema integral da filosofia da razão pura tanto do ponto de vista analítico quanto sintético.

Da exposição feita acima do item VII da *Introdução* também decorre a identificação de algumas imprecisões por parte de Kant. A primeira é que Kant deixa em aberto a possibilidade de a *Crítica da Razão Pura*, como uma ciência especial enquanto crítica transcendental, ser a preparação para um órganon, ou um cânon, ou um órganon e um cânon da razão pura. Essa imprecisão põe em dúvida o fato de ela ser efetivamente uma propedêutica ao sistema da razão pura, que deverá ser composto de ciências filosóficas que ampliam os conhecimentos *a priori* da razão pura, na medida em que tal só será o caso se ela já preparar um órganon.

Tal dúvida, contudo, deve ser dirimida se atentarmos a que Kant, na segunda divisão da *Crítica da Razão Pura*, na *Doutrina transcendental do método*, em um dos seus livros, a *Arquitetônica da razão pura*, apresenta todo o projeto de seu sistema da filosofia da razão pura como sendo constituído exclusivamente pela *Crítica da Razão Pura* como uma ciência avaliatória e propedêutica ao sistema da razão pura, e por este último, que é constituído por duas ciências gerais, a saber, a Metafísica da Natureza e a Metafísica dos Costumes, como podemos notar nas seguintes passagens.

> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori*, e denomina-se *crítica*, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*. Este último nome, contudo, também pode ser dado a toda a filosofia pura incluindo a crítica, a fim de abarcar tanto a investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido *a priori* quanto também a exposição daquilo que perfaz um sistema de conhecimentos filosóficos puros desta espécie, porém distinto de todo uso empírico e de todo o uso matemático da razão[216].

[216] KrV A 841 / B 869.

> A Metafísica [como sistema da razão pura[217]] divide-se na do uso especulativo e na do uso prático, sendo, portanto, ou metafísica da natureza ou metafísica dos costumes[218].

Nessas passagens, Kant é enfático em apresentar a *Crítica da Razão Pura* como propedêutica ao sistema da razão pura. Mas não só isso, tanto nos apresenta a própria *Crítica da Razão Pura* como uma ciência metafísica com *status* especial frente ao sistema da razão pura (sistema de ciências) a que deve ser propedêutica, quanto o próprio sistema da razão pura como sendo um sistema de ciências metafísicas. Como se percebe, a diferença que Kant apresenta, neste momento, entre a metafísica que é a *Crítica da Razão Pura* e o sistema da razão pura como a totalidade das ciências metafísicas que lhe constituem, é a seguinte: a primeira tem um escopo avaliatório e propedêutico que consiste em investigar a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori* e preparar as condições para o possível estabelecimento do sistema da razão pura; já a totalidade das ciências que constituem o sistema da razão pura tem um escopo ampliativo, que consiste, no conjunto em esgotar sistematicamente todo o conhecimento filosófico que é possível a partir da razão pura, de modo que cada uma das ciências que constituem tal sistema deve, frente ao alcançado pela *Crítica da Razão Pura*, ter um escopo ampliativo, constituindo-se em doutrina.

Frente a isso é conveniente apontar, sem nos atermos para o propósito acima mencionado, a conceder-lhe os seus escopos específicos, que Kant, na sequência das passagens que apontamos, apresenta à Metafísica da Natureza como se constituindo de várias ciências: Uma ontologia|filosofia transcendental, uma Física racional e uma Psicologia Racional (constituindo uma fisiologia imanente) e uma Cosmologia Racional e uma Teologia Racional (constituindo uma fisiologia transcendente). Já no que concerne à Metafísica dos Costumes, Kant não a apresenta como se constituindo de várias ciências[219].

Dirimida a dúvida causada pela imprecisão de Kant e cientes de que ele, efetivamente, concebe a *Crítica da Razão Pura* como propedêutica ao sistema da razão pura, passa-se a identificar a segunda de suas imprecisões. Kant não é preciso acerca de se o sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica deve ser identificado ou não à filosofia transcendental à qual ela também é propedêutica. Kant, por um lado, parece considerar que o sistema da razão pura se identifica à filosofia transcendental quando

---

[217] As Colchetes são agregados nosso..
[218] KrV A 841 / B 869.
[219] Cf. KrV A 847-8 / B 874-5.

atentamos a dois grupos de afirmações que faz. Referindo-se ao contraste que deve haver entre uma crítica transcendental e uma filosofia transcendental, afirma que a primeira não pode ser concebida como uma doutrina, dando a entender que a segunda deveria sê-lo. Já se referindo ao contraste que há entre a *Crítica da Razão Pura* e o sistema da razão pura, afirma que a primeira é uma ciência da simples avaliação da razão e o segundo deve ser concebido como doutrina. Referindo-se ao sistema da razão pura, diz que este é constituído por um órganon e sua aplicação detalhada, sendo, portanto, constituído pelo conjunto de todos os princípios segundo aos quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos e efetivados. Referindo-se à filosofia transcendental a ser elaborada após a *Crítica da Razão Pura* diz que esta deverá ser um sistema completo de filosofia transcendental e que ela "é o sistema de todos os princípios da razão pura"[220].

Ademais, Kant, aqui na *Introdução*, se refere a que a *Crítica da Razão Pura* deve apresentar o plano completo para o futuro estabelecimento da filosofia transcendental, que deve ser executada na forma de um edifício composto de partes. Na *Introdução*, também afirma que a *Crítica da Razão pura* é propedêutica ao sistema da razão pura e, na *Arquitetônica da razão pura*, afirma apresentar o plano para a construção do sistema da razão pura como o de um edifício composto de partes. Tais elementos nos conduzem à suposição de que Kant está a sustentar haver uma identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. Por outro lado, Kant parece não sustentar haver uma identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. Isso transparece quando ele faz algumas afirmações em que sustenta que a *Crítica da Razão Pura* já não se denomina filosofia transcendental porque não é ainda o sistema completo da filosofia transcendental, atribuindo a este último somente a efetuação complementar de uma *análise detalhada* dos conceitos puros e primitivos que aquela identificara e utilizara para compreender os princípios da síntese em toda a sua extensão e que perfazem o conhecimento puro e, além disso, uma *extração* a partir destes de conceitos derivados, e seu *recenseamento* integral.

Mediante essas afirmações, somos levados a considerar que a filosofia transcendental, à que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica e que se constitui no sistema completo, restringe-se a empreender uma retomada do já alcançado pela *Crítica da Razão Pura* no que compete à execução dos princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão e, adicional a isso, uma análise detalhada dos conceitos primitivos, uma extração destes dos derivados, e seu integral recenciamento. Assim, a filosofia transcendental não pode ser

[220] KrV A 13 / B 27.

identificada com o completo sistema da razão pura porque este é composto de múltiplas ciências e cada uma delas não pode se ocupar da execução do escopo peculiar a uma filosofia transcendental, sob pena de, se tal for o caso, todas estarem a realizar o mesmo escopo.

Em sendo assim, essa imprecisão nos conduz a duas hipóteses: a) Kant sustenta haver uma identidade entre o sistema da razão pura e a filosofia transcendental à que a *Crítica da razão pura* é propedêutica, implicando isso que cada uma das ciências que constituem o sistema da razão pura tenha o status de filosofia transcendental apesar de possuírem escopos distintos; e b) Kant sustenta haver uma diferença entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. Essa última deve pertencer ao primeiro como uma das ciências em que este se constitui tendo por escopo a realização do já executado pela *Crítica da Razão Pura* no que compete à investigação que conduz aos princípios da síntese em toda a sua extensão, mais uma análise detalhada dos conceitos primitivos, a extração, o desdobramento, a partir desses de conceitos derivados, e seu integral recenseamento.

Não é incomum encontrarmos comentaristas de Kant afirmando que ele concebe que a *Crítica da Razão Pur*a não é ainda e execução da ideia de uma filosofia transcendental, mas é uma crítica transcendental. Não encontramos nenhum comentarista de Kant sustentando e buscando fundamentar a segunda hipótese. Também não é incomum encontrarmos comentaristas defendendo que Kant sustenta que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema da razão pura e que este se identifica com o sistema da filosofia transcendental, isto é, que cada uma das ciências que compõem esse sistema possui o *status* de ser uma filosofia transcendental com escopos distintos.

Vejamos alguns comentaristas.

Heidegger, por exemplo, assume que a *Crítica da Razão Pura* não é um sistema de filosofia transcendental e, apesar de não sustentar explicitamente que aquela se identifica com o sistema da razão pura, é o que implicitamente está a manter, como podemos notar na passagem abaixo:

> Porém a crítica da razão pura não representa "um sistema" da filosofia transcendental, mas é antes um "tratado de método[221]" [...]que equivale a elaborar uma determinação completa dos "contornos gerais" e da "estruturação interna total" da ontologia. Nesta fundamentação da metafísica como um projeto da possibilidade interna da ontologia, se traça "o esboço inteiro de um sistema de metafísica[222]".

[221] KrV B XII.
[222] Heidegger, 1996, p. 24; KrV B XVIII.

Grondin, comentando o item VII da *Introdução* onde Kant contrasta crítica transcendental e filosofia transcendental, é outro comentarista que identifica sistema da razão pura e filosofia transcendental, afirmando que se trata de um sistema de metafísicas, comprometendo-se assim com a implicação de que cada uma dessas metafísicas tem o *status* de filosofia transcendental.

> O sistema completo da razão pura, que Kant anuncia neste contexto sob o título de uma "filosofia transcendental", é o que deveria vir depois da crítica transcendental, que é a "Crítica", entendida como uma propedêutica destinada a entregar a pedra de toque para um sistema de metafísica[223].

Siemek sustenta a identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental.

> O próprio "sistema", isto é, aquilo que Kant chama de "filosofia transcendental" ou "doutrina", para diferenciá-la da "somente crítica transcendental", 1, deve ser só a última articulação e um completo desenvolvimento desse "plano", que a crítica projeta "arquitetonicamente, isto é, a partir de princípios, com plena garantia da completude e segurança de todas as partes que perfazem este edifício"2. Se a "crítica" é, por um lado, uma introdução ao sistema vindouro da "filosofia transcendental", portanto, assim como diz Kant, somente "[...] como a propedêutica ao sistema da razão pura" [...][224].

Segundo Grayeff: "Filosofia transcendental ou sistema da razão (pura) deve, desse modo, ser distinguido da crítica transcendental, ou da *Crítica da Razão Pura*"[225].

Pesquero sustenta que:

> A imensa maioria dos textos da KrV coincidem em considerá-la como propedêutica à metafísica futura, à ideia de uma ciência que será, segundo Kant, a filosofia transcendental e que consistirá no sistema de todos os princípios da razão pura. A filosofia transcendental teria duas partes: a *crítica* e o *sistema*. A metafísica, em sentido estrito, só poderá ser dita do sistema que constaria, por sua vez, de duas partes: *a metafísica da natureza e a metafísica da moral.* Porém, aceita que, em sentido mais amplo, se pode considerar também como metafísica também a crítica por ser ela a preparação para o sistema. Cfr. KrV A 84-2/B 869-70; B XXXVI; B 26; B 28[226].

---

223 Grondin, 2007, p. 17.
224 Siemek, 2003, p. 33.
225 Grayeff, 1987, p. 44.
226 Pesquero, 1985, p. 88. n. 20.

De imediato essa hipótese que aventamos, e que é posição sustentada pelos comentaristas acima, parece ser já impugnada quando atentamos a que, se Kant inclui no sistema da razão pura a investigação da moralidade como pertencente à Metafísica dos Costumes, esta não deve ter o *status* de uma filosofia transcendental, porque já na *Introdução* no item VII, em B 28-9, afirma que a moralidade não pertence ao âmbito investigativo da filosofia transcendental.

No entanto, como: a) esse item VII da *Introdução* se destina a apresentar a "ideia" de uma ciência especial como crítica transcendental, e como também ele expõe a "ideia" de uma filosofia transcendental" e de "um sistema da razão pura"; b) o próprio Kant admite, como poderemos ver a seguir, que um autor, quando busca estabelecer uma ciência, tem somente uma "ideia" dela, a qual busca de início definir e estabelecer o seu esquema, mas que, quando o autor busca implementar tal ciência, a própria ideia dessa ciência pode não se mostrar condizente com a "ideia", o "esquema" e a "definição" que inicialmente expusera; c) podemos supor, a favor da hipótese aventada e da posição sustentada pelos comentaristas acima mencionados, que Kant possa, no decorrer da investigação empreendida *Crítica da Razão Pura*, vir a descobrir algum motivo que faça com que a investigação pertinente à moralidade venha a ser considerada do âmbito investigativo da filosofia transcendental e, assim, que a "ideia" que inicialmente tivera da ciência da moralidade deva ser revisada, passando a ter o *status* de uma filosofia transcendental.

A afirmação que permite que tal possa vir a ser o caso é a seguinte:

> Ninguém tenta estabelecer uma ciência sem que lhe subjaza uma ideia. Só que na elaboração de uma tal ciência, o esquema, e até mesmo a definição que dá logo de início a tal ciência, corresponde muito raramente à sua ideia; pois esta última se encontra na razão como um germe no qual todas as partes estão ocultas, ainda muito pouco desenvolvidas e mal reconhecíveis a uma observação microscópica[227].

Dado algumas das afirmações de Kant feitas no item VII da *Introdução*, não é difícil que os comentaristas citados acabem por sustentar que Kant identifica filosofia transcendental e sistema da razão pura. Na sequência, suspendemos a possibilidade de explorarmos a segunda hipótese acima aventada e nos ocupamos com dar um embasamento às posições dos comentaristas acima mencionados com o fito de buscar encontrar um argumento

[227] KrV A 834 / B 862.

que possa solucionar o enigma que nos trouxe até este ponto da investigação. Em assim precedendo, já adiantamos que não é propósito defender que tal hipótese e posição é mais correta que a segunda, mas somente queremos testar sua viabilidade. De modo que se, no final do capítulo, encontrarmos algum motivo que nos conduza à revisão do argumento usado então não teremos dúvidas em nos dedicarmos a apresentá-lo e explorarmos na sequência o que ele implica para uma possível resolução mais adequada do nosso enigma.

Um dos elementos que encontramos no item VII da *Introdução* é que Kant, tanto sustenta que a *Crítica da Razão Pura* é uma ciência especial "da simples avaliação da razão pura, das suas fontes e limites como propedêutica ao sistema da razão pura"[228], quanto também sustenta que a filosofia transcendental é a "ideia" de uma ciência para a qual a *Crítica da Razão Pura* deve projetar o plano completo, arquitetonicamente. A afirmação kantiana de que a *Crítica da Razão Pura* é uma ciência especial com escopo propedêutico ao sistema da razão pura e a de que esse também é seu escopo frente à ideia de uma filosofia transcendental, permite a compreensão de que, por um lado, a *Crítica da Razão Pura* não é o sistema da razão pura ou a filosofia transcendental enquanto ciência, e, por outro, que ela é uma propedêutica e o projetar de um plano completo e, arquitetonicamente, de um edifício de ciências que constituem o sistema da razão pura, que devem cada uma ter o *status* de filosofia transcendental.

Se assumirmos essa compreensão, somos conduzidos a presumir que, quando Kant afirma que a *Crítica da Razão Pura* é uma ciência *especial* "como propedêutica" ou como "estabelecimento de um plano", emprega esses termos em referência a um mesmo objetivo, qual seja, o esboço de um plano para a construção do edifício de um sistema de ciências que se apresenta para a *Crítica da Razão Pura* como a "ideia" de um sistema da razão pura ou de filosofia transcendental. Isso conduz à compreensão de que, quando Kant se refere ao sistema da razão pura ou à filosofia transcendental, identifica-os com a "ideia" de um sistema de ciências filosóficas que deve ser realizado em seu todo, após a conclusão da *Crítica da Razão Pura*, na forma de um edifício de ciências inter-relacionadas e interconectadas entre si.

Essa suposição de uma identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental parece ainda ser reforçada quando se considera que tanto quando Kant se refere, na *Introdução,* à *Crítica da Razão Pura* como propedêutica ao sistema da razão pura, ou a ela como uma ciência que deve preparar o plano para a edificação da filosofia

[228] KrV B 25.

transcendental, ele o faz mediante afirmações que dão a entender que um e outro devem ser erigidos após a *Crítica da Razão Pura* porque, diferentemente desta última, que enquanto uma ciência especial da avaliação da razão quanto a suas fontes e limites visa à purificação e retificação da razão, são o estabelecimento e execução de uma doutrina que visa à ampliação da razão mediante a aplicação de todo o conjunto, ou sistema, dos princípios que propiciam a aquisição de todo o conhecimento *a priori* pela razão pura.

Em Kant, ciência se determina como sistema de conhecimentos, unidade articulada (do cognoscível) como pertinente a um todo[229]. Se a *Crítica da Razão Pura* porta o duplo escopo de (1) avaliar a razão pura, suas fontes e limites, e (2) ser propedêutica ao sistema da razão pura, então, como sistemática, isto é, como articulação do múltiplo do conhecimento em uma unidade, ela merece o título de ciência especial e é sistema, tanto quanto o inteiro sistema da razão pura é também ciência[230].

Se, no entanto, a *Crítica da Razão Pura* e o sistema da razão pura são, ambos, ciências ou sistemas de conhecimentos, seu *status* científico não é idêntico. O todo de articulação do múltiplo está, em cada caso, referido a distinto escopo. Frente às ciências do sistema da razão pura, na *Crítica da Razão Pura*, a ideia do todo aí operante é a da organicidade: "uma estrutura articulada onde tudo é órgão, ou seja, onde tudo existe para cada parte e cada parte para todas as outras"[231]. Essa organicidade vincula-se a funções e virtudes cognitivas específicas que cada uma das faculdades da razão pura desempenham, em vista de um fim que lhes dá unidade e as inter-relacionam, e que só é desvendado mediante a avaliação das fontes, limites e extensão das faculdades que constituem a razão pura em sua integralidade.

Em Kant, ciência se determina como sistema de conhecimentos, unidade articulada (do cognoscível) como pertinente a um todo. Se a *Crítica da Razão Pura* porta o duplo escopo de (1) avaliar a razão pura, suas fontes e limites, e (2) ser propedêutica ao sistema da razão pura, então, como sistemática, isto é, como articulação do múltiplo do conhecimento em uma unidade, ela merece o título de ciência especial e é sistema, tanto

---

[229] Cf. KrV A 832 / B 860 e Log. IX: 72.

[230] Segundo Kant, KrV A 832 / B 860, "... a unidade sistemática é aquilo que primeiramente torna um conhecimento comum uma ciência, isto é, faz um sistema a partir de um mero agregado de conhecimentos". Já um sistema é "a unidade dos conhecimentos múltiplos sob uma ideia". Desta forma a ideia que dá unidade a múltiplos conhecimentos e os constitui como sistema científico é "o conceito racional da forma de um todo na medida em que tanto a extensão do múltiplo quanto as posições que as partes ocupam umas em relação às outras são determinadas *a priori* por tal conceito."

[231] KrV B XXXVIII.

quanto o inteiro sistema da razão pura é também ciência.[232]

Se, no entanto, a *Crítica da Razão Pura* e o sistema da razão pura são, ambos, ciências ou sistemas de conhecimentos, seu *status* científico não é idêntico. O todo de articulação do múltiplo está, em cada caso, referido a distinto escopo. Frente às ciências do sistema da razão pura, a *Crítica da Razão Pura*, a ideia do todo aí operante é a da organicidade: "uma estrutura articulada onde tudo é órgão, ou seja, onde tudo existe para cada parte e cada parte para todas as outras"[233]. Essa organicidade vincula-se funções e virtudes cognitivas específicas que cada uma das faculdades da razão pura desempenham, em vista de uma fim que lhes dá unidade e as inter-relacionam, e que só é desvendado mediante a avaliação das fontes, limites e extensão das faculdades que constituem a razão pura em sua integralidade.

Em sendo assim, se a *Crítica* descobre, em sua avaliação da razão pura, que esta contém um exaustivo número de princípios *a* priori que é base para a aquisição de todo conhecimento a priori possível para ela, e os reúne em um sistema, constitui-se assim como ciência filosófica especial, viabilizando o estabelecimento e aplicação de um órganon, cuja função é unificar o múltiplo no conhecimento, articulando-o: a ideia do todo de articulação dos conhecimentos do sistema da razão pura é nela (na *Crítica da Razão Pura*) projetada. Isto é, a *Crítica da Razão Pura* reúne os princípios *a priori* em um conjunto e demarca seus âmbitos de aplicação para aquisição de específicos e determinados conhecimentos a priori, preparando assim um órganon que deverá ser desenvolvido detalhadamente, exaustivamente e aplicado a seus pertinentes âmbitos cognitivos, viabilizando a efetivação do sistema da razão pura. Esse último, por sua vez, se constitui na aquisição e efetuação de múltiplos sistemas de conhecimentos a priori, expressos sob a forma de ciências interconectadas, tudo isso como meio "orgânico" para realização dos fins essenciais da razão pura, a saber, legislar universalmente sobre natureza e liberdade[234]. Em vista disso cabe à *Crítica da razão Pura,* como propedêutica, estabelecer na seção da *Arquitetônica da razão pura* o esquema e esboço necessário à exequibilidade do sistema da razão pura, que deverá vir a ser elaborado e constituído de varias ciências metafísicas, que visam efetuar os mencionados fins da razão pura. Desse modo preparado pela *Critica da Razão Pura* o órganon se apõe e aplica no

---

[232] Segundo Kant, KrV A 832 / B 860, "... a unidade sistemática é aquilo que primeiramente torna um conhecimento comum uma ciência, isto é, faz um sistema a partir de um mero agregado de conhecimentos". Já um sistema é "a unidade dos conhecimentos múltiplos sob uma ideia". Desta forma a ideia que dá unidade a múltiplos conhecimentos e os constitui como sistema científico é "o conceito racional da forma de um todo na medida em que tanto a extensão do múltiplo quanto as posições que as partes ocupam umas em relação às outras são determinadas *a priori* por tal conceito."

[233] KrV B XXXVIII.

sistema da razão pura pelo estabelecimento de uma *filosofia da natureza* e de uma *filosofia dos costumes.* Estas últimas constituem-se como âmbitos fundamentais da filosofia da razão pura, e como doutrinas. Ora, considerando que para Kant a filosofia é sempre uma metafísica, e essa é o conhecimento racional por conceitos[235], aqueles âmbitos serão, respectivamente, Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes.

Para além dessa dupla divisão maior, o sistema da razão pura, sistema de ciências metafísicas, se pretende unidade sistemática do conhecimento puro a *priori*, deve ainda comportar, múltiplas ciências metafísicas relacionadas em virtude das faculdades de conhecimento. Na *Arquitetônica da razão pura*, seção em que Kant apresenta o esboço de seu integral sistema de filosofia, e, assim, do sistema da razão pura, porém, encontram-se esboçadas tão somente as subdivisões da Metafísica da Natureza.[236] A caracterização geral do *status* científico e sistêmico da *Crítica da Razão Pura* aponta claramente seu caráter propedêutico ao sistema da razão pura, na *Arquitetônica da razão pura* que apresenta o esquema formal do sistema da razão pura[237] como um sistema de ciências metafísicas doutrinais[238]: A *Metafisica da Natureza*, constituída e subdividida em várias ciências específicas em vista da legislação da natureza, e a Metafísica dos Costumes, sem qualquer divisão, em vista da legislação da liberdade.

Considerando a hipótese de que Kant sustenta que a *Crítica da Razão Pura* é uma ciência especial que tem o *status* de uma crítica transcendental, que é propedêutica a um sistema da razão pura, que é se caracteriza por ser um sistema de filosofia transcendental, constituído por várias ciências, cada qual tendo o status de filosofia transcendental, e que esta posição é sustentada por alguns comentaristas de Kant, vejamos quais são os elementos que adquirimos até agora e que nos permitem dar uma solução para o enigma, a dificuldade, envolvida na determinação do *status* e escopo da *Crítica da Razão Pura*.

2.5. Da solução provisória do enigma do *status* e escopo da metafísica como ciência na *Crítica da Razão Pura*

O enigma ou dificuldade anunciada no item 2.3 deixa-se formular assim: como coadunar o caráter científico e sistemático da *Crítica da Razão Pura* concebida já como uma

---

[234] KrV A 840 / B 868.
[235] KrV A 850 / B 878.
[236] KrV A 845-7 / B 873-5.
[237] KrV A 707-8 / B 735-6.
[238] KrV A 845-7 / B 873-5.

metafísica se esta é explicitamente tomada como propedêutica a uma metafísica científica e sistemática?

Estamos em condições, porém, de arriscar uma resolução para a dificuldade:

1. reúna-se a caracterização da *Crítica* como ciência metafísica e sistemática[239] ao que alcançamos até aqui, ou seja:

a) que ela tem um duplo escopo científico: é "ciência da simples avaliação da razão pura, das suas fontes e seus limites", e também uma ciência propedêutica ao sistema da razão pura, que se constitui como um conjunto de ciências doutrinais, denominadas Metafísica Natureza e Metafísica dos Costumes;

b) Que seu escopo propedêutico se efetiva no estabelecimento de um conjunto de princípios sintéticos *a priori*, adquiridos mediante a avaliação das faculdades da Razão pura, e propiciarão tanto o estabelecimento dos âmbitos a que a razão pura ampliar seus conhecimentos, e assim constituir um sistema de ciências metafísicas, concebido como filosofia transcendental;

c) Que seu *status* é o uma *ciência* (e por isso um sistema de conhecimentos) metafísica especial concebida como crítica transcendental, que, como tal, deve ser sistemática para poder apresentar um plano completo, a partir de princípios, à filosofia transcendental, ciência doutrinal e metafísica, que se apresenta como constituindo o sistema da razão pura em sua integralidade e completude;

2) reúnem-se a metafísica científica "futura", tarefa da *Crítica*, à filosofia transcendental, por sua vez ciência desenvolvida como sistema da razão pura, em dois blocos: Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes.

Assim temos que:

A *Crítica da Razão Pura*, por conseguinte, propedêutica e crítica transcendental, é legitimamente denominada metafísica e pertence à filosofia da razão pura ("conhecimento a partir da razão pura" (B 868), isto é, "o conhecimento racional a partir de conceitos" (B 743), "conhecimento que, denomine-se como se quiser, propriamente nada mais é que do que a Metafísica" (B 878)). A filosofia da razão pura compreende, pois, a filosofia transcendental e a *Crítica da Razão Pura*. Esta última é *crítica* (e não *filosofia*) transcendental, com o que em nada perde quanto ao traço metafísico, pois que investiga e expõe a possibilidade dos princípios da síntese *a priori* do conhecimento. Assim, vemos que a filosofia da razão pura é sempre metafísica, dividida porém entre a *Crítica da Razão Pura* e a filosofia transcendental

[239] Ver: item 2.3 do presente capítulo.

doutrinal. É à filosofia transcendental que cumpre instituir o inteiro sistema da metafísica como ciência doutrinal, isto é, como o sistema da razão pura. O sistema assim operado como filosofia transcendental (Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes) desdobra, investiga e aplica os princípios puros *a priori* de todo conhecimento possível, que a *Crítica da Razão Pura* instituiu. O sistema completo do saber filosófico depende, pois, da delimitação estabelecida pela primeira *Crítica*; ela torna claros os âmbitos próprios ao conhecimento racional propriamente dito (Metafísica da Natureza e Metafísica dos Costumes). A *Crítica da Razão Pura* não compõe o sistema de metafísica *doutrinal*, mas é também ciência metafísica, especial porquanto propedêutica ao sistema da razão pura[240].

Com o precedente, parece razoável encontrar na *Crítica da Razão Pura* não só razões que vão de encontro à tese sustentada pelos comentaristas acerca da identidade entre sistema da razão pura e sistema da filosofia transcendental, mas também para a sustentação de que Kant afirma ser a *Crítica da Razão Pura* obra de metafísica. Soa lícito pensar que a *Crítica da Razão Pura* tem um duplo escopo, avaliátorio e propedêutico, e que seus *status* é o de uma metafísica especial, concebida como crítica transcendental, e não como filosofia transcendental, pois que a filosofia transcendental é o sistema da razão pura, constituído por uma doutrina da aquisição de um órganon e sua aplicação detalhada na forma de um conjunto de ciências metafisicas doutrinais: a Metafísica da Natureza e suas subdivisões e a Metafísica dos Costumes.

Se for assim, isso tudo possibilita sustentar-se que a resolução do enigma é a seguinte:

A filosofia da razão pura consiste em ser um sistema de metafisicas científicas. Ela se subdivide em uma metafisica crítica especial, que é a *Crítica da Razão Pura*, e um sistema da razão pura, um sistema ciências metafísicas doutrinais: a Metafisica da Natureza e a Metafísica dos Costumes.

A *Crítica da Razão Pura* é uma ciência metafísica especial que tem o status de uma crítica transcendental e dois escopos específicos: um avaliatório das faculdades da razão pura, quanto a seus limites e extensão, e outro propedêutico ao sistema da razão pura a ser elaborado na forma de um sistema de ciências metafisicas, cada qual portando o *status* de uma filosofia transcendental: a Metafísica da Natureza, dividida em algumas ciências, cada qual com escopos distintos, e, a Metafísica dos Costumes, sem quaisquer divisão.

---

[240] KrV A 841 B 869.

Até aqui buscamos encontrar na obra de Kant elementos que propiciasse um argumento que pudesse fundamentar e legitimar a primeira hipótese que aventamos, e que é defendida por comentaristas que sustentam que a *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma crítica transcendental propedêutica a um sistema da razão pura, que é constituído por um conjunto de ciências que têm cada qual o *status* de filosofia transcendental. No próximo capítulo, contudo, demonstraremos que tal identidade, preconizada pelos comentaristas, entre sistema da razão pura e filosofia transcendental não se sustenta, e isso porque Kant não considera que a ciência que deve apresentar o sistema da moralidade, a Metafísica dos Costumes, que é uma ciência que pertence ao sistema da razão pura, é uma filosofia transcendental, e que, ao fazer isso sustenta que as seções da *Crítica da Razão Pura,* denominadas *Estética transcendental* e *Analítica transcendental*, já se constituem em ter o *status* de filosofia transcendental. No quarto capítulo demonstrarmos que afora a ontologia, Kant também não considera que as ciências em que se subdivide a Metafísica da Natureza, que é a outra ciência geral pertencente ao sistema da razão pura, tenham *status* de filosofia transcendental. No quinto capítulo, a partir dos resultados obtidos, buscaremos demonstrar que a filosofia transcendental que Kant considera expor e executar que a *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* é concebida como uma ontologia, e que, ademais, considera que uma das ciências que constituem a Metafisica da Natureza, a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, também deve executar uma filosofia transcendental concebida como ontologia.

3. DA IMPOSSIBILIDADE DE A METAFÍSICA DOS COSTUMES SER CONSIDERADA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL

No capítulo anterior, propôs-se a resolução de uma dificuldade interpretativa enigmática. O intuito inicial, a partir daqui, consiste em lançar dúvida sobre aquela resolução. Nós o faremos mostrando como a *Crítica da Razão Pura* oferece caminhos para concluir que um sistema de moralidade não pode pertencer ao âmbito investigativo pertinente à filosofia transcendental, e assim que a ciência que expõe tal sistema de moralidade não pode possuir o *status* de uma filosofia transcendental, devendo, porém, vir a ser elaborada por ocasião do sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, na modalidade de uma Metafísica dos Costumes que não se caracteriza em ter o *status* de uma filosofia transcendental.

Se o intuito inicial foi delineado, cabe deixar claro um segundo propósito, que desenvolve o precedente. Assim, pretende-se:

a) reconsiderar e sustentar que a *Estética transcendental* e a *Analítica transcendental* são pertinentes à filosofia transcendental, com o que a *Crítica da Razão Pura* não mais seria tomada apenas como *crítica* transcendental, mas já como *filosofia* transcendental;

b) apresentar critérios suficientes para que uma investigação seja caracterizada como filosofia transcendental, na *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*.

Como justificar, porém, que a investigação pertinente à Metafísica dos Costumes, associada, na *Crítica da Razão Pura*, *à* moralidade, seja excluída da filosofia transcendental? Trata-se, é claro, de identificar critérios para considerar uma investigação como propriamente filosófico-transcendental, e motivos para que o sistema da moralidade seja excluído do âmbito investigativo da filosofia transcendental. Consequentemente busca-se encontrar um critério que permita que o sistema da moralidade venha a pertencer ao sistema da razão pura, apesar de não ser uma filosofia transcendental. Ademais, identificado tal critério aventa-se a possiblidade de que ele também seja aplicado à sustentação de que algumas das ciências que pertencem ao sistema da razão pura, porém, à Metafísica da Natureza, não têm o *status* de filosofia transcendental.

Por esse mesmo caminho, mostraremos que a *Estética transcendental* e a *Analítica transcendental* pertencem à filosofia transcendental, e isso mediante os critérios acima mencionados e que é preciso discernir.

Neste breve capítulo, portanto – capítulo de transição, de compreensão geral de critérios – pretende-se lograr, pela via negativa (1) o discernimento dos critérios para exclusão do sistema de moralidade da filosofia transcendental e (2) a revisão da solução sugerida anteriormente para dificuldades do texto kantiano (capítulo imediatamente anterior); positivamente, por outro lado, pretende-se determinar mais acuradamente o campo da filosofia transcendental e o do sistema da razão pura, notadamente quanto a elementos que apontam para a especificidade do empreendimento transcendental da *Crítica da Razão Pura*. Ou seja, trata-se de buscar auxílio para viabilizar a revisão do argumento utilizado, no segundo capítulo, para solucionar obstáculo hermenêutico quanto à metafísica científica, mas também de compreender o que é peculiar à filosofia transcendental.

3.1. Apresentação dos motivos e critérios para que o sistema da moralidade não tenha *status* de filosofia transcendental

Kant aduz dois motivos para excluir o sistema da moralidade do âmbito da filosofia transcendental, na *Crítica da Razão Pura*. Ambos aparecem em momentos essenciais à sua argumentação. Já no capítulo VII da *Introdução* o leitor se depara com o primeiro deles; o segundo surge na *Doutrina transcendental do método*, em nota de rodapé pertinente à *seção primeira do Cânon da razão pura*.

Eis, respectivamente, as passagens:

> Embora os princípios supremos e os conceitos fundamentais da moralidade sejam conhecimentos *a priori*, não pertencem à filosofia transcendental, porque na verdade não tomam como fundamento de seus preceitos os conceitos de prazer e de desprazer, dos desejos e das inclinações, etc., que são todos de origem empírica; todavia, na composição do sistema da moralidade tem necessariamente que introduzir no conceito de dever aqueles últimos conceitos, seja como obstáculo a ser vencido ou seja como estímulo que não deve ser transformado em motivo[241].

> Todos os conceitos práticos têm a ver com objetos do agrado e do desagrado, isto é, do prazer e do desprazer, por conseguinte, pelo menos indiretamente com objetos do nosso sentimento. Entretanto, visto que este não é uma capacidade de representação das coisas, mas jaz fora da inteira capacidade cognitiva, assim todos os elementos dos nossos juízos, na medida em que se referem ao prazer ou ao desprazer e, portanto, à filosofia prática, não pertencem ao conjunto da filosofia transcendental, que tem a ver apenas com conhecimentos puros *a priori*[242].

[241] KrV A 14 / B 28-9.

Decerto, segundo lemos, que critérios requeridos para pertença à filosofia transcendental seriam desobedecidos, e trata-se de saber quais são, em se tomando eventualmente conceitos práticos e a moralidade como filosófico-transcendentais. Os motivos kantianos devem ser mostrados em sua suficiência, como justificativas, identificando-se o(s) critério(s) de exclusão que permitam caracterização positiva da filosofia moral e esclareça o desenho sistemático.

Kant restringe o âmbito de investigação da filosofia transcendental, na *Crítica da Razão Pura*, mediante estabelecimento de ao menos dois critérios de avaliação da pertinência à filosofia transcendental. Trata-se de dois critérios, os quais, relacionados um ao outro e aplicados, regulam a exclusão; mostraremos tratar-se precisamente daqueles usados por Kant para excluir a moralidade da filosofia transcendental.

Para além da restrição de âmbito, descobrimos, também, que uma caracterização efetiva (positiva) do sistema da moralidade é empreendida por Kant, quando aplica os dois critérios a que aludimos para excluir que o sistema da moralidade seja uma filosofia transcendental. No entanto, fazendo-o abre a possibilidade da existência de outro critério, concernente à pertença mesma tanto do sistema da moralidade quanto de outros sistemas de conhecimentos ao sistema da razão pura.

Descumprido qualquer dos dois primeiros critérios, fica já estabelecida a condição necessária para a exclusão da moralidade (do campo da filosofia transcendental), ou seja, é insuficiente cumprir com um, apenas, dos dois primeiros critérios. Com o terceiro critério aventado passa-se, porém, algo diferente: cumprido, é condição suficiente para que o sistema da moralidade pertença ao âmbito do sistema da razão pura, e não somente ele, mas também outro tipo de sistema de conhecimentos atinentes a outros âmbitos teóricos.

No item VII da *Introdução* à primeira *Crítica*, dedicado a apresentar a "ideia e divisão de uma ciência especial sob o nome de *Crítica da Razão Pura*"[243], encontra-se o primeiro critério mencionado. Kant discorre acerca do caráter científico especial da *Crítica da Razão Pura*. Essa passagem mostra bem, a nosso ver, por que a expressão "filosofia transcendental" não aparece como subtítulo desse item. O autor afirma que ela não deve ser denominada filosofia transcendental, mas crítica transcendental, porque não elabora "também uma análise detalhada de todo o conhecimento humano *a priori*"[244]. Efetivamente, não se trata de que a *Crítica da Razão Pura*, concebida como uma ciência especial, enquanto crítica

[242] KrV A 801 / B 829.
[243] KrV B 24.
[244] KrV A 13 / B 27.

transcendental, não elabore e efetive uma filosofia transcendental; ela apresenta sua "ideia completa", sem, no entanto, expô-la enquanto tal em toda sua integralidade:

> À *Crítica da Razão Pura* pertence, portanto, tudo o que perfaz a filosofia transcendental, e ela é a ideia completa da filosofia transcendental, mas não ainda esta ciência mesma, pois a Crítica avança na análise apenas até o ponto exigido para a avaliação completa do conhecimento sintético *a priori*[245].

A "avaliação completa do conhecimento sintético *a priori*" é essencial à filosofia transcendental, e não pode ser tomada como tarefa preparatória externa. Por isso a *Crítica* (e o procedimento crítico que a caracteriza) constituem-na expressamente como ciência especial.

Na *Introdução*, então, após essa associação entre *Crítica* e filosofia transcendental e delimitação da tarefa crítica, Kant se encontra em condições de tratar da futura e necessária divisão da crítica transcendental que é a *Crítica da Razão Pura*. Aí encontra lugar a expressão de um critério geral para a divisão geral da *Crítica da Razão Pura*, e da filosofia transcendental aí exposta, o qual viabilizará a apresentação da obra em *Doutrina transcendental dos elementos* e *Doutrina transcendental do método*, justificando que a investigação empreendida na *Estética transcendental* já se configura como pertencente a uma filosofia transcendental que é elaborada e executada na *Crítica da Razão Pura*[246]. Kant o declara da seguinte maneira: "Na divisão de uma tal ciência [a filosofia transcendental], é preciso ter sobretudo presente que nela não deve entrar nenhum conceito contendo algo empírico, e que o conhecimento *a priori* seja inteiramente puro"[247].

O caráter simples e claro do estabelecimento desse critério não nos deve impedir a visão de seus dois requisitos. Para pertencer à filosofia transcendental, a investigação:

a) Não pode constituir-se de "conceito contendo algo empírico".
b) Quanto ao conhecimento nela providenciado, deve obtê-lo *a priori* e "inteiramente puro".

Enunciado o critério, Kant passa ao primeiro motivo aventado para exclusão da moralidade pura (da filosofia transcendental), exposto acima em sua integralidade, e cujo teor pode ser resumido do seguinte modo: os princípios e conceitos fundamentais da moralidade são conhecimentos *a priori*; essa "aprioridade", porém, não dá conta do traço indicado pela

---

[245] KrV A 14 / B 28.
[246] "Ora, na medida em que a sensibilidade contivesse representações a priori, as quais perfazem a condição sob a qual nos são dados objetos, pertenceria à filosofia transcendental". KrV A 16 / B 30.
[247] KrV A 14 / B 28.

expressão "inteiramente puro"; de fato, na composição do sistema da moralidade há, especificamente no conceito de dever, conceitos empíricos[248].

A apresentação kantiana do critério para divisão da filosofia transcendental exposta na *Crítica da Razão Pura* e do primeiro motivo de exclusão da moralidade do âmbito da filosofia transcendental permite-nos "sistematizar" itens relevantes para o encaminhamento da argumentação:

a) A *Crítica da Razão Pura* constitui-se em partes e é uma ciência; sua divisão inclui um critério determinante da pertença de uma investigação à filosofia transcendental, e esse critério assevera que a *Crítica da Razão Pura* é ciência *como* filosofia transcendental nas seções em que tal critério é cumprido;
b) o item 'a' mostra evidente que, para excluir a moralidade, Kant recorre ao critério mediante o qual uma investigação pertencente a filosofia transcendental pertence à divisão da *Crítica da Razão Pura*, pois que aponta para o cerne e divisões da filosofia transcendental ela mesma;
c) o critério assevera que, para uma investigação pertencer à filosofia transcendental, "nela não deve entrar nenhum conceito contendo algo de empírico, e [nela] o conhecimento *a priori* [deve ser] inteiramente puro";
d) por conseguinte, o que se desenvolve nas 'partes' da ciência especial em que se constitui a *Crítica da Razão Pura* em que ela já elabora uma filosofia transcendental, na medida em que expõe um conhecimento inteiramente *a priori* e puro, como deverão fazer todas as divisões da filosofia transcendental.

Com isso, pode-se passar à apresentação e exame do segundo critério.

A *Crítica da Razão Pura* oferece uma definição de conhecimento transcendental, apresentada parcialmente na *Introdução* e completada na *Analítica transcendental* por uma explicação; a definição de *conhecimento* transcendental introduz, por sua vez, a definição de *filosofia* transcendental. É aí que se encontra o segundo critério. Na *Introdução*, a definição aparece assim:

> Denomino *transcendental* todo o conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos na medida em que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de tais conceitos denominar-se-ia *filosofia transcendental*[249].

[248] KrV B 28.
[249] KrV B 25.

Sob o propósito, a nosso ver claro, de bem determinar âmbito e limite de abrangência da definição de conhecimento transcendental, a *Analítica transcendental* completa, com uma explicação, o que se antecipara na passagem conhecidíssima da *Introdução*. Lemos, na *Analítica*:

> E aqui faço uma observação que estende à sua influência a todas as considerações subsequentes e que se precisa ter bem diante dos olhos, a saber, que *transcendental* tem que ser denominado não todo o conhecimento *a priori*, mas somente aquele pelo qual conhecemos que e como certas representações (intuições e conceitos) são aplicados ou possíveis unicamente *a priori* (isto é, [transcendental tem que se chamar] a possibilidade do conhecimento ou o uso do mesmo *a priori*). (...) Transcendental chama-se apenas o conhecimento de que estas representações de modo algum são de origem empírica e a possibilidade pela qual podem não obstante se referir *a priori* a objetos da experiência[250].

A reunião de ambos os trechos da *Crítica da Razão Pura* como partes do esclarecimento geral parece poder conduzir a uma compreensão completa. E, segundo vemos, o que se lê na passagem da *Analítica transcendental* citada não opera definição de transcendental diferente daquela oferecida na *Introdução*[251]. Entendendo-a como complemento, pode-se mesclar os trechos em uma definição completa, cujo teor seria, aproximadamente:

> Transcendental é todo o conhecimento que em geral não se ocupa tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos, na medida em este pode ser possível *a priori*[252], [mas] é preciso ter bem diante dos olhos que transcendental tem que ser denominado não todo o conhecimento *a priori* mas somente aquele pelo qual conhecemos que e como certas representações (intuições ou conceitos) são aplicadas ou possíveis unicamente *a priori* (isto é, [transcendental tem que se chamar] a possibilidade do conhecimento ou o uso do mesmo *a priori*. (...) transcendental chama-se apenas o conhecimento

[250] KrV A 55 / B 80-1.

[251] Uma expressiva parcela dos interpretes da filosofia de Kant que se detém a comentar a definição que Kant estabelece de conhecimento transcendental restringe-se ao expresso em KrV B 25. Exemplos de tais intérpretes são, entre outros: Höffe, 1986, p. 64-8; Marzoa, 1989, pp. 25-7 e p. 51-55; Verneaux, 1967, p.111-134; Heidegger, 1966, p. 21. Kitcher, 1990, pp.13-15 atendo-se a definição expressa em KrV B 25 remete a um pequeno extrato de KrV A55 / B 81, com o propósito de corroborar sua tese de que o conhecimento transcendental tem a ver com origem de condições a priori em faculdades que buscam conhecer objetos. Paton, 1936, pp.227-30, somente toma a definição de conhecimento transcendental pela apresentada em KrV A 55 / B 80-1. Cohen, em KTE3 283-4 se refere à definição que Kant apresenta na KrV A 55 / B 80-1 como evolutiva frente a que expusera em KrV B 25. No entanto, a frase inicial da passagem de KrV A 55 / B 80-1 – "e aqui faço uma observação que estende a sua influência a todas as considerações subsequentes e que se precisa ter bem diante dos olhos, a saber, que transcendental tem que ser denominado não todo o conhecimento *a priori*, mas somente aquele que..." – parece não só ter o propósito de alertar o leitor para o tipo de investigação a ser empreendida, mas também o de especificar a definição já apresentada em KrV B 25.

[252] KrV B 25.

> de que estas representações de modo algum são de origem empírica, e a possibilidade pela qual podem não obstante se referir *a priori* a objetos da experiência[253].

Assim, atingimos clareza quanto ao segundo critério para o que pertence ao âmbito da filosofia transcendental considerando a definição de conhecimento transcendental em sua formulação completa. Todo o jogo essencial à *Crítica da Razão Pura* está presente nessa operação, que determina o sentido propriamente kantiano de transcendental, o que equivale ao sentido renovado, que apresenta frente a uma tradição antecedente que compreendia esse termo em outra chave teórica[254], por uma referência aos elementos a priori que são condições constitutivas de objetos que podem vir a ser conhecidos e dados em uma experiência possível.

A exposição do segundo critério pode também ser 'sistematizada':

1) Se, em Kant, o conceito de "transcendental" envolve conhecimento *a priori*, isso não significa que implique *todo* conhecimento *a priori*;
2) é transcendental o conhecimento que se ocupa de conhecer o *modo a priori de conhecer objetos na medida em que esse deve ser possível a priori*;
3) conhecimento transcendental se volta para a origem não empírica das intuições e conceitos, bem como para a possibilidade de que tais representações se refiram *a priori* a objetos da experiência;
4) a filosofia transcendental é o conjunto de todos os conceitos em sentido lato, ou seja, das representações chamadas intuições e conceitos, que são modos do conhecimento *a priori* de objetos, dos quais deve adquirir conhecimento quanto a sua origem como representações *a priori*, e isto a partir da inspeção das faculdades da razão;
5) a filosofia transcendental mostra *que* e *como* tais representações se aplicam ao conhecimento *a priori* de objetos da experiência.

Assim, constata-se que, para algo pertencer ao âmbito da filosofia transcendental, deve pertencer ao âmbito do conhecimento transcendental. Ao conhecimento nomeado transcendental pertence a investigação da origem e da aplicação *a priori* (ambas) das representações chamadas conceitos *a priori* (conceitos puros e intuições puras *a priori*) como modo de conhecimento *a priori* de objetos a ser dados em uma experiência sensível. A filosofia transcendental adquire e expõe conhecimento transcendental porquanto constitui-se

[253] KrV A 55-6 / B 80-1.

em sistema de conceitos (em sentido lato), outra coisa não sendo estes senão os modos do conhecimento *a priori* de objetos a ser dados em uma experiência sensível, isto é, intuições e conceitos. Assim e por isso, à *Estética transcendental* e à *Analítica dos conceitos* e à *Analítica dos Princípios* pertence, o conhecimento transcendental, constituindo-se em elaboração e efetivação da filosofia transcendental, na medida em que são nessas seções da *Crítica da Razão Pura* que é elaborado e exposto todo o sistema de conceitos e princípios *a priori,* implicados na determinação sintética de *que* e *como* objetos podem vir a ser dados a conhecer e constituir em uma experiência possível e real, isto é em um intuição sensível.

Foram apresentados os motivos por que Kant exclui a moralidade da filosofia transcendental e critérios positivos para determinação do que pertence ao âmbito da filosofia transcendental. A expressão kantiana "filosofia transcendental" fez-se algo mais clara. Estamos em condições de analisar "o caso" da filosofia moral.

Se, com efeito, considerarmos primeiramente os critérios de pertencimento legítimo ao âmbito da filosofia transcendental, encontraremos agora com total clareza a justificativa para a exclusão da filosofia moral. Isso, porém, desde que se possa demonstrar o descumprimento de algum desses critérios, por parte do sistema da moralidade.

Esse procedimento é passo consequente e necessário, caso se pretenda legitimidade, e é utilizado, de fato, por Kant, como veremos, explicitamente na *Introdução*, item VII, e implicitamente na nota de rodapé da *primeira seção do Cânon da razão pura*.

3.2. Do primeiro motivo e critério para que o sistema da moralidade não tenha o status de filosofia transcendental I

Kant deve enfrentar um afazer duplo, neste caso. Deve, por um lado, apresentar um critério positivo do que pertence à filosofia transcendental e, por outro, caracterizar positivamente o que pertence ao sistema da filosofia moral, de modo que fique claro por que o segundo cai sob o primeiro ou dele é excluído.

Na *Introdução*, como vimos, Kant afirma que, na divisão da ciência filosófico-transcendental, não se admite conceito contendo algo de empírico e que o conhecimento *a priori* deve ser inteiramente puro. A caracterização positiva do que pertence à filosofia moral é também apresentada através de duas afirmações:

254

> os princípios supremos e os conceitos fundamentais da moralidade [são] conhecimentos *a priori* (...), porque não tomam como fundamento de seus preceitos os conceitos de prazer e do desprazer, dos desejos e das inclinações, etc., que são todos de origem empírica[255].
>
> [...] na composição do sistema da moralidade tem necessariamente que introduzir no conceito de dever aqueles últimos conceitos, seja como obstáculo a ser vencido ou seja como estímulo que não deve ser transformado em motivo[256].

Os requisitos necessários para a demonstração que buscamos estão agora disponíveis; mediante um critério e uma caracterização positiva, pode-se demonstrar que o sistema da moralidade não pertence à filosofia transcendental porque não atende ao critério exigido.

Kant oferta sua caracterização positiva do sistema moralidade mediante duas afirmações. A primeira é de que, no sistema, devem constar "princípios supremos e conceitos fundamentais da moralidade [que] sejam conhecimentos *a priori* [...] porque [...] não tomam como fundamento de seus preceitos os conceitos de prazer, desprazer, [...] que são todos de origem empírica"[257]. A segunda afirmação diz que, apesar disso, quanto à composição desse sistema, no conceito de "dever" é-se obrigado, necessariamente, a "introduzir [...] aqueles últimos conceitos, seja como obstáculo a ser vencido ou seja como estímulo que não deve ser transformado em motivo".[258] E também: "...Pois todo o prático, na medida em que contém motivos, refere-se a sentimentos, os quais pertencem às fontes empíricas do conhecimento"[259].

Essa caracterização que Kant apresenta nos permite estabelecer que ele sustenta que o sistema da moralidade se constitui por princípios e conceitos que têm de ser conhecimentos *a priori*. Tal sistema deve ser composto por alguns princípios supremos *a priori* e alguns conceitos *a priori*. Dentre os conceitos *a priori* que devem permitir o conhecimento dos princípios supremos da moralidade, é primordial o de "dever". Para que o conceito de "dever" opere no estabelecimento dos princípios supremos da moralidade, porém, é necessário que faça referência a outros conceitos, tais como os de prazer e desprazer, que têm origem empírica. Contudo, essa referência não deve ser feita com o propósito de mostrar que eles seriam os fundamentos determinantes dos princípios supremos do sistema da moralidade. Pelo contrário, a inevitável referência que o conceito de "dever" faz aos conceitos

---

[255] KrV A 14-5 / B 28-9.
[256] KrV A 15 / B 29.
[257] KrV A 14 / B 28-9.
[258] KrV A 14 / B 29.

empíricos tem duas funções: evitar que estes sejam considerados fundamentos determinantes do estabelecimento dos princípios supremos do sistema da moralidade e justificar (e demonstrar) que o próprio conceito de "dever" é conhecido *a priori* e determinante na fundamentação dos princípios supremos e *a priori* da moralidade.

Assim, temos que Kant sustenta que o sistema da moralidade, apesar de não se constituir em sistema de conceitos e princípios empíricos e, dessa forma, em sistema de conhecimentos empírico, deve, inevitavelmente, para constituir-se em um sistema de conceitos e princípios *a priori*, e assim em sistema de conhecimento *a priori*, começar por justificar o estabelecimento de um dos seus conceitos *a priori* – o principal, o conceito de dever – em referência à conceitos empíricos, apesar destes não terem função na determinação de seus princípios *a priori.*

Em sendo assim, mediante tais considerações podemos ver que uma resposta à pergunta, de se, frente a uma caraterização positiva do que pertence à filosofia moral, nesta é encontrada alguma razão para que a investigação pertinente ao sistema da moralidade descumpra o critério que Kant estabelece para uma investigação venha a pertencer a filosofia transcendental, impõe-se como afirmativa.

Isso porque, apesar de Kant sustentar que ao sistema da moralidade compete o estabelecimento de um conjunto de conceitos e princípios *a priori* que se constituem em conhecimentos *a priori*, para que ela possa cumprir o critério do que pertence à filosofia transcendental, não é suficiente que os seus princípios supremos e conceitos sejam conhecimentos *a priori*, sem que entrem no fundamento de seus preceitos conceitos empíricos, mas é também necessário que, no sistema da moralidade nada ingresse que contenha traço empírico. Ora, algo de empírico "entra" no conceito de dever: os conceitos de prazer, desejos, inclinações, etc.

Em sendo assim, fica demonstrado que a moralidade pura não pertence à filosofia transcendental e, com isso, à *Crítica da Razão Pura*, e isso porque a filosofia transcendental que esta expõe exige que seus princípios sejam absolutamente puros e que os conceitos envolvidos na sua elaboração não sejam – ou façam referência à – conceitos empíricos.

Contudo, se um sistema da moralidade não é exposto na *Crítica da Razão Pura,* mas deve ser erigido por sobre a possibilidade da existência de conceitos fundamentais e princípios supremos da razão pura com uso prático, tais conceitos e princípios, por serem conhecidos pela razão pura, devem pertencer a uma das ciências do sistema da razão pura que

---

[259] KrV A 14 / B 28.

Kant projeta elaborar após a *Crítica da Razão Pura,* como podemos confirmar na seguinte passagem da seção da *Arquitetônica da razão pura*:

> A filosofia da razão pura (...) constitui em segundo lugar o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*... A Metafísica divide-se no uso *especulativo* e no uso *prático* da razão pura, sendo, portanto, ou *metafísica da natureza* ou *metafísica dos costumes* (...) A segunda contém os princípios que determinam *a priori* e tornam necessários o *fazer e o deixar de fazer*. Ora, a moralidade é a única conformidade das ações a leis que pode ser derivada, de um modo completamente *a priori*, de princípios. Em decorrência disto, a metafísica dos costumes é propriamente a moral pura...[260].

Todavia, se o sistema da moralidade deve se constituir em uma *Metafisica dos Costumes* como uma das ciências do sistema da razão pura, sem que tenha o status de filosofia transcendental; se o sistema da moralidade não se constitui em filosofia transcendental, e apesar disso é um sistema de conhecimentos a priori, apesar de um de seus conceitos a priori envolvidos na determinação de seus princípios supremos fazer referência a conceitos empíricos, é de se considerar que algo similar possa ocorrer no que respeita a alguma das outras ciências que devem constituir o sistema da razão pura.

Podendo esse ser o caso, teremos aqui um critério geral que permite que outras ciências que se constituem em um sistema de conhecimentos a priori, possam vir a pertencer ao sistema da razão pura *apesar de implicar referência a conceitos empíricos*, sem pertencer ao âmbito de investigação pertinente a uma filosofia transcendental.

Tal critério pode ser formulado mais ou menos assim:

Determinadas ciências que se constituem em ser um sistema de conhecimentos a priori, e que não têm o status de filosofia transcendental, podem fazer parte do sistema da razão pura na medida em que seus princípios supremos e conceitos fundamentais sejam conhecidos a priori pela razão pura; podendo estar incluída nesse sistema entre seus conceitos fundamentais e princípios supremos uma "referência" a conceitos empíricos, desde que estes não sejam a fonte do conhecimento dos princípios supremos e fundamentais desse âmbito de investigação.

No quarto capítulo da tese buscaremos demonstrar Kant, mediante tal critério, inclui no sistema da razão pura algumas das ciências pertencentes à Metafísica da Natureza que não têm o status de filosofia transcendental.

---

[260] KrV A 841 / B 869.

3.3. Do segundo motivo e dos dois critérios para que o sistema da moralidade não tenha o status de filosofia transcendental

Demonstrado, que o primeiro motivo apresentado por Kant, na *Introdução* à *Crítica da Razão Pura,* para a exclusão do sistema da moralidade da filosofia transcendental se encontra justificado por não passar pelo crivo do primeiro dos dois critérios delimitadores do que pertence ao âmbito da filosofia transcendental, resta-nos, de acordo com nosso propósito inicial, proceder à demonstração de que o segundo motivo, que encontramos na seção do *Cânon da razão pura,* é justificado a partir do não cumprimento de um ou de ambos daqueles dois critérios. Nesse caso, veremos, trata-se de não cumprir a exigência estabelecida pelos dois critérios.

Para tanto, deve-se levar em conta o contexto dessa outra passagem em que Kant exclui a moral da filosofia transcendental, na *Crítica da Razão Pura*. A passagem surge na seção *Cânon da razão pura,* que tem por propósito geral investigar a possibilidade do conjunto dos princípios *a priori* do uso correto da razão pura prática [261].

No apêndice a *Dialética transcendental*, após Kant ter demonstrado a impossibilidade de a razão tanto aplicar conceitos puros do entendimento para conhecer Deus, alma (eu pensante), e mundo como objetos, atém-se a demostrar que estes últimos não são objetos, mas somente ideias da razão que, como princípios a priori tem uma função regulativa em vista de conduzir o entendimento a progredir no conhecimento empírico, buscando dar unidade a suas leis empíricas[262]. Apesar disso, na seção do *Cânon da razão pura*, Kant começa mostrando que a razão: "tem uma ânsia indomável de tomar pé firme em esferas que ultrapassam todos os limites da experiência"[263]; b) "pressente objetos que se revestem de um grande interesse para ela"[264]; c) "Enceta o caminho para se aproximar desses objetos; esses últimos, no entanto, se esquivam dela.[265]" Frente a isso, Kant infere que se deve tentar ver se não se alcança mais sorte percorrendo a única senda que lhe resta, a saber, a do uso prático.

A partir dessa possiblidade se abre todo um novo campo de possível investigação:

---

[261] KrV A 797 / B 824.

[262] Kant em KrV A 329 / B 386, chega a admitir que as ideais da razão pura tem um uso teórico regulativo, e assim há um cânon desse uso, pois que devem "servir ao entendimento de *cânone* que lhe permite estender o seu uso e torná-lo homogêneo; por meio deles o conhecimento não conhece, é certo, nenhum objeto, além dos que conheceria por meio dos seus próprios conceitos, mas será melhor dirigido e irá mais longe neste conhecimento." É de se observar que Guéroult, 1954, p.333, ignorando essa passagem, afirma que uma "ausência de uso [prático] faria da razão uma faculdade inútil, o que romperia a harmonia final no sistema de nossas faculdades".

[263] KrV A 797 / B 824.

[264] KrV A 797 / B 824.

[265] KrV A 797 / B 824

a) a prova de que há um interesse prático da razão, na resolução dos problemas que atormentam a razão teórica e se lhe apresentam como insolúveis, tais como: "a liberdade da vontade, a imortalidade da alma e a existência de Deus[266]"; b) que tais problemas têm seu *locus* de resolução na determinação do conjunto dos princípios *a priori* do uso correto da razão em seu uso prático.

Em vista da execução de tal tarefa Kant estabelece que o propósito último da razão na resolução de destes problemas visam ao interesse prático da razão, o interesse moral, que pode ser expresso sinopticamente pela pergunta: o que devo fazer?

Assim, se a razão tem um interesse prático, deve ser possível estabelecer-se um cânon, o conjunto de princípios *a priori* legítimos da faculdade da razão, que ela usa de modo puro para atingir seu interesse prático moral resolvendo concomitantemente aqueles problemas.

Passo contínuo Kant se ocupa em esclarecer que "prático é tudo que é possível através da liberdade[267]", ou seja, prático diz respeito ao agir, ao exercício do livre-arbítrio em oposição ao agir coagido por inclinações sensíveis; e busca apresentar as condições necessárias para o exercício do livre arbítrio, e qual o uso que a razão em tal determinação. Nesse sentido, Kant procura demostrar que a razão pode ou ofertar "leis pragmáticas do comportamento livre para atingirmos os fins que são recomendados pelos sentidos"[268] quanto "leis práticas puras, cujo fim fosse dado completamente *a priori* pela razão e que nos comandassem de maneira absoluta e não empiricamente condicionada, [que] seriam um produto da razão pura"[269]."Leis morais" são unicamente estas últimas. E são só elas que "pertencem ao uso prático da razão e admite um cânon[270]", isto é todo o conjunto dos princípios legítimos da razão em seu uso prático.

Dos elementos apresentados, nessa seção da *Crítica da Razão Pura*, para justificar o interesse prático da razão e a necessidade do estabelecimento de um cânon da razão pura referido ao seu uso prático, Kant extrai a seguinte consequência:

> na elaboração daquilo que poderia denominar-se Filosofia pura, todo o equipamento da razão está de fato unicamente dirigido para os três problemas referidos [a liberdade da vontade, a imortalidade da alma e a existência de Deus. Estes mesmos, no entanto, possuem por sua vez um propósito mais remoto, qual seja: *o que se deve fazer* caso a vontade seja

[266] KrV A 788 / B 826.
[267] KrV A 788 / B 828.
[268] KrV A 800 / B 828.
[269] KrV A 800 / B 828.
[270] KrV A 800 / B 828.

> livre, caso exista um Deus e um mundo futuro. Ora, já que isso se refere ao nosso comportamento com vistas ao fim supremo, então o propósito último da sábia e providente natureza na constituição de nossa razão está propriamente voltado para o moral[271].

Vê-se assim que, se a seção da *Dialética transcendental* tomou como problemáticas as ideias da razão, ou como tendo somente uso regulativo, a seção do *Cânon da razão pura* indica seu foco legítimo à filosofia moral.

Com vistas à determinação da ação moral, o que se disse tem por propósito revelar o *locus* central dos problemas mencionados para o conhecimento de princípios puros práticos. Estes conformam as leis práticas puras, leis morais, a que o interesse da razão prática está voltado. Identificar e estabelecer o conjunto desses princípios *a priori* como pertencentes à razão pura, em vista de prova-los determinantes da ação livre, isto não é tarefa da filosofia transcendental, diz Kant. Daí que acrescente o seguinte, para justificar o tratamento desse assunto, alheio à filosofia transcendental: "Já que focamos nossa atenção sobre um objeto estranho à filosofia transcendental [o uso prático da razão, e seu cânon], impõem-se...[272]".

Uma nota de rodapé explicativa, citada anteriormente, afirma o seguinte:

> Todos os conceitos práticos têm a ver com objetos do agrado e do desagrado, isto é, do prazer e do desprazer, por conseguinte, pelo menos indiretamente com objetos do nosso sentimento. Entretanto, visto que este não é uma capacidade de representação das coisas, mas jaz fora da inteira capacidade cognitiva, assim todos os elementos dos nossos juízos, na medida em que se referem ao prazer ou ao desprazer e, portanto, à filosofia prática, não pertencem ao conjunto da filosofia transcendental, que tem a ver apenas com conhecimentos puros *a priori*[273].

Os motivos a que a nota tem em vista ressaltar para que a filosofia prática, e assim, o sistema da moralidade, não consistam em ser uma filosofia transcendental é o descumprimento dos dois critérios do que pertence ao peculiar âmbito da filosofia transcendental.

À filosofia moral, ao sistema de conhecimentos, que é, pertence conceitos práticos que dizem respeito a objetos do prazer ou desprazer, e assim indiretamente a objetos de nosso sentimento, que são empíricos. Assim, na medida em que o sistema de conhecimentos atinente a filosofia moral comporta conceitos que são relacionados a elementos empíricos, como objetos prazer ou desprazer, a filosofia moral é excluída da filosofia transcendental

---

[271] KrV A 801 / B 829.
[272] KrV A 801 / B 829.
[273] KrV A 801 / B 829.

porque não cumpre o que exigem o primeiro critério acima mencionado para que tal seja o caso, qual, seja, lidar somente com conhecimentos puros a priori, sem que no seu sistema entrem quaisquer conceitos contendo algo de empírico.

Mas a passagem não nos mostra Kant tratando apenas do descumprimento do primeiro critério. À filosofia moral pertencem juízos que comportam elementos, conceitos, que se referem ao prazer e desprazer, e assim ao menos indiretamente com objetos de nossos sentimentos. Assim, à esfera da moral, do conhecimento prático, pertence o sentimento. Contudo, à esfera do sentimento não pertence a capacidade representativa das coisas, ele não é um poder cognitivo e representativos de coisas.

Logo, a filosofia moral não é uma filosofia transcendental porque não cumpre o segundo critério exigido para que tal seja o caso, isto é, ocupar-se estritamente com o que reza a sua definição de conhecimento transcendental, isto é,:[274] *com o modo pelo qual conhecemos que e como certas, e somente estas* representações, as intuições e conceitos, podem ser conhecidas *a priori* e aplicadas ao conhecimento *a priori* de objetos.

Duas passagens-chave podem encaminhar o nexo entre o que nosso breve capítulo estabeleceu e suas conclusões. A primeira é a já utilizada "a filosofia transcendental somente se ocupa de conhecimentos *a priori* puros"[275]; a segunda, constante da *Introdução*, afirma: "A filosofia transcendental é, portanto, uma sabedoria mundana da razão pura meramente especulativa"[276].

---

[274] Loparic, 1999, pp. 26-27, busca demostrar que Kant na *Crítica da Razão Pura* Kant sustenta uma "visão demasiada estreita de filosofia transcendental", confinada à investigação que aí atribui ser pertinente ao conhecimento transcendental, usando-a para descaracterizar a filosofia moral como filosofia transcendental. Segundo Loparic essa visão estrita de Kant de filosofia transcendental liga-se ao fato de que ele na primeira *Crítica* só se perguntar pelas condições semânticas envolvidas na resolução de como são possíveis juízos sintéticos teóricos. Ademais, defende que após a *Crítica da Razão Pura*, Kant amplia seu conceito de filosofia transcendental, ao buscar responder as questões semânticas envolvidas na pergunta de acerca de como são possíveis juízos sintéticos a priori práticos, estéticos e teleológicos. Perez, 1996, pp. 14-18, aderindo à proposta semântica de Loparic, além de demonstrar o anterior, busca dar um passo a mais: mostrando que Kant também amplia seu conceito de filosofia transcendental na medida em que busca responder a questão de como são possíveis juízos sintéticos a priori em referência à História e ao Direito. Beck, 1963, pp. 9-10, em chave interpretativa distinta, sustenta que Kant, apesar de nunca explicitamente incluir a filosofia moral na filosofia transcendental, implicitamente acabará por inclui-la, na medida em que amplia o seu conceito de filosofia transcendental. A observação de Beck de que Kant nunca inclui explicitamente a filosofia moral na filosofia, apesar dele não a tematizar, nos conduz a seguinte questão: a dificuldade de encontrar também passagens nas obras de Kant em ele explicitamente manifeste estar ampliando seu conceito de filosofia transcendental frente ao conceito restrito que apresenta na *Crítica da Razão Pura*. E de se observar que em nas principais obras de Kant, a *Crítica da Razão Pura* (1781-7); a *Crítica da Razão Prática (KpV)* (1788); a *Crítica da Faculdade do Juízo(KU)* (1790); a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes (GMS* (1785);a *Metafísica dos Costumes(MS*); Os *Princípios metafísicos da ciência da natureza (MAN)* (1786); os *Progressos(FM)* (1804); os *Prolegômenos(Prol)* (1783) e a *Lógica(Log)* (de Jäsche) (1800), ele não faz nenhuma menção explícita a outro conceito de filosofia transcendental que não seja, o estrito e restrito conceito que estabelecera na *Crítica da Razão Pura*.

[275] KrV A 801/ B 829.

[276] KrV A15 / B 29

"A filosofia transcendental somente se ocupa com o conhecimento *a priori* puro": com isso indica-se e delimita-se o conhecimento *a priori* de objetos de uma experiência possível. Mais: Kant afirma que a filosofia transcendental não trata do que deve ser - ela diz respeito ao "que "é"[277]. A proposição aponta, pois, diretamente para aquilo de que a filosofia transcendental se ocupa: o conhecimento *a priori* puro das intuições e conceitos, a possibilidade de se referirem *a priori* a objetos da experiência, o conhecimento oriundo de representações puras *a priori*. A filosofia moral não é filosofia transcendental – e não porque seus conceitos fundamentais e princípios supremos não sejam *a priori*, mas porque não têm por finalidade o conhecimento das representações denominadas intuições e conceitos. A moralidade não se interessa pela aplicação das representações fornecidas pela sensibilidade e pelo entendimento para o conhecimento *a priori* de objetos de uma experiência possível, conhecimento do "que é". O conhecimento buscado pela moral concerne aos conceitos práticos, e isto desde a medida em que possam originar princípios puros *a priori* que determinam vontade à ação moral.

Diferença fundamental fica assim estabelecida entre conhecimentos teóricos, que "têm a ver" com o transcendental, e conhecimentos práticos:

> Os conhecimentos práticos são ou bem: 1) *imperativos* e, nesta medida, opostos aos conhecimentos *teóricos*; ou bem contêm: 2) *as razões para possíveis imperativos* e, nesta medida, opõem-se aos conhecimentos *especulativos*. Pois os conhecimentos teóricos são aqueles que enunciam, não o que deve ser feito, mas o que é; portanto, os que têm por objeto *não um agir*, mas um ser[278].

O eventual conhecimento prático haurido desde a moral faz ponte com o sentimento (guarda relação com prazer e desprazer); dá-se por atuação direta dos princípios conhecidos pela razão pura prática sobre a faculdade da vontade. Elementos estranhos à capacidade cognitiva entram aí em jogo.

Frise-se bem: uma concepção específica e restrita de conhecimento transcendental – a saber, o que descobre elementos *a priori* constitutivos da possibilidade de conhecimento objetivo *a priori*, e passível *de ser intuído* – perpassa os critérios apresentados na *Crítica da Razão Pura* que distinguem o pertinente e o impertinente à filosofia transcendental. Restringe-se, pois, a filosofia transcendental àquelas representações que possibilitam conhecimento *a priori* de objetos de uma experiência possível e, pois, ao domínio da natureza,

[277] Log IX: 134-5
[278] KrV A 801 / B 829.

do ser. O domínio do agir está excluído da filosofia dita transcendental. Daí que seja (a filosofia transcendental) "sabedoria mundana da razão pura meramente especulativa"[279].

Uma vez mais, procederemos "sistematizando" os resultados obtidos. Conclui-se, pois, a investigação dos motivos da exclusão da filosofia moral da filosofia transcendental. O rol de conclusões pode ser assim formulado:

a) a *Crítica da Razão Pura* opera a partir de critérios de distinção entre o que pertence ao âmbito investigativo da filosofia transcendental e o que leva à exclusão da filosofia moral do âmbito da filosofia transcendental – enfatize-se o recurso de rigor a *critérios* claramente delineados e expressos. É esse recurso que permite inferir teses relevantes para a interpretação aqui pretendida;

b) incidentalmente, como acabamos de adiantar, obtém-se que a investigação empreendida nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental*, conforme o expresso naqueles critérios, pertence à filosofia transcendental;

c) segundo o primeiro critério kantiano, a *Crítica da Razão Pura* é uma filosofia transcendental, de onde se compreende que seja excluída a moral;

d) quanto ao segundo critério, sua relevância reside em expor concepção restrita de conhecimento transcendental;

f) essa concepção de conhecimento transcendental restringe, por sua vez, o próprio (e o que pertence ao próprio) *da filosofia transcendental*. Esta investiga o modo como nosso conhecimento *a priori* de objetos é adquirido, a partir do conhecimento da origem *a priori* das representações chamadas conceitos e intuições. Assim a filosofia transcendental se forja como sistema de conceitos. O conhecimento transcendental expresso pelo segundo critério estabelece, pois, a necessária referência a uma possível experiência *a priori* de *objetos*;

g) o que é visado, propriamente, pelo empreendimento transcendental é o conhecimento de que é oferecido à razão pelas representações denominadas intuições e conceitos, e como o fazem. Sua aplicação *a priori* ao conhecimento de objetos da experiência é determinante;

h) *Estética transcendental* e *Analítica transcendental* constituem-se nas divisões da *Crítica da Razão Pura* em que o todo do conhecimento transcendental é adquirido e, por isso, respondem pela caracterização da obra como filosofia transcendental;

i) diz-se filosofia transcendental de um sistema do conhecimento *a priori* inteiramente

[279] KrV A 15 / B 29.

puro, cujos princípios não apresentam, pois, nenhuma referência a conceitos empíricos;

j) restrita ao conhecimento teórico, a filosofia transcendental é "sabedoria mundana da razão pura meramente especulativa"[280] – e, aqui, o caráter especulativo elide a órbita prática e indica a delimitação propriamente transcendental;

k) o *Cânon da razão pura* trata da filosofia moral em vista ao estabelecimento do uso puro de suas ideias da razão no âmbito prático – prepara, pois, o conjunto sistemático, sem com isso associar a moral à filosofia transcendental; abordando "assunto estranho à filosofia transcendental", o *Cânon* ocupa-se de possível uso daquelas ideias da razão num sistema de conhecimentos a priori e, assim, trata, preparatoriamente, da Metafísica dos Costumes, ciência pertencente ao sistema da razão pura, mesmo que não consista em ser uma filosofia transcendental;

n) a filosofia moral, concebida como Metafísica dos Costumes, não preenche os critérios necessários para caracterizar-se como filosofia transcendental; é, contudo, considerada como sistema de conhecimento *a priori*: seus princípios supremos são conhecidos *a priori* a partir de conceitos fundamentais encontrados na própria razão pura, em função de um interesse prático. A referência a conceitos empíricos não subordina, mas restringe; não será, pois, filosofia transcendental, pertencendo embora ao sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica;

p) o sistema da razão pura poderá conter outras ciências. Se os princípios supremos e conceitos fundamentais dessas ciências forem conhecidos *a priori* pela razão pura as, como a moral, não obedecerem aos critérios aventados para sua caracterização como filosofia transcendental, pertencerão ao sistema da razão pura sem se caracterizarem como filosofia transcendental.

3.4. Das conclusões alcançadas e suas implicações para a revisão da solução ofertada ao enigma exposto no segundo capítulo

Dadas todas as constatações feitas neste capítulo fica claro que:

a) Kant, na *Crítica da Razão Pura*, exclui a possibilidade de que a moralidade pura pertença à investigação da filosofia transcendental porque não pertence à alçada de

[280] KrV A 15 / B 29.

uma investigação que seja conforme aos requisitos e propósitos que lhe são peculiares;

b) a exclusão da moralidade pura do âmbito de investigação da filosofia transcendental implica que ao menos uma das ciências filosóficas e metafísicas que devem integrar o sistema da razão pura não tem o *status* de filosofia transcendental;

c) Kant concebe que a investigação empreendida na *Crítica da Razão Pura*, nas seções da *Estética transcendental e da Analítica transcendental*, concede a estas *status* de peculiar de filosofia transcendental devido ao conhecimento transcendental aí adquirido.

Resumida e memorativamente, a dificuldade interpretativa ou o enigma apresentado no segundo capítulo obteve a seguinte resolução: a *Crítica da Razão Pura* deveria ser considerada como tendo o *status* geral de uma obra de metafísica concebida como crítica transcendental, com um duplo escopo geral, um avaliatório e outro propedêutico ao sistema da razão pura, o qual seria executado posteriormente a ela. Este último seria um sistema de filosofia transcendental e, assim, um sistema de metafísica doutrinal composto por duas ciências principais, a Metafísica da Natureza e a Metafísica dos Costumes – a primeira ainda teria algumas divisões; a outra não as teria. Todas as ciências pertencentes ao sistema da razão pura teriam o *status* de filosofia transcendental.

Em sendo assim, devido às conclusões a que chegamos neste capítulo, percebe-se que a resolução provisória ofertada ao enigma no segundo capítulo deve ser revista de modo a que seja encontrada explicação para o fato de Kant sustentar, por um lado, que a *Crítica da Razão Pura* deve ser denominada crítica transcendental e não filosofia transcendental, e, por outro, sustente que já é uma filosofia transcendental devido ao que executa estritamente nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* ao efetuar o conhecimento transcendental. Ademais, a resolução ofertada no segundo capítulo deve ser revista no sentido de também corrigir a solução então oferecida, a saber, de que o sistema da razão pura deveria ser identificado, em sua integralidade, a um sistema da filosofia transcendental, e isso porque, como ficou evidenciado no presente capítulo, uma das ciências em que esse sistema se divide, a Metafísica dos Costumes, inviabiliza aquela identificação, por não ser uma filosofia transcendental. A revisão da solução ofertada no segundo capítulo deve implicar uma prévia resposta a duas questões: afora a Metafísica dos Costumes, as ciências pertinentes ao sistema da razão pura, em que a *Metafísica Natureza* se subdivide, são concebidas, cada qual, por Kant, como filosofia transcendental?

Como podemos entender que Kant possa considerar, no item VII da *Introdução*, que a *Crítica da Razão Pura* deva ser denominada crítica transcendental como propedêutica à filosofia transcendental, executada no sistema da razão pura que lhe sucede, e, por outro, como demonstramos ser o caso neste capítulo, que considere ser a filosofia transcendental realizada nas seções da *Crítica da Razão Pura* denominadas *Estética transcendental* e *Analítica transcendental*?

O próximo capítulo deve ocupar-se de responder à primeira questão, o que seu sucedâneo tem por propósito responder à segunda questão.

4. DA IMPOSSIBILIDADE DE AS CIÊNCIAS QUE PERTENCEM À METAFÍSICA DA NATUREZA, EXCETO A ONTOLOGIA, TEREM O *STATUS* DE FILOSOFIA TRANSCENDENTAL

O propósito deste capítulo consiste em encontrar uma resposta à seguinte questão: é o caso de que cada uma das partes em que a Metafísica da Natureza (como uma das duas divisões gerais do sistema da razão pura) é concebida por Kant como filosofia transcendental? Sustenta-se que, exceto a Ontologia, nenhuma das ciências consideradas por Kant como partes da Metafísica da Natureza – da qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica – pode ser considera como filosofia transcendental.

Para fundamentar a afirmação acima, esclarece-se os motivos que conduzem à impossibilidade de que as duas ciências que pertencem à divisão da Metafísica da Natureza denominada fisiologia imanente, a saber, a *Psicologia Racional* e a *Física Racional*, sejam consideradas filosofias transcendentais e, em seguida, faze-se o mesmo quanto à *Cosmologia transcendente* e à *Teologia transcendente*, componentes do outro ramo da Metafísica da Natureza, a Fisiologia transcendente.

O passo final, consequente com o procedimento negativo anterior, consiste em, positivamente, mostrar que e em que sentido a Ontologia é a única parte da Metafísica da Natureza a ser considerada *filosofia transcendental*.

4.1. Da impossibilidade de as ciências da fisiologia imanente serem filosofias transcendentais

Quando atentamos para o sistema da razão pura, constatamos que é constituído por uma Metafísica dos Costumes e uma Metafísica da Natureza e que esta última se subdivide em várias ciências, cada uma com propósito específico. Na *Arquitetônica da razão pura*, Kant apresenta sua integral concepção de filosofia da razão pura, que vale citar em sua completude:

> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori*, e denomina-se *crítica*, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*. Este último nome, contudo, também pode ser dado a toda a filosofia pura incluindo a crítica, a fim de abarcar tanto a investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido *a priori* quanto

> também a exposição daquilo que perfaz um sistema de conhecimentos filosóficos puros desta espécie, porém distinto de todo uso empírico e de todo o uso matemático da razão[281].
>
> A Metafísica [como sistema da razão pura[282]] divide-se na do uso especulativo e na do uso prático, sendo, portanto, ou metafísica da natureza ou metafísica dos costumes[283]. (...) A parte especulativa da metafísica, (...) a que denominamos filosofia da natureza, a qual considera tudo na medida em que é (não o que deve ser), a partir de conceitos *a priori*, divide-se da seguinte maneira. A Metafísica, assim chamada em seu sentido mais estrito, consiste na filosofia transcendental e na fisiologia da razão pura. A primeira considera apenas o entendimento e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral sem admitir objetos que *sejam dados* (ontologia); a segunda considera a natureza, isto é, o conjunto dos objetos *dados* (sejam dados aos sentidos, sejam dados, se se quiser, a uma outra espécie de intuição), e é portanto uma fisiologia (se bem que tão somente *rationalis*). Ora, o uso da razão nesta consideração racional é físico ou hiperfísico, melhor ainda, imanente ou transcendente. O primeiro volta-se para a natureza na medida em que seu conhecimento pode ser aplicado na experiência (in concreto), o segundo para aquela conexão dos objetos da experiência que ultrapassa toda a experiência. Consequentemente, esta fisiologia transcendente possui como seu objeto ou uma conexão interna ou uma externa, mas ambas ultrapassando a experiência possível; aquela é a fisiologia da natureza inteira, ou seja, *o conhecimento transcendental do mundo*, ao passo que a última constitui a fisiologia da interconexão da natureza inteira com um ente superior à natureza, ou seja, *o conhecimento transcendental de Deus*[284].
>
> A fisiologia imanente, em contrapartida, encara a natureza como o conjunto de todos os objetos dos sentidos, portanto, tal como nos é dada, mas unicamente segundo condições *a priori* sob as quais nos pode em geral ser dada. Só há, entretanto, dois tipos de objetos da fisiologia imanente. 1. Os dos sentidos externos, portanto, o conjunto de tais objetos, a *natureza corpórea*. 2. O objeto do sentido interno, a alma, e de um modo geral, segundo os nossos conceitos fundamentais da mesma, a *natureza pensante*. A metafísica da natureza corpórea chama-se *Física*, mas por dever conter tão-somente os princípios *a priori* da natureza, *física racional*. A metafísica da natureza pensante denomina-se *Psicologia*, e devido ao mesmo motivo aduzido supra só se deve compreender aqui o conhecimento racional da *natureza pensante*.
> Em consequência disto, o sistema inteiro da Metafísica consiste em quatro partes principais: 1. na *ontologia*, 2. na *fisiologia racional*, 3. na *cosmologia racional*, 4. na *teologia racional*. A segunda parte, a saber, a doutrina da natureza advogada pela razão pura, contém duas subdivisões: a physica rationalis e a psychologia racionalis.[285]

Como se pode observar, a filosofia transcendental é explicitamente relacionada a uma única parte da Metafísica da Natureza: a *Ontologia*. Ademais, Kant, ao referir-se às suas

[281] KrV A 841 / B 869.
[282] Colchetes como acréscimo nosso.
[283] KrV A 841 / B 869.
[284] KrV A 845 / B 873.

outras duas divisões, não menciona o adjetivo "transcendental" em nenhum momento no título que concede a cada qual. Isso não é gratuito. Kant divide a Metafísica da Natureza inicialmente em duas partes: uma Ontologia e uma fisiologia da razão pura. A fisiologia considera a natureza, isto é, o conjunto de objetos *dados*, e se divide em fisiologia imanente e fisiologia transcendente. O uso da razão nessa consideração racional da natureza é físico ou hiperfísico. O primeiro tem por objeto a natureza. A fisiologia imanente considera a natureza como o conjunto de todos os objetos dos sentidos tais como nos são *dados*, mas só na medida em que nos são dados sob as condições *a priori* que unicamente permitem que sejam dados. Trata-se do tempo, forma do sentido interno, no caso do que será denominado *Psicologia Racional*, e do espaço e tempo quanto à *Física Racional*. Assim, dois objetos são dados, os do sentido externo e os do sentido interno. O conjunto dos objetos externos é a natureza corpórea, e o objeto do sentido interno é a alma em geral, como natureza pensante. A parte, a ciência, da Metafísica da Natureza que trata da natureza corpórea será chamada *Física Racional* porque deve conter os princípios extraídos da razão para o conhecimento *a priori* da natureza corpórea. A metafísica da natureza pensante deve ser chamada *Psicologia Racional*, porque deve conter princípios extraídos da razão para o conhecimento *a priori* da natureza pensante (do "eu", isto é, da alma que pensa).

Como salta à vista, há, aqui, duas ciências que tratam de objetos *dados* aos sentidos e, assim, *a posteriori*, e que visam conhecê-los mediante princípios *a priori*.

Kant, como que atento a que seus leitores, ao se depararem com tais afirmações, viessem a questionar como isso é possível, antecipa-lhes, fazendo duas perguntas:

> Como posso esperar um conhecimento *a priori*, portanto, uma Metafísica, de objetos na medida em que são dados aos nossos sentidos, e, portanto, a posteriori? E como é possível conhecer, segundo princípios *a priori*, a natureza das coisas e chegar a uma fisiologia racional[286]?

Dar uma resposta adequada a tais questões não é, para Kant, de somenos importância; trata-se de conhecer, *a priori*, a natureza de objetos já dados aos sentidos e, assim, *a posteriori*, o que parece ir contra tudo o que parece ter sugerido já na *Introdução* da *Crítica da Razão Pura*, ou seja, que, a partir de conceitos *a posteriori*, só podemos obter juízos *a posteriori* e, assim, conhecimentos *a posteriori*, ou seja, não universais e não necessários.

---

[285] KrV A 846 / B 874.

A resposta que dá aos questionamentos acima é a seguinte:

> Da experiência nada mais tiramos do que o necessário para nos darmos um objeto do sentido tanto externo quanto interno. O objeto do sentido externo nos é dado pelo mero conceito de matéria (extensão inanimada e impenetrável), o do interno pelo conceito de ente pensante (na representação interna empírica: eu penso). De resto, em toda a metafísica destes objetos teríamos de nos abster de todos os princípios empíricos que pretendessem acrescer ainda outra experiência a estes conceitos, visando a partir disto pronunciar juízos a respeito destes objetos[287].

Nos *Princípios*, após ter discorrido sobre o que caracteriza uma genuína Metafísica da Natureza, indicando que a *Crítica da Razão Pura*, até o *Sistema dos princípios da razão pura*, "é a parte transcendental da metafísica da natureza", passa a discorrer acerca de duas ciências particulares e constritivas da Metafísica da Natureza, a metafísica da "natureza pensante" e a da "natureza corpórea". Nesse momento, Kant, de modo similar ao que fizera na *Crítica da Razão Pura*, ocupa-se em justificar como seriam possíveis que essas duas ciências acerca de objetos já *dados* aos sentidos (e que partem de conceitos empíricos em seus princípios fundamentais) pudessem constituir-se em sistema de conhecimentos *a priori*. A justificação que Kant oferta é que só são possíveis ciências metafísicas "de uma natureza particular desta ou daquela espécie de coisas, de que se ofereceu um conceito empírico" se

> (...) afora o que reside neste conceito, nenhum outro princípio se empregue para o conhecimento das mesmas (por exemplo, ela toma como fundamento o conceito empírico de uma matéria, ou de um ser pensante, e busca o âmbito do conhecimento que a razão é capaz *a priori* acerca destes objetos)[288].

Como se pode notar, as ciências que constituem a fisiologia imanente são estabelecidas na medida em que seus objetos são dados mediante um conceito empírico, acerca do qual se busca conhecer as condições *a priori* segundo as quais eles podem ser conhecidos sem apelo a qualquer outro conceito empírico. Os princípios fundamentais dessas ciências devem tirar seus objetos de alguma representação empírica dada nos sentidos e, feito isso, estabelecer as condições universais *a priori* que possibilitam seu conhecimento *a priori*. No caso da metafísica da natureza pensante, por exemplo, o sentido interno deve ofertar a representação empírica "eu penso", e assim um conceito empírico de eu, de alma, e os

---

[286] KrV A 846 / B 876.
[287] KrV A 846 / B 876.
[288] MAN IX: 9-10.

princípios fundamentais dessa ciência devem estabelecer unicamente as condições *a priori* que propiciem que a alma seja conhecida *a priori*, não devendo nenhuma delas ser um conceito empírico. No caso da metafísica da natureza corpórea, o sentido externo deve ofertar, por exemplo, a representação de uma matéria como extensão inanimada e impenetrável, e assim o conceito empírico de corpo, e os princípios dessa ciência devem buscar estabelecer as únicas condições universais *a priori* que podem determinar seu conhecimento *a priori*, não devendo nenhuma delas ser um conceito empírico.

Quando nos deparamos com o fato de que tanto uma quanto outra das ciências acima mencionadas se configuram desse modo, de imediato observamos que, sob esses aspectos, elas se assemelham à ciência da moralidade pura, onde também isso ocorre. Como esta última não pode ser identificada à filosofia transcendental, surge a suspeita de que o mesmo deve ocorrer em relação àquelas outras duas ciências.

De fato essa suspeita se confirma ao advertirmos que, na *Crítica do Juízo*, Kant relaciona (como semelhantes) o modo como a ciência da moralidade pura e a ciência da metafísica corpórea se configuram no que respeita à peculiaridade de seus princípios e estabelece uma diferença destes frente ao modo como uma filosofia transcendental os estabelece.

> Um princípio transcendental é aquele pelo qual é representada *a priori* a condição universal, sob a qual apenas as coisas podem ser objetos do nosso conhecimento em geral. Em contrapartida, um princípio chama-se metafísico se representa *a priori* a condição, sob a qual somente os objetos, cujo conceito tem que ser dado empiricamente, podem ser ainda determinados *a priori*. Assim é transcendental o princípio do conhecimento dos corpos como substância e como substâncias suscetíveis de mudança se com isso se quer dizer que a sua mudança tem que ter uma causa; é porém metafísico, se com isso se significar que sua mudança tem que ter uma causa *exterior*. A razão é que, no primeiro caso, para se conhecer a proposição *a priori*, o corpo só pode ser pensado mediante predicados ontológicos (conceitos do entendimento puro), por exemplo, como substância; porém, no segundo, o conceito empírico de um corpo (como de uma coisa que se move no espaço) tem que ser colocado como princípio dessa proposição, embora então possa ser compreendido completamente *a priori* que o último predicado (do movimento somente por causas externas) convém ao corpo. [...] O princípio de conformidade a fins prático, que tem que ser pensado na ideia de uma determinação de uma *vontade* livre, seria um princípio metafísico, porque o conceito de uma faculdade de apetição, enquanto conceito de uma vontade, tem que ser dado empiricamente (não pertence aos predicados transcendentais). Contudo, ambos os princípios não são empíricos, mas sim princípios *a priori*. É que não é necessária uma ulterior experiência para a ligação do predicado com o conceito empírico do sujeito dos seus juízos,

> mas, pelo contrário, tal ligação pode ser compreendida completamente *a priori*.[289].

Mediante a passagem acima, podemos observar que Kant compreende como semelhantes os tipos de princípios constitutivos da ciência da moralidade, na *Crítica da Razão Pura* concebida como Metafísica dos Costumes, e os princípios constitutivos da ciência da natureza corpórea e, ainda, uma diferença destes para com os princípios constitutivos da filosofia transcendental e, em assim procedendo, estabelece outras duas diferenças. A primeira diz respeito ao âmbito investigativo peculiar a que a filosofia transcendental deve ater-se e sua diferença para com os âmbitos investigativos a que a moralidade pura e a metafísica corpórea devem ater-se. A segunda diz respeito à natureza peculiar dos princípios da filosofia transcendental e o dessas outras duas ciências.

No que respeita à primeira diferença, o que se observa é que Kant estabelece que o âmbito investigativo da filosofia transcendental se restringe ao estabelecimento de princípios que representem *a priori* as únicas e necessárias condições universais (predicados ontológicos, categorias puras do entendimento) mediante as quais as coisas podem vir a ser objetos de conhecimento, pois no exemplo que dá a substância e a causalidade determinam o modo de existir das coisas como objetos a serem conhecidos e constituídos como tal e, por isso, seus princípios são *transcendentais*. A moralidade pura se diferencia da filosofia transcendental sob esse aspecto porque não se ocupa em estabelecer princípios *a priori* referentes à determinação das coisas, mas, mediante a representação de uma vontade afetada, busca estabelecer as únicas condições universais que podem conduzi-la a ser determinada de modo *a priori*, e por isso seus princípios são *metafísicos* e não "transcendentais". A metafísica da natureza corpórea se diferencia da filosofia transcendental porque se ocupa em estabelecer, por exemplo, a partir da representação empírica dada aos sentidos externos, matéria extensa inanimada e impenetrável, o conceito de corpo, como um objeto já dado, devendo os seus princípios buscar estabelecer as únicas condições universais *a priori* que viabilizem conhecê-lo *a priori* (princípios metafísicos).

Percebe-se grande diferença entre a filosofia transcendental e a metafísica corpórea no que diz respeito ao objeto que cada qual pretende conhecer: para a primeira, trata-se dos objetos em geral que *podem vir a ser dados* aos sentidos; para a segunda, os objetos *já são* dados aos sentidos. Ademais, os princípios da filosofia transcendental visam estabelecer as condições universais *a priori* que permitem que objetos em geral venham a ser dados,

[289] KU IV: BXXIX-XXX.

conhecidos e constituídos como objetos em geral de uma intuição empírica, enquanto os da metafísica da natureza corpórea visam estabelecer as únicas condições universais *a priori* que permitem que um objeto *já dado* possa ser conhecido *a priori* e, por isso seus princípios são metafísicos.

Mediante tais diferenças, Kant estabelece que um princípio transcendental é aquele que deve se utilizar de um conceito *a priori* do entendimento com uma condição universal determinante para o conhecimento do que possam vir a ser objetos a serem dados aos sentidos, devendo tais conceitos ser considerados ontológicos porque determinam o *modo de ser* e de *existir* dos objetos em geral que podem vir a ser dados aos sentidos[290]. Pode-se, pois, dizer que esses princípios, por serem *a priori*, são também metafísicos, mas, mais do que isso, são *a priori* numa modalidade diferente de qualquer outro princípio metafísico *a priori* que estabeleça condições *a priori* para o conhecimento de um objeto já dado aos sentidos, pois que as condições universais *a priori* daqueles princípios são conceitos ontológicos que permitem determinar o conhecimento *a priori* dos objetos em geral que podem vir a ser dados em uma experiência possível, isto é, tais conceitos são os que permitem a formulação de "princípios do entendimento que antecipam a experiência"[291]. Assim a função dos conceitos ontológicos na determinação dos princípios transcendentais ocasiona não só que estes devem receber uma nomenclatura diferente, mas aponta para suas fundamentais diferenças com a de outros tipos de princípios *a priori*, e assim também metafísicos, de que a razão se utiliza para conhecer objetos já dados.

Na passagem imediatamente acima, Kant não se refere à metafísica da natureza pensante, mas constata-se que o que ele sustenta a respeito é semelhante ao que sustenta na última passagem sobre a moralidade pura e a metafísica da natureza corpórea, no que refere a distingui-las quanto ao que é pertinente à investigação da filosofia transcendental e à constituição de seus princípios; deve-se considerar que, por analogia, as consequências a tirar destas, mediante o que foi estabelecido acima, também devem valer para o que se pode estabelecer acerca daquela.

Das considerações acima, podemos extrair as seguintes consequências:

a) A filosofia transcendental deve se ocupar com o estabelecimento de princípios que representem *a priori* as únicas condições universais mediante as quais as coisas em

[290] Cf. KrV A 160 / B190. "Na aplicação dos conceitos puros do entendimento a uma experiência possível, o uso de sua síntese é matemático ou dinâmico: tal síntese vai em parte à intuição, e em parte à existência de um fenômeno em geral".
[291] KrV A 762 / B 790.

geral podem vir a ser conhecidas como objetos; devido a isso, seus princípios são transcendentais;

b) quando a filosofia transcendental se ocupa de estabelecer como objetos em geral podem *vir a ser conhecidos* na modalidade de corpos, ela o faz mediante as únicas condições universais *a priori* de sua cognoscibilidade e, para tanto, utiliza-se de alguns dos conceitos puros do entendimento, considerados predicados ontológicos; quais sejam categorias já esquematizadas;

c) tanto a moralidade pura, quanto as duas ciências que pertencem à divisão da metafísica da natureza, no que respeita à fisiologia imanente, a ciência da natureza corpórea, isto é, a Física Racional, e a ciência da natureza pensante, isto é, a Psicologia Racional, assemelham-se no que diz respeito ao estabelecimento de objetos investigativos e princípios, ainda que estes sejam diferentes;

d) nenhuma dessas ciências deve ser considerada como tendo o *status* de filosofia transcendental, porque nem seus objetos, nem seus princípios se assemelham àqueles peculiares a uma filosofia transcendental.

e) na medida em que essas filosofias são metafísicas, é ilícito pertencerem ao sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, mas não é lícito considerá-las filosofias transcendentais.

Impõe-se, agora, a necessidade de investigar se as outras duas partes em que se divide a Metafísica da Natureza, isto é, às atinentes à fisiologia transcendente, podem ser consideradas filosofias transcendentais.

4.2. Da impossibilidade de considerar a Cosmologia Racional e a Teologia Racional como filosofias transcendentais

Para a investigação almejada, deve-se ter presente os seguintes pontos: (a) a Metafísica da Natureza contém uma fisiologia da razão pura; (b) uma fisiologia em geral é uma parte da Metafísica da Natureza que "considera a *natureza* como um conjunto de objetos *dados* (sejam eles dados aos sentidos, ou se se quiser, a outro tipo de intuição)"; (c) essa fisiologia não é empírica, mas racional: ela estuda a natureza do ponto de vista da razão; (d) essa fisiologia pode ser imanente ou transcendente; (e) a fisiologia transcendente é uma *Cosmologia Racional*, ou uma *Teologia Racional*; (e1) a *Cosmologia Racional* é a fisiologia de toda a natureza, ou seja, da natureza em sua totalidade, e consiste no conhecimento transcendental do mundo; (e2) a *Teologia Racional* é a fisiologia da interconexão de toda a

natureza, isto é, da natureza como um todo, com um ente que está acima dessa, ou seja, é o conhecimento transcendental de Deus; (f) o uso transcendente da razão na *Cosmologia Racional* tem por propósito estabelecer uma conexão interna entre os objetos da natureza que ultrapassa todo o conhecimento que o entendimento pode adquirir em uma experiência possível, tal conexão deve vincular os objetos da natureza com a ideia de sua totalidade. Como essa conexão não é encontrada pelo entendimento em uma experiência possível, deve-se buscar conhecer essa conexão por meios estritamente racionais, devendo ela, contudo, auxiliar o entendimento na busca do conhecimento da natureza, como o conjunto dos objetos dados aos sentidos; (g) o uso transcendente da razão na *Teologia Racional* tem por propósito estabelecer uma interconexão entre a própria natureza em seu todo com algo que lhe é externo, Deus, ou melhor, a ideia de Deus. Como essa interconexão não é encontrada em uma experiência possível deve-se buscar conhecer essa conexão por meios estritamente racionais, devendo ela, contudo, auxiliar o entendimento no conhecimento da natureza em geral, como o conjunto dos objetos dados aos sentidos.

Dados esse pontos, chega-se à formulação de uma questão: a *Cosmologia Racional* e a *Teologia Racional*, como delineadas acima, podem ser consideradas cada qual como filosofia transcendental?

Para decidir sobre essa questão, é necessário responder a outra: é possível encontrar, no texto kantiano, elementos que permitam que metafísicas caracterizadas nesses termos possam ser consideradas científicas?

Duas respostas são, aqui, possíveis, uma negativa e outra positiva.

Existem duas possibilidades de responder negativamente à questão: a primeira consiste em apelar para a própria caracterização que Kant oferece de Cosmologia Racional e de Teologia Racional, demonstrando que estas não podem ser consideradas ciências porque tais caracterizações correspondem às atribuídas às metafísicas que a própria *Crítica da Razão Pura* impugna como verdadeiras na seção da *Dialética transcendental*. A segunda consiste em apelar à caracterização que Kant oferta de sistema da razão pura e demonstrar que nela já está excluída a possibilidade de que a fisiologia transcendente seja considerada filosofia científica que lhe pertence, sendo, contudo, uma metafísica ilusória, ou uma metafísica que tem aparência de ciência, mas não é.

As caracterizações kantianas na *Arquitetônica da razão pura* acerca da Cosmologia Racional e da Teologia Racional são sucintas e não muito explicativas.

Em sendo assim, pode-se interpretar que Kant, caracterizando a Cosmologia Racional como conhecimento transcendental do mundo e afirmando que a razão tem uso

transcendente na busca do conhecimento de conexões internas entre os próprios objetos com a ideia de mundo, fá-lo com o propósito de provar por meios unicamente racionais a efetiva existência dessas conexões.

Já no que diz respeito à *Teologia Racional*, podemos interpretar que Kant, em afirmando que ela pretende conhecer *transcendentalmente* a Deus, bem como à conexão entre Deus e a natureza em geral, fá-lo com o intuito de provar a existência efetiva de Deus e de sua conexão com o conjunto dos objetos que nos são dados aos sentidos, isto é, com a natureza em geral.

Em interpretando desse modo a passagem acima, a fisiologia seria transcendente segundo os moldes da metafísica dogmática – impugnada pela *Dialética transcendental*, que mostrou seu caráter ilusório ou fictício.

Sendo assim, pergunta-se: com que legitimidade Kant incluiria tais metafísicas da fisiologia transcendente no sistema da razão pura? Ou será que Kant não as inclui?

Uma explanação do segundo modo – mencionado acima – de impugnar a viabilidade dessas metafísicas nos ofertará os elementos para uma resposta.

Lembremos como Kant enuncia a caracterização de sistema da razão pura:

> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori*, e denomina-se *crítica*, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*[292].

A passagem acima dá margem a duas interpretações que, aqui, interessa ressaltar. A primeira é que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema da razão pura, composto por ciências metafísicas que detêm o conhecimento filosófico verdadeiro a partir da razão pura. Por outro lado, a *Crítica da Razão Pura* é também propedêutica à detecção de metafísicas que fornecem a aparência de conhecimento, as quais devem ser excluídas do sistema da razão pura (ciência). A segunda interpretação possível é que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema da razão pura, isto é, a um sistema de ciências metafísicas, e cada uma delas deve conter tanto o conhecimento filosófico verdadeiro quanto o aparente, a partir da razão pura. Nesse caso, isso deveria ser entendido assim: o sistema da razão pura é um sistema de ciências metafísicas e deve conter o conhecimento verdadeiro a partir da razão pura, mas, na composição de algumas dessas ciências, deve também constar um conhecimento

que parece ser extraído a partir da razão pura como verdadeiro, mas não é, demonstrando-o ser aparente. A apresentação de conhecimento aparente é feita para, contrastivamente ao conhecimento verdadeiro, evitar que aquele seja confundido com este.

A aceitação da primeira interpretação acarreta duas consequências: (1) as divisões apresentadas por Kant como pertinentes à Metafísica da Natureza, no que respeita à fisiologia transcendente, ou seja, à Cosmologia Racional e à Teologia Racional, não constituem o sistema da razão pura, nem devem ser consideradas ciências metafísicas da natureza, mas metafísicas ilusórias, a serem evitadas; (2) somente as divisões apresentadas por Kant *como pertencentes* à Metafísica da Natureza, no que respeita à fisiologia imanente, ou seja, à Psicologia Racional e à Física Racional, fazem parte do sistema da razão pura, e somente elas devem ser consideradas ciências metafísicas pertencentes à Metafísica da Natureza.

Frente a tal situação, a pergunta acerca da legitimidade da inclusão de metafísicas da fisiologia transcendente como ciências no sistema da razão pura, isto é, no sistema de ciências ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, obtém a seguinte resposta: Kant *não as inclui* no sistema da razão pura *como ciências*, mas tão somente, porém, como metafísicas ilusórias, como metafísicas que têm aparência de ciência e pareceriam pertencer à Metafísica da Natureza, mas não pertencem.

Diante do alcançado até aqui, se a pergunta acerca de se as partes da Metafísica da Natureza atinentes à fisiologia transcendente podem ser consideradas filosofias transcendentais, a resposta também deve ser negativa, porquanto são impugnadas pela *Crítica da Razão Pura* como ciências verdadeiras. Pretendendo expor o conhecimento de entes suprassensíveis, como Mundo e Deus, e a partir daí, respectivamente, mostrar haver de fato uma conexão interna dos objetos da natureza com a totalidade do mundo, ou uma conexão externa de Deus com a natureza em geral, tais ciências não podem ser consideradas filosofia transcendental: “a filosofia transcendental é uma sabedoria mundana da razão pura meramente especulativa"[293] e não pode ou deve buscar o conhecimento de entes que não se dão a conhecer numa experiência sensível espaço-temporal, sendo a caso do mundo em si mesmo, ou de Deus.

A despeito de argumentos como os apresentados acima poderem ser usados para justificar uma resposta negativa à pergunta acerca de se a fisiologia transcendente pode ser considerada uma ciência pertencente ao sistema da razão pura, aludimos anteriormente haver uma possível resposta positiva. Para alcançá-la, o primeiro ponto a observar é que, se soa

---

[292] KrV A 841 / B 869.
[293] KrV B 25.

estranho Kant caracterizar o sistema da razão pura como sistema de ciências metafísicas que visam estabelecer conhecimento tanto verdadeiro quanto aparente, também soa estranho considerar que Kant, após ter impugnado toda metafísica transcendente acerca do conhecimento do mundo e de Deus (por produzirem saber ilusório), sustente que a *Crítica da Razão Pura* deve ser propedêutica a uma Metafísica da Natureza que tenha por ocupação, além do estabelecimento legítimo de uma fisiologia imanente como *ciência*, também uma fisiologia transcendente *ilusória*, já impugnada por ilegítima.

Ademais, isso parece não condizer com a afirmação kantiana de que "a arquitetônica constitui a doutrina do elemento científico em nosso conhecimento em geral"[294], nem com a afirmação que ele faz imediatamente após ter apresentado e caracterizado cada uma das ciências que são partes das quais se constitui a Metafísica da Natureza, e que é a seguinte:

> A ideia originária de uma filosofia da razão pura prescreve ela mesma esta divisão. Esta última é, pois, arquitetônica em conformidade com os fins essenciais da razão, e não meramente técnica, traçada segundo afinidades acidentalmente percebidas e estabelecidas como que ao acaso; exatamente por isso ela é imutável e legisladora[295].

Afirmando isso imediatamente após ter exposto o plano completo da Metafísica da Natureza, no qual inclui a fisiologia transcendente como uma das partes, o que Kant está a dizer é que essa fisiologia, como as outras partes em que a Metafísica se divide e se compõe, não deve ser estabelecida arbitrariamente e posta ao lado das outras mediante uma suposta afinidade, mas que elas devem ter necessária e imperiosa afinidade umas com as outras, dadas que elas devem ser estabelecidas segundo os fins essenciais da razão.

Para uma compreensão mais detalhada de como Kant chega a estabelecer essa necessidade imperiosa entre as partes que compõem a Metafísica da Natureza e nos encaminharmos para a sustentação de que elas devem pertencer ao sistema da razão pura na condição de ciências, faz-se necessário compreender como o filósofo institui a necessidade de um sistema da razão pura como sistema de ciências (composto de partes).

Ora, Kant estabelece a necessidade da elaboração de um sistema da razão pura como sistema de ciências dividido em partes interconectadas por necessidade imperiosa mediante uma metáfora, a saber, a de que esse sistema da razão pura deve ser concebido como um edifício a ser construído mediante o prévio estabelecimento dos materiais *e de um plano*

---

[294] KrV A 832 / B 860.

que determine o local e a função de cada parte segundo um fim necessário, previamente estabelecido. Essa metáfora aparece na segunda divisão da *Crítica da Razão Pura*, denominada *Doutrina transcendental do método*[296], que tem uma de suas funções na apresentação do plano, do projeto, de um sistema da razão pura concebido como edifício a ser construído na dependência do resultado da primeira parte da obra, a qual, entre outras tarefas, teve a da avaliação das várias faculdades da razão pura em vista da descoberta, a partir delas, dos materiais que cada qual dispõe para a construção desse edifício. A apresentação do plano ou projeto para a construção desse "edifício composto de partes", a partir dos materiais angariados na avaliação das faculdades da razão, compete, por sua vez, à seção da *Doutrina transcendental do método* denominada *Arquitetônica da razão pura*.

Segundo Kant

> (...) sob o governo da razão, de modo algum é admissível que os nossos conhecimentos perfaçam uma rapsódia; ao contrário, têm que constituir um sistema unicamente no qual é possível sustentar e promover os fins essências da razão[297].

Os fins essenciais da razão são dois: a legislação da "natureza e da liberdade"[298]. Em função de promover a ideia de um todo de conhecimentos que vise à realização desses fins, deve ser instituído um sistema de conhecimentos racionais *a priori*. Kant deixa claro que sua ocupação, na *Crítica da Razão Pura*, não é prioritariamente avaliar a possibilidade nem estabelecer um plano completo para a edificação do sistema de conhecimentos atinentes à moralidade pura, que trata do fim essencial da razão que é legislar sobre a liberdade, *o que deve ser*, mas prioritariamente estabelecer o plano completo para a edificação do sistema da Metafísica da Natureza, que é atinente ao interesse da razão em legislar sobre *o que é*[299]. Tal sistema de conhecimento é o de uma Metafísica da Natureza. Assim, a *Arquitetônica da razão pura* tem por objetivo precípuo a apresentação do plano para a edificação desse último sistema e das ciências que são as partes constitutivas desse edifício de saber.

A passagem abaixo deixa claro o que Kant entende por sistema de conhecimentos, e como este, a partir da ideia de um todo, segundo a realização de um fim, deve ser dividido em partes articuladas entre si *necessariamente*:

---

[295] KrV A 847 / B 875.
[296] KrV A 707-8 / B 735-6.
[297] KrV A 832 / B 860.
[298] KrV A 840 / B 868.

> Por um sistema, no entanto, compreendo unidade dos conhecimentos múltiplos segundo uma ideia. Esta última é o conceito racional de um todo na medida em que tanto a extensão do múltiplo quanto as posições que as partes ocupam umas em relações às outras são determinadas *a priori* por tal conceito. O conceito científico da razão contém, pois, o fim e a forma daquele todo que é congruente com tal fim. A unidade do fim ao qual se referem todas as partes, e que na ideia deste fim também se relacionam umas às outras faz com se possa dar falta de cada parte mediante o conhecimento das demais e que não ocorra uma adição ao acaso ou uma magnitude indeterminada de completude que não possua os seus limites determinados *a priori*. O Todo é, portanto articulado (articulatio) e não amontoado (coacervatio), podendo, é verdade, crescer internamente (per intus susceptionem), mas não externamente (per oppositionem), tal como acontece com um corpo animal cujo crescimento não leva à adição de um membro, mas, antes, sem alterar a proporção, torna cada um deles mais forte e mais eficiente para a finalidade[300].

Mediante todas essas considerações, parece não fazer muito sentido Kant ter apresentado, na *Arquitetônica da razão pura*, o projeto para a edificação do sistema da razão pura e, assim, da Metafísica da Natureza, como devendo consistir de somente duas partes verdadeiras, as ciências da fisiologia imanente, que devem estar necessariamente interconectadas no edifício a ser construído, e também duas outras partes referentes à fisiologia transcendental, que não pertencem ao plano para sua construção, mas que apenas *aparentam* fazer parte dele, mas não fazem, nem estão conectadas com aquelas, embora deem a ilusão de estar.

Apropriando-nos da metáfora kantiana do edifício, seria estranho Kant – como "Arquiteto" – apresentar-nos o projeto arquitetônico de um edifício a ser construído com dois compartimentos que diria serem os reais a ser construídos, e mais dois compartimentos intrinsecamente relacionados a estes por afinidades necessárias que não viriam a ser construídos, porque somente pareceriam ter afinidade com aqueles, mas de fato não têm e, ademais, não poderiam ser construídos porque não existem materiais que permitam sua possível construção.

Isso tudo conduz a repor a pergunta que fizemos acima, após termos apresentado a caracterização que Kant dá, na *Arquitetônica da razão pura*, das duas partes, das duas ciências que compõem a fisiologia transcendente, e assim pertencentes ao edifício do sistema das ciências que constituem a Metafísica da Natureza. Perguntava-se, então, se é possível encontrar, no texto kantiano, elementos materiais para que tais metafísicas, nos moldes em

---

[299] KrV A 840 / B 868.
[300] KrV A 832 / B 860-1.

que Kant as descreve, possam vir a ser consideradas ciências e pertencer ao edifício do sistema da Metafísica da Natureza.

A resposta positiva consiste em sustentar que, segundo a caracterização ofertada por Kant para as partes em que se divide a fisiologia transcendente, estas não devem ser concebidas como as metafísicas impugnadas pela *Dialética transcendental*, mas devem corresponder àquelas autorizadas pela *Crítica da Razão Pura*, demostrando que estas são legitimadas em alguma seção da própria obra que apresente os materiais para a sua edificação como ciências que, como partes, constituem o edifício do sistema da Metafísica da Natureza.

Só há, em toda a *Crítica da Razão Pura*, uma seção em que Kant atribui um papel positivo às ideias da razão pura, atribuindo-lhes um papel importante no conhecimento da natureza, que é a seção do *Apêndice à Dialética da Razão Pura*, na qual as ideias são consideradas princípios regulativos.

Assim, se há uma possibilidade de que Kant não esteja a apresentar um plano de construção de um sistema da Metafísica da Natureza fictício e sem materiais que possibilitem sua construção, parece que a única alternativa é encontrar nas ideias regulativas os materiais para a construção do plano das partes da fisiologia transcendente, como ciências constitutivas de um real edifício do sistema da Metafísica da Natureza a ser construído.

No *Apêndice à Dialética transcendental*, Kant busca apresentar um uso positivo para as ideias da razão, cuja construção começa pela rememoração de que elas não podem ser tomadas por objetos, como entes reais existentes. Essa confusão fatal caracterizava a metafísica tradicional e já fora, por Kant, nas seções precedentes da *Dialética transcendental*, demonstrada ilegítimo. Com esse propósito positivo em vista, Kant começa a apresentar diversos usos das ideias da razão pura, quais sejam, as ideias de Deus, de Alma e de Mundo, propondo-as como totalizações de séries de condição-condicionado, ou seja, propondo que, concebidas como incondicionadas, sejam consideradas princípios da razão cuja utilidade indispensável consiste em orientar, em regular o entendimento na busca do conhecimento que deve executar de séries empíricas disponibilizadas pela experiência.

Essas ideias incondicionadas são apresentadas, inicialmente, como um *focus imaginarius*, depois como máximas subjetivas da razão, até serem consideradas princípios regulativos da razão, para orientar o entendimento na busca do conhecimento das séries empíricas que encontra na natureza. Posteriormente, Kant passa a apresentar a esquematização e demonstração da realidade objetiva dessas ideias. Por essa ocasião, estabelece que

> (...) sua realidade [a das ideias] deverá ter apenas o valor de *princípio regulativo* da unidade sistemática do conhecimento da natureza, isto é, que as ideias são princípios regulativos da unidade sistemática do múltiplo do conhecimento empírico em geral, que deste modo é mais consolidado e retificado do que aconteceria, sem tais ideias, mediante o simples uso do entendimento[301].

Para mostrar a possibilidade da esquematização e da realidade objetiva das ideias, Kant se vale, como exemplo, do exame da ideia de Deus.

> O conceito de uma inteligência suprema é uma simples ideia, isto é, a sua realidade objetiva não deve consistir no fato de ele precisamente se referir a um objeto (pois com esta afirmação não poderíamos justificar sua validade objetiva), mas que é só um esquema ordenado segundo as condições da máxima unidade da razão e relativo a uma coisa em geral, servindo somente para manter a unidade no uso empírico da nossa razão na medida em que o objeto da experiência é, por assim dizer, derivado do objeto fictício dessa ideia enquanto seu fundamento ou sua causa. Em tal caso, diz-se, por exemplo, que as coisas do mundo têm que ser consideradas *como se* obtivessem a sua existência de uma inteligência suprema[302].

Feito isso, passa a demonstrar como, partindo da consideração dessas ideias como princípios,

> (...) (na Cosmologia) temos que perseguir as condições dos fenômenos internos e externos da natureza numa investigação jamais terminável *como se* tal série fosse em si infinita e carente de um elo primeiro ou supremo, apesar de não negarmos que com isso os seus fundamentos primeiros fora dos fenômenos sejam meramente inteligíveis; não obstante jamais devemos inseri-los no contexto das explicações da natureza, pois de modo algum os conhecemos[303].

E, na sequência, passa também a demonstrar que:

> Temos que considerar (com respeito à Teologia) tudo o que possa pertencer ao contexto da experiência possível como se esta se constituísse numa unidade absoluta, mas completamente dependente e sempre ainda condicionada ao mundo sensível, e não obstante ao mesmo tempo como se o conjunto de todos os fenômenos (o próprio mundo sensível) tivesse fora do seu âmbito um único fundamento supremo e totalmente suficiente, a saber, uma razão, por assim dizer, autônoma, originária e criadora com referência à qual dirigimos o uso empírico da nossa razão, na máxima ampliação daquele uso, como se os próprios objetos surgissem daquele arquétipo[304].

---

[301] KrV A 674 / B 702.
[302] KrV A 670 / B 698.
[303] KrV A 672 / B 700.

Nessas duas passagens, nota-se que Kant estabelece que tanto a ideia de Deus quanto a ideia de Mundo, entendidas como princípios regulativos da razão, pertencem, respectivamente, à ocupação de uma Teologia e de uma Cosmologia.

Exposta a esquematização e realidade objetiva dessas ideias, Kant se ocupa, então, em discorrer sobre a esquematização analógica e, posteriormente, passa a detalhar como a realidade das ideias deve ser considerada relativa e não absoluta. Trata-se de que "a suposição, feita pela razão de um objeto na ideia, isto é, de Deus e de Mundo, é simplesmente relativa e pensada com vista à unidade sistemática do mundo do sentido"[305], e que qualquer um desses objetos na ideia "é um simples algo na ideia com respeito ao qual não possuímos qualquer conceito sobre o que é em si"[306].

Nesse momento, Kant caracteriza a função de cada uma dessas ideias regulativas. Uma das ideias regulativas "da razão simplesmente especulativa é o conceito de mundo em geral". [307] Em fazendo tal consideração, afirma que a "natureza é propriamente o único objeto dado em vista ao qual a razão necessita de princípios regulativos[308]". Contudo, passa a esclarecer que a necessidade do estabelecimento desses princípios não se refere às duas modalidades, de natureza pensante ou corpórea, mas à natureza em geral.

> Essa natureza é de duas espécies: ou natureza pensante, ou natureza corpórea. Todavia, para pensarmos a última, segundo a possibilidade interna, ou seja, para determinarmos a aplicação das categorias a ela, não necessitamos de qualquer ideia, isto é, de uma representação transcendente à experiência: e nem sequer é possível uma ideia com respeito à natureza corpórea, pois nesse caso somos dirigidos simplesmente pela intuição sensível e não como no caso do conceito psicológico fundamental (eu), o qual contém *a priori* uma certa forma de pensamento, a saber, a sua unidade. Logo, para a razão pura não nos resta nada a não ser a natureza em geral e a completude das condições nela segundo algum princípio qualquer. A totalidade absoluta da série destas condições na derivação de seus membros é uma ideia, que em verdade jamais pode realizar-se no mundo empírico da razão, mas que não obstante serve de regra sobre como devemos proceder com respeito às derivações, ou seja, a explicação de fenômenos dados (no regresso ou progresso) *como se* a série fosse em si infinita, isto é, in indefinitum[309].

Se atentamos a essa passagem, tendo em vista o problema que nos tem conduzido até aqui, qual seja, se podemos conceber que as duas partes em que se divide a fisiologia

---

[304] KrV A 673 / B 701.
[305] KrV A 679 / B 707.
[306] KrV A 679 / B 707.
[307] KrV A 684 / B 712.
[308] KrV A 684 / B 712.
[309] KrV A 684 / B 712-3.

transcendente – a Cosmologia Racional e a Teologia Racional – podem ser consideradas ciências pertencentes à Metafísica da Natureza e, assim, fazer parte do edifício do sistema da razão pura, encontramos relevantes considerações de Kant que podem nos auxiliar na tentativa de dar a tal problema uma resposta positiva.

De fato, parece que as considerações feitas pelo filósofo podem ser úteis para decidir acerca da possibilidade de considerar a Cosmologia Racional como ciência. Delas, podemos destacar: (a) a afirmação de que a ideia regulativa da razão especulativa é o conceito de mundo em geral; (b) a afirmação de que a natureza é o único objeto que necessita de ideias regulativas; (c) a justificação dessa necessidade mediante a explicação de que a natureza se especifica em natureza pensante ou em natureza corpórea; (d) a menção da forma apropriada de conhecer essas duas modalidades em que a natureza se especifica mediante o mesmo tipo de considerações apresentadas na *Arquitetônica da razão pura*, referente às partes em que se divide a fisiologia imanente; (e) a afirmação de que a ideia regulativa exposta no conceito de mundo não se faz necessária para essas ciências da filosofia imanente porquanto elas não necessitam de uma "representação transcendente à experiência", o que é a ideia enquanto conceito de mundo; (f) a afirmação de que uma ideia regulativa de mundo, uma ideia transcendente, faz-se necessária para que o entendimento busque progredir no conhecimento empírico; isto é, que a totalidade absoluta das séries dessas condições na derivação de seus membros deve ser dirigida pela ideia de mundo como conexão interna dos objetos, devendo essa ideia, contudo, servir de regra para o modo como o entendimento deve proceder a respeito de tais derivações, ou seja, na explicação dos objetos dados na natureza, considerando *como se* a série fosse em si mesma infinita.

Mediante todas essas afirmações, pode-se concluir que, para o estudo completo da natureza, para além da necessidade do estabelecimento de sua consideração do ponto de visa do modo como essa é dada enquanto natureza pensante ou corpórea – assunto pertinente a uma fisiologia imanente –, exige-se também uma consideração da natureza, mediante uma ideia transcendente, um conceito de mundo em geral, para regular a busca do progresso investigativo do entendimento no conhecimento das séries encontradas em sua investigação empírica, *como se* essas fossem em si infinitas, mas interconectadas, o que deve poder ser assunto de uma metafísica que tenha um propósito diferente das ciências metafísicas que constituem a fisiologia imanente da natureza.

Ademais, dado que para o estudo integral da natureza faz-se necessário não só o estudo da natureza em sua especificidade como natureza corpórea ou natureza pensante, mas também o estudo da natureza em geral, esses tipos de estudos propostos pela fisiologia

transcendente se mostram como conectados necessariamente, como parte complementar àquelas devido a uma necessidade intrínseca da razão de ofertar conhecimento integral da natureza. A implicação maior disso é que a razão deve valer-se, tanto de uma ideia necessariamente transcendente, portanto, não rapsódica, de natureza em geral, ou de mundo, quanto dos conceitos empíricos e também *a priori* de uma natureza corpórea e pensante que estabeleça ciências que permitam um conhecimento integral e sistemático da natureza.

Assim, sendo dado que o estudo da natureza na sua especificidade de natureza pensante ou corpórea é estabelecido pela fisiologia imanente nas duas partes em que se divide; que o estudo da natureza em geral, como conjunto de objetos dos sentidos, deve ser executado por uma Cosmologia nos moldes em que Kant tem exposto nessa seção do *Apêndice à Dialética transcendental*; que esta última é necessária para um conhecimento integral da natureza segundo as pretensões da razão, podemos, então, inferir que Kant, na seção da *Arquitetônica da razão pura*, referindo-se à Cosmologia e caracterizando-a como ciência pertencente a uma fisiologia transcendente, conceba-a no sentido apresentado no *Apêndice à Dialética transcendental*.

Ora, após ter demonstrado a necessidade do conceito de mundo como ideia relativa à suposição de um mundo e como ideia regulativa da razão necessariamente pertinente à investigação que o entendimento deve buscar alcançar mediante a ideia de uma possível interconexão dos objetos entre si, Kant passa a demonstrar a necessidade da ideia, do conceito de Deus, como relativa à ideia de um ente como causa una e suficiente de todas as séries cosmológicas necessárias à concepção de natureza unitária e sistemática em geral, ideia que se apresenta ao entendimento para auxiliá-lo na busca progressiva do conhecimento das séries empíricas. Diz Kant:

> [A] ideia da razão pura, que contém uma suposição meramente relativa de um ente como causa uma e totalmente suficiente de todas as séries cosmológicas, é o conceito racional de *Deus*. Não temos o mínimo fundamento para admitir absolutamente (supor em si) o objeto dessa ideia. De fato, que coisa pode capacitar-nos ou sequer dar-nos o direito de partir do simples conceito em si mesmo de uma mais alta perfeição e absolutamente necessário em sua natureza, crer nele ou afirmá-lo senão o mundo unicamente com referência ao qual pode ser necessária essa suposição? Assim como ocorre com todas as ideias especulativas, aqui mostra-se, claramente, que a ideia de um tal ente nada mais quer expressar que o fato de que a razão ordena considerar toda a conexão do mundo segundo princípios de uma unidade sistemática, por conseguinte *como se* esses princípios tivessem surgido de um único ente universalmente compreensivo, como causa suprema e totalmente suficiente. Disto resulta claramente que na ampliação de seu uso empírico a razão não pode ter como propósito senão a sua própria regra formal, jamais uma ampliação acima de todos os limites do

> uso empírico, consequentemente que sob essa ideia não se oculta nenhum princípio constitutivo de seu uso dirigido à experiência possível[310].
>
> A mais alta unidade formal, que repousa unicamente sobre conceitos da razão, é a unidade das coisas *conforme a um fim*, e o interesse especulativo da razão torna necessário encarar toda a ordem no mundo *como se* brotasse da intenção de uma razão mais elevada que todas. Um tal princípio abre perspectivas totalmente novas à nossa razão aplicada ao campo da experiência, ou seja, de conectar as coisas do mundo segundo leis teleológicas e deste modo alcançar a sua máxima unidade sistemática[311].

Nessas passagens, aparentemente Kant não tece nenhuma consideração útil para decidir acerca da possibilidade de considerar a Teologia Racional apresentada na *Arquitetônica da razão pura* como ciência pertencente à Metafísica da Natureza. Contudo, dessa passagem deve-se ressaltar que: (a) a ideia, ou conceito de Deus é, assim como a ideia ou conceito de mundo, uma representação transcendente da razão, mas não é relativa ao conceito de um ente real; (b) a razão, deparando-se com o conceito de Deus, não visa conhecê-lo tal como é em si, segundo suas propriedades constitutivas; (c) a ideia desse ente, mesmo não sendo ele "real", mas a de um ente na ideia, é posta pela razão em função do conhecimento da natureza; (d) a ideia de Deus implica que este seja concebido *como se* fosse a causa de séries que deve haver na natureza, apesar de estas não poderem ser encontradas nos limites do uso empírico do entendimento; (e) a utilidade dessa ideia, assim como das outras, é servir como princípio da razão em vista a orientar o entendimento, na investigação das séries empíricas encontradas entre os objetos da natureza, na busca de uma conexão entre elas e não em vista da determinação da existência de Deus com o ente que "de fato" produziu conexões entre os objetos, nem de que entre os objetos haja de fato conexões; (f) a ideia de Deus, contudo, não é mero suposto rapsódico da razão, mas um suposto necessário para que o entendimento busque conhecer a natureza como unidade sistemática; (g) a ideia de Deus é um princípio regulativo em vista da unidade sistemática do conhecimento da natureza; (g) o interesse especulativo da razão torna necessário considerar a ordem do mundo como se brotasse da intenção de um autor do mundo; (h) tal consideração conduz à ideia de que os objetos do mundo devem ser investigados *como se* fossem conformes a um fim ditado pela intenção de Deus.

Tendo estabelecido, assim, a noção de conformidades a fins, Kant passa a uma série de considerações acerca da necessidade do conceito de Deus e afirma que "o princípio regulativo exige que a unidade sistemática seja pressuposta como uma unidade da natureza de

[310] KrV A 686 / B 714.
[311] KrV A 687 / B 715.

um modo absoluto, por conseguinte, como se resultasse da essência das coisas"[312]. Ademais, afirma que, mais que a ideia de Deus dever ser concebida como a de um ente supremo detentor de uma intenção para com os objetos do mundo, é lícito conceder-lhe determinadas características antropomórficas por analogia com as de um ente como nós que cria objetos segundo planos e, assim, conceber a ideia de "Deus como uma inteligência suprema que cria o mundo segundo planos[313]". Tais analogias podem ser estabelecidas, diz,

> não só segundo um antropomorfismo mais sutil (sem o qual absolutamente nada poderia ser pensado a respeito de um tal ente), a saber, como um ente que possua entendimento, que sinta prazer e desprazer e que, além disso, possua correspondentes desejos e vontade, etc., mas também de atribuir ao mesmo ente uma perfeição infinita que, portanto, transcende de longe aquela à qual estamos autorizados mediante o conhecimento e a ordem do mundo[314].

Contudo, tais propriedades, que devem ser concedidas a esse ente em ideia, não podem ser confundidas com propriedades atribuídas a um ente efetivamente existente, que não se poderia conhecer. Quanto a isso, Kant é taxativo:

> Sobre essa representação subjacente à ideia de um criador supremo, fica também claro que ponho como fundamento não a existência e o conhecimento de um tal ente, mas simplesmente da ideia do mesmo, isto é, da natureza das coisas do mundo segundo tal ideia[315].

Porém, em negando o conhecimento de Deus como existente, como uma inteligência que de fato criou o mundo conferindo-lhe unidade sistemática, em que as partes dos objetos estão organizadas umas em relação às outras – os objetos sendo conectados entre si de modo a formar uma natureza sistematicamente unitária e organizada –, Kant não nega a necessidade de um conhecimento da Idea, do conceito de Deus e de sua relevância para o conhecimento da natureza.

Mais do que isso: as supostas propriedades e intenções de Deus para com o mundo devem, necessariamente, ser concebidas *como se* pertencessem a um criador inteligente do mundo, isto é, a natureza, concedendo-lhe unidade sistemática. Sem essa ideia, o entendimento não se dirigiria aos objetos encontrados nas séries pressupondo conexão entre eles, pois que os meios de que dispõem não seriam suficientes. Contudo, é claro que essa

[312] KrV A 693 / B 721.
[313] KrV A 697 / B 725.
[314] KrV A 700 / B 728.
[315] KrV A 700 / B 728.

pressuposição pode facilmente ser tomada como expressando o conhecimento de Deus como ente existente e de sua efetiva causalidade da natureza unida sistematicamente.

Visando evitar essa confusão, Kant se ocupa em mostrar diversas ocorrências dessa ilusão. Isso deve ser feito porque a linha de demarcação *entre a atribuição de um conhecimento* verdadeiro da ideia de Deus e de propriedades e a pretensão de aquisição de um conhecimento de Deus e de suas propriedades descansa sobre o tênue ponto da noção intrínseca à razão de "ideia", à qual a razão, tanto pode conceder uso constitutivo (para o efetivo conhecimento da natureza, o que teria, a seu ver, *status* ilusório), quanto uso regulativo (e, portanto, no sentido crítico, verdadeiro).

Assim, a exposição do conhecimento da ideia de Deus, e de sua importância como ideia regulativa para o conhecimento da natureza, deve ser acompanhada por uma exposição que vise demonstrar que tal conhecimento não deve ser confundido com o de um ente existente, bem como da demonstração de que esse seria um conhecimento ilusório fruto de um mau uso da razão.

Segundo Kant, existem dois perigos em que se pode cair ao considerar erroneamente a ideia teológica como constitutiva. Ambos resultam em saltar para a afirmação ou suposição da existência de Deus e suas propriedades. O primeiro perigo consiste em, a partir disso, afirmar a existência de finalidade efetiva na natureza, o que conduz a uma razão preguiçosa que, em vez de se ocupar em investigá-la *como se* as coisas fossem conformes a um fim, supõe que ela já tem um fim em si mesma posto por Deus, sendo dispensável e mesmo inútil investigá-la, dado ser governada por desígnios divinos. O segundo perigo consiste em, no lugar de investigar a natureza a partir da ideia de unidade sistemática *como se* estabelecida por uma inteligência suprema, buscar impor-se fins investigativos como se de fato na natureza existissem fins, e a partir daí inferir a existência de uma natureza suprema.

Se relacionarmos tais considerações (1) à afirmação kantiana de que:

> Temos que considerar (com respeito à Teologia) tudo o que possa pertencer ao contexto da experiência possível como se esta se constituísse uma unidade absoluta, mas completamente dependente e sempre ainda condicionada ao mundo sensível, e não obstante ao mesmo tempo como se o conjunto de todos os fenômenos (o próprio mundo sensível) tivesse fora do seu âmbito um único fundamento supremo e totalmente suficiente, a saber, uma razão, por assim dizer, autônoma, originária e criadora com referência à qual dirigimos o uso empírico da nossa razão, na máxima ampliação daquele uso, como se os próprios objetos surgissem daquele arquétipo[316].

[316] KrV A 673 / B 701.

E se relacionamos aquelas considerações, também, (2) ao fato de que a ideia de Deus é um princípio necessário da razão em vista da investigação da natureza, ao proceder à busca do conhecimento empírico dos objetos – supondo-a *como se* possuísse uma unidade sistemática –, considerando, pois, (1) e (2), pode-se inferir que compete a uma Teologia, conforme aos princípios da razão mediante uma de suas ideias transcendentes, buscar o conhecimento *da ideia* de Deus e sua importância *para o conhecimento da natureza*. Tal Teologia Racional não buscaria estabelecer o conhecimento *de* Deus e suas propriedades como existentes, nem sustentaria que a natureza foi de fato criada por Deus e está organizada segundo seus desígnios, o que já fora impugnado pela *Crítica da Razão Pura*, mas se constituiria em uma Teologia do *como se*, autorizada pela *Crítica* em função da unidade da razão e da unidade da natureza, as quais, sem seu necessário estabelecimento, não adquiririam sua completude necessária.

Assim, dado o fato de que, no *Apêndice da Dialética transcendental*, Kant menciona tanto uma Cosmologia quanto uma Teologia, baseadas no conhecimento pela razão da ideia de mundo e de Deus e de sua respectiva indispensabilidade tanto para a unidade da razão (que, dispondo de tais ideias, deve conceder-lhes uso adequando) quanto para o estudo da natureza concebida como se possuísse unidade sistemática, encontramos boas razões para sustentar que é *a essas* que a *Arquitetônica da razão pura* se refere como as partes constitutivas da divisão da fisiologia transcendente, e não à Cosmologia e a Teologia racionais já impugnadas pela *Crítica da Razão Pura*. Não sendo esse o caso, Kant não somente estaria, nessa seção, apresentando o plano da construção do edifício do sistema da razão pura e, assim, da Metafísica da Natureza, sem a integridade dada pelas duas partes indispensáveis para o conhecimento da natureza, mas [estaria] apresentando duas partes que não pertencem efetivamente ao plano e, ademais, são dispensáveis para o conhecimento da natureza, porque propõem um conhecimento ilusório, aparente, da natureza.

Considerando, pois, que, na *Arquitetônica da razão pura*, Kant se refere às duas partes da fisiologia transcendente, isto é, à Cosmologia *racional* e à Teologia *racional*, nos termos estabelecidos no *Apêndice à Dialética transcendental*, dada sua indispensabilidade para o conhecimento racional da natureza em geral considerada como em sua unidade sistemática, podemos responder positivamente ao questionamento que nos conduziu até aqui, a saber, se é legítimo que as duas partes da fisiologia transcendental sejam consideradas metafísicas científicas pertencentes à Metafísica da Natureza e, assim, ao sistema da razão pura.

Essa resposta consiste em retomar as caracterizações apresentadas na seção da *Arquitetônica da razão pura* e reinterpretá-las segundo o até aqui alcançado no que respeita à importância da ideia de Deus e de mundo, como princípios regulativos, para o estabelecimento de uma Cosmologia e Teologia do ponto de vista das necessidades da razão e sua indispensabilidade para o estudo da natureza em sua integralidade.

Isso nos conduz a repormos não só as caracterizações ofertadas por Kant na *Arquitetônica* da *razão pura* acerca da Cosmologia Racional e da Teologia Racional, mas também acerca do sistema da razão pura e da Metafísica da Natureza.

> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori*, e denomina-se *crítica*, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*. Este último nome, contudo, também pode ser dado a toda a filosofia pura incluindo a crítica, a fim de abarcar tanto a investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido *a priori* quanto também a exposição daquilo que perfaz um sistema de conhecimentos filosóficos puros desta espécie, porém distinto de todo o uso empírico e de todo o uso matemático da razão[317].
>
> A Metafísica, assim chamada em seu sentido mais estrito, consiste na filosofia transcendental e na fisiologia da razão pura. A primeira considera apenas o entendimento e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral sem admitir objetos que *sejam dados* (ontologia); a segunda considera a natureza, isto é, o conjunto dos objetos *dados* (sejam dados aos sentidos, sejam dados, se se quiser, a uma outra espécie de intuição), e é, portanto, uma fisiologia (se bem que tão somente *rationalis*). Ora, o uso da razão nesta consideração racional é físico ou hiperfísico, melhor ainda imanente ou transcendente. O primeiro volta-se para a natureza na medida em que seu conhecimento pode ser aplicado na experiência (in concreto), o segundo para aquela conexão dos objetos da experiência que ultrapassa toda a experiência. Consequentemente, esta fisiologia transcendente possui como seu objeto ou uma conexão interna ou uma externa, mas ambas ultrapassando a experiência possível; aquela é a fisiologia da natureza inteira, ou seja, *o conhecimento transcendental do mundo*, ao passo que a última constitui a fisiologia da interconexão da natureza inteira com um ente superior à natureza, ou seja, *o conhecimento transcendental de Deus*[318].

Em vista do que até aqui alcançamos, vejamos como podemos interpretar cada uma das afirmações de Kant expressas nas passagens supramencionadas.

---

[317] KrV A 841 / B 869.
[318] KrV A 854 / B 873.

A afirmação de que o "uso da razão na consideração racional da natureza [o conjunto dos objetos dados aos sentidos] é transcendente" deve receber a seguinte interpretação. O uso da razão é transcendente porque ela faz uso, na consideração da natureza [conjunto de objetos dados aos sentidos], de uma ideia não encontrada na natureza, isto é, faz uso de uma ideia *transcendente*. A afirmação de que "o uso da razão nesta consideração racional da natureza" "volta-se para uma conexão dos objetos dados aos sentidos que ultrapassa toda a experiência", buscando conhecer tanto as conexões internas quanto externas dos objetos dados aos sentidos, que ultrapassa a experiência possível" deve ser entendida assim: a razão, mediante ideias originadas por si própria, como as de Mundo e Deus, deve investigar qual é sua natureza, e conceder-lhes uma realidade e um uso. Nessa investigação, descobre-se que é da natureza dessas ideias expressarem conexões internas e externas atribuídas à natureza em sua integralidade e, também, que tais conexões, não encontradas na natureza ela mesma, são quanto a ela *transcendentes*. Contudo, não compete a uma fisiologia transcendente somente estabelecer o conhecimento *transcendente* da ideia de Deus e de Mundo e das conexões da natureza em sua integralidade, mas também do uso regulativo das ideias transcendentes.

Nesse sentido, a afirmação de Kant de que uma Cosmologia Racional é uma fisiologia da natureza inteira que consiste no conhecimento transcendental do mundo deve ser interpretada como a afirmação de que a ela compete não o conhecimento do mundo como uma entidade efetivamente existente, que possui em si conexões internas igualmente dadas, mas como conhecimento racional da ideia transcendente de mundo e sua característica essencial de portar conexões internas, bem como do conhecimento de sua função regulativa para o conhecimento empírico dos objetos dados na experiência sensível, como se estivessem submetidos à conexão interna expressa pela ideia de mundo.

Em sentido similar, a afirmação kantiana de que uma Teologia racional é uma fisiologia da interconexão da natureza inteira com um ente superior à natureza, competindo-lhe a busca do conhecimento transcendental de Deus, deve ser interpretada como a afirmação de que à Teologia racional compete não o conhecimento de Deus como causa existente em si e por si mesma da natureza em geral e de sua conexão com ele, mas [o conhecimento] *da ideia* de um ente suposto como causa da natureza em geral e de sua conexão para com ele e nele, bem como de sua função de princípio regulativo. Tal busca deve ser operada *como* se o conjunto da natureza [como o conjunto dos objetos dados aos sentidos] estivesse submetido à conexão externa com Deus como causa da natureza em geral e tudo que isso implica para o conhecimento da natureza como unidade sistemática.

Interpretando assim as caracterizações ofertadas, por Kant, na *Arquitetônica da razão pura* acerca da Cosmologia Racional e da Teologia Racional, podemos inferir que essas duas metafísicas que pertencem à divisão da Fisiologia transcendente, mais as duas partes em que se divide a Fisiologia imanente, isto é, a Física Racional e a Psicologia Racional, constituem-se em legítimas e necessárias ciências pertencentes à Metafísica da Natureza e, assim, ao sistema da razão pura, propiciando todo o conhecimento que a razão pura pode alcançar acerca de uma consideração da natureza em sua integralidade e unidade sistemática.

Tendo chegado a essa conclusão, pode-se retomar a passagem em que Kant caracteriza o sistema da razão pura, oferecendo uma interpretação condizente como os resultados alcançados. Segundo Kant

> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro *a priori*, e denomina-se *crítica*, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*[319].

Mais acima, afirmou-se que tal caracterização do sistema da razão pura dava margem à interpretação da fisiologia transcendente como saber aparente, não pertinente ao sistema das ciências da razão pura. Considerando os motivos expostos para considerá-la, ao contrário, um conhecimento verdadeiro, devemos interpretar a passagem como expressando que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema da razão pura e que este último é um sistema de ciências metafísicas, que deve conter tanto o conhecimento filosófico verdadeiro quanto o aparente a partir da razão pura. Nesse caso, isso deveria ser entendido assim: o sistema da razão pura é um sistema de ciências metafísicas e deve conter o conhecimento verdadeiro a partir da razão pura, mas em algumas dessas ciências deve conter também um conhecimento aparente partir da razão pura justamente para evitar que se o confunda com o verdadeiro.

Em sendo assim, podemos concluir que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema da razão pura, e este, um sistema de ciências metafísicas. No que diz respeito à Metafísica da Natureza, o sistema é constituído por uma ontologia e pelas ciências metafísicas pertencentes à fisiologia imanente, isto é, Física Racional e Psicologia Racional, e pelas ciências metafísicas pertencentes à fisiologia transcendente, isto é, Cosmologia Racional e Teologia Racional. Todas essas ciências constituem um sistema de conhecimentos

verdadeiros, mas, no que respeita à fisiologia transcendente, uma das ciências em que se divide a Teologia Racional, deve conter um conhecimento verdadeiro *e também* um conhecimento aparente, porque a exposição do seu conhecimento verdadeiro *implica a atribuição de propriedades antropomórficas à ideia de Deus* (tomado, assim, como criador inteligente e livre do mundo, que dispõe os objetos da natureza em interconexão e a sustenta na unidade de um fim que reside em sua vontade) o que pode facilmente levar à suposição do conhecimento efetivo de Deus como existente. Ora, isso ocasionaria prejuízo para a aplicação do entendimento na investigação e busca do conhecimento empírico dos objetos dados na natureza.

Sendo, pois, a Teologia Racional e a Cosmologia Racional consideradas ciências metafísicas pertencentes à Metafísica da Natureza e, assim, ao sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, a questão que se impõe é se elas podem ser consideradas filosofias *transcendentais*.

A resposta deve ser taxativa: não podem! E isso porque mesmo as ideias de Deus e Mundo consideradas [como] princípios *a priori* porquanto regulativos para o entendimento na investigação de *objetos* empíricos *já dados* na experiência, ou da natureza em geral como um todo, não são princípios transcendentais visto que a peculiaridade desses princípios, como foi visto ao discorrermos acerca das ciências que constituem as divisões da filosofia imanente, consiste em serem princípios do próprio entendimento usados *a priori* para conhecer como objetos em geral podem vir *a ser dado*s a conhecer enquanto tais em uma experiência possível, logo princípios constitutivos da experiência possível de objetos.

4.3. Da ontologia como filosofia transcendental

Pode-se agora perguntar se a Ontologia, a outra ciência metafísica que, na *Arquitetônica da razão pura*, figura ao lado das outras ciências que pertencem a divisões da Metafísica da Natureza pode ser considerada filosofia transcendental. Segundo a caracterização oferecida nessa seção, não deve haver dúvida de que a ontologia é uma filosofia transcendental. Mais do que isso, só a filosofia transcendental é única e exclusivamente uma ontologia. A caracterização que Kant oferta nessa seção é a seguinte: "[a] filosofia transcendental [...] considera apenas o *entendimento* e a própria razão num

[319] KrV A 841 / B 869.

sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral sem admitir objetos que *sejam dados* (ontologia)[320].

Tendo assim, neste capítulo, obtido como resultado que somente a ontologia como uma das ciências constitutivas da Metafísica da Natureza deve ser considerada como filosofia transcendental, temos também por resultado um motivo adicional, ao já apresentado no capítulo anterior, para a impugnação da hipótese aventada no segundo capítulo (que surgira devido a algumas imprecisões de Kant, que, por um lado, atribuía à *Crítica da Razão Pura* um escopo propedêutico à filosofia transcendental e, por outro, ao sistema da razão pura) e que mostramos ser sustentada por alguns comentaristas de Kant, de que o sistema da razão pura deveria se identificar à filosofia transcendental.

A impugnação dessa hipótese nos conduz à possibilidade de que a segunda hipótese que aventamos no segundo capítulo e foi lá posta em suspensão, em função de perseguirmos a sustentada por alguns comentadores de Kant, possa vir a ser sustentável e, assim, nos ofertar elementos para uma revisão da solução do enigma apresentado no segundo capítulo que nos conduza à identificação dos *status* e escopos da *Crítica da Razão Pura*. Tal hipótese, lembremos, é que Kant sustenta haver uma diferença entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. Essa última deve pertencer ao primeiro como uma das ciências em que este se constitui, tendo por escopo a realização do já executado pela *Crítica da Razão Pura* no que compete à investigação que conduz aos princípios da síntese em toda a sua extensão, mais uma análise detalhada dos conceitos primitivos e a extração destes de derivados.

No capítulo anterior demonstramos que Kant, na *Introdução da Lógica Transcendental*, em B 80-1 oferta uma explicação do sentido em que deve ser entendido o termo "transcendental", referindo-se ao empreendimento realizado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*. Ademais, na *Crítica da Razão Pura* também podemos constatar outras passagens em que Kant considera que essa própria obra é uma filosofia transcendental. Por exemplo, ainda sobre a *Estética transcendental*, afirma: "Na medida em que a sensibilidade deverá conter representações *a priori*, que constituem as condições mediante as quais os objetos nos são dados, pertence à filosofia transcendental"[321].

Assim como essas, também se pode encontrar, na obra, passagens que remetem a temas abordados na *Analítica transcendental* à alçada da Filosofa Transcendental. Um exemplo disso ocorre no capítulo primeiro *da Analítica dos conceitos:*

---

[320] KrV A 845 / B 873.
[321] KrV A 15 / B 30.

> A filosofia transcendental possui a vantagem, mas também a obrigação, de procurar os seus conceitos segundo um princípio porque se originam de modo puro e não mesclado do entendimento como unidade absoluta, tendo consequentemente que se interconectar segundo um conceito ou uma ideia. Uma tal interconexão, porém, fornece uma regra pela qual se poderá determinar *a priori* o lugar de cada conceito puro do entendimento e completude de todos em conjunto; do contrário, tudo isso dependeria do capricho ou do acaso[322].

Dado assim o fato de que, na seção da *Arquitetônica da razão pura*, Kant considera que a filosofia transcendental é exclusivamente uma ontologia e que esta é uma das partes em que se divide a *Metafísica da Natureza* à qual a *Crítica da Razão da Pura* é propedêutica, e que, em seções antecedentes a esta, também considera que essa própria obra já é uma filosofia transcendental, devido ao que executa nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, e assevera que o conhecimento transcendental, que é a função da obra expor, se restringe ao executado nessas seções, a primeira questão que surge é a seguinte: Considera Kant que a *Crítica da Razão Pura* já executa, nas seções acima mencionadas, uma filosofia transcendental *como ontologia*?

Dado tal questionamento procedemos, no próximo capítulo, à demonstração de que, nos *Progressos*, encontramos referências a que a *Crítica da Razão da Pura* é uma filosofia transcendental, concebida como ontologia devido ao que executa nas seções da *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*. Demonstrado que tal é o caso, passamos a nos ocupar em encontrar uma resposta ao seguinte contrassenso que surge de tal identificação: se a filosofia transcendental/ontologia é executada nas seções da *Estética transcendental e na Analítica transcendental*, e esta é propedêutica à Metafísica da Natureza, a qual contém, como sua primeira parte, a filosofia transcendental/ontologia aí exposta, então a filosofia transcendental/ontologia é uma propedêutica de si mesma e deveria ser transposta tal qual é exposta na *Estética transcendental* e *Analítica transcendental* para a primeira parte da Metafísica da Natureza, de que é propedêutica. Posteriormente, nos ocupamos em demonstrar que tal contrassenso é aparente e, por fim, que os elementos que conduzem à sua resolução apontam para a demonstração de uma peculiar viabilidade de sustentação da segunda hipótese surgida no capítulo segundo.

---

[322] KrV A 67B / 92.

5. DA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL COMO ONTOLOGIA SER PROPEDÊUTICA A SI MESMA: UM CONTRASSENSO?

O Propósito desse capítulo consiste em demostrar que: a) a filosofia transcendental exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* é concebida por Kant como uma ontologia, que, entretanto, não é apresentada em sua integralidade dado que tem por tarefa a elaboração de um sistema de conceitos a priori e princípios que permitem compreender a síntese a priori em toda a sua extensão, e assim os princípios sintéticos a priori acerca dos objetos em geral da intuição sensível, negligenciando para tal propósito: a definição dos conceitos puros do entendimento, as categorias, os predicamentos; a derivação a partir das categorias de outros conceitos do entendimento, os predicáveis; o recenseamento completo de tais de conceitos; e a apresentação de suas definições; b) a filosofia transcendental concebida como ontologia efetuada na *Crítica da Razão pura* é propedêutica a um sistema integral de filosofia transcendental igualmente assim compreendida, que deverá ser elaborado por ocasião da execução do sistema da razão pura, ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, como uma das ciências em que se subdividirá a Metafísica da Natureza, que constitui um dos ramos do sistema da razão pura; c) o sistema da filosofia transcendental concebida como ontologia a ser elaborado em sua integralidade é projetado em duas partes: A primeira deve apresentar as definições (exposições) das categorias, dos predicamentos já hauridos pela investigação empreendida na *Crítica da Razão Pura*; derivar das categorias os predicáveis, em atenção ao modo já demonstrado pela *Crítica da Razão Pura* como isso deverá ser feito; o recenseamento completo dos predicáveis; e, a apresentação de suas definições. A segunda parte consiste em reexpor o substancialmente já realizado pela filosofia transcendental concebida como ontologia que fora exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* da *Crítica da Razão Pura;* d) A primeira parte do sistema da filosofia transcendental concebida como ontologia desempenha uma tarefa analítica; e a segunda parte uma sintética; e) a execução destas duas tarefas pela filosofia transcendental concebida como ontologia a ser executada como uma ciência pertencente à Metafísica da Natureza, e assim ao sistema da razão pura, a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, lhe concede o status de um sistema integral de filosofia transcendental/ontologia, tanto do ponto vista analítico quanto sintético, configurando-se em uma *philosophia definitiva* .

5.1. Da ambiguidade das definições de filosofia transcendental como ontologia na seção da *Arquitetônica da razão pura* e *nos Progressos*

Na *Crítica da Razão Pura*, na seção da *Arquitetônica da razão pura*, Kant apresenta a seguinte definição de filosofia transcendental, concebendo-a ser ontologia.

> A Metafísica, assim chamada em seu sentido mais estrito [Metafísica da Natureza], consiste na filosofia transcendental e na fisiologia da razão pura. A primeira considera apenas o *entendimento* e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral, sem admitir objetos que *sejam dados* (ontologia)[323].

Nos *Progresso,* Kant apresenta a seguinte definição de ontologia, concebendo-a ser filosofia transcendental.

> A ontologia é a ciência (enquanto parte da metafísica) que constitui um sistema de todos os conceitos do entendimento; e dos princípios, mas só na medida em que se referem a objetos que podem ser dados aos sentidos e, portanto, justificados pela experiência. ... e chama-se filosofia transcendental, porque contém as condições e os primeiros elementos de todo o nosso *conhecimento a priori*[324].

Não é incomum encontrarmos estudiosos e tradutores da filosofia de Kant afirmando que ele possui uma concepção "crítica" de ontologia como filosofia transcendental (diferente da concepção tradicional atribuída à ontologia como ciência do ente enquanto ente e seus predicados mais gerais) e que ela é efetivada na *Crítica da Razão Pura*. Alguns dos estudiosos do pensamento kantiano que sustentam tal posição são: Heidegger[325], Caimi[326], Chenett[327], Loparic[328], Mourão[329], Bonaccini[330].

Independentemente do peculiar modo como cada qual interpreta se configurar tal ontologia crítica como filosofia transcendental, todos compartilham da postura de citar ou se referir às duas passagens acima mencionadas, em que Kant define a filosofia transcendental concebida como ontologia, como expressando o que é executado na própria *Crítica da Razão*

---

[323] KrV A 845 B 873
[324] FM XX: 260.
[325] Heidegger (1996).
[326] Caimi (2008). Tradução de FM para o espanhol.
[327] Chenet (1994).
[328] Loparic (2000).
[329] Morão (1985). Tradução de FM para o português.

Pura na seção da *Analítica transcendental,* em atenção ao já alcançado na *Estética transcendental*. Alguns dentre esses estudiosos, mais especificamente Heidegger[331] e Loparic[332], e o tradutor dos *Progressos da Metafísica* para a língua portuguesa, pela editora Edições 70, Morão[333], explicitamente mencionam tais passagens como expressando uma idêntica definição. Já os outros comentadores citados, apesar de não tomá-las explicitamente como equivalentes, o fazem de modo indireto na medida em que isoladamente citam cada uma dessas passagens para se referirem ao que é executado na *Analítica transcendental* em referência ao já angariado na *Estética transcendental*. Em assim procedendo do primeiro modo, por exemplo, Heidegger[334], Loparic[335], Bonaccini[336], não estão desatentos à famosa passagem da *Crítica da Razão Pura* em que Kant afirma que:

> o soberbo nome de ontologia – a qual se arroga o direito de fornecer em uma doutrina sistemática conhecimentos sintéticos sobre coisas em geral (por exemplo o princípio de causalidade) – deve ceder lugar ao modesto nome de uma analítica do entendimento puro[337].

Pelo contrário, todos concebem que a intenção de Kant é impugnar toda e qualquer ontologia que, baseada em princípios sintéticos, se arrogue a pretensão de elaborar uma doutrina sistemática que forneça conhecimento sintético sobre as coisas tal como são em si mesmas, o que, ademais, era o que Kant atribuía fazer a metafísica tradicional e que conduzia a discórdias e erros infindáveis acerca de seu *status* científico. Todos os comentaristas acima mencionados concordam, apesar de cada um sustentar interpretação muito diferente do outro, que uma ontologia com tal pretensão deve ceder lugar a uma "analítica do entendimento" e que esta última é a função de uma *Analítica ranscendental*, em atenção ao executado também na *Estética transcendental*.

Assim, na medida em que todos os comentaristas mencionados:

a) compreendem que a *Analítica transcendental* é na *Crítica da Razão Pura* a seção que tem por objetivo pôr um ponto final à ontologia tradicional;

b) concordam que as definições que Kant oferta de ontologia concebida como filosofia transcendental, tanto nos *Progressos* como na *Arquitetônica da razão*

---

[330] Bonaccini (2016).
[331] Heidegger, 1966, p. 111, nota 179.
[332] Loparic, 2000, p. 11.
[333] Tradução dos *Progressos* para o português, 1985, p. 11, nota 5.
[334] Heidegger, 1966, p. 110.
[335] Loparic, 2000, p. 11
[336] Bonaccini, 2016, p. 316.
[337] KRV A 247 / B 303.

pura, remetem ao que é executado na seção da *Analítica transcendental*, em atenção ao realizado na *Estética transcendental*, como analítica do entendimento;

Conclui-se que

a) cada qual admite que Kant não esteja a recusar a legitimidade de toda e qualquer ontologia como possível, mas somente certo tipo, propondo como seu substituto uma ontologia inédita, que, para Loparic, tem a configuração de uma semântica transcendental; para Heidegger, a configuração de uma ontologia do Dasein; para Bonaccini, a configuração de uma teoria dos objetos que: i) podemos só pensar (objetos1: ii) pensar e conhecer (objetos 2); iii) pensar e não conhecer (objetos 3).

Tendo em vista que Kant apresenta, nas duas obras acima mencionadas, duas definições de sua concepção crítica de ontologia como filosofia transcendental e que todos os estudiosos de sua filosofia acima mencionados, e um tradutor, equivalem essas duas definições, mas não encontramos nenhum fazendo uma análise comparativa entre elas que justifique tal identificação, supõe-se que não o façam porque compreendem que em ambas os elementos que possibilitam a definição (o *definens*) sejam os mesmos. Contudo, quando se atenta comparativamente a essas duas definições isso parece não ocorrer, tendo-se a impressão de que Kant parece apresentar duas definições distintas, a saber, quanto à a) natureza dos conceitos e princípios que atribui ser ocupação da filosofia transcendental enquanto ontologia; e b) natureza dos objetos a que se referem tais conceitos e princípios.

O fato de estas duas definições serem formuladas de modo distinto quanto aos aspectos supramencionados nos conduz de imediato a uma dupla suspeita: a) de que Kant talvez sustente em cada obra uma concepção distinta de sua ontologia crítica como filosofia transcendental; e b) de que a equivalência feita pelos estudiosos supramencionados entre as duas definições de ontologia, sustentada por Kant ser filosofia transcendental, não seja adequada. Esclareçamos este ponto.

Nos Progressos, o sistema de conceitos e de princípios peculiares à ontologia parece restringir-se aos da faculdade do entendimento. Na *Arquitetônica da razão pura*, os conceitos e princípios próprios da ontologia parecem ser remetidos à faculdade do *entendimento* e também à faculdade da razão.

Na passagem dos *Progressos* os objetos a que devem se referir o sistema de conceitos e princípios pertinentes à ontologia, são: “objetos dados aos sentidos”, e na passagem da *Arquitetônica da razão pura*, são: “objetos em geral”, sem admitir que sejam dados.

No que concerne à natureza dos conceitos e dos princípios, o resultado dessa comparação se esclarece: nos *Progressos*, a filosofia transcendental apresenta um sistema de conceitos e princípios que parecem restritos aos oriundos do entendimento; na *Arquitetônica,* parece tratar-se do sistema de conceitos e princípios oriundos tanto da própria faculdade entendimento quanto da própria faculdade da razão. Há, pois, divergência. Mas é isso mesmo o que ocorre, ou é somente o que *parece* ocorrer?

Observação mais demorada permite advertir que, nos *Progressos*, a ontologia não está limitada a expor os conceitos e princípios que tem a sua fonte no entendimento: ela deve conter "as condições e os primeiros elementos de *todo* o nosso conhecimento *a priori"*, diz Kant, "mas só na medida em que se referem a objetos que podem ser dados aos sentidos, e, portanto, justificados pela experiência". Ora, o sistema de princípios e conceitos do entendimento não dá conta, obviamente, dessa totalidade de condições: faltam os elementos da sensibilidade, espaço e tempo, chamados por Kant, aliás, vez por outra (em sentido lato) ora 'conceitos', ora 'princípios'.

Ademais, em outra passagem de *Progressos*, encontramos uma referência de Kant a que a ontologia não deve se ocupar somente da investigação dos conceitos do entendimento, mas também do espaço e do tempo como formas da sensibilidade, na medida em que é em referência a estas últimas que os conceitos tornam os aparecimentos em objetos pensados e conhecidos como fenômenos[338].

Segundo afirma Kant, a

> ontologia [...] ensina não a investigar o essencial dos nossos conceitos das coisas mediante análise das características – o que é tarefa da lógica – mas de que modo e que conceitos *a priori* formamos das coisas, para neles subsumir o que pode ser dado na intuição em geral, o que, por sua vez, de nenhuma maneira podia acontecer senão enquanto a forma da intuição *a priori* nos torna esses objetos cognoscíveis no espaço e no tempo simplesmente como fenômenos, não como coisas em si[339].

Contudo, se encontramos nos *Progressos* afirmações por parte de Kant de que pertence à ontologia, concebida como filosofia transcendental, a investigação e apresentação do sistema dos conceitos e princípios do entendimento e também das condições da sensibilidade, as formas da intuição, na medida em que exclusivamente se referem à objetos

---

[338] Cf. Calabria (2006), que tem mostrado, com argumentos sólidos, que Kant usa criteriosamente o termo 'aparecimento' (*Erscheinung*) para referir-se a objetos não determinados conceitualmente, e 'fenômeno' (*Phaenomenon*) para objetos já determinados categorialmente.

que podem ser dados aos sentidos e justificados na experiência, não encontramos nessa obra nenhuma referência por parte de Kant de que pertence à tarefa da ontologia ocupar-se com a investigação e exposição sistema dos conceitos e princípios oriundos da faculdade da razão, tal como parece ser afirmado na passagem citada acima da *Arquitetônica da razão pura*.

Por outro lado, se atentarmos refletidamente à passagem da *Arquitetônica* d*a razão pura* veremos que, quando se refere à função da ontologia como apresentação de um sistema de conceitos e de princípios do entendimento e da própria razão, Kant não quer dizer que os conceitos e princípios pertencentes à última são aqueles da faculdade da razão subjetivamente considerada, as ideias, enquanto princípios meramente regulativos: primeiro, porque tais princípios da razão não se referem a objetos em geral, no sentido de os constituírem, o que, ademais, deve ser o que sempre deve visar fazer a ontologia, de tal modo que devemos inferir que, quando Kant se refere aos conceitos e princípios da própria razão, usa esse termo em sentido lato, semelhantemente ao modo como o usa na *Introdução* para se referir à totalidade da razão pura, que deve conter os princípios de todos os conhecimentos *a priori* de objetos[340].

Aludindo a um sistema de conceitos e princípios da razão, devemos inferir que Kant se refere tanto às formas da intuição quanto aos princípios propriamente ditos do entendimento, que especificam o que é um objeto em geral dado na intuição sensível, o que só pode ocorrer mediante o pressuposto de que a prévia investigação feita na *Estética transcendental* tenha nos revelado a existência das formas puras do espaço e tempo como condições necessárias para que objetos possam tanto vir a ser dados quanto conhecidos numa experiência possível. Formas da intuição essas que, devendo ser demonstradas ser *a priori* puras na *Crítica da Razão Pura* na seção da *Estética transcendental* na exposição metafísica, são por Kant denominadas, em sentido lato, de conceitos e, por vezes, de princípios.

Por outro lado, é de observar-se que, quando na passagem da *Arquitetônica da razão Pura* Kant grifa o termo "entendimento", está chamando a atenção à que o termo "razão" que lhe sucede deve ser entendido em sentido amplo como sinônimo de entendimento. Tal sinonímia é, por exemplo, a que Kant faz explicitamente na seguinte passagem de uma de suas *Lições de Metafísica*, a organizada por Pölitz e que é datada de 1790-1: "Filosofia transcendental é o sistema de todos os nossos conhecimentos *a priori* puros; ela é comumente chamada ontologia e abrange todos conceitos puros do entendimento

---

[339] FM XX: 286.
[340] KrV B 24.

ou[341] da razão"[342]. Agora, se levarmos em consideração que na definição acima o termo "razão" consta como sinônimo de "entendimento", poderíamos interpretar que: a) como Kant se ocupa na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Analítica dos Conceitos*, desde a *Dedução Metafísica* até, e principalmente, uma boa parte da *Dedução Transcendental* em demonstrar que as categorias em si mesmas devem ser concebidas como conceitos de objetos em geral de intuição sensível em geral, seja de qual tipo for, ou seja, como formas do pensamento para um objeto de uma intuição em geral que não necessariamente são espaço temporal, em vista de constituir um objeto para o juízo; b) poderíamos, então, talvez inferir que a ontologia concebida como filosofia transcendental deve restringir-se a se ocupar exclusivamente com a investigação desses conceitos somente no que compete ao que é executado na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Dedução Metafísica* e em algumas partes da *Dedução Transcendental*, sem se ocupar com as formas da intuição sensível, que são o espaço e tempo e suas relações com os conceitos e princípios do entendimento em sua referência à objetos que podem ser dados aos sentidos e, portanto, justificados pela experiência possível para seres finitos como nós, os humanos.

Agora, é de se duvidar que tal seja, ao menos exclusivamente, essa a natureza dos conceitos que Kant está visando ser a ocupação da investigação pertinente à ontologia como filosofia transcendental na definição ofertada acima, e isso por dois motivos.

O primeiro é que a natureza das categorias enquanto tal, como conceito de objetos em geral, por si só não são capazes de produzir conhecimentos, apesar de serem instrumentos necessários para tanto, que é o que se deve esperar de uma ontologia como filosofia transcendental que tenha o *status* de uma ciência, e isso por que: a) para que as categorias possam ser instrumentos para o conhecimento e se expressarem em juízos com valor de verdade, necessitam ter um significado e uma referência que só é alcançada quando elas, além de sua natureza em si, são esquematizadas, isto é, quando elas são interpretadas em acordo com as condições formais que jazem *a priori* fora do próprio entendimento, isto é, na sensibilidade, em sua especificidade de forma da intuição que são o tempo e espaço; que se apresentam assim como condições para que as categorias se mostrem como constituintes necessárias para se conhecer o modo como objetos em geral possam vir a ser conhecidos e dados necessariamente em uma experiência possível, ou seja, como objetos em geral de intuição sensível espaço-temporal; b) categorias em si mesmas como conceitos de objetos em geral, não esquematizadas, não restritas às formas da intuição, principalmente ao tempo,

[341] Grifo nosso.
[342] V-Met-L2/Pölitz XXVIII: 541–2.

podem ter uma significação lógica muito extensa e, do ponto de vista estritamente lógico, podem dar margem a se pensar as coisas em si mesmas, sem qualquer significação cognitiva[343].

Segundo Kant, se das categorias já esquematizadas

> suprimirmos uma condição restritiva, então ampliamos, como parece, o conceito anteriormente limitado. Deste modo, em sua significação pura, independente de todas as condições da sensibilidade, as categorias deveriam valer para todas as coisas em geral *como são*, ao invés dos esquemas das categorias representarem estas coisas somente como aparecem, portanto, têm uma significação muito mais extensa e independente de todos os esquemas. Na realidade, mesmo após a abstração de toda a condição empírica, os conceitos puros mantêm uma significação apenas lógica de simples unidade das representações [...]. Assim, se suprimisse a determinação sensível da permanência, a substância não significaria senão um algo que pode ser pensado como sujeito (sem ser um predicado de algo diverso). Dessa representação não posso fazer nada na medida em que de modo algum me indica que determinação tem a coisa que deve valer como um tal primeiro sujeito. Portanto, sem os esquemas, as categorias são meras funções do entendimento para conceitos, mas não representam objeto algum. Esta significação lhe advém da sensibilidade, que realiza o entendimento na medida em que, ao mesmo o tempo, o restringe[344].

Assim, percebe-se que, se a definição acima de ontologia como filosofia transcendental explicita que esta deve se ocupar de apresentar um sistema dos conceitos que se referem a objetos em geral sem admitir que *objetos sejam dados*, isso não pode significar que ela deve se ocupar *somente* das categorias como conceitos de objetos em geral de uma intuição qualquer, mas que ela deve também se ocupar, principalmente, com os conceitos de objetos em geral que possam vir a ser dados em uma experiência possível, ou seja, com as categorias enquanto esquematizadas. Agora, para que tal investigação seja possível, é necessária uma prévia, a saber, que estabeleça, por um lado, a forma *a priori* da intuição pertinente à que objetos possam ser dados, e uma acerca das condições *a priori* sob as quais pode ser pensada como objetos em geral, ou seja, das categorias em si mesmas como conceitos *a priori* de objetos em geral. Feitas tais investigações isoladas, que devem ser já a ocupação de uma ontologia como filosofia transcendental, é função desta também relacionar ambas as condições para determinar *a priori* a natureza formal dos objetos em geral a serem dados numa intuição sensível espaço-temporal. De modo que, sendo essas três condições acima mencionadas necessárias à elaboração dessa ontologia como filosofia transcendental,

---

[343] Acerca disso, ver Allison, 1992, p. 192 e ss.
[344] KrV A 146/B 186.

ela deve ocupar-se, tanto da investigação feita na *Estética transcendental*, que é a que inicialmente estabelece quais são tais formas da intuição, quanto da investigação realizada na *Analítica dos conceitos,* que estabelece as categorias como conceitos de objetos em geral; na *Dedução transcendental* que prova que as categorias também se referem à objetos em geral que podem vira a ser dados na intuição empírica espaciotemporal, e ademais, na investigação executada na *Analítica dos Princípios,* que estabelece como tais categorias podem ser esquematizadas e, assim, ser utilizadas em juízos sintéticos *a priori*.

O segundo motivo para não considerarmos que, na definição acima ofertada por Kant de filosofia transcendental concebida como ontologia, os conceitos que ela deve se ocupar de expor têm somente a natureza de categorias não esquematizadas é que nela não é dito que a filosofia transcendental tem por finalidade expor somente um sistema de conceitos, mas também é dito que ela deve apresentar um sistema de princípios. Em sendo assim, é de supor-se que, não sendo tais princípios os próprios conceitos, eles, contudo, devem incluí-los não como meras categorias não esquematizadas, mas como categorias já esquematizadas, dado que é tal condição que concede a tais princípios o caráter de serem princípios sintéticos *a priori*.

Em sendo assim, devemos então concluir que tanto a definição de filosofia transcendental compreendida como ontologia apresentada nos *Progressos* quanto a exposta na *Arquitetônica da razão pura* ofertam uma mesma compreensão quanto à natureza dor conceitos e princípios que compete à filosofia transcendental, enquanto ontologia, exibir, quais sejam tanto os conceitos e princípios do entendimento, quanto as formas da intuição denominadas por Kant por vezes como conceitos em sentido amplo, sem que esta deva se ocupar com os conceitos, as ideias em sentido regulativos, oriundas e constitutivas da peculiar faculdade denominada razão.

Resolvida essa primeira dificuldade quanto à possibilidade de se compreender como idênticas as definições de filosofia transcendental apresentadas nos *Progressos* e na *Arquitetônica da razão pura*, passemos a outra dificuldade: a que se refere à natureza dos objetos aos quais os princípios e conceitos da sensibilidade e do entendimento devem se referir.

Na passagem dos *Progressos* os objetos a que devem se referir o sistema de conceitos e princípios pertinentes à ontologia, são ditos ser: “objetos dados aos sentidos”, e na passagem da *Arquitetônica da razão pura*, são ditos ser: “objetos em geral”, sem admitir que sejam dados. Essas afirmações de Kant implicam uma dificuldade: parece que as duas

definições divergem quanto a natureza dos objetos que são pertinentes a ontologia. Tal é caso, ou somente parece ser?

Tão somente objetos dados aos sentidos e justificados, pois, pela experiência são admitidos por Kant, nos *Progressos*, quando da determinação renovada da filosofia transcendental como ontologia, ao passo que na *Arquitetônica da razão pura* os conceitos e princípios próprios a essa redefinição, em seu âmbito, não podem ser delimitados como os "dados aos sentidos": trata-se dos objetos tomados *em geral*: não se admite "que os objetos sejam dados".

Entretanto, será que a expressão "objetos dados aos sentidos e justificados pela experiência", que encontramos na definição de filosofia transcendental dos *Progressos*, aponta o mesmo que a locução "objetos que sejam dados", presente na *Arquitetônica da razão Pura*?

Poderíamos também pensar que a expressão "objetos em geral", da *Arquitetônica da razão pura*, designa algo diferente da expressão "objetos dados aos sentidos e justificados na experiência", utilizada nos *Progressos*, com o que parece que Kant atribuiria à filosofia transcendental a exposição de um sistema de princípios e conceitos para possibilitação do conhecimento de outro tipo de objetos. O resultado seria a negação, na *Arquitetônica da razão pura*, do atribuído à filosofia transcendental como ontologia, nos *Progressos* – e, por óbvio, o inverso é também verdadeiro. Não é essa porém, nossa interpretação. Isto significa afirmar que, nos *Progressos* e na *Arquitetônica da razão pura,* é a mesma concepção fundamental que está em jogo.

De fato, a expressão dos *Progressos* "objetos que são dados aos sentidos e justificados pela experiência" equivale a "objetos em geral" [345], da *Arquitetônica da razão pura,* e não a "objetos que *sejam dados*". Por que, porém, "objetos que são dados", de que se vale Kant nos *Progressos* ("objetos que são dados nos sentidos e justificados na experiência"), não é equivalente a "objetos que *sejam dados*"[346]?

Na passagem dos *Progressos,* a expressão "objetos que são dados aos sentidos e justificados na experiência" diz respeito àquilo que pode e deve ser conhecido como sendo efetivamente um objeto, isto é, aquilo que, a partir de conceitos e princípios *a priori*, podemos vir a conhecer como objeto enquanto tal. Contudo, para que tal seja o caso, isto é, para que algo seja representado por conceitos e princípios *a priori e venha a* ser considerado como objeto, é necessário que seja justificado na experiência mediante sua exibição em uma

[345] KrV A 845 / B 873.
[346] KrV A 845 / B 873.

intuição sensível. Em sendo assim, a expressão "objetos dados aos sentidos e justificados na experiência" deve ser compreendida como significando "objetos em geral *a ser dados*, exibidos, em uma intuição sensível".

Há assim conflito entre o que é expresso na passagem *Arquitetônica da razão* pura e na dos *Progressos* quanto ao modo segundo ao qual deve se entender no primeiro a caso "*objetos que sejam dados*" e no segundo "*objetos que são dados aos sentidos*".

Quando Kant define ontologia, na passagem da *Arquitetônica da razão pura*, exclui de seu âmbito temático "objetos que sejam dados", isto é, objetos, entendidos como aqueles que "sejam dados aos sentidos[347]".

Em fazendo isso Kant parece estar a excluir do escopo da ontologia/filosofia transcendental a abordagem do mesmo tipo de objetos, que na passagem dos *Progressos* sustenta dever abordar, isto é, os "objetos dados aos sentidos", mas, como poderemos constatar, tal não é o caso. Vejamos qual o sentido que Kant atribui à expressão "objetos que *sejam* dados", constante na passagem da *Arquitetônica da razão pura*, para sustentar que "objetos que sejam dados aos sentidos" não é uma ocupação da ontologia/filosofia transcendental.

Na passagem da *Arquitetônica da razão pura* a expressão "objetos que sejam dados" tem o significado de objetos que *já* "sejam dados aos sentidos[348]", isto é objetos *já* dados tanto aos sentidos externos, os corpos, quanto ao sentido interno, o eu, a alma. Ou seja, trata-se dos "objetos singulares *já* dados em uma intuição sensível, empírica". Comprova-o que, logo após afirmar que a ontologia não deve admitir (*assumir*) objetos que *sejam dados*, Kant procede à consideração das ciências particulares, pertinentes à fisiologia da razão pura em sentido imanente, afirmando, com efeito, que estas devem ocupar-se com "o conjuntos dos objetos *dados* (sejam dados aos sentidos...); [349]", isto é, que as ciências pertinentes à fisiologia imanente devem se ocupar em estabelecer "um conhecimento a priori, portanto uma Metafisica, de objetos na medida em que são dados aos nossos sentidos, e portanto a posteriori"[350], isto é, que elas deve ocuparem-se de objetos *admitidos* como *já* nos são dados pelos sentidos. De modo que, diferente da ontologia, que pretende ocupar-se com "objetos em geral", a Física Racional e a Psicologia Racional, as duas ciências particulares que compõem a parte imanente da fisiologia da razão, têm por tarefa ocupar-se do conhecimento a priori do conjunto de objetos *já admitidos* como dados aos sentidos: a primeira cuida do conhecimento

[347] KrV A 845 / B 873.
[348] KrV A 845 / B 873.
[349] KrV A 847 / B 875.

a priori do conjunto de objetos *já admitidos* como dados aos sentidos externos, os corpos, ao passo que a segunda cuida do conhecimento a priori do objeto *já admitidos como dado* no sentido interno, eu, a alma.

São, precisamente, os objetos atinentes às ciências particulares pertencentes à fisiologia da razão pura aqueles que a *Arquitetônica da razão pura* afirma que os princípios e conceitos da ontologia não devem se referir, isto é: objetos que *sejam* já *dado aos sentidos".* A interdição recai, pois, sobre objetos singulares *já* dados em uma intuição sensível.

Assim, se conceitos e princípios que se referem a "objetos em geral" que *não são dados* caracterizam a investigação da ontologia, trata-se de objetos não *admitidos*, *assumidos* como dados; daí a diferença entre ontologia e ciências metafísicas particulares próprias à fisiologia da razão pura. São precisamente objetos já dados em uma intuição sensível particular, como corpos, espacialmente, ou a alma, temporalmente[351], o que cada ciência metafísica particular deve exibir sob a forma de conceitos e princípios.

Em sendo assim, temos que nas passagens dos *Progressos* e da *Arquitetônica da razão pura*, a expressão "objetos dados" aparece diversamente: Na primeira significa "objetos que *devem vira ser dados* aos sentidos, em uma intuição sensível e justificados pela experiência", e na segunda "objetos *já dados* aos sentidos, e, portanto, já exibidos em uma intuição empírica".

Frente a isso, interessa-nos mostrar, porém, a equivalência entre "objetos dados aos sentidos e justificados na experiência", dos *Progressos,* e "objetos em geral", da *Arquitetônica da razão pura*. Nesta última, como vimos, Kant atribui funções distintas à ontologia e às ciências particulares. Tais ciências compõem (são partes d') a Metafísica da Natureza: a ontologia, sem assumir objetos que sejam *dados*, deve apresentar conceitos e princípios *a priori* referidos a objetos em geral; a Física Racional e a Psicologia Racional[352], por sua vez, devem referi-los a objetos particulares *já admitidos, assumidos, como dados* aos sentidos, em uma intuição sensível. No entanto, a partir desse encaminhamento poderia alguém entender que princípios e conceitos ontológicos referir-se-iam a "objetos em geral sem admitir objetos *que venham a s*er dados[353]", ou que *viessem a ser dados* em uma intuição sensível, empírica. Ora, isto significaria confundir ou falsear Kant.

Se a ontologia deve referir seus conceitos e princípios a objetos em geral sem admiti-los como objetos que *já sejam dados*, cabe-lhe considerar que sua função seja diferente

---

[350] KrV B 876 / B 875.
[351] KrV A 845 / B 873.
[352] Cf. KrV A 845 / B 873.

daquela das ciências particulares, bem como que tais conceitos e princípios não devem ser aplicados ao conhecimento *a priori* de um objeto singular de intuição sensível – e isto difere do anterior afirmado acima, pois que firmaria o "compromisso ontológico" de expor conceitos e princípios (da filosofia transcendental) aplicados à determinação de objetos que *podem não se apresentar* em uma experiência possível. Isto, porém, significaria fazer uso vazio e transcendental desses conceitos e princípios[354], o que revestir-se-ia de caráter dogmático, segundo Kant, deve ser evitado. O uso vazio e o caráter consequentemente dogmático identificam a ontologia tradicional – contra a qual se estabelece a filosofia transcendental, a qual tem como condição necessária o referir-se a objetos que possam vir a ser dados na intuição sensível (sob a forma do espaço e do tempo). Assim, nossa interpretação conclui que, na *Arquitetônica*, a expressão "objetos em geral" deve significar "objetos em geral de intuição sensível espaço-temporal"[355].

Agora podemos fechar os passos da argumentação. Se a *Arquitetônica da razão pura* se ocupa em apresentar uma definição de filosofia transcendental, concebida como ontologia; se, sua tarefa, visa apresentar conceitos e princípios remetidos a objetos em geral "sem admitir que objetos *sejam* dados[356]", porém estendendo a expressão "objetos em geral" aos que podem vir "a ser dados em intuição sensível"; se, nos *Progressos,* a definição de filosofia transcendental (enquanto ontologia) acaba por referir-se a objetos "somente na medida em estes que podem ser dados aos sentidos e, portanto, justificados pela experiência", - considerando os pontos anteriores, pois, temos que ambas, *Arquitetônica da razão pura* e *Progressos*, apresentam definições que intencionam precisamente aos mesmos objetos aos quais a filosofia transcendental aplicará seus conceitos e princípios.

Kant apresenta, pois, uma mesma definição de filosofia transcendental, nos *Progressos* e na *Arquitetônica da razão pura*. A partir das passagens examinadas, pode-se afirmar, conclusivamente, que a ontologia crítica kantiana deve ser considerada uma filosofia transcendental que se constitui na apresentação do sistema dos conceitos da faculdade da sensibilidade (conceitos em sentido lato, isto, do espaço e tempo); e dos conceitos (as categorias) da faculdade do entendimento (isto é, as categorias) e dos princípios do entendimento (isto, é os juízos sintéticos a priori), na medida em que se referem a objetos em geral que podem vir a ser dados na intuição sensível, e, portanto, justificados na experiência.

---

[353] KrV A 845 / B 873.
[354] Cf. KrV A 238 / B 297 e ss.
[355] Uma detalhada exposição acerca desse ponto é apresentado por Freuler (1992, p. 357 e ss).
[356] KrV A 845 / B 873.

Em sendo assim, constata-se que é adequada à equivalência que os estudiosos de Kant, mencionados acima, têm feito entre as duas definições que Kant nos *Progressos* e na *Arquitetônica da razão pura* apresenta de sua ontologia crítica como filosofia transcendental.

Contudo, é de se observar que, se equivalentes quanto ao teor e extensão as definições de filosofia transcendental apresentadas nos *Progressos* e na *Arquitetônica da razão pura*, e se em ambas Kant concebe a filosofia transcendental como ontologia, isso não nos autoriza a concluir, como fazem os já mencionados comentaristas, que Kant sustente que a filosofia transcendental, concebida como ontologia, é executada exclusivamente na *Crítica da Razão Pura* (*Estética transcendental* e *Analítica transcendental*). Vejamos.

Kant, nos *Progressos*, de fato sustenta que a *Crítica da Razão Pura* se constitui em filosofia transcendental. É o que se constata na seguinte passagem:

> A filosofia transcendental, isto é, a doutrina da possibilidade de todo o conhecimento *a priori* em geral, que é a crítica da razão pura, cujos elementos foram agora integralmente expostos, tem por objetivo o fundamento (*Gründung*) de uma metafísica; ...[357].

No entanto, tal não é caso quando atentamos ao que ele afirma da *Arquitetônica razão pura*:

> A filosofia da razão pura ou é uma *propedêutica* (exercício preliminar) que investiga a faculdade da razão no tocante a todo o conhecimento puro a priori, e denomina-se *crítica*, ou constitui, em segundo lugar, o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro como o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática, e chama-se *Metafísica*. Este último nome, contudo, também pode ser dado a toda a filosofia pura incluindo a crítica, a fim de abarcar tanto a investigação de tudo aquilo que pode ser conhecido a priori quanto também a exposição daquilo que perfaz um sistema de conhecimentos filosóficos puros desta espécie, porém distinto de todo uso empírico e de todo o uso matemático da razão[358].
>
> A Metafísica divide-se na do uso especulativo e na do uso prático, sendo portanto ou metafísica da natureza ou metafísica dos costumes[359].
>
> (...) A parte especulativa da metafísica, a que se apropriou preferentemente este nome - ou seja a que denominamos filosofia da natureza, a qual considera tudo na medida em que é (não o que deve ser) a partir de conceitos a priori - divide-se da seguinte maneira. A Metafísica, assim chamada em seu sentido mais estrito, consiste, na filosofia transcendental e na fisiologia da razão pura. A primeira considera a penas o entendimento e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem

[357] FM XX: 43.
[358] KrV A 841 / B 869.
[359] KrV A 841/ B 869.

> a objetos em geral sem admitir objetos que *sejam dados* (ontologia); a segunda considera a natureza, isto é o conjunto dos objetos *dados* (sejam dados aos sentidos, sejam dados, se se quiser, a uma outra espécie de intuição), e é portanto uma fisiologia (se bem que tão somente rationalis)[360].

Como podemos observar nas passagens acima Kant, diferentemente do que sustenta nos *Progressos*, não mantém que a filosofia transcendental concebida como ontologia deve ser realizada na *Crítica da Razão Pura,* mas afirma que ela deve vir a ser elaborada quando da execução do no sistema da razão pura, ao qual ela se apresenta como propedêutica, notadamente como uma das ciências constitutivas da Metafísica da Natureza.

Não é incoerente que Kant, nos *Progressos*, sustente que a filosofia transcendental, considerada uma ontologia, é exposta na *Crítica da Razão Pura* e, na *Arquitetônica da razão pura*, identifique a filosofia transcendental à ontologia?

Se nos *Progressos* bem como na *Arquitetônica a razão pura* a filosofia transcendental (como ontologia) é a apresentação de todo o conjunto de conceitos e princípios *a priori* que se referem à determinação do objeto em geral (enquanto objeto *que deve vir a ser dado* na intuição sensível), e que isso *parece* pertinente a *Estética transcendental* e *Analítica transcendental,* o que justifica que a *Arquitetônica da razão pura* tome a ontologia como ciência atinente a uma subdivisão do sistema da razão pura, a Metafísica da Natureza?

Em síntese, aqui parece que nos encontramos frente ao seguinte contrassenso: a filosofia transcendental/ontologia é executada nas seções da *Estética transcendental e na Analítica transcendental*, e esta é propedêutica à Metafísica da Natureza, a qual contém como sua primeira parte a filosofia transcendental/ontologia aí exposta, então a filosofia transcendental/ontologia, na medida em que é definida tanto num caso como noutro mediante os mesmos termos e escopos, acaba por ser uma propedêutica de si mesma, e deveria ser transposta tal qual é exposta na *Estética transcendental* e *Analítica transcendental* para a primeira parte da Metafísica da Natureza, de que é propedêutica.

Frente a tal situação, podemos afirmar que: a) os comentaristas que mencionamos acima, ao atribuírem à *Crítica da Razão Pura* uma ontologia em sentido crítico como filosofia transcendental executada nas seções da *Estética transcendental* e *Analítica transcendental* e ao identificarem as duas citações acima mencionadas, acabam por sustentar um contrassenso; e b) conforme a linha de raciocínio que apresentamos, tal contrassenso encontra-se na própria filosofia kantiana no momento em que Kant apresenta uma mesma definição de filosofia transcendental, tanto para a ontologia que atribui ser efetivada na *Crítica da Razão Pura,*

---

[360] KrV A 845 / B 873.

quanto para a que atribui dever ser efetivada na primeira parte da Metafísica da Natureza, a que a *Crítica da Razão Pura* é dita ser propedêutica.

Em sendo assim, pergunta-se:

a) O contrassenso acima mencionado tem sido reconhecido pelos comentaristas e pelo tradutor dos *Progressos* para a língua portuguesa? Têm eles se ocupado em conceder-lhe a devida atenção? Têm eles reconhecido estar tal contrassenso na própria obra kantiana, ou buscado mostrar que tal contrassenso é somente aparente?
b) Tal contrassenso que encontramos na obra de Kant é de fato real ou aparente? Encontramos na obra de Kant elementos que nos permitem desfazer tal contrassenso?

Ao atentarmos às obras dos comentadores anteriormente mencionados, o que se percebe é que nenhum deles tem-se ocupado de constatá-lo como ocorrendo na própria obra Kantiana, ou a buscar ofertar um argumento que possa dissolvê-lo, e isso porque não têm atentado ao simples fato de que, apesar de as duas definições dadas acima, por Kant, de filosofia transcendental serem equivalentes, elas não se remetem *somente* ao que é realizado na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Estética transcendental* e, proeminentemente, na seção da *Analítica transcendental*, *mas também* ao que Kant afirma ser o que deve ser executado na ciência que constitui a primeira parte da Metafísica da Natureza a que a *Crítica da Razão Pura* deve ser propedêutica, isto é, à ontologia concebida como filosofia transcendental.

Em sendo assim, dado que não podemos recorrer ao auxílio de tais comentaristas, seja para encontrarmos algum argumento que referende que esse contrassenso se encontra na obra de Kant, ou algum argumento que possa dissolvê-lo, a alternativa que nos resta é recorrermos a investigar se, na própria *Crítica da Razão Pura* e em outras obras de Kant, encontramos elementos que referendem que está a ocorrer realmente tal contrassenso ou que se possa dissolvê-lo considerando-o meramente aparente. Na sequência, buscamos demonstrar que encontramos na obra de Kant elementos que nos conduzem à compreensão de que ele de fato não está sustentando nenhum efetivo contrassenso, apesar de apresentar duas definições de filosofia transcendental concebidas como ontologia em sentidos equivalentes.

5.2. A Filosofia transcendental como Ontologia na *Crítica da Razão Pura* e na primeira parte da Metafísica da Natureza: um contrassenso aparente

Para nos ocuparmos em sustentar que o contrassenso que identificamos no item anterior é aparente, devemos nos perguntar se encontramos na obra de Kant alguns elementos que possam nos auxiliar a obter um rumo a uma via investigativa capaz de mostrar que tal contrassenso não é efetivo.

5.2.1. Da identificação de elementos que podem dissolver o contrassenso

O elemento que pode nos ajudar a desfazer o contrassenso de que devemos nos ocupar agora é encontrado no item VII da *Introdução*.

Nesse item, Kant afirma que a *Crítica da Razão pura* deve fazer algo que lhe é peculiar, nomeadamente, a derivação e enumeração dos conceitos primitivos da síntese *a priori*, isto é, das categorias, também denominadas por Kant em alguns momentos da obra de predicamentos, e que a filosofia transcendental a que deve ser propedêutica deve fazer algo que aquela não faz, mas em atenção ao que ela já fizera, qual seja, uma análise detalhada dos conceitos primitivos, das categorias, dos predicamentos do conhecimento *a priori já* descobertos e expostos pela própria *Crítica da Razão Pura* e ademais proceder a partir das categorias que ela estabelece a derivação de outros conceitos puros, ofertando sua completa enumeração. Quando atentamos a essas tarefas específicas pertentes à *Crítica da Razão Pura* e à filosofia transcendental a que é propedêutica, e as relacionamos ao fato de que Kant apresenta uma mesma definição de filosofia transcendental como ontologia tanto para o que a *Crítica da Razão Pura* deve executar nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* quanto para a filosofia transcendental como ontologia que deve pertencer a uma das ciências que projeta escrever como pertencente à Metafísica da Natureza no sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, já vislumbramos uma possível solução ao contrassenso apontado.

Esse pode vir a ser desfeito se pudermos demonstrar que, apesar de Kant usar a mesma definição de filosofia transcendental concebida como ontologia tanto para o que é executado na *Crítica da Razão Pura* quanto para o que deve ser executado pela filosofia transcendental a que é propedêutica, essa última deverá ser diferenciada daquela porque, *para além de executar a mesma tarefa* que ela também realiza nas seções da *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*, deve executar uma tarefa específica que aquela não faz, qual seja, a análise detalhada dos conceitos primitivos do entendimento, das categorias, estabelecidos por aquela, e a derivação delas de predicáveis, constituindo-se

assim a primeira em ser uma filosofia transcendental ainda incompleta e a segunda na integralidade da filosofia transcendental.

Na sequência, nos dedicamos a demonstrar que encontramos tanto na *Crítica da Razão Pura* quanto nos *Prolegômenos* algumas declarações de Kant que confirmam que o que estamos a sugerir pode resolver o contrassenso acima referido, mostrando-o ser aparente, bem como algumas declarações que apontam para o modo como deve executar a tarefa específica que deve ser realizada na Filosofia transcendental concebida como ontologia a ser elaborada como uma ciência pertencente à Metafísica da Natureza e, assim, ao sistema da razão pura e que, ademais, tal filosofia transcendental concebida como ontologia se constitui na elaboração do sistema completo da filosofia transcendental.

5.2.2. Das declarações de Kant na *Analítica dos conceitos*

Afora a referência que Kant faz no item VII da *Introdução* ao fato de que a filosofia transcendental que deve suceder a *Crítica da Razão Pura* deve executar uma análise detalhada dos conceitos primitivos, das categorias, que recenseia e, também, uma derivação destes de predicáveis, a próxima referência que Kant faz nessa mesma obra acerca das tarefas contrastantes que cada uma deve desempenhar se encontra na seção da *Analítica dos conceitos.*

Antes de apresentarmos tal referência contrastante, importa observar que já na *Introdução* geral da *Analítica transcendental* Kant, ao explicar o propósito de tal seção, enuncia alguns requisitos a que ela deve atentar, referindo-se já aí a que tal seção deve incidir sobre a busca da origem e enumeração dos conceitos puros elementares, primitivos do entendimento e não sobre os que se podem extrair, deduzir, destes, quais sejam os conceitos puros derivados. A passagem é a seguinte:

> Esta analítica é a decomposição do nosso inteiro conhecimento *a priori* nos elementos do conhecimento puro do entendimento. Os pontos importantes a este respeito são os seguintes: 1) que os conceitos sejam puros e não empíricos; 2) que pertençam não à intuição e à sensibilidade,[361] mas ao pensamento e ao entendimento; 3) que sejam conceitos elementares e bem distinguidos dos conceitos derivados ou compostos de conceitos; 4) que a sua tábua seja completa e que preencha inteiramente o campo do entendimento puro[362].

[361] Esse é mais um momento, na *Crítica da Razão Pura,* em que Kant está a considerar *espaço* e *tempo* como conceitos em sentido amplo.

Também é importante notar que Kant, já no primeiro parágrafo da *Analítica dos conceitos,* ao explicar em que consistirá o empreendimento a ser executado nesse livro da *Analítica transcendental*, não o caracteriza como concernente à crítica transcendental, mas já à filosofia transcendental. Assim, aqui na *Analítica dos conceitos* o que é dito pertencer a uma Filosofia transcendental cai no âmbito da investigação que lá no item VII da *Introdução* era dito ser pertinente a uma crítica transcendental e não à filosofia transcendental. Aqui se mostra novamente o contrassenso, que já apontamos outrora. Aqui novamente Kant *parece* que se esquecera do que afirmara no item VII da *Introdução*, notadamente que a *Crítica da Razão Pura* não deveria ser denominada uma filosofia transcendental, mas uma crítica transcendental. A passagem é a seguinte:

> Por Analítica dos conceitos entendo não a sua análise ou procedimento costumeiro nas investigações filosóficas, de decompor segundo o seu conteúdo e levar à clareza os conceitos que se oferecem, mas a ainda pouco tentada decomposição da própria faculdade do entendimento, para investigar a possibilidade de conceitos *a priori* mediante a sua procura unicamente no entendimento, como lugar de seu nascimento, e a análise do puro uso do entendimento em geral. Esta é, com efeito, a tarefa específica de uma filosofia transcendental. O resto consiste em abordagem lógica dos conceitos na filosofia em geral[363].

Nessa passagem existem quatro elementos importantes para a nossa questão: a) a tarefa de uma *Analítica dos conceitos* visa avaliar a faculdade do entendimento como uma faculdade de conhecimento *a priori* para nela descortinar a origem de conceitos puros *a priori*, enumerá-los e legitimar o modo de seu uso puro; b) tal tarefa é a específica de uma filosofia transcendental; c) há uma tarefa que é costumeira nas investigações filosóficas, que consiste em decompor um conceito segundo seus conteúdos, levando à clareza conceitos que tal filosofia estabelece; e d) tal análise consiste na abordagem lógica dos conceitos.

Dos pontos a) e b) importa ressaltar que Kant considera que a análise do entendimento em vista da origem dos conceitos puros, e de seu uso puro, que é o que vai empreender em geral na *Analítica dos conceitos*, nas seções da *Dedução metafísica* e da *Dedução transcendental*, não é uma investigação pertinente exclusivamente a uma crítica transcendental, mas é uma já pertinente à filosofia transcendental. Mas, mais do que isso, Kant diz que tal investigação *é a tarefa específica da filosofia transcendental*, de modo que

---

[362] KrV A 64 / B 89.
[363] KrV A 65-6 / B 90-1.

isso já indica que, na elaboração da filosofia transcendental a ser efetivada após a *Crítica da Razão Pura*, tal tarefa não deve ser negligenciada.

Dos pontos b) e c) importa destacar que Kant não considera que a decomposição dos conceitos segundo seu conteúdo, em vista de conduzi-los à clareza, seja um empreendimento estritamente peculiar à filosofia transcendental, mas à filosofia em geral. De modo que, sendo a filosofia transcendental também filosofia, não está excluída a possibilidade de que, em tese, ela também possa proceder a uma análise lógica de tais conceitos.

Essa última observação aponta para a possibilidade de que uma decomposição lógico-analítica desses conceitos descobertos pela filosofia transcendental na *Crítica da Razão Pura* possa vir a ser executada pela filosofia transcendental que lhe deve suceder e, se for o caso, possa vir, a saber, mais a frente, a se coadunar com as afirmações de Kant exposta no item VII da *Introdução*, quando diz que a filosofia transcendental a que *Crítica da Razão Pura* é propedêutica deve-se ocupar em "ofertar uma análise detalhada[364]" dos conceitos puros do entendimento já estabelecidos por aquela.

Estabelecidos os propósitos dessa seção e feitas as observações acima, Kant passa a se ocupar em demonstrar na seção conhecida como *Dedução metafísica* a origem dos conceitos puros do entendimento, mostrando que estes são originários dos juízos e, assim, se constituem em conceitos que expressam no juízo uma função de unidade da síntese *a priori* de um múltiplo, sendo conceitos de objetos em geral, denominando-os de categorias puras, e a apresentar seu integral sistema. Feito isso, Kant passa a algumas considerações acerca do que já alcançara na dedução dos conceitos puros do entendimento das categorias, bem como outras acerca do que se pode derivar do executado acima. Dentre estas últimas, a seguir destacamos as que dizem respeito à possibilidade de definir as categorias e a possibilidade de extrair, deduzir, delas os seus conceitos derivados. Fazemos isso com um duplo propósito, por um lado, demonstrar que aqui nessa seção da *Crítica da Razão Pura* Kant também afirma que tais tarefas deverão pertencer à filosofia transcendental a ser executada após tarefa já executada na *Crítica da Razão Pura* e, por outro, destacamos a compreensão do modo como ele entende dever tal filosofia executar tais tarefas. A primeira consideração de Kant é a seguinte:

> Como os verdadeiros conceitos primitivos do entendimento puro, as categorias possuem também seus conceitos derivados igualmente puros que de modo algum podem ser descurados num sistema completo de filosofia

[364] KrV B 25.

> transcendental. Mas me contentarei num ensaio meramente crítico com sua menção[365].

Frente a isso, cabe destacar os seguintes pontos. Se na seção da *Dedução metafísica* das categorias Kant demonstra que os conceitos puros do entendimento são originados nos juízos, já aqui nessa passagem afirma que os conceitos derivados não deverão ser originados nos juízos, mas exclusivamente das categorias puras. Em sendo assim, fica óbvio que tais conceitos, na medida em que derivados dessas últimas, também deverão ser considerados conceitos puros, ou seja, não deverão ser considerados conceitos empíricos, nem conceitos puros da intuição, como por vezes chama espaço e tempo, nem conceitos construídos na intuição pura, como são os conceitos da matemática, devendo ademais ser considerados, tanto quanto as categorias, conceitos puros originados do entendimento. De modo que, sendo função de uma filosofia transcendental, conforme expresso KrV A 65-6 /B 90 descobrir a origem dos conceitos do entendimento e enumerá-los, devemos também considerar que a descoberta da origem, assim como a enumeração dos conceitos derivados das categorias puras do entendimento, é uma tarefa que deve também pertencer à filosofia transcendental. Assim, mesmo não sendo o caso de que tal derivação seja executada na *Crítica da Razão Pura* quando esta realiza a função pertencente à filosofia transcendental, quanto à origem e enumeração dos conceitos puros primitivos do entendimento, tal tarefa deve ser necessariamente executada quando da elaboração de um sistema completo da filosofia transcendental.

Contudo, na passagem acima vemos que Kant agora, diferentemente do que fizera na passagem anterior, não afirma que tal derivação não será feita pela filosofia transcendental que tem por tarefa a descoberta da origem e enumeração dos conceitos primitivos do entendimento, mas justifica que tal derivação não será feita na *Crítica da Razão pura*, que somente deverá mencionar tal possível derivação porque esta se constitui em um *ensaio meramente crítico*. Assim, o que temos aqui é que Kant parece pôr numa passagem o que imediatamente, na outra, exclui.

Entretanto, isso parece não ser o caso se considerarmos o seguinte. Ao atribuir à *Crítica da Razão Pura* o caráter de um *ensaio crítico*, Kant não está a dizer que ela não pode em algum sentido já ser a elaboração da filosofia transcendental *em algum* dos seus aspectos, mas está a dizer ela não pode ser *em todos* os aspectos. De modo que, ao realizar seu escopo crítico, que faz com que seja denominada crítica transcendental, ao investigar nessa seção a

[365] KrV A 81 / B 107.

origem dos conceitos puros do entendimento para estabelecê-los e enumerá-los, não é ainda uma filosofia transcendental em sua completude, visto que, em fazendo isso, está a investigar as condições de possibilidade de sua completude. Assim, no momento em que a *Crítica da Razão Pura* opera sua tarefa de crítica transcendental e busca estabelecer as condições de possibilidade de execução de todas as tarefas que o sistema da filosofia transcendental pode realizar, e que diz respeito à derivação e exposição da completude dos conceitos puros do entendimento, seja dos primitivos e derivados, ela é um ensaio crítico em filosofia transcendental.

Contudo, no momento em que a crítica transcendental empreende alguma dessas tarefas, qual seja o estabelecimento dos conceitos puros primitivos do entendimento, ela já não é só um ensaio crítico de filosofia transcendental, mas já licitamente uma filosofia transcendental. Por outro lado, na medida em que ela estabelece que também é pertinente à tarefa da filosofia transcendental derivar dos conceitos primitivos, dos predicamentos, os predicáveis, mas não executa tal derivação, ela continua sendo, sob esse aspecto, um ensaio crítico de filosofia transcendental. De modo que a completude da filosofia transcendental só deverá ser alcançada quando ela realizar essa tarefa e todas as outras que porventura a *Crítica da Razão Pura* venha *a* estabelecer como sendo de sua alçada. Sob esse prisma enunciado, fica claro aqui que, ao menos sob certo aspecto, o que a *Crítica da Razão Pura* executa como crítica transcendental, na *Analítica dos conceitos* pertence à peculiaridade de uma filosofia transcendental que já efetiva e, assim, a uma parte do sistema completo da filosofia transcendental, que, por sua parte, deverá realizar o que a própria *Crítica da Razão Pura* como filosofia transcendental faz, mas também algo mais, qual seja, extrair das categorias os conceitos derivados.

Em sendo assim, mostra-se aqui que a filosofia transcendental que deve ser elaborada após *Crítica da Razão Pura* é entendida, por Kant, como a apresentação do sistema completo da filosofia transcendental, enquanto que o que a *Crítica da Razão Pura* executa até o final da *Analítica dos princípios* pode, em contraste àquela, já em certa medida ser considerada de modo legítimo uma filosofia transcendental, mas parcial, na medida em que realiza uma boa, e grande parte, do que é necessário para a elaboração de um sistema completo de filosofia transcendental. Contudo, essa parte de uma filosofia transcendental que já efetua, se dá no interior da realização de um projeto maior que lhe é prévio, e que consiste na efetuação de uma crítica transcendental.

Após ter-se referido que a dedução de conceitos derivados das categorias deve ser executada no sistema completo da filosofia transcendental, que deve ser exposto após a

Crítica da Razão Pura, Kant denomina os conceitos derivados de predicáveis em oposição aos conceitos originários (categorias puras), que denomina de predicamentos. Em fazendo isso, afirma que o estabelecimento do conjunto dos conceitos originários, os predicamentos, e dos que lhe são derivados e subalternos, proporcionaria um sistema completo de todos os conceitos do entendimento puro. Nesse momento, volta a afirmar que a execução de tal completude não será feita na própria *Crítica da Razão Pura*, mas em trabalho futuro (assim como dissera na passagem anterior, que é aqui subentendida) que deverá ocupar-se em expor o sistema completo da filosofia transcendental.

Esse sistema completo da filosofia transcendental, pelas conclusões a que chegamos nos capítulos precedentes da tese, deverá ser concebido como ontologia, como a primeira das ciências em que se divide a Metafísica da Natureza, e isso porque somente essa parte das ciências em que se constitui sua integralidade é concebida como uma filosofia transcendental e, assim, como uma ontologia.

A passagem em que isso transparece é a seguinte:

> Seja-me permitido denominar estes conceitos puros, mas derivados, do entendimento, *predicáveis* do entendimento puro (em oposição aos predicamentos). Quando se possuem os conceitos originais e primitivos, os derivados e subalternos podem ser acrescentados facilmente e a árvore genealógica do entendimento puro imaginada inteiramente. Já que eu não tenho em vista aqui a completude do sistema, mas somente os princípios para um sistema, reservo essa complementação para um outro trabalho[366].

Na passagem acima, Kant deixa claro que a exposição de um sistema dos conceitos puros do entendimento que compreende tanto os conceitos originários do entendimento (as categorias, predicamentos) quanto os que lhe são subalternos (os predicáveis), não deve ser uma mera rapsódia, nem uma tarefa pertencente estritamente à lógica em geral, mas à exposição integral de toda a "árvore genealógica do entendimento puro".

Kant, na *Introdução* da *Analítica dos conceitos*, na passagem que citamos acima (KrV B 90-1), afirmara que o empreendimento que está por executar nessa seção, no que concerne à demonstração e enumeração dos conceitos puros que têm origem no entendimento puro, é uma tarefa específica da filosofia transcendental. Agora, na última passagem que citamos (KrV B 108), se refere a que o sistema completo dos conceitos originários bem como os subalternos devem nos ofertar a árvore genealógica completa do entendimento, dando a

[366] KrV A 82 / B 108.

entender que a árvore genealógica dos conceitos do entendimento apresentada na *Analítica dos conceitos* só é completa no que respeita aos conceitos originários, as categorias, os predicamentos, e que a árvore genealógica do entendimento para ser exposta em sua completude deve incluir tanto a exposição dos predicamentos quanto a dos predicáveis. Ademais, afirma aí também que a tarefa que está a executar não visa ainda à apresentação da completude de um sistema, mas à oferta dos princípios para um sistema, que deve vir a ser executado futuramente.

Ao relacionarmos o que é dito nessas duas passagens mencionadas, o que devemos extrair é que, se a *Crítica da Razão Pura* deve ser considerada uma filosofia transcendental, porque o empreendimento que faz ao apresentar a árvore genealógica dos conceitos primitivos do entendimento é uma tarefa exclusiva à filosofia transcendental que tem por uma de suas tarefas estabelecer os conceitos primitivos e abrir o campo de uma possível derivação a partir destas de predicáveis, então o sistema que deve vir a ser erigido após *Crítica da Razão Pura*, e que Kant projeta escrever, deve ser uma filosofia transcendental completa porque executa uma genealogia completa da árvore do entendimento, ou seja, deve apresentar tanto os conceitos primitivos originários do entendimento puro, as categorias, quanto derivar destes o sistema completo dos conceitos que são seus predicáveis.

No que respeita a como se pode proceder a tal derivação a ser executada num sistema completo de filosofia transcendental, Kant oferta um indício de como ela deverá ser feita.

Ele diz que, para executar tal derivação, pode-se relativamente recorrer aos manuais de Ontologia, e que executar o elenco completo dos conceitos derivados seria um trabalho útil, mas por ora dispensável aos propósitos de uma analítica do entendimento, que se ocupa em investigar a origem "dos conceitos puros dos originários da síntese que o entendimento contém em si *a priori* (...) na medida em que unicamente por tais conceitos pode compreender algo do múltiplo da intuição e pensar um objeto dela"[367].

Assim, pertence à *Analítica dos conceitos* descobrir os conceitos puros como unidades sintéticas e, ademais, justificar o necessário uso de tais conceitos para o conhecimento de objetos em geral de intuição sensível, dando assim os primeiros passos significativos para a demonstração da contribuição que o entendimento puro pode ofertar para a investigação pertinente à aquisição do conhecimento transcendental e, assim, da síntese pura em toda a sua extensão.

[367] KrV A 80 / B 106.

Ademais, visando mostrar como se pode executar um sistema completo de conceitos puros do entendimento que compreenda, para além dos predicamentos do entendimento estabelecidos na *Analítica dos conceitos*, também os predicáveis, na sequência Kant passa a ofertar alguns exemplos de como estes últimos podem ser subordinados e derivados daqueles. Os exemplos que Kant oferta de tal possível subordinação, em atenção a alguns predicamentos que podem ser encontrados como expostos nos manuais de Ontologia, são os seguintes:

> à categoria de causa devem-se subordinar os conceitos de força, ação e paixão; à categoria de comunidade, os predicáveis de presença e resistência; aos predicamentos de modalidade, os predicáveis de nascimento, perecimento, mudança, etc.[368].

Essa referência de Kant aos manuais de Ontologia onde já se encontram expostos muitos dos predicamentos e dos predicáveis deles derivados é um ponto importante, pois que aponta a duas observações relevantes que Kant tece. A primeira é que: "Ligadas aos modos da sensibilidade pura ou entre si, as categorias fornecem uma grande porção de conceitos *a priori* derivados"[369]. A segunda é que "chamar a atenção sobre esses, e onde possível, elencá-los completamente constituiria um esforço útil e não desagradável, mas dispensável aqui"[370].

No que se refere à primeira observação, é importante notar-se que Kant aponta agora ao modo como deve ser executada a derivação dos predicáveis das categorias, dos predicamentos. Kant afirma que se pode derivar predicáveis não só de uma categoria, mas que também eles podem ser derivados de mais de uma categoria ligadas entre si, ou ligadas aos modos da sensibilidade pura. O que, por um lado, permite entender que ele sustenta que os predicáveis tanto podem ser derivados das categorias puras quanto das categorias puras esquematizadas.

Já a segunda observação chama atenção para o fato de que Kant afirma que, apesar de ser útil elencar os predicáveis, tal derivação é dispensável para os propósitos visados pela *Crítica da Razão Pura*. Tal dispensabilidade deve-se a que a tarefa fundamental da *Crítica da Razão Pura* consiste em executar uma investigação que estabeleça as condições para os princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão e, assim, dos juízos sintéticos *a priori*. Frente à execução de tal propósito, basta a descoberta da origem dos conceitos puros do entendimento, as categorias e a demonstração do modo de seu uso necessário na

[368] KrV A 82 / B 108.
[369] KrV A 82 / B 108.
[370] KrV A 82 / B 108.

elaboração do sistema dos princípios do entendimento, como um sistema de juízos sintéticos *a priori* que determinam os fundamentos do conhecimento *a priori* de como objetos em geral podem ser dados e constituídos em uma experiência possível. Contudo, apesar de sustentar tal dispensabilidade na *Analítica dos princípios,* ao tratar da segunda analogia da experiência (KrV A 204 / B 249), Kant chamará a atenção para alguns dos conceitos que podem ser derivados da categoria de substância e sua relação com o conceito de causa[371].

Na *Analítica dos conceitos*, após Kant discorrer sobre o contraste entre a tarefa que a *Crítica da Razão Pura* deve desempenhar quanto ao estabelecimento de um sistema das categorias, de predicamentos, enquanto esta já se constitui em filosofia transcendental não completa, e sobre a tarefa que é da competência de um sistema completo de filosofia transcendental, e que concerne a proceder quanto aos predicamentos a derivação destes dos predicáveis, Kant volta a se referir a que compete à *Crítica da Razão Pura*, além disso, também efetuar e o que compete a ser estabelecido no futuro ao sistema da razão pura, à que ela é propedêutica, afirmando ser uma das tarefas desse último ofertar a definição das categorias. Definir as categorias significa o mesmo que no item VII da *Introdução*[372] chamou de ofertar uma "análise detalhada dos conceitos primitivos", e que lá atribuíra dever ser efetivada num futuro sistema de filosofia transcendental. Frente a isso devemos concluir que segundo Kant empreender "uma análise detalhada dos conceitos primitivos do entendimento" significa o mesmo que "ofertar as suas definições".

Agora, na medida em Kant no item VII da *Introdução* atribui ao sistema da filosofia transcendental, a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, a tarefa de executar as definições das categorias, e que aqui na *Analítica dos conceitos* também atribui a execução da definição das categorias ao sistema da razão pura, a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, e, na medida em já sabemos, pelo que ficou demostrado nos capítulos anteriores da tese, que o sistema razão pura deverá ser composto de várias ciências metafísicas, e que só uma dentre estas tem o *status* de filosofia transcendental, a ontologia, devemos então concluir que Kant sustenta que quando da elaboração do sistema da razão pura será tarefa exclusiva de filosofia transcendental concebida como ontologia empreender a definições das categorias.

Quanto à posição que *Crítica da Razão Pura* deve assumir em relação às definições das categorias, Kant faz, no final de B 108 e em B 109, as seguintes observações: a) nessa obra se dispensará propositalmente de apresentar suas definições, conquanto já estivesse em condições de fazê-lo; b) que as desmembrará, decomporá, até o grau suficiente

[371] KrV A 204 / B 249 e ss.
[372] KrV A 13 /B 27.

necessário às finalidades visadas pela última seção da obra, a *Doutrina do Método*; c) que a apresentação de suas definições é também dispensáveis devido a que poderiam suscitar, em um leitor, dúvidas e objeções quanto à sua consistência, o que poderia desviar a atenção ao essencial de seu próprio propósito; d) que a *Crítica da Razão Pura,* apesar de não definir as categorias, por ser uma tópica sistemática, deixa por si só já revelar os locais em que elas poderiam ser definidas.

Já no que compete a apresentação das definições das categorias, Kant estabelece que: a) elas devem necessariamente ser definidas no sistema da razão pura; b) a *Crítica da Razão Pura* propicia as condições para o estabelecimento de um "dicionário completo, com todas as explicações exigidas para tanto"[373], ou seja, com todas as explicações necessárias para a definição de cada uma das categorias e dos predicáveis, o que deve ser executado no sistema da razão pura.

Ao fazer tais observações, Kant não atribui explicitamente a definição das categorias ou a apresentação de seu dicionário completo à filosofia transcendental a ser executada após a *Crítica da Razão Pura*, mas ao sistema da razão pura. Contudo, que tal seja ocaso está implícito, dado que tal afirmação deve ser entendida como fazendo parte do contexto das passagens em que Kant atribuí a apresentação do sistema completo, tanto das categorias como dos predicáveis ao sistema completo da filosofia transcendental a ser elaborado após a *Crítica da Razão Pura* como a primeira parte da Metafisica da Natureza, que é um dos ramos em deverá se dividir o sistema da razão pura a que a *Critica da Razão Pura* é propedêutico. De modo que, quando aqui em B 108-9 afirma que o dicionário completo de suas definições deve ser executado no sistema da razão pura, devemos entender que o que está a dizer é que tal dicionário deve ser apresentado na parte do sistema da razão pura onde é exposto o sistema completo da filosofia transcendental e, assim, na primeira parte da Metafísica da Natureza, que se constitui em ser uma filosofia transcendental concebida como ontologia.

No parágrafo 11 da *Analítica dos conceitos,* Kant começa a tecer uma série de considerações acerca da utilidade da tábua das categorias que a *Crítica da Razão Pura* estabelece e das consequências que dessas pode-se extrair no tocante "à forma científica de todos os conhecimentos da razão pura"[374]. Dentre essas, cabe destacar a seguinte:

---

[373] KrV A 83 / B 109.
[374] KrV A 83 / B 109.

> Essa tábua é extremamente útil e mesmo indispensável para projetar *o plano completo do todo de uma ciência* na medida em que repousa sobre conceitos a priori, e para dividi-la matematicamente segundo *princípios determinados* [...] e, consequentemente, de instruir todos os momentos de uma projetada ciência especulativa, inclusive sobre a sua ordenação, do que já dei provas em outro lugar"[375].

Se lermos essa passagem tendo em vista o contexto das passagens anteriores citadas, vemos que aqui Kant, já tendo apontado a contribuição da tábua das categorias para o estabelecimento do sistema completo da filosofia transcendental, que, como ciência, deve vir a pertencer à primeira parte em que se divide o sistema da Metafísica da Natureza, e ser concebida como uma ontologia, passa agora a apontar para sua contribuição à outra das ciências que deve também pertencer à Metafísica da Natureza, a *Física Racional*, que expõe nos *Princípios*.[376]

5.2.3. Das declarações de Kant da *Analítica dos princípios*

Após tais referências feitas na *Analítica dos conceitos* de que tanto as definições das categorias quanto a drivação destas de seus predicáveis não deve ser ocupação da filosofia transcendental, que é a *Crítica da Razão Pura*, mas deve ser ocupação da filosofia transcendental que deve ser exposta após esta última, Kant, na *Analítica dos princípios*, novamente voltará a se referir a tais tarefas contrastantes.

Ao tratar, na *Segunda analogia da experiência*, do conceito de causalidade e de sua aplicação a objetos empíricos já dados aos sentidos externos, como corpos e, assim, de um assunto pertinente, já à física racional, Kant faz a seguinte observação:

---

[375] KrV A 83-4 / B 109-10.

[376] Essa passagem em que Kant aponta para a contribuição da Tábua das categorias a uma das ciências metafísicas imanentes pertencentes à fisiologia da razão pura, a Física Racional e que *Princípios*, MAN, tem por proposito apresentar os seus princípios puros a priori, pode dar azo à interpretação de que é nessa obra que Kant expõe os conceitos derivados das categorias, os predicáveis, ofertando assim completude à filosofia transcendental exposta na *Crítica da Razão Pura*. Contudo, em assim interpretando-a dever-se-ia considerar que MAN, na medida em que expõe os conceitos puros que possibilitam os princípios puros a priori do conhecimento dos corpos, considerados objetos dos sentidos externos, seria uma obra de filosofia transcendental e de ontologia, o que iria de encontro a distinção que Kant propõem em KrV B 873-4 entre filosofia transcendental/ontologia e fisiologia da razão pura, e também à distinção que faz em MAN IV: 7-20 entre a parte transcendental da metafísica da natureza e sua parte aplicada. Paton, 1936, p. 307, por exemplo, sustenta que é em MAN e em *Opus Postumum* que Kant apresenta os conceitos puros do entendimento derivados das categorias, os predicáveis, sem, por um lado, atentar para essas diferenciações feitas por Kant, e por outro lado, aventar a possibilidade de que Kant projetasse já expor os conceitos derivados das categorias, os predicáveis, como procuramos demostrar nesse capítulo da tese, num sistema completo de filosofia transcendental (ontologia) que se configura em ser a primeira ciência que deve ser elaborada como uma das partes em que deverá ser dividida a Metafísica da Natureza, a que a *Crítica da Razão Pura* deve ser propedêutica.

> Esta causalidade leva ao conceito de ação, esta ao conceito de força e deste modo ao conceito de substância. Já que não quero misturar a minha tarefa crítica, que se volta unicamente para as fontes do conhecimento sintético a priori, com decomposições concernentes à elucidação (não à ampliação) dos conceitos, remeto ao futuro sistema da razão pura a discussão detalhada de tais conceitos; se bem que uma tal análise já se encontre em grande medida nos até agora conhecidos manuais desta espécie. Não posso, todavia, deixar intocado o critério empírico de uma substância na medida em que parece se manifestar pela permanência do fenômeno, mas melhor e mais facilmente pela ação[377].

Nessa passagem, Kant afirma três coisas importantes: a primeira é que, como já fizera em momentos anteriores, volta a afirmar que a *Crítica da Razão Pura* não deve se ocupar com as definições das categorias nem com a derivação destas de predicáveis, porque isso deve ser efetivado no futuro sistema da razão pura, na medida em que é a ele que deve competir a tarefa da sua elucidação, isto é, discussão detalhada de tais conceitos (definição). A segunda é que volta a afirmar o que já dissera em KrV B 108, isto é, que em certa medida essa análise pode ser feita facilmente se recorrendo aos manuais de ontologia onde já se tem um modelo de uma apresentação de definições de conceitos primitivos, de predicamentos e uma derivação destes de predicáveis; a terceira é que, se ao sistema da razão pura compete a definição das categorias e a derivação destas dos predicáveis, isso não significa que tal sistema deva ficar restrito a realizar somente essa tarefa. Kant, nessa passagem, faz referência a duas tarefas diferentes que nega ser atribuição da *Crítica da Razão Pura* e atribui a ser realizada separadamente ao sistema da razão pura: uma elucidativa e outra ampliativa. De modo que podemos inferir que a primeira tarefa deverá ser de incumbência da ciência da filosofia transcendental concebida como ontologia que deverá ser elaborada como uma das ciências de que devera ser composta a Metafisica da Natureza, que é um dos ramos em que se divide o sistema da razão pura a ser elaborado segundo os parâmetros propedêuticos estabelecidos pela *Crítica da Razão Pura*, e que a segunda tarefa deverá ser de incumbência de uma das ciências da Metafísica da Natureza que pertence a fisiologia da razão da razão pura, isto é, a Física Racional, em atenção a tarefa anteriormente executada pela filosofia transcendental concebida como ontologia.

Feita essa última observação, na sequência do texto Kant se dedicará, contudo, não a apresentar a elucidação do conceito de substância, ou de seus conceitos derivados, mas se dedicará, apesar de isso não ser a tarefa específica da *Crítica da Razão Pura*, a discorrer

[377] KrV A 203 / B 249.

sobre o critério empírico da substância, mostrando como os conceitos de ação e de força estão implicados na causalidade de um objeto corpóreo sobre outro.

O interessante aqui é que Kant aventa a possibilidade de o sistema da razão pura executar duas tarefas distintas acerca dos conceitos de substância, ação, força e sua relação com a causalidade, uma elucidativa e outra ampliativa, dando margem a que se pense que o tem em mente é que esses podem ser tratados por duas ciências distintas do sistema da razão pura.

Assim, na medida em que somos cientes, dado a investigação que fizemos no capítulo anterior da tese, de que: a) a parte principal do sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão* pura é propedêutica é a Metafísica da Natureza e esta se subdivide em várias ciências metafísicas, dentre as quais se encontra a filosofia transcendental concebida como ontologia; b) pelo que também vimos no atual capítulo, a filosofia transcendental se ocupa com a elucidação das categorias do entendimento e a derivação destes de predicáveis, e a física racional, que vimos se ocupar com os objetos dos sentidos externos concebidos como corpos, podemos inferir que, na passagem citada, Kant está aventando que é tarefa da filosofia transcendental concebida como ontologia, tanto elucidar, desmembrar, definir o conceito de sustância e causa, quanto derivar da primeira os predicáveis de ação e força, e que é tarefa da *Física Racional* aplicar tais conceitos e, assim, ampliar seu uso aos objetos empíricos concebidos como corpos.

Assim, na medida em que Kant concebe um duplo tratamento dos mesmos conceitos, tanto pela filosofia transcendental concebida como ontologia, quanto pela física racional, interpretações como a de Paton[378], que atribuem exclusivamente à obra *Princípios* ou ao *Opus Postumum* a tarefa da derivação dos predicáveis das categorias puras do entendimento se mostram como inadequadas.

Afora as afirmações de Kant acima mencionadas, ele não faz, na *Analítica dos princípios*, qualquer outra referência às tarefas que devem ser executadas no sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* deve ser propedêutica. Contudo, no capítulo terceiro da *Analítica dos princípios* denominado *Do fundamento da distinção de todos os objetos em geral em phaenomena* e *noumena*, Kant tece importantes considerações acerca da natureza das definições filosóficas que se podem atribuir às categorias.

Neste capítulo da *Analítica dos princípios*, que precede a seção da *Dialética transcendental,* Kant faz uma recapitulação sumária das soluções adquiridas nas seções

[378] Paton, 1936, p. 307.

anteriores a respeito da questão de como são possíveis os juízos sintéticos *a priori* e, assim, de sua relação com os princípios do entendimento e que resultaram no fato de que "todos os princípios do entendimento puro não são senão princípios *a priori* da possibilidade da experiência[379]" e, assim, dos próprios objetos de uma experiência possível, dado que "unicamente a esta se referem todas as proposições sintéticas *a priori*, até mesmo a sua possibilidade se funda totalmente sobre essa referência"[380].

Com o propósito de recapitular como se chega a tal resultado e mostrar que os "princípios puros do entendimento puro [...] não contêm outra coisa senão, por assim dizer, o esquema puro para a experiência possível[381]" e, assim, um uso empírico, Kant abordará a contribuição das categorias do entendimento na formação dos princípios do entendimento e na formação de juízos sintéticos *a priori.* Ao fazer isso, buscará mostrar que as categorias, apesar de se originarem no entendimento puro e, assim, independente da experiência, só têm significado e referência e podem receber uma definição real se forem esquematizadas.

Nesse sentido, Kant busca inicialmente mostrar que os princípios do entendimento puro, apesar de ser *a priori* são também sintéticos e, nessa medida, devem ter um uso empírico, voltado a determinar as formas constitutivas dos objetos da experiência e não um uso transcendental voltado à forma constitutiva das coisas em si mesmas. Assim, dado que estes últimos são formados por categorias puras do entendimento, a questão que se impõe para Kant é demonstrar que os conceitos puros do entendimento também devem implicar um uso empírico, e não transcendental. Nesse sentido, Kant esclarece que:

> O uso transcendental de um conceito, em qualquer princípio, consiste no fato de ser referido a coisas me geral e em si mesmo; o uso empírico, porém, consiste em ser referido meramente a *fenômenos*, isto é, a objetos de uma *experiência* possível[382].

Assim, na medida em que as categorias admitem tanto um uso transcendental quanto um uso empírico e delas podem ser derivados dois tipos de princípios, a questão que se impõe a Kant é demonstrar que o uso transcendental das categorias, quando aplicadas em princípios que se referem a coisas em geral, é possibilitado por seu caráter meramente lógico e, quando aplicadas em princípios que se referem a objetos de uma experiência possível, para além de ter um caráter lógico, elas têm o caráter de ser esquematizadas. Acerca desse ponto, afirma:

---

[379] KrV B 294.
[380] KrV B 294.
[381] KrV A 237 / B 296.

> Para todo conceito requer-se, em primeiro lugar, a forma lógica, de um conceito (do pensamento) em geral e, em segundo lugar, também a possibilidade de dar-lhe um objeto ao qual se refira. Sem esse objeto, o conceito não possui nenhum sentido e é inteiramente vazio de conteúdo, se bem que possa conter a função lógica de fazer de eventuais dados um conceito[383].

Assim, na medida em que um conceito e, assim, uma categoria pura é considerada somente como uma função lógica nos juízos, ele se constitui somente "em uma unidade de um múltiplo em geral[384]" e, de igual modo, "mediante a categoria pura... [é] somente expresso em vários modi o pensamento de um objeto em geral"[385], elas são "meramente a forma pura do uso do entendimento com respeito aos objetos em geral e ao pensamento"[386]. De modo que, segundo Kant, "as categorias [puras em si mesmo] não podem pensar ou determinar qualquer objeto"[387].

Contudo, dirá Kant que, apesar das categorias serem uma função lógica dos juízos, como pensamento da unidade de um múltiplo em geral, que tem a forma de um objeto em geral, se a elas não forem dadas um objeto a que se refiram, serão vazias de conteúdo e sem significação. Agora, se é um fato que os conceitos puros são originados puramente no entendimento nas formas lógicas do juízo, como unidades sintéticas de um múltiplo, é também um fato que, para que elas tenham sentido e referência a objetos, a condição é que se remetam às formas *a priori* do múltiplo de uma intuição *a priori*, à "condição formal sob a qual algo pode ser dado na intuição"[388], pois sem isso não recebem um conteúdo e uma significação *a priori* que lhe concede o uso determinante e constitutivo do modo como o múltiplo empírico deva ser unido na forma de um objeto conhecido em uma experiência possível e, assim, não possuem realidade objetiva. Nesse sentido, diz Kant, esse deve ser

> o caso de todas as categorias e dos princípios derivados dela [o que], torna-se claro pelo seguinte. Não podemos definir de modo real nenhuma categoria, isto é, tornar compreensível a possibilidade de seu objeto sem descer imediatamente às condições da sensibilidade, por conseguinte, à forma dos fenômenos, aos quais, como seus únicos objetos, elas devem consequentemente limitar-se; porque sem esta condição é eliminada, desaparece toda significação, isto é, a relação com o objeto, e mediante

---

[382] KrV A 238 / B 298.
[383] KrV A 238 / B 298.
[384] KrV A 247 / B 304.
[385] KrV A 247 / B 304.
[386] KrV A 248 / B 305.
[387] KrV A 248 / B 305.
[388] KrV A 248 / B 305.

> nenhum exemplo podemos compreender que espécie de coisa é propriamente entendida por tal conceito[389].

Em sendo assim, percebe-se que Kant está aqui nesta seção da *Analítica dos princípios* sustentando que, desvinculadas das condições da sensibilidade, isto é, das formas puras da intuição que são espaço e tempo, as categorias não podem ser definidas de modo real, significando isso que, se elas são esquematizadas, elas podem ter uma definição real, e é desse modo que devem ser usadas nos princípios sintéticos *a priori*, que somente devem dizer respeito a objetos a serem dados em uma experiência possível.

Tendo assim Kant demonstrado que as categorias para terem uma possibilidade não só lógica, mas também real, e que esta última deve ser concedida pela sua definição real, ele passa a ofertar alguns exemplos de definições reais e, ao fazer isso já no primeiro exemplo que oferta, usa de cautela afirmando que a definição que apresentará será "aproximada". Vejamos os dois primeiros desses exemplos:

> Ninguém pode explicar o conceito de magnitude em geral, senão aproximativamente, da seguinte maneira: ela é a determinação de uma coisa, pela qual se pode pensar quantas vezes a unidade é posta nela. Este "quantas vezes", entretanto, funda-se sobre a repetição sucessiva, por conseguinte, sobre o tempo, e a síntese (do homogêneo) nela. A realidade, em oposição à negação, só pode ser esclarecida se se pensa um tempo (como o conjunto de todo o ser), que seja pleno de ser ou vazio[390].

Após ofertar esses dois exemplos de definições reais, Kant também dá outros, só que agora, ao fazê-lo, tece alguns comentários acerca da decorrência da falta de significação que acarreta a tentativa de definição meramente lógica de algumas categorias se a elas não se conceder uma definição real, dado que a elas falta a referência à objetos de uma experiência possível, o que é garantido por sua esquematização no tempo. Vejamos um exemplo em que isso ocorre:

> Se deixo de lado a permanência (que é a existência em todo o tempo), não me resta para o conceito de substância senão a representação lógica do sujeito, a qual suponho realizar, enquanto me represento algo que pode ter lugar simplesmente como sujeito (sem ser predicado de todas as coisas). Todavia, eu não somente não conheço absolutamente as condições sob as quais esta prerrogativa lógica seja própria a qualquer coisa, mas, além disso, não posso fazer nada com ela e não posso dela tirar a menor consequência,

[389] KrV A 240-1 / B 299-300.
[390] KrV A 240-1 / B 300.

> porque desse modo não é determinado qualquer objeto para uso desse conceito e, portanto, não se sabe se ele significa qualquer coisa[391].

Tendo ofertado tais definições reais, Kant conclui demonstrando que:

> A ilusão de tomar a possibilidade lógica do *conceito* (já que ele não se contradiz a si mesmo) pela possibilidade transcendental das *coisas* (já que ao conceito corresponde um objeto) pode enganar e contentar somente pessoas inexperientes[392].

Essa passagem é interessante por dois motivos. O primeiro é que ela revela uma ironia. Kant aqui está chamando todos os defensores da ontologia wolffiana e, dentre eles, Baumgarten, de inexperientes. O segundo é que, se temos visto que Kant afirma que a filosofia transcendental como ontologia que deve redigir após a *Crítica da Razão Pura* como primeira parte da Metafísica da Natureza, deve executar as definições das categorias, tem-se aqui um duplo alerta: de definições lógicas são se devem extrair conclusões acerca das coisas em si mesmo, pois isso é tratá-las de modo ingênuo. As únicas definições que expressam realidade objetiva são as definições reais que não apresentam as determinações das coisas em si, mas sim as determinações formais constitutivas dos objetos em geral que possam vir a ser dados em uma experiência possível, dos objetos concebidos como fenômenos[393].

5.2.4. Das declarações de Kant na *Doutrina transcendental do método*

Na *Doutrina transcendental do método,* Kant novamente abordará o tema da natureza das definições das categorias, só que agora ressaltando exclusivamente os aspectos principais pelos quais elas se diferenciam das definições usadas na matemática, com o propósito de mostrar que a filosofia a ser executada quando da ocasião do estabelecimento do sistema da razão pura, ao qual a *Crítica da Razão pura* é propedêutica, não deve imitar as definições usadas pela matemática.

---

[391] KrV A 243 / B 301.

[392] KrV A 244 / B 302. Acerca disso, veja-se também KrV A 244 / B 303 n. 46. "Numa palavra, todos os conceitos não podem ser *documentados*, e assim não podem demonstrar a sua possibilidade *real* se é eliminada toda a intuição sensível (a única que possuímos); e com isso só nos resta ainda a possibilidade *lógica*, isto é, o conceito (pensamento) é possível, mas não é disso que se fala, mas sim se o conceito se refere a um objeto e se, portanto, significa alguma coisa".

[393] Cf. A 245 / B 303. "O entendimento *a priori* jamais pode fazer mais do que antecipar a forma de uma experiência possível em geral, e visto que o que não é fenômeno não pode ser objeto algum da experiência, que o entendimento não pode jamais ultrapassar os limites da sensibilidade, dentro dos quais unicamente podem ser-nos dados objetos."

Kant, já nos primeiros parágrafos dessa segunda parte de sua obra, esclarece: "Compreendo por *Doutrina transcendental do método*, pois, a determinação das condições formais de um sistema completo da razão pura"[394].

Nesse sentido, manifesta que o objetivo dessa parte da obra é construir o plano de um edifício de ciências metafísicas que serão constitutivas do sistema da razão pura a partir dos materiais angariados na parte anterior da obra, isto é, na *Doutrina Transcendental dos Elementos.* Essa parte do livro é dividida em alguns capítulos. O primeiro trata da disciplina da razão pura. "Denomina-se disciplina à compulsão mediante a qual se limita, e finalmente, se extirpa aquela propensão constante de divergir de certas regras"[395]. Kant, após partir dessa caracterização de "disciplina", oferta várias explicações acerca de em que consiste a disciplina da razão pura, dentre as quais revela a seguinte: "Convém observar, todavia, que, nesta segunda divisão principal da crítica transcendental, de modo algum dirijo a disciplina da razão pura ao conteúdo, mas tão simplesmente ao método do conhecimento a partir da razão pura"[396].

Na passagem acima, existem dois elementos importantes a que devemos atentar. O primeiro é que Kant se refere a essa divisão da *Crítica da Razão Pura* como a de uma crítica transcendental e não de uma filosofia transcendental, o que está em acordo com a afirmação que faz no item VII da *Introdução* (KrV B 25), mas em desacordo coma afirmação que faz logo após na mesma *Introdução*, em seu último parágrafo (KrV B 29-30), quando passa a afirmar que a doutrina da sensibilidade, a *Estética transcendental*, é uma das divisões da obra que pertence à filosofia transcendental, considerando assim que a *Crítica da Razão Pura*, nesta seção, já é uma filosofia transcendental. O fato de Kant considerar aqui – nessa passagem da *Doutrina transcendental do método* – que as divisões gerais da *Crítica da Razão Pura* pertencem à crítica transcendental demonstra que ele, apesar de não deixar explícito em sua obra como conciliar essas declarações que parecem um contrassenso, parece ter em mente que tal não é o caso.

O segundo elemento é que a disciplina da razão pura deverá incidir estritamente sobre o método que a razão pura deve usar para adquirir conhecimentos *a priori* que deverão ser expostos no sistema da razão pura, coagindo a razão a não imitar métodos que poderiam iludi-la quanto ao atingimento de seus propósitos. Segundo Kant, o método que a razão deve evitar é o usado na matemática. Tanto a filosofia em geral quanto a matemática são ciências

[394] KrV A 707-8 / B 735-6.
[395] KrV A 709 / B 737.
[396] KrV A 712 / B 740.

que podem atingir um conhecimento racional *a priori*, a primeira por conceitos e a segunda por construção de conceitos, de modo que a ocupação da *Disciplina da Razão Pura* deve consistir em provar que: "A rigorosa exatidão da matemática repousa sobre definições, axiomas e demonstrações[397]" e "nenhum desses três itens pode ser atingido ou imitado pela Filosofia *no sentido em que são tomados*[398] pelo matemático"[399], disciplinando assim a razão pura a proceder adequadamente. Com esse propósito em vista, Kant se ocupa inicialmente em apresentar a concepção de uma definição. Cito Kant:

> Sobre as definições [Definitionen] - Como a própria expressão indica definir [Definieren] só deve *propriamente* significar tanto quanto apresentar [Darstellen] originariamente, dentro de seus limites, o conceito minucioso [ausführlichen] de uma coisa"[400].

Ao levarmos em consideração os propósitos de Kant enunciados acima, que o conduzem a tratar da "definição" nesta seção, qual seja, demonstrar que a filosofia a ser executada no sistema da razão pura não deve imitar as definições utilizadas pela matemática, percebemos que ele expressa isso mediante duas formulações muito precisas.

Primeiro afirma que seu intento, ao tratar das definições, é demonstrar que a filosofia não pode imitar ou atingir as definições "no sentido em que são tomados pela matemática". Com tal afirmação, fica clara a intenção de Kant. Ao demonstrar que a filosofia não deve imitar as definições da matemática, seu propósito não é sustentar que ela não pode empreender qualquer tipo definição, mas unicamente que ela não pode empreender definições *no estrito sentido em que são tomados pela matemática*.

Segundo, ao caracterizar definição, utiliza-se do advérbio "propriamente", indicando que a caracterização que lhe oferta se refere a um *significado rigoroso de definição*, indicando já com isso que possa haver um *significado mais brando de definição*, que não é ilegítimo. Dado o propósito visado por Kant nesta seção, já se vislumbra aqui nessa passagem que esse significado rigoroso de definição deve ser o que é tomado pela matemática, e que a filosofia a ser exposta no sistema da razão não deverá imitá-la, devendo esta última, por seu lado, se utilizar de definições que devem ser tomadas em um significado mais brando que o rigoroso tomado por aquela. Vejamos como isso se dá. Apresentado o significado rigoroso de

---

[397] KrV A 726 / B 754.
[398] Grifo nosso.
[399] KrV A726 / B 754-5.
[400] KrV A 727 / B 755. As palavras entre colchetes são acréscimos nossos.

definição, Kant esclarece o sentido em que se deve entender cada um dos elementos que lhe dão consistência.

> A *minuciosidade* [Ausfürlichkeit][401] significa clareza e suficiência das notas. *Limites* à precisão, de modo que não haja outras notas além das do conceito detalhado *originário, porém,* que essa determinação de limites não foi derivada de alguma outra coisa e não precisa ainda de uma prova, o que incapacitaria a pretensa explicação de estar à testa de todos os juízos sobre um objeto[402].

Assim, vê-se que uma definição, no sentido rigoroso do termo, significa:

a) Apresentar o conceito minucioso, completo, de uma coisa, isto é, exibi-lo em seus limites precisos, implicando isso, por um lado, expor com clareza cada uma das notas utilizadas para definir o conceito a que se está a definir (o *definindum*), isto é, com absoluta e expressa consciência de todo o seu conteúdo, pois cada nota é um conceito parcial que deve servir para reconhecer o objeto que cai sob o conceito que está a definir (o *definindum*) e, por outro lado, apresentar toda a quantidade absoluta de notas claras e suficientes que constituem o *definiens,* com o propósito de distinguir o conceito que está a definir (o *definindum*) de qualquer outro conceito possível e, também, possibilitar que o *definindum* reconheça de todo o objeto ao qual se refere;

b) As notas apresentadas devem ser originárias, isto é, cada uma delas deve ser primitiva, não devem ser originadas ou derivadas de outras notas expressas na definição, nem de algum lugar que lhe seja exterior, não devendo assim exigir qualquer prova de que pertence à determinação do conceito a que está a definir.

Tendo Kant assim apresentado a caracterização de uma definição em sentido rigoroso, mas tendo também apontado a possibilidade de haver definição em sentido mais brando, sua estratégia consiste em mostrar que existem vários tipos de conceitos que não comportam definição em sentido rigoroso e, depois, mostrar que só os conceitos matemáticos a admitem, mas que os outros, e dentre eles os da filosofia, admitem uma definição em sentido mais brando. Como Kant, para chegar a isso, usa a estratégia de elencar sequencialmente cada um dos tipos de conceitos não filosóficos que não comportam definição em sentido rigoroso, não nos ateremos a demonstrar como procede em relação a cada um destes, mas somente a como procede em referências aos conceitos pertencentes à filosofia.

---

[401] O entre colchetes é acréscimo nosso. Fernando Costa Mattos em sua Tradução da *Crítica da Razão Pura* (2012) verte "ausführlichen" por "completude".

Acerca desses últimos, diz Kant:

> Nenhum conceito dado *a priori*, como, por exemplo, o de substância, causa, direito, equidade, etc., pode, rigorosamente falando, ser definido. Com efeito, jamais posso estar seguro de que a representação clara de um conceito dado (ainda que confusamente) foi minuciosamente desenvolvida, *a não ser que eu saiba que a dita representação é adequada ao objeto*[403].

Ao procedermos à análise de tal passagem, o primeiro a que devemos atentar é que Kant está a negar a possibilidade de se ofertar uma definição rigorosa a conceitos filosóficos, considerando-os como conceitos dados *a priori*. Um conceito dado *a priori* é um conceito que não é dado com origem na experiência, nem é forjado artificialmente pela razão, mas é dado como originado espontaneamente pela operação da própria razão pura.

Em segundo lugar, devemos atentar que Kant afirma que esses conceitos dados *a priori* são dados de maneira confusa, ou seja, já carregam consigo um conjunto de notas, conceitos parciais, que constituem o seu conteúdo, e devem ser trazidas à luz para dar-lhes esclarecimento.

Em terceiro lugar, devemos atentar que Kant considera que, em toda e qualquer tentativa de fornecer aos conceitos dados pela razão uma definição minuciosa, completa, que apresente todas as notas claras que podem esclarecê-lo, dificilmente se pode estar seguro de que todas elas foram suficientemente expostas.

Por último, devemos atentar a que esta última afirmação não é feita de modo categórico, mas condicional, pois que parece haver um modo legítimo de atingir tal minuciosidade das notas e, assim, uma definição completa, minuciosa, exaustiva, qual seja, quando "eu já saiba que a dita representação é adequada ao objeto"[404].

Percebe-se que Kant está jogando com uma dupla possibilidade, a de ser possível atribuir e não atribuir a conceitos dados *a priori*, ou ao menos alguns deles, uma definição em sentido rigoroso. Vejamos como Kant mostrará como isso pode vir a ser o caso. Na sequência do texto, Kant se ocupa em demonstrar mais detalhadamente como se dá a impossibilidade de se ofertar uma definição rigorosa a conceitos dados *a priori* não devido à impossibilidade de esclarecer as notas de um conceito dado *a priori*, mas pela falta de segurança de que a totalidade de suas notas foi esclarecida.

Nesse sentido, Kant efetua seguinte advertência:

---

[402] KrV A 727 / B 755.
[403] KrV A 728 / B 756.

> Mas já que o conceito desse último, tal qual é dado, pode conter muitas representações obscuras das quais não nos damos conta em nossa análise, apesar de sempre as utilizarmos na aplicação deste conceito, então a minuciosidade da análise de meu conceito é sempre duvidosa: mediante uma grande variedade de exemplos apropriados, só podemos tornar provável, mas jamais *apoditicamente* certa essa minuciosidade [Ausfürlichkeit]. Ao invés da definição [Definition], eu preferiria empregar o termo *exposição* [Exposition]; pois, além de ainda continuar sendo cauteloso, esta expressão permite que o crítico lhe conceda um certo grau de validade sem abrir mão de suas dúvidas quanto à minuciosidade da análise[405].
> .

Kant considera que os conceitos dados *a priori*, tais como os já citados conceitos de substância e causa, são dados de modo confuso, contendo em si, como seu conteúdo, todas as notas que lhe são características, de modo que deparando com eles o que se deve inicialmente fazer é torná-los distintos. Essa distinção deve ser atingida mediante um esclarecimento sucessivo de cada uma das diferentes notas que lhe são constitutivas[406]. Assim, se todas as notas forem esclarecidas, obteremos uma completa distinção do conceito e, se essas notas não forem em demasia, obteremos a precisão do conceito e, assim, obtermos sua definição completa.

O problema em relação aos conceitos dados a priori é que, como eles contêm muitas representações obscuras quanto aos objetos a que devem ser aplicadas, o empreendimento do esclarecimento de suas notas nunca nos garante a certeza da identificação do conjunto completo das notas, porque algumas podem ter passado inadvertidas. Contudo, apesar de o esclarecimento das notas alcançadas de um conceito *a priori* possibilitar sua aplicação ao objeto do conceito e essa aplicação for atestada por muitos experimentos, isso não é ainda o índice de que se tenha obtido com certeza a apresentação de todas as notas do conceito, mas sim o índice de que já não cumpre um dos requisitos essenciais para obter o título de "definição" [Definition] em sentido rigoroso, qual seja, certeza absoluta da apresentação de todas as notas claras que devem pertencer a um conceito ao qual se está a definir.

Assim, o procedimento de ofertar a um conceito dado *a priori* de forma confusa uma análise que busque identificar sucessiva e coordenadamente cada uma das notas originárias no próprio conceito e, assim, esclarecê-las, com o fito de angariar a apresentação de todas as suas notas constitutivas, por não garantir a certeza de que todas foram alcançadas com segurança, não se constitui em ser uma definição em sentido rigoroso, apesar de, para

---

[404] KrV A728 / B 756.
[405] KrV A 728-9 / B 756-7. As palavras entre colchetes são acréscimo nosso.
[406] Ver Log. IX: 142.

com essa última, compartilhar a semelhança de alguns dos traços que ela possui, devendo mais propriamente ser denominada de "exposição" [Emposition].

Em sentido rigoroso, dirá Kant que só os conceitos matemáticos podem ser definidos e isso porque, não são dados *a priori,* mas são construídos *a priori.* Conceitos matemáticos:

> contêm uma síntese arbitrária e podem ser construídos *a priori*; [...] pois o objeto que ela pensa também é exposto *a priori* por ela na intuição, e não pode conter não mais nem menos do que o conceito, já que este foi dado através da definição originariamente [407]", somente a matemática consiste em ser uma definição rigorosa.

No entanto, dirá Kant, dado que:

> Para as expressões *exposição* [Exposition], *explicação* [Explikation], *declaração* [Deklaration] e *definição* [Definition], a língua alemã não possui outra palavra senão: *Erklärung*; em decorrência disto, já temos que abrandar um pouco a nossa exigência de rigor, a qual nos levou a recusar às explicações filosóficas o título honorífico de definição[408].

Dito isso, Kant passa a denominar, em um sentido mais brando, as "exposições" filosóficas também de "definições". Contudo, as definições filosóficas devem se diferenciar das definições matemáticas pelos seguintes principais motivos:

a) "As definições filosóficas são unicamente exposições de conceitos dados;" [409]

b) "As definições matemáticas são construções de conceitos originariamente forjados pelo entendimento";[410]

a1) "as primeiras só são obtidas analiticamente através de um trabalho de desmembramento; (cuja completude não é apoditicamente certa)";[411]

b1) as segundas "são construídas sinteticamente";[412]

a2) as definições "filosóficas somente explicam[413]" o conceito;

b2) "as definições matemáticas forjam o próprio conceito"[414].

---

[407] KrV A 729 / B 757.
[408] KrV A 730 / B 759.
[409] KrV A 730 / B 758.
[410] KrV A 730 / B 758.
[411] KrV A 730 / B 758.
[412] KrV A 730 / B 758.
[413] KrV A 730 / B 758.
[414] KrV A 730 / B 758.

A partir de tais diferenciações entre esses dois tipos de definições, Kant extrai a seguinte conclusão geral a respeito do uso que deverá fazer das definições no sistema da razão pura a ser exposto após a *Crítica da Razão Pura*: "A filosofia não deve imitar a matemática no que tange a iniciar com as definições, a não ser que assim proceda a título de mera tentativa"[415].

Como vemos, aqui novamente Kant se expressa de modo condicional. Primeiro, impõe uma restrição; já na sequência, a libera mediante o cumprimento de uma condição. Tanto a proibição quanto o condicional incidem tanto sobre o fato de que a filosofia não deve fazer definições tal qual a matemática faz quanto sobre o método que essa última usa para progredir na aquisição de seu conhecimento.

O argumento que Kant usa é o seguinte: a matemática, para progredir em seus conhecimentos, começa com definições completas construindo *a priori* conceitos e o faz porque não tem conceitos que lhe são dados *a priori* de modo confuso. São as definições que estabelecem os conceitos primários da matemática. Por ocasião da definição, a matemática forja *a priori* notas claras em si mesmas e coordenadas e as liga sinteticamente, construindo assim seus primeiros conceitos. Dado que a matemática constrói seus conceitos mediante a definição, o *definiens* contém com precisão todos os conteúdos que o conceito construído, o *definindum*, deve pensar por seu intermédio. Isso faz com que a definição em matemática nunca possa incorrer em erros. Assim, somente depois de fixada a definição de um conceito, a matemática passa a progredir na aquisição de mais conhecimentos. A estes se progride inicialmente por inferência das definições estabelecidas.

Já a filosofia começa seu processo de progressão no conhecimento a partir do momento em que, tendo conceitos já dados de modo obscuro, começa a esclarecer, decompor, desmembrar suas notas constitutivas. Na filosofia, dado um conceito *a priori* obscuro, originado na própria natureza da razão, a primeira coisa que ela deve proceder é percorrê-lo e buscar fixar e esclarecer sucessivamente suas notas constitutivas, seu conteúdo. Desse modo, cada fixação e esclarecimento de uma nota de um conceito dado *a priori,* de um conceito obscuro, é uma análise e uma exposição desse próprio conceito em vista da obtenção de sua exposição, de sua definição, completa. Assim, como a exposição completa visada é precedida por uma incompleta, que consiste na exposição de várias notas obtidas por análise, essa exposição ainda incompleta deve ser considerada uma definição analítica incompleta.

---

[415] KrV A 730 / B 758.

Segundo Kant, ofertada uma definição incompleta de um conceito filosófico, já se pode inferir daí vários conhecimentos e, dessa forma, quanto mais se progride na exposição e esclarecimento de mais notas, mais conhecimentos podem ser inferidos de uma definição mesmo ainda incompleta. De modo que tal processo deve ser feito até que se atinja a completude da definição que deverá esclarecer e fixar todas as notas do conceito inicialmente dado *a priori* como obscuro e, consequentemente, determinar todo o campo e objetos a que o conceito pode se aplicar na aquisição de conhecimento. Nesse sentido, dirá Kant, diferentemente da matemática, que deve começar por uma definição completa, no sistema da razão pura, "na Filosofia a definição, enquanto uma clareza precisa, deve antes concluir do que terminar nosso labor"[416]:

> A Filosofia formiga [wimmelt] de definições [Definitionen] defeituosas, sobretudo de tais que na verdade contêm efetivamente elementos para a definição [Definition], mas não de um modo completo. Ora, se não pudesse fazer absolutamente nada com um conceito antes que tivesse de ser definido, então as coisas andariam bastante mal para o filosofar. No entanto, visto que tão extensamente quanto alcançam os elementos (da decomposição [der Zergliederug]) pode ser feito um emprego bom e seguro dos mesmos, assim as definições deficientes, isto é, proposições *que propriamente não são ainda*[417] definições, mas de *resto verdadeiras e portanto aproximações delas*, podem ser usadas muito utilmente. Na matemática, a definição concerne *ad esse*, na filosofia *ad melius esse*[418].

Em sendo assim, vemos que, se Kant, aqui na *Doutrina transcendental do método*, por um lado, veda à filosofia que deve vir a ser elaborada no sistema da razão pura a possibilidade de imitar as definições matemáticas, por outro lado, também deixa claro que há um modo legítimo de se executar definições em filosofia, o qual consiste na exposição de conceitos, podendo esta ser incompleta ou completa. Ademais, vemos que, se Kant, por um lado, afirma que em filosofia não se deve começar, mas terminar com proposições completas, e que a partir de definições incompletas já se pode buscar inferir ou progredir na aquisição de conhecimentos; por outro, não nega a possiblidade de que a filosofia obtenha definições completas desde que preencha o seguinte requisito: já se saiba que a representação expressa pelo conceito definido seja completamente adequada ao objeto.

---

[416] KrV A 732 / B 761.
[417] Grifo nosso.
[418] KrV A 733 / B 761. As palavras entre colchetes são acréscimo nosso.

Em admitindo tal possibilidade, o que Kant está a sugerir não é que, quando for possível esgotar-se uma definição completa, a partir daí se deva progredir na aquisição do conhecimento, ou que a partir daí nenhum conhecimento possa mais ser adquirido, mas que a partir da definição completa também se possa adquirir um integral conhecimento não possível de ser alcançado mediante uma definição incompleta. Contudo, para chegar a uma definição completa de um conceito dado *a priori* de modo confuso, é necessário que primeiro se alcance uma definição incompleta. A partir disso, Kant sugere que, no sistema da razão pura, se deve empreender uma investigação que vise inicialmente esclarecer os conceitos dados *a priori* de modo confuso e, assim, apresentar-lhes definições incompletas que, apesar de analíticas, não são somente lógicas, na medida em que elas são expressas com verdade e podem ser usadas já utilmente, podendo delas já ser inferidos muitos conhecimentos verdadeiros, por serem tentativas de aproximação de uma definição completa.

Assim, dado que:

a) O conjunto das considerações que Kant oferta nesta seção da *Doutrina transcendental do método* tem por propósito sustentar que, no sistema da razão pura a ser exposto após a *Crítica da Razão Pura*, deve ser empreendida uma investigação que comece por conceitos dados de modo obscuro e, a partir daí, busque apresentar suas definições;
b) nas outras considerações que demonstramos que ele faz nas outras seções da *Crítica da Razão Pura*, considera que tais definições devem ser feitas quando da elaboração do sistema da razão pura no momento em que é elaborado o sistema completo da filosofia transcendental;
c) os requisitos que expõe na *Crítica da Razão Pura* como os necessários para que a filosofia transcendental se torne um sistema completo de filosofia transcendental, são, tanto aquilo já realizado nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, quanto as definição das categorias e a derivação destas dos predicáveis.

Devemos concluir que:

a) o sistema completo de filosofia transcendental só pode ser elaborado como a primeira das ciências em que divide a Metafísica da Natureza, ou seja, como ontologia, pois que as outras ciências não se constituem em ser filosofia transcendental,
b) a elaboração do sistema completo da filosofia transcendental deve começar pela definição das categorias já estabelecidas pela *Crítica da Razão Pura* como

conceitos primitivos do entendimento, enquanto conceitos dados de modo confuso, progredir a partir daí à derivação de seus predicáveis, apresentando suas definições, e progredir na demonstração de como essas categorias podem ser esquematizadas e aplicadas em um sistema de juízos sintéticos *a priori,* que funcionam como um sistema de princípios que permitam conhecer como objetos podem vir a ser constituídos e manterem relações entre si em uma experiência possível.

Que tal seja o caso é o que podemos constatar em algumas passagens dos *Prolegômenos*.

5.2.5. A parte analítica e sintética do sistema da filosofia transcendental nos *Prolegômenos*

No § I dos *Prolegômenos*, Kant se dedica a explicar as fontes do conhecimento pertencente à metafísica em contraste com as fontes de outras ciências e afirma que, "como seu conceito já determina, elas não podem ser empíricas"[419]. Disso decorre que os seus princípios, suas proposições fundamentais [*grundzätze*] e seus conceitos básicos não podem ser tirados da experiência, que são as fontes de onde a Física e a Psicologia extraem o fundamento de seus conhecimentos. Em fazendo isso, Kant delimita que o conhecimento metafísico deve ser um conhecimento *a priori*, "que provém do puro entendimento e da razão pura". Feito isso, Kant aponta para a diferença que há entre o conhecimento *a priori* da metafísica e da matemática, sendo a primeira um conhecimento racional *a priori* mediante conceitos e, a segunda, por construção de conceitos. Já no seu § 2, como enuncia o seu título, passa a se ocupar em demonstrar qual é o único tipo de conhecimento que pode ser chamado metafísico.

Seu primeiro passo consiste em demonstrar que "o conhecimento metafísico deve conter simplesmente juízos *a priori*, o que é exigido pela peculiaridade de suas fontes"[420]. Feito isso, Kant se dedica a caracterizar os juízos analíticos, os juízos sintéticos *a posteriori*, e os juízos sintéticos *a priori*. No que se refere a estes últimos, busca diferenciar entre os juízos da matemática e da metafísica. No tratamento que concede a estes últimos, começa afirmando que "é preciso distinguir entre os juízos *pertencentes* à metafísica e os juízos *propriamente* metafísicos"[421].

---

[419] Prol. IV: 273.
[420] Prol. IV: 273.
[421] Prol. IV: 273.

Com tal diferenciação, Kant visa demonstrar que a metafísica a ser instituída como ciência deverá assegurar seu *status* peculiar frente a outras ciências mediante o estabelecimento de seus princípios fundamentais como juízos sintéticos *a priori* metafísicos e, que para alcançar tal propósito, ela pode elaborar alguns juízos analíticos que não são efetivamente os que lhe asseguram o seu peculiar *status* metafísico, apesar de eles constituírem-se em juízos sobre conceitos propriamente pertencentes à metafísica. Nesse sentido, Kant afirma:

> Entre os primeiros [os juízos pertencentes à metafísica] contam-se muitos juízos analíticos, mas estes constituem apenas os meios para os juízos metafísicos, para os quais o objetivo da ciência está inteiramente voltado e que são sempre sintéticos. Pois se um conceito, por exemplo, o de substância, pertence à metafísica, também pertencem necessariamente a ela os juízos que decorrem da mera decomposição desse conceito, por exemplo, substância é aquilo que só existe como sujeito, etc., e procuramos assim chegar, por meio de vários juízos analíticos desse tipo, à definição desses conceitos. [...] Porém na análise de um puro conceito do entendimento (tais como os contidos na metafísica) [...] o juízo analítico não é caracteristicamente metafísico, ainda que o conceito seja. [Já] essa ciência [a metafísica] tem algo de peculiar a si própria no que respeita à produção de seus conhecimentos a priori [...] Assim, por exemplo, a proposição tudo o que, nas coisas, é substância, persiste é uma proposição sintética e caracteristicamente metafísica[422].

Vemos assim que Kant, aqui nos *Prolegômenos*, por um lado, está a sustentar que a metafísica, para ser uma ciência peculiar frente a outras, deve expor os seus princípios fundamentais na forma de juízos sintéticos *a priori* em referência aos conceitos puros do entendimento que devem ser considerados conceitos propriamente metafísicos, mas que ela também *pode,* como meio para a elaboração de tais juízos sintéticos *a priori,* empreender uma análise dos conceitos do entendimento implicados em tais juízos, que consiste em proceder à decomposição sucessiva das suas notas características e sucessivamente fixar o resultado do esclarecimento de cada uma delas em uma série de juízos analíticos, até que alcance a definição do conceito.

Em aventando tal possibilidade, Kant descreve, nos seguintes termos, o modo como tal metafísica pode ser elaborada:

> Quando os conceitos *a priori* que constituem a matéria e os implementos da metafísica tiverem sido previamente coletados segundo certos princípios, a análise desses conceitos será de grande valia; e pode mesmo ser exposta, ela

[422] Prol. IV: 273.

> própria, como uma parte especial (como *philosophia definitiva*, por assim dizer), contendo proposições analíticas pertencentes à metafísica, separadamente de todas as proposições sintéticas das quais propriamente a metafísica se compõe. Pois essas análises não têm, de fato, uma utilidade apreciável em lugar algum exceto na metafísica, isto é, tendo em vista as proposições sintéticas que devem ser geradas a partir desses conceitos previamente analisados[423].

Ao atentarmos a essa passagem, vislumbra-se que, quando Kant está a se referir à execução de uma metafísica que deve realizar, por um lado, a definição das categorias e, por outro, uma exposição de todos os juízos sintéticos *a priori,* da qual essa se deve compor. Chamando-a uma *philosophia definitiva*, ele não está a se referir à filosofia transcendental que é executada na *Crítica da Razão Pura*, dado que ela só expõe os juízos sintéticos *a priori* propriamente metafísicos que ela teve por fim justificadamente apresentar e, para tanto, negligencia a definição das categorias, mas está a se referir à filosofia transcendental que deve ser executada após essa na forma de uma *philosophia definitiva*, como a primeira parte da Metafísica da Natureza e que é concebida como ontologia. É de observar-se que tal deve ser entendido ser o caso, quando atentamos que essa *philosophia definitiva,* que deve executar as definições das categorias, só deve ser estabelecida na pressuposição de que as categorias já tenham sido coletadas segundo algum princípio, isto é, na pressuposição de que a *Crítica da Razão Pura* já tenha executado tal tarefa, e isso porque Kant afirma que a oferta de suas definições é só uma implementação ao material já coletado.

Ademais, é de se observar que Kant não atribui a tal *philosophia definitiva* somente a apresentação das definições das categorias, mas também, após estas, de todas as proposições sintéticas a priori compostas por categorias, o que, já tendo sido realizado na *Crítica da Razão Pura*, deve ser novamente reapresentado, reexposto, por essa ocasião, dado que é o cumprimento desses requisitos que concederão a metafísica o seu peculiar *status* uma ciência.

Ademais, que seja à filosofia transcendental a ser executada após a *Crítica da Razão Pura* que Kant está a se referir como *philosophia definitiva*, podemos corroborar ao atentarmos a que ele, mais à frente, nos *Prolegômenos*, ao descrever o que fizera na seção da *Dedução metafísica* para desvendar a origem das categorias e estabelecer sua tábua, se refere também tanto à tarefa da derivação das categorias dos predicáveis quanto à tarefa de suas definições, como a que deve ser executada em um sistema de filosofia transcendental a ser elaborado após a *Crítica da Razão Pura*, como podemos notar nas seguintes passagens:

---

[423] Prol. IV: 273.

> Chamei-os [os conceitos puros do entendimento], como era apropriado, categorias, segundo seu antigo nome, reservando-me com isso o direito de acrescentar integralmente o nome de predicáveis, a todos os conceitos que delas se podem derivar, quer conectando-os reciprocamente ou com a forma pura dos aparecimentos (espaço e tempo), ou com a matéria destes, na medida em que não está ainda determinada empiricamente (o objeto da sensação em geral) tão logo chegasse a um sistema da filosofia transcendental, em prol da qual eu tinha, à época, ocupando-me apenas com a própria crítica da razão[424].
>
> Se além destas [as categorias] se forem enumerados todos os predicáveis que podem ser obtidos de forma bastante completa em qualquer boa ontologia (por exemplo, a de Baumgarten), e ordenados em classe sob as categorias sem deixar de acrescentar uma análise tão completa quanto possível de todos esses conceitos, surgirá então uma parte puramente analítica da metafísica que ainda não contém nenhuma proposição sintética e poderá preceder à segunda parte (a parte sintética), e, pela sua precisão e completude, teria não apenas utilidade, mas em virtude de seu caráter sistemático, também uma certa beleza[425].

Mediante essas passagens, percebemos que Kant projeta executar, após a *Crítica da Razão Pura*, um sistema completo de filosofia transcendental como *philosophia definitiva,* que tem duas partes, uma analítica e uma sintética.

A parte analítica deve consistir na exposição das definições das categorias e na extração destas de predicáveis em referência ao prévio estabelecimento analítico daquelas segundo um princípio, o qual – devemos entender – é o fio condutor que conduziu, na *Crítica da Razão Pura*, à descoberta de sua origem e enumeração nos atos puros do entendimento, ou seja, os juízos. Essa parte analítica consiste assim, inicialmente na definição, na exposição, na clarificação das categorias originadas dos juízos, como conceitos de objetos em geral, dados ainda de modo "confuso". Esse processo de exposição, de definição das categorias, de clarificação, de análise conceitual, como o cumprimento do primeiro requisito necessário para a elaboração da filosofia transcendental concebida como ontologia, com caráter de uma *philosophia definitiva*, não é – usando uma expressão de Guido Almeida, em outro contexto explicativo - "uma coisa simples (pois ela pode, muito ao contrário ser uma coisa bem complicada).[426]" Nesse processo deve-se mediante a clarificação de uma nota constitutiva

---

[424] Prol. IV: 324.
[425] Prol. IV: 325 n. 15.
[426] Almeida, 1992, pp. 94. Essa expressão ocorre no do artigo do professor Guido Almeida acerca teoria kantiana da fundamentação agir moral racional, no contexto de explicação do procedimento filosófico que Kant se utiliza para pra fundamentar sua filosofia moral. Para atingir seu propósito o artigo apresenta: a) a concepção a kantiana de filosofia como "conhecimento racional por conceitos", mostrando como ela implica duas tarefas essências, independente do âmbito a que está a tratar. Sua primeira tarefa sempre consiste na clarificação conceptual, implicando essa uma clarificação de conceitos dados como obscuros, e sua segunda

implicada em uma determinada categoria, assumida como conceito geral de objetos, e dado de modo confuso, chegar-se a fixação do significado aí encontrado numa proposição analítica, que mostre que um significado contrário não é admissível como possível. E assim, de modo igual e sucessivo proceder no que concerne a outras notas da categoria, até que mediante uma cadeia de proposições analíticas, se chegue a identificação de notas da categoria que demonstrem que ela é condição *a priori* de possibilidade constitutiva, implicada e aplicada, na determinação de que objetos em geral possam vir a ser dados, conhecidos enquanto tais como objetos de intuição sensível. Feito isso se encerra o momento analítico referente a tal categoria, obtendo-se assim um conjunto de elementos não exaustivos, mas suficientes para que se dê início ao procedimento sintético, que consiste em justificar como é possível que mediante as notas angariadas no fim das análises fixadas em cada uma das proposições analíticas, a categoria desempenhe a função obtida no processo de sua análise, isto é, de sua definição, exposição. Assim, executada a definição de uma categoria, deve-se passar a outro procedimento, qual seja, investigar se dela se pode derivar predicados, e, em sendo o caso, proceder a sua definição. Passo contínuo, na medida em que se vai definindo as categorias de uma determinada classe, deve-se proceder à investigação acerca de se de duas dessas combinadas pode se derivar predicáveis, e, em sendo o caso, defini-las. Todo esse processo deve ser executado a respeito de todas as categorias, encerrando-se assim o procedimento analítico de efetivação atinte à filosofia transcendental, isto é, a ontologia, tomada em sentido renovado perante o concedido pela tradição antecedente.

Feito isso se deve dar início ao empreendimento do procedimento sintético pertinente à parte sintética da filosofia transcendental/ontologia, que deve consistir em retomar e reexpor o substancialmente já alcançado já na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, tanto no que diz respeito a *Dedução transcendental, ao Esquematismo transcendental* (no qual é apresentado as definições reais das categorias), quanto a *Analítica dos princípios*, culminado assim a ontologia concebida como filosofia transcendental na apresentação do sistema dos juízos sintéticos *a priori* como um sistema dos princípios de uma ciência ontológica em sentido crítico e transcendental, que apresenta todos os juízos sintéticos *a priori* que operam como princípios que estabelecem as condições a priori necessárias para que objetos em geral possam vir a ser dados e conhecidos em uma experiência possível, isto é o "ser" dos objetos em geral de uma intuição sensível,

---

tarefa, que lhe sucede, justificação do obtido na análise conceitual. Ademais, apresenta os passos pertinente ao processo de analise conceitual , relacionados a clarificação e exposição conceitual e sua fixação em proposições analíticas, e o resultado que daí se obtém; bem como os passos pertinentes aos processo de justificação, até sua

tanto quanto as condições necessárias para que mantenham uma relação entre si em uma experiência possível.

Em sendo assim, considerando os elementos que Kant apresenta aqui nos *Prolegômenos* e os elementos que alcançamos nos capítulos anteriores e no presente nos itens 5.2.1 até o item 5.2.4, estamos agora aptos a ofertar uma solução ao contrassenso apontado no final do item 5.1 e que ocasionou toda a investigação feita até agora, demonstrando que tal contrassenso é aparente.

5.3. Da dissolução do contrassenso apontado no final do item 5.1

Após termos demonstrado, no item 5.1, que Kant apresenta duas definições idênticas de filosofia transcendental concebida como ontologia em sentido crítico frente ao sentido que a tradição lhe concedera, uma para o que executa nas seções da *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*, e outra para o que deve vir a executar quando da elaboração da ciência que é pertinente à primeira parte da Metafísica da Natureza, pertencente ao sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, chegamos à constatação de que ao considerar essas definições como idênticas, parece a primeira vista que Kant está a sustentar o seguinte contrassenso:

A filosofia transcendental/ontologia é executada nas seções da *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental*, e esta é propedêutica à filosofia transcendental/ontologia que deve ser elaborada na primeira parte da Metafísica da Natureza quando da execução do sistema da razão pura, ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica. Em sendo assim, dado que as definições que Kant apresenta tanto para o que uma quanto para o que a outra deve executar são as mesmas, temos o seguinte contrassenso: a filosofia transcendental/ontologia executada na *Crítica da Razão Pura* deve ser propedêutica à filosofia transcendental concebida como ontologia que deve ser executada como uma das ciências da Metafísica da Natureza, porém, na medida em que é definida tanto num caso como no outro mediante os mesmos termos e escopos, acaba por ser propedêutica de si mesma, e deveria ser transposta tal qual é exposta na *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental* para a primeira parte da Metafísica da Natureza, de que é propedêutica e, consequentemente, não poderia ser propedêutica a essa última, já que esta seria meramente a repetição do executado pela primeira.

---

fixação em juízos sintéticos a priori.

Contudo, após a identificação de contrassenso, devido às investigações que fizemos posteriormente e que nos conduziram até aqui, vimos que encontramos, na obra de Kant, muitos elementos que nos levam a sustentar que tal contrassenso não é efetivo, mas somente aparente, e isso, porque: a) se é um fato que Kant usa a mesma definição de filosofia transcendental ofertada nos *Progressos* para caracterizar o escopo que realiza nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* que a usada na *Arquitetônica da razão pura* para caracterizar o escopo que esta deve realizar como a ciência, que deve ser elaborada como a primeira parte da Metafísica da Natureza a ser efetivada no sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica; b) também é um fato que Kant procede, em vários momentos de sua obra, à demonstração de que tais escopos não são absolutamente idênticos.

A diferença básica que Kant aponta, em vários momentos de sua obra, e que buscamos tornar transparente, entre os escopos da filosofia concebida como ontologia efetivada na *Crítica da Razão Pura* e a que deve ser elaborada, posteriormente, como a primeira parte da Metafísica da Natureza, consiste em que:

a) A filosofia transcendental concebida como ontologia exposta nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, por um lado, já executa toda uma parte substancial que é necessária à completude da filosofia transcendental, ou seja, demonstra todas as condições *a priori* necessárias para a fundamentação e legitimação dos juízos sintéticos *a priori* e, também, estabelece todo o sistema de juízos sintéticos *a priori* que operam como princípios que estabelecem as propriedades necessárias para que objetos em geral possam ser dados, pensados e conhecidos em uma experiência possível, tanto quanto as leis e condições necessárias para que mantenham uma relação entre si em uma experiência possível; e, por outro lado, procede a análise da faculdade do entendimento para alcançar a origem dos conceitos puros do entendimento e sua enumeração, estabelecendo-os como princípios da síntese *a priori* em toda a sua extensão, e assim dos princípios sintéticos *a priori*, negligenciado propositadamente a definição dos conceitos originários do entendimento, das categorias e a derivação a partir destes de predicáveis, mas já aponta para a necessidade de sua posterior execução como tarefa que deverá ser pertinente a elaboração de um sistema completo de filosofia transcendental;

b) a filosofia transcendental concebida como ontologia a ser elaborada como primeira parte da Metafísica da Natureza para constituir-se como um sistema completo de filosofia transcendental deve ter por escopo, retomar a exposição do que substancialmente fora exposto na filosofia transcendental concebida como ontologia já realizada nas seções da

Estética transcendental e da *Analítica transcendental* e realizar, adicionalmente, aquilo que essa última já lhe atribuíra propedeuticamente como escopo complementar a executar, qual seja a apresentação das definições das categorias, a derivação a partir destas de predicáveis, o recenseamento completo desses últimos, e a apresentação de suas definições.

Em sendo assim, percebe-se que, mediante tal compreensão, o contrassenso acima apontado se dissolve, sendo legítimo Kant poder ofertar uma mesma definição de filosofia transcendental como ontologia, tanto para o que é efetivado na *Crítica da Razão Pura,* nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, quanto para a filosofia transcendental concebida como ontologia que deve ser executada na primeira parte da Metafísica da Natureza. Contudo, para que tal contrassenso seja evitado, devemos não só atentar, como fizemos acima, para os escopos similares e diferenciais que cada uma dessas filosofias transcendentais compreendidas como ontologia deve executar, mas também para o modo como o sistema completo da filosofia transcendental – a ser exposta como primeira parte da Metafísica da Natureza – deverá ser elaborado.

Atentos a isso compreendemos que, sem contrassenso, Kant pode afirmar que a *Crítica da Razão Pura* já executa a filosofia transcendental concebida como ontologia nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* e, também, que ela é propedêutica à filosofia transcendental concebida como ontologia a ser executada como primeira parte da Metafísica da Natureza mediante a apresentação de uma mesma definição, pois esse contrassenso se desfaz quando consideramos: a) que a primeira já é uma filosofia transcendental porque já executa o que lhe é substancialmente pertinente, ou seja, demostra: a origem e recenseia todas os conceitos a priori originários do entendimento puro, as categorias; que e de que modo podem dar origem a derivação de predicáveis; que as categorias operam na formação de todos os juízos sintéticos *a priori* que são princípios da determinação do conhecimento e constituição dos objetos em geral de intuição sensível; e que, porém, ainda não é completa porque não apresenta a definição das categorias, a derivação a partir dessas dos predicáveis e suas definições; e b) que a segunda é o sistema completo da filosofia transcendental porque: inicialmente retoma aquilo que aquela realizara, ou seja: o estabelecimento das categorias; o modo de derivação a partir das categorias de predicáveis e seu recenseamento completo; e, a partir daí, procede a definição das categorias, a derivação partir dessas dos predicáveis, e seu recenseamento completo; e, posteriormente retoma, e reexpõe, o substancialmente já executado nas seções da *Estética transcendental* e *Analítica transcendental*: a justificação de que as categorias (conceitos ontológicos) têm realidade objetiva, ou seja, que elas são as condições *a priori* que possibilitam que objetos em geral

possam vir a ser dados, conhecidos e constituídos enquanto tais como objetos de intuição sensível; bem como demonstra haver, justifica e expõe todo o sistema de princípios do entendimento, que, mediante categorias aplicadas as formas da intuição, principalmente o tempo, enunciam o modo como é possível estabelecer-se a unidade sintética ao múltiplo de uma intuição, e, assim, constituir, e conhecer, os objetos em geral que podem vir a ser dados enquanto tal, como objetos de uma intuição sensível.

Kant não elabora, como se sabe, a filosofia transcendental concebida como ontologia que enuncia na seção da *Arquitetônica da razão pura*, como devendo pertencer à primeira parte da Metafísica da Natureza, que, por sua parte, deve pertencer ao sistema da razão pura ao qual a *Crítica da Razão Pura* deveria ser propedêutica, mas anuncia, em duas cartas em períodos distintos, uma em 1787 e outra em 1792, a intenção de elaborá-la ofertando alguns indicativos da forma como projetava redigi-la. Tais cartas confirmam que, por ocasião da redação dessa ontologia, os conteúdos abordados nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* - que são as seções onde Kant, na *Crítica da Razão Pura,* executa filosofia transcendental concebida como uma ontologia crítica em um sentido renovado perante a tradição - seriam retomados e reexpostos junto com as definições das categorias; as derivação a partir destas dos predicáveis e suas definições, em moldes semelhantes ao enunciado nos *Prolegômenos* quando descreve como deveria ser redigido o sistema completo da filosofia transcendental como *Philosophia definitiva.*

Ademais, a remissão de Kant, nessas passagens, a que a ontologia a ser elaborada após a *Crítica da Razão Pura*, como parte de um sistema de metafísica, deve retomar o tratamento dos mesmos temas já abordados nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, apesar de conceder-lhes um modo expositivo diferente, vem corroborar o fato de que Kant já concebera a filosofia transcendental executada nessas últimas seções como uma ontologia em sentido crítico.

Em 11 de setembro de 1787, Kant escreve para Ludwig Heinrich Jakob solicitando-lhe que redigisse uma obra de ontologia, em moldes críticos, e que confirma o que vimos sustentando.

> Voltar-me-ei agora imediatamente à Crítica do Gosto, com o que terminarei meu trabalho crítico, para que posteriormente possa prosseguir à parte dogmática. Penso que ela aparecerá antes da Páscoa. Gostaria que você tentasse por enquanto compor um breve sistema de metafísica; por ora, não tenho o tempo para me propor executá-lo. A parte da ontologia começaria (sem a introdução de quaisquer ideias críticas) com os conceitos de espaço e tempo, apenas na medida em que estes (como intuições puras) são a base de

> todas as experiências. Após isso, se seguiriam quatro partes principais, contendo os conceitos do entendimento, divididos de acordo com as quatro classes de categorias, cada uma delas constitui uma seção. Todas devem ser tratadas apenas analiticamente, conforme Baumgarten, juntamente com os predicáveis, sua conexão com o tempo e o espaço, e como eles procedem, assim como Baumgarten os apresenta. Para cada categoria, o correspondente princípio sintético (como apresentado na segunda edição da Crítica) indica como a experiência deve estar de acordo com a categoria, e assim o todo da ontologia é coberta[427].

Essa solicitação de Kant a Jakob, pelo que se tem notícia, não obteve resposta positiva. Nos anos subsequentes, Kant se dedica a escrever várias obras, mas não abandona o projeto de escrever uma ontologia em moldes críticos, como se vê pela carta de 20 de janeiro de 1792 que escreve para Jakob Sigismund Beck em que lhe comunica a intenção de escrever uma ontologia, da qual lhe apresenta o plano em termos um pouco diferentes do sugerido a Jakob, mas no mesmo espírito.

> Você me apresentou sua investigação completa sobre o que é nada menos que a coisa mais difícil em toda a Crítica, a saber, a análise de uma experiência em geral e os princípios que tornam a experiência em geral possível. Eu já fiz planos para um sistema de metafísica para lidar com essa dificuldade e começar com as categorias, em sua ordem adequada (expor primeiro simplesmente, sem investigar sua possibilidade, as intuições puras de espaço e tempo nas quais somente objetos podem ser dados às categorias); e demonstraria, na conclusão da exposição [definição] de cada categoria (por exemplo: Quantidade e todos os predicáveis incluídos, juntamente com exemplos de seu uso), que nenhuma experiência de objetos dos sentidos é possível, exceto na medida em que pressuponho *a priori* que todo objeto deve ser pensado como uma grandeza, e similarmente com todas as outras categorias. Aqui sempre observarei que tais objetos podem ser representados por nós apenas como dados no espaço e no tempo. Disso, surge toda uma ciência da Ontologia como pensamento imanente, ou seja, uma ciência da realidade objetiva das coisas cujos conceitos podem ser estabelecidos com segurança[428].

Ao demonstrarmos, neste capítulo, os elementos que permitem compreender como Kant concebe, sem contrassenso, que a filosofia transcendental exposta na *Crítica da Razão Pura,* nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental,* é uma ontologia, e que esta é propedêutica *exclusivamente* à filosofia transcendental concebida como ontologia a ser exposta como primeira parte da Mefísica da Natureza, obtemos aqui também o seguinte: a) um reforço à demonstração empreendida nos capítulos 3 e 4 da tese de que a hipótese feita no segundo capítulo, de que a *Crítica da Razão Pura* era propedêutica ao sistema da razão pura e

[427] BR X: 494.
[428] BR XI: 313-14.

que este deveria ser identicado com sistema da filosofia transcendental, tal como mantida por alguns intérpretes de Kant, não tem sustentabilidade; e b) a confirmação do sugerido pela segunda hipótese aventada no capítulo 2, isto é, de que Kant sustenta haver uma diferença entre sistema da razão pura e filosofia transcendental, e que essa última deve pertencer ao primeiro como uma das ciências em que este se constitui tendo por escopo a realização do já executado pela *Crítica da Razão Pura* no que compete à investigação que conduz aos princípios da síntese em toda a sua extensão, mais uma "análise detalhada dos conceitos primitivos", a dedução a partir desses de conceitos derivados e a apresentação de suas definições.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo da tese, apresentamos 6 propostas interpretativas acerca do *status* que se deve atribuir a *Crítica da Razão Pura*. A saber*:*

a) *Metodologia ou Teoria do Conhecimento da ciência matemática da natureza*;

b) *Teoria do Conhecimento*;

c) *Psicologia Transcendental*;

d) *Semântica Transcendental*;

e) *Metafísica da Experiência*;

f) *Ontologia*.

Nesse capítulo mostramos que o mero vislumbre da ocorrência dessas intepretações conduz a algumas constatações e questionamentos. Oferecemos uma caracterização geral de cada uma delas e apontamos sua insuficiência. Escolhemos um representante de cada intepretação e ofertamos uma caraterização de suas propostas. Buscamos responder aos questionamentos vislumbrados pela constatação das diversas interpretações a partir da proposta de cada representante. As respostas obtidas a tais questionamentos nos conduziram, entre outras coisas, à constatação de que existem alguns proponentes de diferentes interpretações que:

a) mobilizam distintos elementos encontrados na obra de Kant para atribuir *status* e escopo à *Crítica da Razão Pura*;
b) mobilizam idênticos elementos, ofertando-lhes, contudo, distintas interpretações para atribuir *status* e escopo à *Crítica da Razão Pura*
c) sustentam que a obra tem um único *status* e um único escopo, e outros mais de um status e escopo;
d) lhe atribuem *status* metafísicos;
e) sustentam que o *status* que atribuem à obra é de uma filosofia transcendental, mas o vinculam cada qual a diferentes áreas do conhecimento.

Frente a tal situação e em atenção a vários desses elementos apontados pelos distintos intérpretes, apresentamos nossa hipótese: A *Crítica da Razão Pura* tem um *status* geral e um específico. Seu *status* geral é o de uma de metafísica concebida como crítica

transcendental e visa à execução de um duplo escopo: geral e específico. Os escopos gerais são: um avaliatório das faculdades da razão e outro propedêutico ao sistema da razão pura, que é composto de várias ciências metafísicas. A execução desses escopos é visada por todas as seções da obra. O escopo específico é a elaboração de uma teoria acerca dos objetos em geral de uma intuição sensível. A execução desse escopo é visada pela seção da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*. A execução desse escopo específico nessas seções confere à obra o *status* específico de uma filosofia transcendental concebida como ontologia.

No segundo capítulo, nos ocupamos inicialmente em mostrar que Kant, em várias de suas obras, concebe a *Crítica da Razão Pura* como uma metafísica científica e sistemática. No momento em que fizemos isso, mostramos que Kant, em algumas delas, também afirma que a *Crítica da Razão Pura* deveria ser propedêutica a uma metafísica futura que deverá conduzir a metafísica ao *status* de ciência, sendo um sistema de conhecimentos *a priori* a ser exposto de forma sistemática. Tal situação nos colocou frente ao seguinte enigma: Em que sentido pode Kant sustentar, em algumas passagens de suas obras, que a *Crítica da Razão Pura* configura-se *já* como tendo o *status* de uma metafísica científica e de uma obra sistemática, enquanto que, em outras passagens das mesmas obras, afirma que ela é propedêutica a uma metafísica futura que deverá conduzir a metafísica ao *status* de ciência, sendo um sistema de conhecimentos *a priori*, exposto de forma sistemática? Em que sentido entender que a *Crítica da Razão Pura* já se configure como tendo o *status* de uma metafísica científica enquanto é uma propedêutica a uma metafísica futura que deve, esta sim, apresentar-se como uma metafísica que tenha o *status* de uma ciência?

Constatado tal enigma, buscamos mostrar que a identificação do *status* metafísico, científico e sistemático que se deve atribuir à C*rítica da Razão Pura*, assim como a identificação de seus escopos, encontra-se relacionado à possível resolução de tal enigma. Tendo isso em vista, nos ocupamos em encontrar elementos na obra de Kant que pudessem solucionar tal enigma e nos conduzir à demarcação dos *status* e do escopo da *Crítica da Razão Pura*. Com esse propósito em vista, passamos a fazer uma reconstrução interpretativa do item VII da *Introdução*, dado ser nesse item que Kant estabelece a "*Ideia e divisão de uma ciência especial sob o nome de Crítica da Razão Pura".* Essa reconstrução nos permitiu constatar que Kant apresenta a "ideia" de uma *Crítica da Razão Pura* como a de uma ciência especial que tem o *status* de uma crítica transcendental e que visa à realização de um duplo escopo: um avaliatório das faculdades da razão pura e outro propedêutico tanto à filosofia transcendental quanto a um sistema da razão pura que deveria ser elaborado no futuro após

aquela. Feito isso, nos dedicamos a mostrar que Kant concebe que o sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* é dita ser propedêutica é composto por duas ciências principais: a Metafísica da Natureza (constituída por várias ciências) e a Metafísica dos Costumes (que não apresenta nenhuma divisão). Na sequência, mostramos que há, nesse item, uma série de afirmações de parte de Kant que são imprecisas acerca de se a filosofia transcendental e o sistema da razão pura devem ser identificados. A partir daí, mostramos que tal imprecisão dá margem a duas hipóteses:

a) Kant sustenta haver uma identidade entre o sistema da razão pura e a filosofia transcendental a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, implicando isso que cada uma das ciências que constituem o sistema da razão pura sejam concebidas como tendo o *status* de filosofia transcendental com escopos distintos;

b) Kant sustenta haver uma diferença entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. Essa última deve pertencer ao primeiro como uma das ciências em que este se constitui tendo por escopo a realização do já executado pela *Crítica da Razão Pura* no que compete à investigação que conduz aos princípios da síntese em toda a sua extensão, mais uma análise detalhada dos conceitos primitivos, as categorias implicadas na determinação da síntese *a priori*, e a recensão dos deles derivados.

Diante de tais hipóteses, mostramos que alguns comentaristas de Kant aderem à primeira delas e que não encontramos – nos estudos que fizemos – nenhum sustentando e buscando fundamentar a segunda. Isso nos conduziu a suspendermos a exploração da segunda hipótese e a buscarmos demonstrar com mais afinco os elementos que encontramos no item VII da *Introdução* que conduzem à possível sustentação da primeira hipótese. Feito isso, passamos a ofertar, de acordo com os elementos que mostramos parecer conduzir à sustentação da adequação da primeira hipótese, uma solução ao enigma. Tal resolução, resumidamente, foi a seguinte: A *Crítica da Razão Pura* tem o *status* de uma ciência metafísica especial concebida como crítica transcendental que tem um duplo escopo geral: um avaliatório das faculdades da razão pura e outro propedêutico ao sistema da razão pura. Este último tem o *status* de um sistema de ciências doutrinais e é constituído por duas ciências principais: a Metafísica da Natureza, constituída por várias ciências, e a Metafísica dos Costumes, tendo todas o *status* de filosofia transcendental.

Tendo argumentado a favor da hipótese da identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental, no terceiro capítulo buscamos demonstrar:

a) que tal identidade não se sustenta porque Kant apresenta, no decorrer da *Crítica da Razão Pura*, alguns motivos que excluem que a investigação pertinente ao sistema da

moralidade, ciência que atribui ser constitutiva do sistema da razão pura, pertença ao do âmbito investigativo atinente à filosofia transcendental, implicando isso que ela (a ciência do sistema da moralidade, a Metafísica dos Costumes) não possa ser considerada uma filosofia transcendental;

b) que Kant, para excluir que a ciência do sistema da moralidade seja uma filosofia transcendental, apresenta alguns critérios positivos acerca do âmbito investigativo que deve pertencer à última;

c) que os critérios que Kant elege implicam considerar que a investigação empreendida nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* sejam pertinentes à filosofia transcendental porque já executam todo o pertinente ao conhecimento transcendental, devendo isso, ademais, impossibilitar também que conceba a *Crítica da Razão Pura* exclusivamente como uma crítica transcendental;

d) que Kant, ao expor os critérios excludentes de que o sistema da moralidade seja uma filosofia transcendental, já apresenta alguns requisitos que devem ser cumpridos para que qualquer investigação seja considerada como pertencente à filosofia transcendental e, assim, também para que qualquer ciência filosófica pertencente ao sistema da razão pura possa vir a ser considerada uma filosofia transcendental. Ademais, mostramos que Kant, ao apresentar os motivos que fazem com que a moralidade pura não seja considerada uma filosofia transcendental também apresenta critérios que permitem excluir qualquer investigação do âmbito da filosofia transcendental, assim como insinua um critério que pode ser utilizado permitir que outras ciências, afora a Metafísica dos Costumes, posam vir a pertencer ao sistema da razão pura.

No quarto capítulo, nos ocupamos em investigar se cada uma das ciências em que consiste a Metafísica da Natureza tem o *status* de filosofia transcendental. A investigação obteve como resultado que exclusivamente uma dessas ciências, a ontologia, é concebida por Kant como devendo vir a possuir, quando elaborada, o *status* de uma filosofia transcendental. Tal resultado mostrou um motivo adicional, ao já apresentado no capítulo anterior, para a impugnação da hipótese de que o sistema da razão pura em seu todo deveria se ser identificado como o sistema da filosofia transcendental. Feito isso, expusemos os elementos necessários para uma revisão da solução do enigma que nos levasse à identificação dos *status* e escopos da *Crítica da Razão Pura*. Tal hipótese é de que Kant sustentaria haver uma diferença entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. Essa última deveria pertencer ao primeiro como uma das ciências em que este deve se constituir e tem por escopo a realização do já executado pela *Crítica da Razão Pura* no que compete à investigação que

conduz aos princípios da síntese em toda a sua extensão, mais uma análise detalhada dos conceitos primitivos, e a partir desses de conceitos derivados. Na sequência, retomamos a descoberta que fizemos no capítulo anterior de que a *Crítica da Razão Pura*, devido ao escopo que executa nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, já era considerada por Kant uma filosofia transcendental. Assim, nos perguntamos se ela teria, tal qual a filosofia transcendental concebida como ontologia a ser realizada no sistema da razão pura como primeira parte da Metafísica da Natureza, também o *status* de uma ontologia.

No quinto capítulo, começamos mostrando que existem vários comentaristas da obra de Kant que concebem que a *Crítica da Razão Pura* executa, nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, uma ontologia em sentido crítico perante ao conferido pela tradição que antecede Kant. Mostramos que, ao fazer isso, mencionam duas definições ofertadas por Kant de filosofia transcendental concebida como ontologia: uma que consta nos *Progressos* e outra na seção da *Crítica da Razão Pura* denominada *Arquitetônica da razão pura*. Dado o fato de que tais definições parecem possuir alguns elementos que as tornariam diferentes, nos ocupamos em investigar se tal era o caso. No fim dessa investigação constatamos que os comentaristas estavam corretos ao fazerem tal identificação, mas que isso parecia conduzir ao seguinte contrassenso: a *Crítica da Razão Pura* executa nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental* uma ontologia concebida como filosofia transcendental que é a mesma que deve ser realizada pela ciência que se constitui em ser a primeira parte da Metafísica da Natureza, que é um dos dois ramos gerais do sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica.

Na sequência, buscamos demonstrar haver, na *Crítica da Razão Pura e* nos *Prolegômenos*, uma série de passagens que apontam para o modo como tal contrassenso é dissolvido, a saber, mediante a consideração de que, tanto a filosofia transcendental concebida como ontologia executada na *Crítica da Razão Pura* nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, quanto a que deve ser executada posteriormente como primeira parte da Metafísica da Natureza, substancialmente têm o mesmo escopo geral, notadamente a realização de uma teoria dos objetos em geral que possam ser pensados, constituídos e dados a conhecer em uma experiência possível, mas que há uma diferença entre elas. A primeira realiza toda a parte substancial pertinente a uma ontologia como teoria dos objetos a serem dados em uma experiência possível, mas para tanto empreende uma parte analítica quanto uma sintética, na parte analítica, contudo negligencia a definição das categorias e a derivação destas dos predicáveis.

Contudo, apesar dessa negligência, já aponta para a necessidade de sua posterior execução e, também, para o modo como isso deve ser feito em um sistema completo de filosofia transcendental, constituindo-se, por isso, em uma propedêutica a este último, que deverá ser executado como primeira parte da Metafísica da Natureza. Já o sistema completo da filosofia transcendental deverá executar, para além da definição das categorias e da extração destas de seus predicáveis, também o essencial já executado pela filosofia transcendental concebida como ontologia nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, só que expondo-a de modo distinto. Essa filosofia transcendental enquanto sistema completo deve executar integralmente a parte analítica não executada na *Crítica da Razão Pura* e efetivar a parte sintética que esta já realizara reapresentando-a, contudo, de modo distinto.

Chegando a tais resultados, percebemos aqui vários elementos que apontavam a confirmação da segunda hipótese aventada já no capítulo dois. Kant sustenta haver uma diferença entre sistema da razão pura e filosofia transcendental. *A Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema da razão pura e à filosofia transcendental. Esse último é composto por um conjunto de ciências metafísicas às quais a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica, mas dentre estas somente uma tem o *status* de filosofia transcendental, a ontologia, que é uma das ciências constitutivas da Metafísica da Natureza. A *Crítica da Razão Pura* é propedêutica ao sistema completo da filosofia transcendental, que deve ser exposto como a primeira das ciências da Metafísica da Natureza, na medida em que, nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, executa uma filosofia transcendental concebida como ontologia que exige uma complementação.

Como podemos observar, o resultado foi alcançado somente a partir do momento em que, no segundo capítulo, aventamos a possibilidade de haver duas hipóteses e suspendemos a segunda, porque a primeira parecia ser a mais acertada. A partir daí, buscamos mostrar a viabilidade e proficuidade dessa hipótese para solucionar o enigma envolvido na determinação do *status* e escopos metafísicos, científico e sistemático da *Crítica da Razão Pura*. Depois disso, ocupamo-nos em demonstrar que tal hipótese era inviável para a resolução do mencionado enigma. O processo de desconstrução da viabilidade de tal hipótese e de suas consequências – nos capítulos terceiro e quarto – nos permitiu ir aos poucos introduzindo as condições de viabilidade da segunda hipótese e, no quinto capítulo, apresentar alguns dos principais elementos que lhe dão consistência.

Chegados a esse ponto, agora voltamo-nos para a revisão do enigma suscitado no segundo capítulo, ofertando-lhe uma solução mediante os resultados até aqui alcançados.

Tal solução consiste no seguinte:

A *Crítica da Razão Pura* é uma ciência metafísica especial que tem um duplo escopo geral – um avaliatório e outro propedêutico – e um escopo específico que consiste na execução de uma filosofia transcendental concebida como ontologia. Seu escopo avaliatório consiste na "avaliação da razão pura, das suas fontes e seus limites"[429], isto é, na avaliação que faz das faculdades da razão pura no tocante a todos os princípios a que cada uma de suas faculdades podem originar em vista de todos os conhecimentos a *priori* a que podem dar origem. A realização desse escopo avaliatório concede à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma metafísica especial concebida como crítica transcendental, na medida em que o fim visado na avaliação de cada faculdade é a investigação de sua estrutura e dos elementos e dispositivos formais (formas da intuição, conceitos puros e ideias) que podem dar origem a princípios *a priori* que operam como modos *a priori* de conhecimentos *a priori* de objetos em geral de intuição sensível.

Seu escopo propedêutico é a preparação de "um órganon da razão pura como um conjunto daqueles princípios segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos e efetivamente realizados"[430]. Tal órganon deve ser desenvolvido e aplicado detalhadamente dando margem a um sistema da razão pura que se constitui em ser um conjunto de ciências metafísicas doutrinais. Tal órganon é adquirido mediante a realização do escopo avaliatório que a razão pura empreende de suas faculdades puras de conhecimento *a priori*. O sistema da razão pura a que a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica mediante a preparação de um órganon tem dois ramos principais: uma Metafísica da natureza e uma Metafísica dos Costumes. A primeira, ocupada em estabelecer os princípios e a legislação do que *é,* e, a segunda tratando *do que se deve fazer*.

A *Crítica da Razão Pura* como uma ciência especulativa visa basicamente estabelecer os princípios para uma legislação da natureza *do que é* e, assim, estabelecer as condições de elaboração de uma Metafísica da Natureza em todas dimensões possibilitadas pelos princípios oriundos das faculdades da razão pura. A Metafísica da Natureza se constitui segundo princípios oriundos das faculdades da razão pura em um conjunto de ciências que devem vir a ser elaboradas por ocasião da efetivação do sistema da razão pura, nomeadamente: a) uma Ontologia concebida como filosofia transcendental; b) uma Psicologia Racional; c) uma Cosmologia Racional; e d) uma Teologia Racional.

---

[429] KrV B 25.
[430] KrV B 25.

A *Crítica da Razão Pura,* como uma metafísica especial que tem o *status* de uma crítica transcendental, já ao executar seu *status* avaliatório das faculdades da sensibilidade e do entendimento executa também, nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, uma ontologia concebida como filosofia transcendental como uma teoria dos objetos que podem vir a ser dados, conhecidos e constituídos em uma experiência possível, mas não em sua completude, pois negligencia propositadamente uma análise exaustiva dos conceitos puros envolvidos na elaboração da síntese pura que propiciam os princípios *a priori* que possibilitam o conhecimento e constituição dos objetos que podem vir a ser dados em uma intuição empírica, bem como a extração daqueles de seus predicáveis, seu recenseamento completo. Contudo, essa própria filosofia transcendental concebida como ontologia, ao estabelecer os conceitos puros e assim a possibilidade de sua futura definição e a correspondente extração dos predicáveis, se constitui em uma propedêutica a uma ontologia a ser executada, posteriormente, no sistema da razão pura como uma das partes constitutivas da Metafísica da Natureza, a qual deverá executar uma reexposição – de modo distinto – do já executado pela ontologia realizada na *Crítica da Razão Pura*.

A *Crítica da Razão Pura* também, ao avaliar as faculdades da razão pura nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental,* estipula a existência de dois possíveis objetos empíricos dados aos sentidos, a saber, objeto dados aos sentidos externos, o corpo, e objetos dados ao sentido interno, o eu pensante (a alma), assim como estabelece princípios a priori para o conhecimento de objetos em geral a ser dados em um intuição sensível. Ao fazer isso, prepara a possibilidade de descobrir outra série de conceitos e princípios *a priori* que podem vir a ser aplicados aos conhecimentos dos corpos e do eu pensante, princípios estes que deverão ser desenvolvidos em detalhe e aplicados ao conhecimento dos corpos, concebidos como matéria, e do eu, ou da alma como objeto pensante, respectivamente, por duas ciências que deverão ser constitutivas da Metafísica da Natureza a ser desenvolvida no sistema da razão pura à qual a *Crítica da Razão Pura* é propedêutica.

A *Crítica da Razão Pura*, na seção da *Dialética transcendental,* após impugnar a Cosmologia Racional tradicional que tratava o conhecimento do mundo como um objeto dado em si mesmo e a Teologia Racional como o conhecimento de um ente suprassensível e criador do mundo, Deus, se ocupa – em seu Apêndice – em demonstrar que tanto o mundo quanto Deus são ideias, conceitos puros da razão, buscando assim concede-lhes uma função positiva no conhecimento da natureza como princípios regulativos que devem orientar a atividade do entendimento no conhecimento dos objetos empíricos, em vista da aquisição de um

conhecimento que tenha a forma de um sistema que amplie seu poder cognitivo para além do que já possui ao constituir os objetos de uma experiência possível. O desenvolvimento detalhado desses princípios deverá ser efetivado, respectivamente, por duas ciências constitutivas da Metafísica da Natureza, nomeadamente a Cosmologia Transcendental e a Teologia Transcendental, em sentido crítico[431].

Em sendo assim, temos aqui a solução do enigma suscitado no segundo capítulo.

A *Crítica da Razão Pura* é já uma metafísica como ciência, sistemática e um sistema de conhecimentos em seu todo devido aos escopos avaliatório e propedêutico que executa, e como tal deve ser concebida como uma metafísica especial que tem o *status* de uma crítica transcendental. Por outro lado, a *Crítica da Razão Pura* também tem o *status* de uma filosofia transcendental como ontologia devido ao escopo especial que realiza nas seções da *Estética transcendental* e da *Analítica transcendental*, apesar de ela aí se apresentar ainda incompleta. Contudo, a *Crítica da Razão Pura não é* uma metafísica científica doutrinal como ciência em seu todo, e mesmo quando é uma doutrina nas seções da *Estética transcendental* e na *Analítica transcendental* esta não é apresentada de modo completa. Assim a *Crítica da Razão Pura*, em seu todo, é uma metafísica científica especial, mas não doutrinal, podendo assim preparar as condições para o estabelecimento de uma metafísica futura como ciência doutrinal, ou, mais propriamente dito, um sistema de ciências metafísicas doutrinais que deverão ser elaboradas e compor o sistema da razão pura. Este último deverá ser executado como o conjunto completo das ciências metafísicas doutrinais que ampliarão os conhecimentos já adquiridos pela *Crítica da Razão Pura*, na medida em que cada uma dessas ciências metafísicas deverá desenvolver detalhadamente os princípios já estabelecidos por aquela em aplicação aos âmbitos que ela institui como possível de aquisição de conhecimentos *a priori*.

---

[431] Sentido crítico, aqui, é usado em referência ao exposto e estabelecido no capítulo IV da tese.

REFERÊNCIAS

ALLISSON, H. *Kant's Transcendental Idealism:* An Interpretation and Defense. New Have/Londres: Yale University Press, 1983.

ALLISSON, H. *El Idealismo transcendental de Kant:* una interpretación y defesa. Tradução: Dulce Maria Granja Castro. Barcelona: Anthropos, 1992.

ALLISSON, H. *Kant's Transcendental Idealism:* An Interpretation and Defense Revised. New Have/Londres: Yale University Press, 2004.

ALMEIDA, G. A. "Kant e o 'escândalo da filosofia'''. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, v. XXXVIII, n. 95, pp. 49-72, 1997.

ALMEIDA, G. A. "Moralidade e racionalidade na teoria Moral kantiana''. In: *Racionalidade e Ação. Antecedentes e evolução atual da filosofia prática alemã*. Org. Valério Rohden. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1992.

AMERIKS, K. *Interpreting Kant's Critiques*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

BECK, L. W. *A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

BENNETT, J. *Kant´s Analytic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

BENOIST, J. Sur une prétendue ontologie Kantienne: Kant et le Néo-scolastique. In: RAMOND, C. (org.). *Kant et La pensée moderne: alternatives critiques*: six études sur Kant.. Bordeaux: Presses Univ. de Bordeaux, 1996.

BONACCINI, J. A. "Sobre o projeto kantiano de uma Filosofia Transcendental". *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v.27, n. Especial, pp. 211-232, 2013.

BONACCINI, J. A. Analítica e Ontologia: Sobre a Teoria kantiana dos objetos. *Princípios - Revista de Filosofia*, v. 23, n. 41, pp. 295-346, 2016.

BROOK, A. *Kant and the Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BUTTS, R. E. "Kant's Schemata as Semantical Rules", In: *Lewis White Beck (ed.), Kant Studies Today*. Le Salle: Open Court, pp. 290-300, 1969.

CAIMI, M. *La metafísica de Kant*. Buenos Aires: Eudeba, 1989.

CALABRIA, O. P. A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno. *Kant e-prints* (online), Campinas, v. 1, n. 1, pp. 119-126, 2006.

CARVAJAL, C. J. Kant y la fundamentación del discurso de la metafísica. *Anales del seminario de Metafísica*, Madri, n. XX, pp. 47-79, 1995.

CASSIRER, E. *El problema del Conocimiento en la Filosofia y en la Ciencia Modernas*. V. 2. Trad. Wenceslau Roces. 3. ed. México: FCE, 1986.

CHENET, F. X. *L'assise de L'ontologie critique:* L'Esthétique transcendantale. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1994.

COHEN, H. *La Théorie Kantienne de L`Expérience.* Tradução: Éric Dufour et Julien Servois. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.

COHEN, H. *Comentaire de la "Critique de la Raison Pure"*. Tradução: Éric Dufour. Paris: Les Éditions du Cerf, 2007.

COFFA, A. L. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

DICKER, G. *Kant's theory of knowledge*. New York: Oxford University Press, 2004.

DUFOUR, E. Avant-propós: Les Trois Éditions de "La Théorie Kantienne de L`Experience. In: COHEN, H. *La Théorie Kantienne de L`Expérience.* Tradução: Éric Dufour et Julien Servois. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.

FREULER, L. *Kant et la métaphysique spéculative*. Paris: Vrin, 1992.

GUÉROULT, M. Canon de la Raison pure et Critique de la Raison Pratique. *Revue Internationale de philosophie*, v. VIII, n. 81, pp. 331- 357, 1954.

GRONDIN, J. La conclusión de la crítica de la razón pura. *Universitas philosophica,* v. 24, n. 49, pp. 13-32, 2007.

GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. New York: Cambridge University Press, 1987.

GUYER, P. *Kant and the Historical Turn:* Philosophy as Critical Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 2006.

HANNA, R. *Kant and the Foundations of Analytic Philosophy.* Clarendon: Oxford University Press, 2001.

HEIDEGGER, M. *La pregunta por la cosa.* La Doctrina Kantiana de los Princípios Transcendentales. Buenos Aires: Editorial Alfa Argentina, 1975.

HEIDEGGER, M. *Kant y el Problema de la Metafísica*. Tradução: Gred Ibscher Roth. México: FCE, 1996.

HEIDEGGER, M. *Sein und Zeit*.17ª ed. Tubingen: Max Niemeyer, 1986.

HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

HOGREBE, W. *Kant und das Problem einer transcendentalen Semantik*. Freiburg/München: Karl Alber, 1974.

HUSSERL, E. Kant und die Idee der Transzendentalphilosophie. In R. Boehm (Ed.), *Erste Philosophie (1923/24). Erste Teil: Kritische Ideengeschichte*. Den Hagg: Martinus Nijhoff, 1956.

KANT, I. *Gesammelte Schriften / Akademieausgabe*, 29 vols. Berlin: Walter de Gruyter, 1902.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Valerio Rohden e Udo B. Moosburger. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução e notas: Fernando Costa Matos. Petrópolis: Vozes, 2013.

KANT, I. *Prolegômenos a toda Metafísica Futura que queira apresentar-se como Ciência*. Tradução: Tânia Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, I. *Prolegômenos a qualquer Metafísica futura que possa apresentar-se como Ciência*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

KANT, I. *La polémica sobre la Crítica de la razón pura (Respuesta a Eberhard)*. Introd. de Claudio La Rocca; edición, traducción del alemán y notas por M. Caimi. Madrid: Editorial Mínimo tránsito/Antonio Machado, 2002.

KANT, I. *Lógica*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KANT, I. *Acerca da Pergunta da Academia Real de Ciências de Berlim: Quais são os Verdadeiros Progressos que a Metafísica Realizou na Alemanha desde os Tempos de Leibniz e Wolff?* Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1985.

KANT, I. *Los progressos de la metafísica*. Tradução, estúdio preliminar, notas e índices: Mario Caimi. México: FCE, UAM, UNAM, 2008.

KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução: Antonio Marques. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

KANT, I. *Crítica da Razão Prática.* Tradução: Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, I. *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

KANT, I. *Transición de los Principios Metafísicos de la Ciencia Natural a la Física* (*Opus postumum*). Tradução: Félix Duque. Barcelona: Anthropos, 1991.

KANT, I. *Correspondence*. The Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KEMP SMITH, N. *A Commentary to Kant`s "Critique of Pure Reason"*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

KITCHER, P. *Kant´s Transcendental Psychology*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1990.

LONGUENESSE, Beatrice. *Kant et le pouvoir de juger*. Paris: PUF, 1993.

LOPARIC, Z. "O Fato da Razão – uma Interpretação Semântica", In: *Analytica*, v. 4, n. 1, pp. 13-55, 1999.

LOPARIC, Z. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: Unicamp, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000.

MARZOA, F. M. *Reler a Kant*. Barcelona: Anthropos, 1989.

MARTIN, G. *Science moderne et ontologie traditionnelle chez Kant*. Tradução: Jean-Claude Piguet. Paris: PUF, 1963.

PATON, H. J. *Kant's Metaphysic of Experience.* A Commentary on the First Half of the Kritik der reinen Vernunft. London: Allen e Unwin, v. 1-2, 1936.

PEREZ, D. O. *Kant e o Problema da Significação*. Curitiba: Champagnat, 2008.

PEREZ, D. O. Ontology, metaphysics and criticism as Transcendental Semantics as of Kant. Translation to English: Ana Carolina Meinerz. *Rev. Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 28, n. 44, pp. 459-488, maio/agosto, 2016.

PESQUERO, F. Kant y la reforma del saber metafísico. *Anales del seminario de Metafísica*, n. XX. Madri: Universidad Complutense, pp. 81-100, 1985.

PHILONENKO, A. *L'École de Marbourg-Cohen-Natorp-Cassirer*. Paris: Vrin, 1989.

PHILONENKO, A. *L'ouvre de Kant*: la philosophie critique. Paris: Vrin, 1996.

RUSSERL, B. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Kant SCHÖNRICH, G. *Kategorien und transzcendentale Argumentation.* Kant und Idee einer transcendentale Semiotik. Frankfurt: a. M: Suhrkamp, 1981.

SIEMEK, J. M. A concepção da filosofia Transcendental. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 30, n. 96, 2003.

STRAWSON, P. F. *The Bounds of Sense.* An Essay on the 'Critique of Pure Reason'. London: Routledge, 1966.

STRAWSON, P. F. *Los límites del sentido:* ensayo sobre la Crítica de la Razón Pura de Kant. Tradução: Carlos Thiebaut Luis-André. Madrid: Revista de Occidente, 1975.

VAIHINGER, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft, 2 volumes.* Stuttgart: Spemann, 1881. Reimpr. New York: Garland Publishing, 1976.

VERNEAUX, R. *Le vocabulaire de Kant.* Doctrines et méthodes. Paris: Aubier-Montaigne, 1967.

VUILLENIN, J. *L'héritage kantien et la révolution copernicienne.* Fichte – Cohen - Heidegger. Paris: PUF, 1954.

WAXMAN, W. *Kant's Anatomy of the Intelligent Mind.* Oxford: Oxford University Press, 2013.